

MARLON SALOMON

## **O SABER DO ESPAÇO**

***Ensaio sobre a geografização do espaço em  
Santa Catarina no século XIX***

FLORIANÓPOLIS

2002

MARLON SALOMON

## **O SABER DO ESPAÇO**

### ***Ensaio sobre a geografização do espaço em Santa Catarina no século XIX***

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor.  
Programa de Pós-Graduação em História Cultural,  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas,  
Universidade Federal de Santa Catarina.  
Orientadora: Profa. Maria Bernardete Ramos.

FLORIANÓPOLIS

2002

MARLON SALOMON

O SABER DO ESPAÇO. ENSAIO SOBRE A GEOGRAFIZAÇÃO DO ESPAÇO EM SANTA CATARINA  
NO SÉCULO XIX

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor no Programa de Pós-Graduação em História Cultural da Universidade Federal de Santa Catarina, pela Comissão formada pelos professores:

Orientadora: Profa. Maria Bernardete Ramos  
Departamento de História, UFSC

Prof. Henrique Luiz Pereira Oliveira  
Departamento de História, UFSC

Profa. Leila Cristina Duarte Dias  
Departamento de Geografia, UFSC

Prof. Manolo Garcia Florentino  
Departamento de História, UFRJ

Prof. Gilmar Arruda  
Departamento de História, UEL

Prof. Luiz Felipe Falcão (Suplente)  
Departamento de História, UDESC

Florianópolis, 30 de setembro de 2002

A Edi e Diva

## **Agradecimentos**

São muitas as pessoas que me apoiaram e incentivaram ao longo deste trabalho. Gostaria de poder brevemente render o meu agradecimento a aqueles que foram fundamentais para a sua realização.

Rute Zendron e Élio Serpa me incentivaram a desenvolver esta pesquisa quando ela era apenas uma idéia vaga, sem qualquer hipótese precisa; se não desisti de fazê-la, por estes inúmeros motivos que nos fazem em determinados momentos de uma trajetória, ao se deparar diante de uma encruzilhada, escolher este caminho em detrimento de outro possível, foi porque eles conjuraram a seu favor.

Ao longo de todo este trabalho tive a sorte e o privilégio de contar com a generosidade, o sorriso e a exigência do rigor historiográfico de Maria Bernardete; através de sua meticulosa orientação e dos cursos que ministrou no Programa de Pós-Graduação, este trabalho, apesar do seu autor, tornou-se possível.

François Delaporte me recebeu calorosamente na Universidade da Picardia, onde pude seguir os seus cursos, os seminários da equipe de doutoramento em Filosofia, receber suas críticas e orientações. Com ele, pude aprender que a relação entre o trabalho de escrita da história e a vida, não é existencial.

Agradeço a todos os meus amigos que de perto ou de longe me apoiaram durante esta pesquisa. Edi e Diva, apenas com um olhar, deram-me a segurança de que precisava. Marcel, Morgana e Daniel souberam me suportar com o charme que a vida lhes deu. Celso Kraemer, Jardel e Renata tornaram a vida menos árida em Blumenau e em Florianópolis (num lugar em que o ar é rarefeito, Jardel me trouxe sempre um pouco de oxigênio). Johanna me ajudou a tornar o trabalho menos árduo e a vida mais alegre. Gesine e Dirk Noelke, assim como Andreas e Raquel Koch, receberam-me amigavelmente em Tuebingen. Ana Valéria não apenas me recebeu em São Paulo e em Paris, como me abriu todas as portas que estavam ao seu alcance, sobretudo as da MEC e da ENPC, em Paris. Marcos Schuh e André Voigt me ajudaram com a revisão final do texto. André não apenas me recebeu em Florianópolis como me deu ainda o prazer de sua companhia em inúmeras xícaras de café que dividimos nas pausas das pesquisas no Arquivo Público. Gláucia, Marcos e Fernando me deram o apoio moral de que necessitava na reta final do trabalho.

Durante este trabalho recebi uma bolsa da CAPES. No segundo semestre de 2001, também recebi desta instituição uma bolsa para fazer um doutorado sanduíche na Université de Picardie Jules Vernes, em Amiens.

# Sumário

**Lista de Abreviaturas,**

**Resumo, 0**

**Abstract, 0**

**Introdução, 0**

**1. É preciso governar esta Ilha, 00**

Ordenar o espaço, 00 – Conservar a praça como a si mesmo, 00

**2. É preciso administrar a população, 00**

A população e o problema da estatística, 00 – Conservar e aumentar a população, 00 – Causas físicas e morais, 00 – O sertão inculto, 00

**3. O saber do espaço, 00**

Uma tecnologia de acomodação das pessoas, 00 – Geometria, geografia e descrição do espaço, 00 – O clima, as plantas e a população, 00

**5. A geografização do espaço, 00**

Almas para os corpos, 000 – Crítica a um mecanismo, 000 – A imigração, um novo mecanismo, 000 – A gestão do espaço, 000

**Conclusão, 00**

**Apêndice. Espaço, segurança e população, 00**

**Anexo. Relatório sobre os trabalhos do doutor Frederico Müller em o anno de 1876, 00**

**Fontes, 00**

## Lista de Abreviaturas

### Instituições:

ACL	- Academia de Ciências de Lisboa, Lisboa
AHJFS	- Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, Blumenau
AHU	- Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa
APESC	- Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, Florianópolis
BEP	- Biblioteca da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, São Paulo
BNL	- Biblioteca Nacional de Lisboa, Lisboa
BOR	- Biblioteca de Obras Raras da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis
BPESC	- Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina, Florianópolis
BRG	- Biblioteca Rio-Grandense, Rio Grande
ENPC	- Centre de Documentation Contemporaine et Historique - École National des Ponts et Chaussées, Paris
IHGB	- Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro

### Documentos:

<i>Catálogo de Documentos</i>	- FLORES, Maria Bernardete; SERPA, Élio. <i>Catálogo de documentos avulsos manuscritos referentes à Capitania de Santa Catarina – 1717-1827</i> . Florianópolis: UFSC, 2000. 174p.
<i>ESC</i>	- CARNEIRO, Almirante. <i>Enciclopédia de Santa Catarina</i> . Florianópolis, s/d. 68 volumes.
<i>Inventário de Documentos</i>	- <i>Inventário de documentos relativos ao Brasil existentes no arquivo de marinha e ultramar. Organizado para a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro por Eduardo de Castro e Almeida</i> . 8 volumes.
<i>Coletânea de Documentos</i>	- MENDONÇA, Marcos Carneiro de. <i>Século XVIII. Século Pombalino do Brasil</i> . Rio de Janeiro: Xerox, 1989. 808p. (Biblioteca Reprográfica Xerox; vol. 29).
<i>Coleção de Documentos</i>	- “Coleção de documentos sobre o Brigadeiro José da Silva Paes”. <i>Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul</i> . Porto Alegre, nos. 109-112. 145p.



## **Resumo**

Este trabalho trata da história de como o espaço foi problematizado em Santa Catarina, a partir do século XVIII, no interior de diferentes concepções de governo, e de como destes quadros distintos emergiram objetivos diferentes em relação a ele, problemas específicos, novos mecanismos e novos saberes. De meados do século XVIII ao início do segundo quarto do século seguinte, governar quer dizer: defender e conservar os domínios soberanos. Neste quadro, o espaço é aquilo o que deve ser defendido e a fortificação das praças é meio como se pode fechá-las ao inimigo externo; a engenharia militar se constitui então como um saber fundamental. Mas é preciso também ordenar a praça, tornando-a regular, evitando as surpresas em caso de ataque, da mesma forma como dispor de súditos que a defendam. No início do século XIX há uma ruptura com este quadro e governar, torna-se administrar a população. Isto quer dizer: procurar meios de fazê-la crescer, preocupando-se com a sua conservação. Neste quadro, o espaço se torna aquilo o que deve ser aberto, perscrutado, delimitado, dividido, ou seja, geografizado, na medida em que a possibilidade do crescimento da população se dá através da relação que se estabelece com a extensão do território de que dispõe um Estado. A imigração se torna um mecanismo concreto que permite impulsionar este crescimento; assim, é necessário conhecer os lugares mais indicados para a criação de núcleos de população, procurar estabelecer entre eles ligações, através da construção de vias de comunicação que fomentem o seu comércio, fortaleçam a sua atividade econômica e impulsionem o seu crescimento. Todo um conjunto de saberes, dos quais a engenharia civil é o principal, constituem-se como fundamentais nesta formação histórica.

## **Abstract**

This work is about the history of how the space has been treated in the state of Santa Catarina, from the 18<sup>th</sup> century on, inside different government conceptions, and of how different objectives related to the space, specific problems, new mechanisms and new knowledge emerged from these distinct frames. From mid 18<sup>ies</sup> to the beginning of the second quarter of the 19<sup>th</sup> century, to govern means to defend and to conserve the sovereign domains. In this framework, the space is what must be defended and the fortification of places is a way of blocking them to the foreign enemy; the military engineering is then constituted as a fundamental knowledge. Nevertheless, it is also important to arrange the place, making it regular, avoiding surprises in the case an attack occurs, and to dispose of vassals to defend it. In the beginning of the 19<sup>th</sup> century, there is a rupture with this pattern and to govern becomes to administrate the population. This means: to search for ways of promoting population growth, while being concerned with its conservation. In this frame, the space is something that must be opened, scrutinized, delimited, divided, that is, "geographized", since the possibility of population growth is related to the extension of the territory that a state disposes of. The immigration becomes a concrete mechanism which permits to propel this growth; thus, it is necessary to know the most indicated places to create some nuclei of population, trying to establish links among them, through the construction of ways of communication in order to promote trade, to make their economic activity stronger and to impel their growth. A whole body of knowledge, civil engineering being the most important of them, has constituted itself as fundamental in this historical formation.

## Introdução

Em 1737, o engenheiro militar português, José da Silva Paes, demonstra a importância estratégica da ilha de Santa Catarina para a conservação dos domínios meridionais da Colônia, sobretudo, da região do Rio da Prata, recém ameaçada pelos espanhóis<sup>1</sup>. Durante muito tempo, ela esteve esquecida pela soberania portuguesa: no final do século XVII, por exemplo, os primeiros súditos que nela haviam se acomodado, perdem quase todas as suas vidas durante uma pilhagem empreendida por piratas ingleses ou holandeses, sem que isto tenha lhe chamado à atenção<sup>2</sup>. No entanto, mesmo esquecida, ela não lhe é totalmente estranha: até o final do século XVIII, o poder lhe reserva o lugar de exílio da desordem. Só então, torna-se proibido o desterro de criminosos e vagabundos à povoação desta ilha<sup>3</sup>.

No final da quarta década do século XVIII, portanto, a ilha de Santa Catarina se torna um espaço fundamental para a conservação do Brasil meridional. Se ela sempre existiu como formação geológica, é apenas neste momento que se lhe atribui a função de ponto estratégico no quadro de defesa destes domínios. Imediatamente, todos vão reconhecer esta importância: se até então ela estava esquecida e não havia sido tratada com o devido cuidado, era porque não se sabia o quanto ela era importante para manter as povoações situadas no Rio da Prata e Rio Grande de São Pedro. A partir de então e até o início do século XIX, ela passa a ser problematizada como um espaço que possui esta função, de sustentar e dar apoio à defesa e conservação do Brasil meridional.

No interior desta problematização que a torna visível como espaço diante da soberania portuguesa, aparecem objetivos precisos em relação a ela, problemas específicos, novos mecanismos e novos saberes. Paes não hesita em dizer que é preciso fortificá-la e de alguém que a governe. O que governar quer dizer? Colocá-la em estado de segurança contra a ameaça externa, fechando-a e impedindo que ela seja tomada em

---

<sup>1</sup> PAES, José da Silva. "Carta sobre a arribada ao porto de Santa Catarina de uma nau Holandesa". *Coleção de Documentos*, p. 92-93.

<sup>2</sup> BOITEUX, Lucas Alexandre. *Notas para a história catarinense*. Florianópolis: Livraria Moderna, 1912. p. 169-170.

caso de assédio; donde a construção de todo um conjunto de aparelhos de defesa do território e da proeminência da engenharia militar como saber do espaço que permite determinar os pontos que, uma vez fortificados, tornam-na cerrada e protegida. Logo Paes percebe que a falta de moradores nesta ilha impossibilita que se disponha de víveres, não apenas às tropas que hão de servir nas suas fortificações, mas aos próprios trabalhadores que estão as construindo. É preciso que se desloque um certo número de súditos de outras regiões para esta nova povoação, de onde se vai poder tirar, não apenas os víveres necessários aos que servem nas fortalezas, mas os próprios futuros soldados de que vai se precisar.

Em meados do século XVIII a ilha de Santa Catarina, torna-se a Capitania da Ilha de Santa Catarina, não apenas pelo fato de lhe ser atribuída esta função estratégica, mas porque há esta concepção precisa do que vem a ser governar: defender e conservar os domínios que pertencem ao soberano, tratando de ordená-los no intuito de os tornar regulares, para que se evite as surpresas, em caso de invasão. Nesta formação histórica, vemos que é o espaço que se governa, é ele que deve ser defendido e segurado. Mas não todo o espaço que se admite pertencer aos territórios de um soberano: é preciso defender e conservar as povoações das quais depende este espaço e sem as quais ele está ameaçado. Defendendo a ilha de Santa Catarina, defende-se também todo o espaço que se encontra no continente, próximo a ela.

Esta concepção faz com que, durante quase um século, o que hoje chamamos de parte continental desta capitania, seja praticamente desconsiderada pela soberania portuguesa. Sua atenção está, até o início do século XIX, totalmente voltada em direção ao horizonte marítimo e a sua vigília, contra o inimigo externo que jamais adormece.

Em 1829, o ex-ajudante de ordens desta capitania, Paulo Joze Miguel de Brito, faz publicar em Lisboa um livro sob o título de *Memória política da capitania de Santa Catarina*<sup>3</sup>. Nele, este autor vai demonstrar que esta capitania se encontra num “estado de decadência” devido aos princípios que até então regeram a sua administração. Governar, diz Brito, não significa mais comandar um exército, mas sim administrar a

---

<sup>3</sup> COELHO, Manoel Joaquim d'Almeida. *Memória histórica da província de Santa Catarina*. Santa Catarina: Typ. de J. J. Lopes, 1873. p. 177. (BOR).

<sup>4</sup> BRITO, Paulo Joze Miguel de. *Memória política sobre a capitania de Santa Catharina escripta no Rio de Janeiro em o anno de 1816*. Lisboa: Academia Real de Ciências, 1829. 181p. (ACL).

população; ou seja, encontrar mecanismos que permitam aumentar e conservar a população, colocando-os em prática.

Imediatamente, vemos a transformação e re-configuração do quadro histórico que se constituiu um século atrás – da qual a *Memória* não é causa, mas ao mesmo tempo signo e sintoma -, que tornou possível o aparecimento e deu visibilidade à ilha de Santa Catarina. Com a transformação deste quadro, vemos, ao mesmo tempo, o ofuscamento e a emergência de novos objetivos em relação ao espaço, o surgimento de uma série de novos problemas, a constituição de novos mecanismos e novos saberes.

Brito insiste num ponto importante: é preciso abrir o sertão da capitania que se encontra em terra firme. O espaço deixa de ser aquilo o que deve ser fechado e se torna aquilo o que deve ser aberto, trazido à luz do conhecimento. Trata-se do fim da secular vigília que se fez do horizonte em que nasce o sol e de uma virada em direção a este espaço que, até então, apenas existia como apêndice da ilha que deveria ser defendida.

No interior desta nova formação histórica que então se constitui, o espaço passa a ser problematizado de outra maneira, ou seja, vemos a própria transformação daquilo que o define e produz. A condição para se aumentar a população que se administra, reside na relação que se estabelece entre o tamanho da população de um Estado e a extensão do seu território; donde surge a necessidade, não apenas de se conhecê-lo, mas de constituí-lo como uma extensão finita, demarcada e delimitada, ou seja, geografizá-lo. Assim, a partir de meados do século XIX, a imigração emerge como mecanismo de regulação da população que permite, a países como o Brasil, impulsionar o crescimento da população; a geografização do espaço é o que permite que ela se constitua efetivamente como uma política.

Mas não basta apenas demarcar e dividir o espaço em que se vai desde então localizar a população: é necessário determinar quais são os lugares mais apropriados para o estabelecimento de núcleos de população; determinar quais são os lugares mais propícios para o desenvolvimento da agricultura e definir quais são as espécies que se aclimatam e se desenvolvem em lugares distintos, com maior proveito. Uma vez definidos estes lugares, é necessário estabelecer ligações entre estes novos núcleos, e destes com aqueles já existentes, sobretudo, com os pontos de entrada e saída do comércio, pois o isolamento a que estão

submetidas certas povoações, torna os seus moradores “preguiçosos e indolentes” e coloca toda a sua povoação em estado de desânimo: as vias de comunicação são as artérias que as retiram deste estado. Portanto, para poder administrar a população, é necessário que se constitua um saber do espaço que delimite a sua extensão, determine os lugares mais apropriados para a localização de núcleos que sirvam como viveiros de aclimação de colonos europeus, e estabeleça ligações entre estes núcleos, o que vai permitir que se desenvolva o comércio e a agricultura de suas povoações, gerando prosperidade e riqueza entre eles, principal fonte de impulsão do crescimento da população. Eis como e porque vão se tornar importantes, desde o século XIX, saberes como a engenharia civil e agrimensura.

Este trabalho é um estudo sobre a história de como o espaço foi problematizado pelo poder em Santa Catarina desde o século XVIII e de como a partir do século XIX ele irá constituí-lo como uma geografia, levando em consideração o que em diferentes momentos era designado por este nome e não o que hoje por ele designamos; ou seja, levando em consideração, não o que hoje a geografia define por este espaço, mas aquilo o que encontramos, em diferentes épocas, designado de maneira dispersiva por este nome.

Mas não apenas isto. Trata-se de um estudo de como ele foi problematizado no interior de diferentes noções de governo, e de como no quadro destas diferentes noções o espaço pode ser produzido. Ou seja, não é apenas uma história das noções de governo e de como não é sempre o mesmo espaço que emerge do seu interior, mas também de como no quadro de uma noção podem aparecer objetivos diferentes em relação ao espaço, problemas específicos, novos dispositivos, mecanismos e saberes.

## É Preciso Governar Esta Ilha

No início de 1712, o engenheiro militar francês Amedée Frézier, vindo da Europa em direção ao Pacífico, aportava na Ilha de Santa Catarina. Eis como ele descrevia sua defesa ao se referir aos 147 brancos – “uma parte portugueses e outra de europeus fugitivos” -, alguns índios – “uma parte que servia livremente e outros aprisionados em guerra”-, e negros libertos que nela habitavam: “Suas armas comuns são os facões de caça, flechas e machados; possuem poucas espingardas e raramente pólvora; estão, no entanto, suficientemente defendidos pelas matas onde uma infinidade de espinheiros de toda a espécie as torna quase impenetráveis, de sorte que, tendo sempre a retirada segura e pouco equipamento a transportar, vivem tranqüilamente, sem o medo de verem suas riquezas arrebatadas”<sup>5</sup>. Comuns ou mais aprimoradas, não são as armas que os protegem; além do mais, para as poucas espingardas que possuem, falta-lhes a pólvora. No entanto, há uma vegetação que suficientemente os defende: esta infinidade de espinheiros de toda a espécie, quase impenetráveis, proporciona, em momentos de ameaça, uma retirada segura, o que permite viver tranqüilamente.

Frézier não pôde deixar de notar com certa estranheza o fato de que, após descerem a terra em busca de refrescos, encontrarem uma casa recentemente abandonada, a julgar pelas cinzas ainda quentes encontradas, malgrado haverem se manifestado com gestos pacíficos em sua chegada – mais tarde vieram a saber que haviam se equivocado com os sinais de amizade e que os seus moradores, amedrontados com sua chegada, tinham-se refugiado nas montanhas. “Quando íamos à procura de outras habitações, vimos dirigirem-se até nós três homens em uma piroga, enviados pelo Governador ou Capitão da Ilha, para nos pedir que não entrássemos nas casas, (...) e que se não tivéssemos intenção de lhes fazer mal algum, eles nos

---

<sup>5</sup> FRÉZIER, Amédée F. “Descrição da Ilha de Santa Catarina”. In: HARO, Martim Afonso Palma de. *Ilha de Santa Catarina: Relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX*. 4a. ed. Florianópolis: UFSC/Lunardelli, 1996. p. 23.

ofereceriam víveres e refrescos que possuíam, como haviam feito a outros navios franceses que haviam estado entre eles”<sup>6</sup>.

Alguns anos mais tarde, George Shelvocke reafirmava as observações de Frézier referentes à defesa desta Ilha. “Não têm eles nenhum local que se possa chamar de ‘cidade’, nem tampouco qualquer fortificação de qualquer espécie, com exceção das matas. Estas, com efeito, são um ótimo refúgio, para onde podem escapar com segurança em casos de ataques”<sup>7</sup>. O fato de nela não haver uma fortificação construída não é sinônimo de falta de segurança, pois para Shelvocke, assim como para Frézier, as matas ao entorno disto que não se pode chamar de cidade, ocupam o espaço que a fortificação em outro lugar ocuparia, fornecendo-lhes a segurança necessária, um refúgio que lhes proteja em caso de ataque.

O mesmo acontece com as armas de que dispõem. Não servem como elemento de defesa contra o possível inimigo que possa aparecer no horizonte claro e infinito d’além mar. Elas servem como proteção contra um inimigo mais próximo que faz questão de marcar sua noturna presença sobre as areias das praias.

Dispõem de armas de fogo suficientes para o seu uso e realmente as usam com frequência, pois devem constantemente defender-se das onças. Mas o hábito já os fez encararem essa inconveniência com serenidade, embora em suas casas devem sempre manter um grande número de cães para defendê-los contra aquelas criaturas (...). Contaram-me que uma onça, de certa feita, matou 8 ou 10 cães em uma só noite. Mas durante o dia, elas dificilmente conseguem escapar deles e dão aos habitantes uma espécie de diversão e uma oportunidade de destruí-los efetivamente. Em resumo, nada é mais comum do que se ver as marcas das patas de onças sobre as areias das praias<sup>8</sup>.

Nos dois relatos, vemos que o problema da defesa e segurança desta ilha e de sua povoação não está ligado a necessidade de construção de uma fortificação, mesmo porque o que se pode perceber é que as armas lhes protegem das feras locais assim como os ‘matos’ e ‘espigueiros’ próximos de suas habitações, os quais ainda servem como proteção a possíveis invasores. Também neste sentido, em 1711, Manoel Gonçalves de Aguiar dizia que fortificar a ilha de Santa Catarina seria um “erro”, pois sua enorme quantidade de praias permitia o desembarque de embarcações por todos os lados<sup>9</sup>.

---

<sup>6</sup> Idem, p. 19-22.

<sup>7</sup> SHELVOCKE, “Uma descrição da Ilha de Santa Catarina, aos 27 graus e 30 minutos de latitude sul, na costa do Brasil, e dos seus habitantes”. *Idem* p. 47.

<sup>8</sup> Idem, p. 47.

<sup>9</sup> Cf. TAUNAY, Afonso de E. *Em Santa Catarina Colonial. Capítulos da História do Povoamento*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1936. p. 36. (BOR)



Mas não apenas isto. Se atentarmos para o fato de que o relato do viajante servirá também como meio de informação para o soberano que ele representa, bem como, para outros viajantes, quer seja para apontar as dificuldades e facilidades de conquista de um novo domínio ou até para definir o melhor porto de parada de uma certa rota para reabastecimento, veremos que a descrição de Frézier e a de Shelvocke não é nem tão descritiva e nem tão desinteressada quanto aparenta<sup>10</sup>: ela revelava a posição em que a ilha se encontrava no espaço horizontal das possíveis formas de fortificação existentes. “Ninguém ignora a pouca fábrica de que a fortificação em seus princípios confiava; porque como naquele tempo não havia que temer mais que a voracidade das feras e insulto dos ladrões, não usavam outras muralhas senão silvas”<sup>11</sup>. A relação entre as duas descrições com a classificação de uma forma primeira de fortificação de Pfeffinger é visível. O que não quer dizer um atraso, na medida em que ela cumpre os objetivos a que se propõe, responde a uma certa finalidade; mas também revela uma certa distância com o que na Europa se conhece por fortificação moderna. No fundo, toda descrição de fortificação ou plano de defesa que se faz no século XVIII, já oferece um plano de ataque, traz em si esta possibilidade.

Mas aqui é preciso não se esquecer de alguns acontecimentos. Em 1710 o francês Jean-François Duclerc invade o Rio de Janeiro, sendo no entanto em seguida detido, aprisionado e morto. No ano seguinte, René Duguay-Trouin entra na Baía da Guanabara, tomando em seguida a cidade do Rio de Janeiro, onde liberta os prisioneiros feitos no ano anterior e saqueia a cidade. Na fortaleza da Ilha das Cabras apenas sete homens estavam a defender a cidade, os quais tiveram que abandoná-la pela demora do reforço que os pudesse socorrer. Duguay-Trouin deixa em seguida a cidade na iminência de um contra-ataque vindo de homens que foram mandados de Minas Gerais para o Rio de Janeiro com o intuito de defendê-la.

Esta invasão ficará por longos anos na memória de governadores no Brasil e irá seguidamente, a partir de então, justificar planos de fortificação ao longo da costa brasileira. As fortificações da principal cidade ao sul da Bahia se mostraram demasiadamente vulneráveis, e a iminência de perdê-la mostrou toda a

---

<sup>10</sup> O texto de Shelvocke, que esteve na Ilha em 1719, remete constantemente a narrativa de Frézier, assim como o texto de George Anson que esteve na Ilha em 1740 remete freqüentemente aos dois anteriores, não com o intuito de anotar os progressos da região, mas com o objetivo de marcar as diferenças que encontrou com as antigas narrativas e com as quais devem atentar os novos viajantes. Sobre isto, ver DEFERT, Daniel. *Colônias Perdidas, Mundos a Descobrir*. In: DUBY, G. (et al). *História e Nova História*. Lisboa: Teorema, 1986. p. 68. Voltaremos a esta questão mais a frente.

<sup>11</sup> PFEFFINGER, Mr. (composta por). *Fortificação moderna ou recompilação de diferentes métodos de fortificar que usão na Europa, os espanhoes, franceses, italianos, e holandezes. Com um dicionario alphabetico dos termos militares, ofensa, e defesa de Praças, construções de baterias, e minas, e forma de aquartelar exercitos*. Lisboa, 1713. p. 2. (BRG).

insegurança em que se encontram os domínios portugueses no Brasil. No ano seguinte, em 1712, será enviado ao Brasil o brigadeiro João Massé, engenheiro militar encarregado de projetar fortificações nas cidades do Rio Janeiro, Bahia e Vila de Santos. Em 1714, Massé conclui a *Planta da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro com suas fortificações*<sup>12</sup> e uma *Relação de todas as fortificações e reparações necessárias para a conservação e defesa da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro e do seu porto*, onde irá lembrar que “a experiência de duas invasões que fizeram os franceses a esta cidade tem mostrado claramente quanto é necessário para sua conservação de ser ela fortificada pela banda de terra”<sup>13</sup>. Ainda neste ano ele apresenta a planta do projeto de fortificação do Rio de Janeiro que inclui o traçado do muro para proteção da retaguarda da cidade<sup>14</sup> e conclui a *Planta da Villa de Santos e de seu porto, com suas fortificações desenhadas de novo*<sup>15</sup>. Em 1715, Massé conclui a *Planta da cidade da Bahia*<sup>16</sup>.

Mas não devemos nos apressar neste ponto. Não é a invasão como *fato* histórico que produz uma consequência, a fortificação do litoral brasileiro. É necessário primeiramente que exista um *olhar* que enxergue a invasão como consequência da falta de fortalezas, um *olhar* sobre o espaço que localize na ausência de fortificações um problema para a defesa e conservação do território. É imprescindível a existência de um certo *olhar* para que se possa enxergar num determinado acontecimento – mesmo para considerá-lo como tal - um problema a ser resolvido, e ao qual ele irá atribuir consequências e deduzir suas causas, pois se sabe que às causas da invasão de Tróia, não se atribui à falta de fortalezas.

A fortificação é um dispositivo arquitetônico-militar proveniente desta noção soberana de governo e que se difunde no século XVII na Itália, França, Holanda, Espanha e outros países da Europa, uma espécie de visibilidade de um certo enunciado. Sem dúvida que a emergência de um poder soberano, a partir do século XVI, irá produzir este dispositivo, do qual encontramos as primeiras referências no início do renascimento. A partir do século XVI, elas se multiplicam: Cataneo, 1573: *Le capitaine, contenant la manière de fortifier les places, assailir et défendre, avec l'ordre qu'on doit tenir pour asseoir un camp*; Stevin de Bruges, 1618: *Nouvelle manière de*

---

<sup>12</sup> Esta planta bem como todas as que serão citadas em seguida se encontram em REIS, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial, 2000. p. 165.

<sup>13</sup> AHU, Lisboa. Núcleo Rio de Janeiro, doc. no. 3323.

<sup>14</sup> REIS, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial, 2000. p. 166.

<sup>15</sup> Idem, p. 197.

<sup>16</sup> Ibidem, p. 37.

*fortification par escluses*; Errard, 1620: *La fortification démontrée et réduite en art*; Antoine de Ville, 1640: *Les fortifications, contenant la manière de fortifier toutes sortes de places*; ainda no século XVII encontramos os trabalhos de Marolais e as compilações sobre o método de fortificação de Vauban<sup>17</sup>.

Apenas no final do século XVII e início do século XVIII veremos a constituição deste dispositivo em Portugal com a publicação do trabalho de Pimentel em 1680<sup>18</sup> e com a organização de escolas responsáveis pela formação de um corpo de engenheiros militares. Será este dispositivo que permitirá que se veja o quão desprotegido se encontram as praças portuguesas ultramarinas: em 1698 e em 1704, fala-se da conveniência em se fortificar a Praia Vermelha e da construção de uma fortaleza no “lugar Lage”<sup>19</sup>; no entanto, esta conveniência expressa antes uma continuidade com uma certa timidez com que se apresentou a fortificação no Brasil no século XVII do que a emergência de um dispositivo e de uma política de fortificação da costa brasileira.

Em 1708, através de ordem real, é traduzida para o português a obra de Antoine de Ville, *O governador de praças*, que juntamente com os livros compilados sobre o método de fortificação de Vauban, era a principal referência a este respeito no século XVII, obra esta que imediatamente passará a ser o principal manual dos governadores de praças portuguesas<sup>20</sup>. Em 1713, também é traduzida em Lisboa uma compilação sobre as diferentes maneiras de se fortificar na Europa<sup>21</sup>. Em 1728, são publicados em Lisboa os dois volumes de *O engenheiro português*, escritos pelo engenheiro-mor dos reinos portugueses, Manoel de Azevedo Fortes, e que deveriam ser utilizados como manuais, não apenas práticos, mas também de formação dos aprendizes militares.

---

<sup>17</sup> A Biblioteca da École National des Ponts et Chaussées, em Paris, dispõe de um fundo antigo onde se pode consultar inúmeras obras a este respeito.

<sup>18</sup> PIMENTEL, Luis Serrão. *Methodo Lusitano de desenhar as fortificações das praças regulares e irregulares, fortes de campanha e outras obras pertencentes a architettura militar: distribuído em duas partes operativa e qualificativa*. Lisboa, 1680. 666p. (BNL).

<sup>19</sup> “Consulta do Conselho Ultramarino sobre a fortificação da Praia Vermelha e a planta e informações que enviará o governador do Rio de Janeiro Arthur de Sá e Menezes sobre a mesma fortificação. Lisboa, 14 de novembro de 1698”. *AHU*, Núcleo Rio de Janeiro, doc. 3328. “Consulta do Conselho Ultramarino sobre a informação do Governador do Rio de Janeiro acerca da conveniência de construir uma fortaleza no lugar Lage. Lisboa, 28 de janeiro de 1704”. *AHU*, Núcleo Rio de Janeiro, doc. 3331.

<sup>20</sup> TOLOZANO, Antônio de Ville. *O governador de praças, obra muyto util, e necessária não só para os governadores de praças, mas também para todos os officiais de guerra, que quizerem aprender a doutrina militar, e as suas obrigações principalmente nos presidios*. Lisboa, 1708. 519p. (BRG). (Trad. “De la charge des gouverneurs des places: où sont contenus tous les ordres qu’on doit tenir pour préparer les choses nécessaires dans une place...”. Paris, 1639).

<sup>21</sup> PFEFFINGER, Mr. (composta por). *Fortificação moderna ou recompilação de diferentes métodos de fortificar que usão na Europa, os espanhoes, franceses, italianos, e holandezes. Com um dicionario alphabetico dos termos militares, ofensa, e defesa de Praças, construções de baterias, e minas, e forma de aquartelar exercitos*. Lisboa, 1713. p. 2. (BRG).

Já em 1701, o Rei D. Pedro II, através do Real Decreto de 20 de julho, mandou que se formassem novas “Academias de Fortificações” em todas as províncias de Portugal, as quais poderiam formar engenheiros tomando como alunos os seus soldados particulares. No entanto, apenas na Província do Minho se organizou uma Academia, através do Coronel Manoel Pinto Villa-Lobos<sup>22</sup>.

Em sua Representação de 1720, Manoel de Azevedo Fortes irá apresentar uma proposta que deveria, a partir de então, regularizar e incentivar a formação de engenheiros em Portugal. As “Academias de Fortificações” haviam fracassado; na única instalada, em 19 anos de existência, apenas 3 pessoas passaram a ajudantes de engenheiro. Com Fortes, passa a existir uma problematização da função que deve exercer o engenheiro militar, não apenas no exército, mas também no momento da guerra; é através dele que se introduz em Portugal o problema da importância desta função para a defesa e conservação dos domínios do soberano – “são os engenheiros as maiores autoridades em todos os tempos de ameaça e guerra”<sup>23</sup>. Fortes insiste num problema sociológico responsável pelo não interesse dos jovens por esta profissão, o qual seria solucionado com a reforma que propunha, o da desvalorização e pouca reputação que tinham os engenheiros diante de outros oficiais. Através dela, definir-se-ia quem são os engenheiros mais capacitados, os quais passariam a dispor da mesma reputação que os oficiais de infantaria, cabendo aos outros passar por uma Academia. Os engenheiros continuariam a ser tirados entre os soldados particulares.

Ora, não apenas a constituição destas academias bem como a reorganização da formação do engenheiro militar, mas todo um conjunto de publicações, tanto portuguesas como de traduções dos principais trabalhos sobre fortificação na Europa, irá possibilitar que se enxergue, na ausência de fortalezas no Brasil, um problema para a conservação destas possessões. Portanto, para que se possa ver que as facilidades encontradas pelos franceses que invadiram o Rio de Janeiro em 1710 são advindas da ausência de fortificações no litoral brasileiro, é preciso que exista um *olhar* constituído a este respeito.

Rapidamente, perceber-se-á o quão vulneráveis se encontram as praças portuguesas no Brasil. Por duas vezes, em 1711 a primeira e 1714 a segunda, será enviado para as costas meridionais da colônia o

---

<sup>22</sup> FORTES, Manoel de Azevedo. *Representação feita a S. Majestade sobre a forma e direção que devem ter os engenheiros para melhor servir ao dito Sr. neste reino e suas conquistas*. Lisboa, 1720. p. 3. (BNL).

<sup>23</sup> Idem, p. 6-7.

sargento-mor da cidade de Santos, Manoel Gonçalves de Aguiar, no intuito de realizar um inquérito espaço-militar sobre estes domínios bem como localizar um lugar apropriado para estabelecer uma nova praça que servisse como apoio a sua defesa.

Em 1721, o governador e capitão general da cidade do Rio de Janeiro, Antônio de Brito e Menezes, enviará a Aguiar um questionário com 21 perguntas a respeito da costa e povoações do mar do sul<sup>24</sup>. Timidamente começa a se articular a relação entre governar e o problema da defesa e conservação da colônia portuguesa. As questões feitas a Aguiar demonstram a articulação deste problema: se a ilha de Santa Catarina e o porto do Rio Grande são acessíveis a qualquer tipo de embarcação, e se necessita-se de monção ou de corrente marítima para neles ancorar; se oferecem segurança às embarcações neles ancorados; que forma toma a terra após a entrada na barra do Rio Grande; se há muito peixe na ilha e na lagoa da Laguna e se é possível caçar baleias nas águas em torno da ilha; se é sadia e de boa qualidade o ar, a água e o terreno nesta região; como se configura o seu terreno, se é montanhoso ou campestre; se há gado na ilha, próximo ao rio Taramandy e do que se sustentam os seus moradores; se a ilha tem desembocadura por mar; o que há nas ilhas da Galé e do Arvoredo; o que é esta tal de “enseada das Garoupas”; se entre os rios que não se sabe o nome há gentio que faz resgate; que rios existem da ilha até o porto do Rio Grande; qual é a distância entre o rio Taramandy e o porto do Rio Grande; se os castelhanos aparecem neste sertão para buscar alguma coisa; onde se encontra o gentio e se há algum tipo de comércio com eles; se construir-se uma fortaleza na ilha ou terra firme, ela estará defendida; e enfim, onde se pode fazer uma povoação que possa socorrer esta ilha e a Nova Colônia.

Nestas questões enviadas a Aguiar, não é o desconhecimento de toda uma região que salta aos olhos; ao contrário, nelas podemos localizar a emergência de uma nova preocupação que irá produzir um certo saber do espaço. O exame espaço-militar realizado pelo sargento-mor Gonçalves de Aguiar, é o primeiro exame produzido sobre o espaço ao sul do porto de Santos com o intuito de torná-lo defensável. E será através do exame, do inquérito espaço-militar que se poderá produzir um saber sobre o território que, ao se articular com o problema da sua defesa e conservação, possibilitará que se exerça o seu governo.

---

<sup>24</sup> Publicado como: “Notícias práticas da costa e povoações do mar do sul”. *Revista do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, no. 35, 1929, p. 349-362. (BRG). Este documento também se encontra transcrito em TAUNAY, Afonso de E. *Em Santa Catarina Colonial. Capítulos da História*

Mas é preciso dizer aqui que até meados da década seguinte estas questões se apresentam no Brasil de forma difusa e incipientes. Basta perceber que mesmo Aguiar em seu exame não visitou pessoalmente os terrenos depois de Laguna. “Isto é o que respondo às perguntas que se fazem com declaração”, dizia Aguiar ao concluir suas respostas, “que da Laguna, última povoação desta Costa do Sul até a cidade do Rio de Janeiro vi, corri, examinei e sondei em pessoa, e do Rio Grande, sua campanha até dentro de Buenos Aires me informei de pessoas fidedignas, que cursarão todas aquelas campanhas muitos anos...”<sup>25</sup>.

Ao poder soberano é imprescindível, desde *O Príncipe*, o conhecimento do território que se governa, pois dele irá depender a sua conservação. Maquiavel irá sugerir, neste sentido, que em tempos de paz se pratique constantemente a caça, pois além dela acostumar o corpo do príncipe a situações rudes, ela o instruirá a respeito dos seus territórios. Através desta prática, ele

será instruído quanto à natureza dos lugares, aprendendo como elevam-se os montes, como abrem-se os vales, como estendem-se as planícies, e descobrindo a essência dos rios e dos pântanos, coisas às quais aplicará toda sua atenção. Esses conhecimentos apresentam uma dupla utilidade: primeiro, o príncipe passará a conhecer os territórios, podendo melhor conceber o modo de defendê-los; além disso, com os conhecimentos e com a prática adquirida nesses lugares, facilmente ele compreenderá a natureza de qualquer outro lugar que noutra vez seja-lhe necessário explorar, porquanto as colinas, os vales, as planícies, os rios e os pântanos (que existem, por exemplo, na Toscana) guardam uma certa semelhança com aqueles de outras latitudes, de sorte que do conhecimento da paisagem de uma região pode-se passar facilmente ao conhecimento de outras. Ao príncipe que faltar essa perícia faltarão a primeira das aptidões que deve possuir um capitão, já que é esta que o capacitará a desemboscar o inimigo, a assaltar e a sitiá-lo em posição de força<sup>26</sup>.

No entanto, anotemos uma importante diferença. Em Maquiavel, este conhecimento do espaço está estritamente ligado às possibilidades de melhor se defendê-lo; já as questões que se vê no inquérito espaço-militar de Aguiar, sem dúvidas, não se restringem apenas a estas possibilidades; há todo um conjunto de outros elementos que necessariamente estão articulados com o problema da conservação do território; ou seja, a necessidade de se fazer uma povoação que socorra à ilha e a região, vem acompanhada de um interesse a respeito da própria sorte em que ela irá se encontrar depois de constituída; portanto, é necessário saber se nela há peixe e gado que lhes sustentarão, se há possibilidades de se caçar baleias, se a qualidade do

---

*do Povoamento*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1936. p. 71-83. (BOR); e TAUNAY, Afonso de E. *Relatos Sertanistas*. 2ª. ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: edusp, 1981. p. 213-225.

<sup>25</sup> “Notícias práticas”, p. 360; Taunay, p. 82.

<sup>26</sup> MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Porto Alegre: LPM, 1999. p. 83-84.

ar, da água e do terreno é boa, enfim, se os meios de subsistência disponíveis irão garantir a própria existência da povoação que deve lhe segurar. Talvez isto seja importante anotar, pois governar parece não mais se tratar apenas de uma preocupação com a conservação territorial, tal como vemos em Maquiavel, mas de uma preocupação que articula este problema, com aquele da sobrevivência dos moradores de uma povoação.

Não há dúvida de que a partir de 1735, com a vinda ao Brasil do engenheiro militar português José da Silva Paes, enviado ao Rio de Janeiro para fortificar aquela cidade e dar continuidade aos trabalhos de Massé, há um recrudescimento desta forma de governar e uma difusão deste princípio de produção do saber sobre o território através do exame e do inquérito espaço-militar. A idéia de que não há possibilidade de conservação de um domínio sem o conhecimento de seu território é o princípio de seu trabalho, não pelo fato de Paes possuir uma característica individual que o diferencie e explique o movimento de seu trabalho, mas pelo fato dele se encontrar neste saber militar que é a engenharia no século XVIII. Manoel de Azevedo Fortes, que havia sido o seu mestre em Portugal, assim se referia a este respeito: “É sem dúvida que os maiores capitães e os maiores generais são os que têm melhor conhecimento dos terrenos em que se hão de executar as empresas militares. Deste importante conhecimento dependem as vitórias e os triunfos; sem ele ninguém pode exercitar bem a arte militar, a qual não só dá e tira impérios, mas também a vida, que muitos tem perdido pela sua ignorância”<sup>27</sup> - eis como a ignorância, o desconhecimento sobre o terreno em que se há de executar uma empresa militar passa a estar associado, não apenas ao infortúnio da batalha, mas a própria morte. Com efeito, é importante aqui esclarecer o que se quer dizer por “conhecimento do território” e que se produz através do inquérito espaço-militar. Em primeiro lugar, não se trata, de modo algum, de se conhecer a geografia da região que se governa; não se fala no século XVIII, jamais, no espaço em termos geográficos e se assim se quiser fazer, só o será possível de maneira retrospectiva; depois, o território ou espaço aqui não pode ser compreendido como um universal, segundo uma “percepção” militar, mas como aquilo que é produzido por este dispositivo, sem o qual ele não existe; enfim, o território ou o espaço é um conjunto de elementos que se pode ver a partir do momento em que se relaciona uma certa ordem de coisas, acontecimentos e possibilidades com esta noção de defesa e conservação.

O trabalho de Paes e todo o trabalho de fortificação da costa brasileira, a partir de 1735, insere-se de maneira geral no próprio interesse da soberania portuguesa desde o início do século XVIII, em conhecer seus territórios. É neste intuito que em 1722, o engenheiro-mor do reino de Portugal, Manoel de Azevedo Fortes, publica o *Tratado do modo mais fácil e mais exacto de fazer as cartas geográficas*. Encarregado de gerir a produção deste conhecimento sobre os territórios de Portugal e de suas conquistas, logo percebeu que não o faria sem a ajuda de vários engenheiros, pois a confecção de um mapa sempre é um trabalho muito demorado<sup>28</sup>; sua matéria é grande, pois compreende toda a redondeza da terra, devendo mostrar a situação dos reinos, províncias, vilas e cidades não deixando de atender a correspondência que as partes da terra tem com os círculos celestes e meridionais<sup>29</sup>. Desta forma, Fortes escreve o seu *Tratado* para que esta “obra seja uniforme, feita por um mesmo método, e de baixo de um mesmo ponto ou petipe”<sup>30</sup>. Ou seja, não se trata apenas de produzir um conhecimento, mas de gestionar sua produção, normatizá-lo. É necessário primeiro normatizar a produção deste saber do espaço, para que ele seja verdadeiramente útil, para que possa realmente servir ao soberano. Deste saber militar do espaço depende a defesa do território, bem como a possibilidade de novas conquistas.

Mas não devemos ver no trabalho de Paes no Brasil, a partir de 1735, um caminho linear e expansivo: não é pelo fato de que depois de feitas as fortalezas no Rio de Janeiro, naturalmente, pela lógica deste sistema, partir-se-ia a fortificar o restante da costa, sobretudo sua parte próxima a da América espanhola. Em janeiro de 1735, Paes é enviado ao Brasil para continuar o trabalho de fortificação do Rio de Janeiro iniciado por Massé, porto donde escoavam os minérios extraídos das Minas Gerais; ao chegar, ele também assume o governo do Rio de Janeiro e suas capitanias, pois Gomes Freire de Andrade fora transferido para aquele governo.

---

<sup>27</sup> FORTES, Manoel de Azevedo. *Tratado do modo mais fácil e mais exacto de fazer Cartas geográficas, assim da terra, como do mar, e tirar as plantas das praças, cidades, e edificios com instrumentos e sem instrumentos*. Lisboa, 1722. p. 4. (BRG).

<sup>28</sup> Idem, p. 5.

<sup>29</sup> Ibidem, p. 1. Aqui, é importante notar que a carta geográfica a que se refere Fortes em seu tratado não é aquela que se faz a partir do século XIX; a geografia, aqui, trata, sobretudo, do conhecimento e localização de pontos no globo terrestre, bem como do estabelecimento de rotas marítimas. Quando se trata de plantas de cidades e edifícios, está-se no domínio da geometria. No século XVIII a geografia está inserida no espaço de um saber que pretende descrever o universo; aqui, é preciso lembrar, não é a Heródoto que se atribui a sua paternidade, mas sim a Ptolomeu.

<sup>30</sup> Ibidem, p. 4.



Imediatamente ele inicia o trabalho de fortificação da cidade, começando pela Ilha das Cobras e seguindo pelas fortalezas de Santa Cruz, São João, Lagem, Vergalhão, São Januário e Conceição<sup>31</sup>. Pode-se dizer que seu trabalho, inicialmente, deveria se restringir à conclusão destas fortalezas, no entanto, em junho chega o aviso da invasão da Colônia do Sacramento pelo governador de Buenos Aires e no mês seguinte o aviso de V. Mag. sobre “a prevenção com que se deviam achar todas as conquistas e com maior cautela a dita a praça”<sup>32</sup>. Paes, como governador e responsável pelo governo desta praça, vê-se na obrigação de conservá-la e vai para lá se dirigir neste intuito. Ora, a invasão, a guerra, a iminência de perder parte dos domínios do soberano, define novas estratégias e ilumina, faz emergir diante do poder todo um território até então desconhecido; ou seja, a fortificação do litoral brasileiro não é um projeto latente desde o seu início, desde a chegada de Massé ao Rio de Janeiro e que vai progressivamente se desenvolver durante o século XVIII. Ao contrário, durante todo o século XVIII, é o acaso de uma invasão e o inesperado de uma guerra que vai constantemente inventar novos domínios, criar novos territórios a serem governados, bem como intervir em outros que não se apresentem defensáveis, como aconteceu no Rio de Janeiro, após 1711, e como vai acontecer, após 1735, nesta nova “região” chamada de Brasil meridional.

No entanto, em relação a uma preocupação com o território, a noção de fortificar define, contorna e recorta o espaço possível do conceito de governar no século XVIII: ela o delimita. Se o acaso da invasão e da guerra inventam novas regiões e definem novas estratégias, isto ela o faz sempre dentro deste espaço possível que a noção de fortificar delimita. Toda esta problemática podemos encontrar num livro traduzido e publicado em português no início do século XVIII e que deveria servir como manual a todos os governadores de praças, presídios e cidades portuguesas, *O governador de praças*<sup>33</sup>.

Não sendo mais do que um representante do Rei na praça em que governa, é dele e de sua vigilância, fidelidade e valor que depende a sua conservação<sup>34</sup>. Conservá-la é na maioria das vezes mais importante do que conservar um exército, “porque é de algumas [praças], de que depende uma Província inteira ou

---

<sup>31</sup> Cf. “Processo de serviços do Brigadeiro José da Silva Paes”. AHU. Maço de correspondências do Rio de Janeiro do ano de 1711-1719. fls. 2-3. Há uma cópia manuscrita deste volumoso documento na Biblioteca Rio-Grandense.

<sup>32</sup> Idem, fl. 2, verso.

<sup>33</sup> TOLOZANO, Antônio de Ville. *O governador de praças, obra muyto util, e necessária não só para os governadores de praças, mas também para todos os officiais de guerra, que quizerem aprender a doutrina militar, e as suas obrigações principalmente nos presidios*. Lisboa, 1708. 519p. (BRG).

<sup>34</sup> Idem, p. 2.

também a maior parte de um exército derrotado em um combate, porque este pode se reunir e refazer e também segurar o país retirando-se às praças vizinhas; porém dificilmente se recupera uma boa praça depois de perdida”<sup>35</sup>.

Deverá então o governador de uma praça ser sempre um engenheiro militar? Não, porém aquele que vier a sê-lo, deverá saber o necessário sobre a “ciência da guerra”, não tudo, pois suas partes são muito vastas; sobretudo, deverá saber sobre o que concerne à conservação e defesa de uma praça. Mas o que isto, conservar e defender uma praça, quer dizer? “A conservação consiste na ordem e boa disposição com que se evitam as surpresas, que são de muitas sortes (...) e a defesa consiste em saber tudo o que deve obrar para se opor à força do inimigo que lhe quer fazer violência”<sup>36</sup>.

Pressuposto este que parece ser estranho ao século XVII. Não é necessário aquele que governa uma praça, o domínio deste saber sobre o espaço, imprescindível para aquele que deseja fortificá-la. No entanto, se isto acontece a um governador, basta que ele se inteire sobre esta ciência através dos livros, para que na ocasião oportuna, possa reduzi-la a prática<sup>37</sup>.

## **No início do século XVIII, torna-se imprescindível àquele que governa uma praça o domínio deste saber, pois é através dele que pode e deve governar.**

O governador de uma praça, quando não for engenheiro de profissão, deve ao menos saber perfeitamente tudo o que pertence ao ataque e defesa das praças, com uma boa idéia da fortificação e da disposição e grandeza das suas partes flanqueadas e flanqueantes; e se o príncipe lhe confiou o governo, supôs que sabia todos os meios de a bem defender; e assim para exercitar este posto com honra e crédito, não deve ignorar nada daquilo que deve saber um engenheiro<sup>38</sup>.

---

<sup>35</sup> Ibidem, p. 2-3.

<sup>36</sup> Ibidem, p. 15.

<sup>37</sup> Cf. “Discurso sobre a conveniência da fortificação da montanha desta cidade”. In: *Livro primeiro do governo do Brasil, 1607-1633*. Rio de Janeiro: Ministério da Relações Exteriores, 1958. p. 48-53.

<sup>38</sup> FORTES, Manoel de Azevedo. *O engenheiro português. Tomo segundo, que compreende a fortificação regular, e irregular; o ataque e defesa das praças; e no Appendice o uso das Armas de guerra*. Lisboa, 1729. p. 384. (BRG). Creio que aqui não se faz necessário uma lista de governadores de capitanias do Brasil no século XVIII que eram engenheiros – a qual poderia, até mesmo, começar pelo nome de Silva Paes -, seja por ilustração ou seja como verificação da importância que eles vieram a adquirir neste diagrama de poder, na medida em que este trabalho procura descrever as condições históricas de sua constituição e não tanto as sociológicas.

A importância deste saber para um governador se dá por dois motivos: primeiramente, justifica-se pelo fato de que, em determinados momentos, o governador pode se encontrar em alguma praça onde não haja nenhum engenheiro, num momento em que se faz urgente a sua fortificação, evitando assim o inesperado; em segundo lugar, justifica-se pela possibilidade de, através deste saber, poder avaliar as obras que estão sendo feitas por seus encarregados<sup>39</sup>.

Assim como o médico deve conhecer o corpo humano, o governador deve saber sobre fortificação. Como “os ataques e defesas das praças todos os dias sucedem e é a ciência particular e própria de um governador, a quem a ciência de fortificação é tão necessária como a um médico o conhecimento do corpo humano”<sup>40</sup>. Eis aqui uma comparação recorrente, não esta entre o saber do engenheiro e o saber médico, mas aquela entre a praça a ser fortificada e o corpo humano. Ela vai aparecer ainda quando Tolozano justificar a importância das obras exteriores – foços, esplanadas, etc – em uma praça: “as obras exteriores são as mais importantes de uma praça e a que as não têm, não se pode reputar por bem fortificada, porque a fortificação é como um corpo humano, o qual por robusto que seja, não estando armado, não pode resistir muito tempo, porque todos os golpes lhe chegam; e as obras exteriores são como as armas da fortificação”<sup>41</sup>.

No Brasil, diferentemente da Europa, as fortificações irão se restringir às chamadas “praças marítimas”. Na verdade, serão poucas as fortificações de praças construídas no Brasil que não aquelas voltadas para a defesa contra o inimigo que chega por mar, ao contrário da Europa, onde os planos de construção em sua maioria se referiam às “praças terrestres” e do qual o plano de Neuf-Brissac fornecia um modelo<sup>42</sup>.

Nas praças marítimas a noção de fortificação, ou seja, tornar um determinado lugar um ponto fechado sobre si, suficientemente resistente para se defender e sofrer uma pressão externa, e suficientemente

---

<sup>39</sup> Tolozano, p. 158.

<sup>40</sup> Idem, p. 78.

<sup>41</sup> Ibidem, pp. 127-131.

<sup>42</sup> BELIDOR, M. *La science des ingenieurs dans la conduite des travaux de fortification et d'architecture civile*. Paris, 1739. (6 livros). (BRG). Mas é preciso lembrar de fortificações importantes construídas na fronteira entre a América portuguesa e a espanhola, como o forte de Coimbra, na margem ocidental do Rio Paraguai, e o forte Príncipe Beira, na margem oriental do rio Guaporé.

forte para atacar e se impor neste exterior, dá-se, sobretudo, através da idéia de defender a sua entrada<sup>43</sup>. Na medida em que se defende a sua entrada, impede-se que o inimigo se aproxime da praça, mantendo-a conservada. Assim, antes de tudo, é preciso definir onde é a sua entrada, ou seja, por onde embarcações de diferentes tamanhos poderão ou não entrar em caso de ataque e a partir daí definir o sistema que deve ser constituído para defendê-la, como vemos no Rio de Janeiro em 1735<sup>44</sup>, no Rio Grande em 1736<sup>45</sup>, em Santos em 1738<sup>46</sup> e na Ilha de Santa Catarina em 1739<sup>47</sup>.

Mas aqui não devemos nos precipitar. A história não repousa num sentido, como o querem os historiadores que estudaram este problema. Não se pode, apenas pelo fato de se saber de antemão que após o “conflito do prata” foram criadas novas povoações, como a de Rio Grande e a da ilha de Santa Catarina, querer inscrevê-las numa série causal de acontecimentos sucessivos, à qual o próprio conflito em sua origem já prometia, pela sua própria lógica; da mesma forma como não se pode querer julgar o sistema de fortificações de Silva Paes na ilha de Santa Catarina a partir do seu “fracasso” em 1777. Se esta disciplina quer ser judicativa, ela não poderá jamais se apoiar no velho princípio teleológico de compreensão do devir histórico<sup>48</sup>.

---

<sup>43</sup> Tolozano, p. 72. No século XVIII, tem-se claramente a idéia de que as praças marítimas bem como as praças que fazem fronteira com a América espanhola são as portas de entrada da colônia; se quiser-se conquistar estes domínios, os inimigos somente o farão a partir delas; a conservação concreta de toda uma região depende da preservação destas praças isoladas, que como chaves, abrem portas para outros lugares; assim, o Mato Grosso é a *chave* para o sertão do Brasil pela parte do Peru; a praça de Santos é a *chave* para o sertão de São Paulo e a Ilha de Santa Catarina é a *chave* para o Brasil.

<sup>44</sup> “Consiste a defesa principal da barra desta cidade em as três fortalezas, que se entende defendem, quais são as de São João, a da Lage e a Santa Cruz; esta é principal, e por onde entram junto dela e da Lage os navios que dependem de maior fundo; e por entre a mesma Lage e São João entram e saem sumacas e lanchas que tem menos altura e fazem viagem para os portos da costa do Sul”. “Carta de Silva Paes ao Rei”. Rio de Janeiro, 21 de maio de 1735. *AHU*. Núcleo Rio de Janeiro, doc. no. 8618. Transcrita em Piazza, Walter. *O Brigadeiro José da Silva Paes*. Florianópolis: Edufsc/FCC; Rio Grande: Edfurg, 1988. p. 72-76.

<sup>45</sup> Cf. PAES, José da Silva. “Extrato de uma carta do governador do Rio de Janeiro para Gomes Freire de Andrade, relativo ao estabelecimento da colônia do Rio Grande”. *AHU*. Inventário Castro Almeida, verb. no. 9485. Publicado na *Coleção de Documentos*, p. 56-57.

<sup>46</sup> “Esta fortaleza de Itapema que delineou o Brigadeiro José da Silva Paes é importantíssima porque não só defende retamente a barra principal pela proa aos navios que entrarem, o costado aos que quiserem dar fundo no seu ancoradouro, e pela poupa aos que subirem mais acima, como também as embarcações que entrarem pela barra da Bertioiga que hão de vir precisamente demandar a dita fortaleza do seu fundo ficando a ponta desta terra ou deste sitio ubrusando as duas entradas”. OLIVEIRA, José Luiz. “Carta do governador da praça de Santos dando conta da sua posse, do estado em que encontrou as fortalezas e das obras planejadas pelo Brigadeiro José da Silva Paes”. Santos, 23 de setembro de 1738. *Coleção de Documentos*, p. 77.

<sup>47</sup> Ao chegar à Ilha de Santa Catarina no começo de 1739, Paes descreve como pretende fortificá-la. “Quando entrei neste porto vim observando bem a carreira por onde ordinariamente fazem sua entrada os navios e achei que vinham buscar uma ilhota que lhe ficava da parte da terra firme, junto a enseada de Anhuetiba donde estiveram os navios castelhanos (...) e que posta na dita ilhota uma bateria, e outra na ponta da Ilha fronteira (...) defender-se-ia bem a entrada do porto para o que convoquei todos os práticos desta Ilha, e o mesmo capitão de mar e guerra Padilha, que todos concordarão ser aquela a melhor paragem (...). Como sem embargo desta baterias podem passar naos a todo o risco até os ditos Ratonos, se a experiência assim nô-lo mostrar se fará nela terceira bateria, e sempre heide com peças de menos de menos calibre, defender o estreito, que da parte do sul só embarcações que demandem menos de duas braças de água é que podem entrar, e por ali nunca pode entrar navio”. PAES, José da S. “Carta a Gomes Freire de Andrade, comunicando-lhe a sua chegada a Santa Catarina”. *Idem*, p. 134.

<sup>48</sup> Refiro-me a rica tradição historiográfica iniciada por Cabral, que pretende julgar o “fracasso” do sistema defensivo desta ilha em 1777, a partir da compreensão da origem do seu projeto, desenhado por Paes, como se nada mais tivesse ocorrido nos 40 anos que o separam da chegada à ilha de Cevallos e sua esquadra. CABRAL, Oswaldo R. *As defesas da ilha de Santa Catarina no Brasil-Colônia*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972. 137p.

Neste sentido, podemos dizer que a criação da praça de São Pedro do Rio Grande, em 1736, não estava ligada a um sistema de apoio a Colônia de Sacramento recém ameaçada pelos espanhóis, pelo menos não em sua criação. Em carta do início de 1735, Paes escrevia ao Rei dizendo que propunha uma “diligência” às terras do Rio Grande, pois lhe parecia claro que as mesmas aumentariam os seus domínios<sup>49</sup>. No ano seguinte, em março de 36, conclui-se que, após ter sido constatada a tomada de Montevideú pelos espanhóis e seu interesse na Colônia de Sacramento, assim como o fato de que eles haviam apreendido navios que saíam do Rio da Prata, a criação de um praça na baía de São Pedro impediria, ou pelo menos dificultaria, a sua tomada pelos espanhóis<sup>50</sup>. Inicialmente, de modo algum, sua criação se insere num sistema de apoio à Colônia de Sacramento e a Montevideú.

Da mesma forma que não será por mera “conveniência” que irá se fortificar a ilha de Santa Catarina: definitivamente, a conveniência, antes de ser categoria que ilumine a compreensão de um processo histórico, é forma de simplificação de toda a sua complexidade. De repente, irá se perceber que entre o longo trajeto marítimo que separa o Rio de Janeiro do Rio da Prata, onde dever-se-á organizar e de onde deverão partir as forças de apoio contra os espanhóis, há uma ilha que oferece um porto para reabastecimento. Rapidamente, uma consciência crítica sobre sua importância para aqueles que seguem ao sul, em defesa da Colônia do Sacramento, irá se constituir, sobretudo após os problemas enfrentados pela expedição que fora enviada de Lisboa em 1736, com temporais que separaram os navios da esquadra, e contra os quais aquele porto ofereceu segurança<sup>51</sup>. Da mesma forma, perceber-se-á que ele pode, além de reabastecer os navios com mantimentos, servir como ponto de espera e encontro de reforços contra os espanhóis<sup>52</sup>.

---

<sup>49</sup> PAES, José da Silva. “Carta sobre o aumento do seu soldo e da conveniência de se fundar uma povoação no Rio Grande de São Pedro”. *Coleção de Documentos*, p. 74.

<sup>50</sup> “E porque não é menos importante segurar a baía de São Pedro e campanhas circunvizinhas, que igualmente pertencem aos meus domínios, do perigo a que estão expostos de que os espanhóis pretendam na presente ocasião usurpá-las também, como já intentaram em outro tempo”. “Carta Régia a Luís de Abreu Prego em 3 de março de 1736”. *Idem*, p. 9.

<sup>51</sup> Cf. PREGO, Luis de Abreu. “Carta a Gomes Freire de Andrade em 21 de setembro de 1736”. *Ibidem*, p. 14-15.

<sup>52</sup> Cf. PAES, José da Silva. “Carta a Gomes Freire de Andrade em 21 de setembro de 1736”. *Ibidem*, p. 19-29.

Até então, navios de todos os lugares paravam nesta Ilha sem que isto fosse visto como um problema<sup>53</sup>, mesmo navios que haviam sido perseguidos anteriormente no Rio de Janeiro ou na Bahia<sup>54</sup>. Fatos como este, não sem demora, passam a ser vistos como uma ameaça a sua segurança e conservação; a necessidade de se governá-la, ou seja, fortificá-la, torná-la segura e defensível, passa a ser eminente. Paes vai dizê-lo em meados de 1737: “Eu sou o primeiro que reconheço que é preciso que na ilha de Santa Catarina haja alguma fortificação e quem a governe, e isso mesmo mandei dizer a Santos, pois sem dúvida nos seria muito sensível o perdê-la”<sup>55</sup>. Eis como o inquerito espaço-militar produz o território no século XVIII.

O seu estado de insegurança, a facilidade com que qualquer um pode nela entrar e sair, e mesmo a vir se estabelecer, saltam aos olhos de todos.

O Brigadeiro José da Silva Paes se achava no Rio Grande de São Pedro na diligência do estabelecimento daquela nova povoação e fortificação a que tinha dado princípio, e para sua subsistência e utilidade das embarcações que vão ao Rio da Prata se fazia preciso uma defesa na Ilha de Santa Catarina para que os inimigos a não insultem, e achando-a tão desapercibida queiram nela estabelecer-se (...) Prontamente dei a execução desta diligência por [re]conhecer [que] era importantíssima ao Real serviço de V. Mag. e mandei embarcar em uma corveta que se achava no porto desta vila o Capitão de Infantaria (...), um alferes, dois sargentos e cinquenta e três soldados, sete artilheiros, cinco pessoas de artilharia e mais apetrechos de guerra<sup>56</sup>.

Aqui, podemos ver claramente como um discurso sobre a “insegurança” se constitui no poder soberano, o qual sempre vai se valer do acaso ou de situações ditas de perigo, para justificar seu exercício, freqüentemente de forma intervencionista e violenta. “A guerra, como a peste, é um dos lugares privilegiados a partir de que foi pensada uma nova modalidade de controle sobre a cidade e a população”<sup>57</sup>.

Não há dúvidas de que o inquerito espaço-militar de Paes lançará luz sobre todo um território que se encontrava nas sombras do poder. A partir de então, ele será deslocado para este quadro em que esta luz que lhe torna visível, irá também permitir que se faça toda uma série de ordenações sobre ele. E esta luz irá mostrar toda a sua importância para este quadro, revelar o quanto ele lhe é imprescindível.

---

<sup>53</sup> Segundo Aguiar, em 1711, conforme lhe confirmaram os seus moradores, atracava na Ilha de Santa Catarina um navio francês que ia ou voltava do Pacífico a cada 15 dias. Cf. TAUNAY, Afonso de E. *Em Santa Catarina Colonial. Capítulos da História do Povoamento*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1936. p. 36. (BOR)

<sup>54</sup> Cf. PAES, José da Silva. “Carta sobre a arribada ao porto de Santa Catarina de uma nau Holandesa”. *Coleção de Documentos*, p. 92-93.

<sup>55</sup> PAES, José da Silva. “Carta a Gomes Freire de Andrade em 21 de junho de 1737”. *Coletânea de Documentos*, p. 209; o mesmo documento pode ser encontrado na *ESC*, vol. II, p. 50-59.

<sup>56</sup> ALVES, João dos Santos. “Carta do governador da praça de Santos sobre as fortificações e do Brigadeiro José da Silva Paes estar no Rio Grande do São Pedro a estabelecer uma povoação em 7 de outubro de 1737”. *Coleção de Documentos*, p. 76.

Assim, não se pode continuar a dizer que a ilha de Santa Catarina, desde os primeiros piratas europeus, foi considerada um ponto importante de abastecimento dos navios estrangeiros que rumavam ao pacífico, e relacionar este fato com a construção de fortificações em meados do século XVIII, pois estas construções estão relacionadas, não a esta constatação, mas sim à emergência do espaço como um problema do poder e que vai permitir que se veja na presença constante de embarcações estrangeiras nas costas do Brasil meridional uma ameaça para a segurança e conservação destes domínios.

Em uma das cartas do Brigadeiro José da Silva Paes (...) verá V. Exa. o que dizia sobre a Ilha de Santa Catarina e as obras que deixou delineadas para a sua segurança e conservação (...), de que até agora não se cuidou, porque não se conhecia o quanto nos era necessária; mas hoje nos é de tanta importância que sem ela não podemos manter coisa alguma do que temos no Rio da Prata e principalmente no Rio Grande do São Pedro, porque como o seu porto não é praticável no inverno, e no verão mui raras vezes se pode entrar nele pela grande dificuldade de marcar-se, todos os mantimentos e socorros que lhe forem necessários hão de fazer escala no porto da dita Ilha, aonde como em depósito se devem guardar para se conduzirem por terra ao Rio Grande no caso que não seja possível se transportar por mar<sup>57</sup>.

É neste sentido que dissemos pouco acima que o inquerito espaço-militar produz o espaço no século XVIII. Neste trecho da carta escrita pelo Conde de Castro, isto parece ficar mais claro. Até então, a ilha não havia sido fortificada porque não se conhecia o quanto ela era importante para a segurança do Brasil meridional – importância que Aguiar não lhe atribuía no início do século XVIII. É este inquerito que permite observar qual é o porto mais praticável em diferentes estações do ano, a facilidade com que se pode marcar a sua entrada e a sua situação privilegiada no quadro do trajeto entre o Rio de Janeiro e o rio da Prata. Neste inquerito, Paes não apenas reconhece, mas demonstra a todos a sua importância para a segurança do Brasil meridional e a urgência com que se deve fortificá-la. Sem dúvida que isto se torna possível na medida em que ele observa, na viagem que fez ao rio da prata, toda a costa meridional, o que lhe permite, em primeiro lugar, vislumbrá-la como um conjunto constituído por inúmeras povoações, e em segundo lugar, também possibilita comparar e definir, entre os seus diferentes pontos, quais são aqueles que realmente importam estrategicamente para a defesa destes domínios – comparação que não podia fazer Aguiar, por inúmeros motivos, dentre os quais pelo fato de não ter ido além de Laguna.

---

<sup>57</sup> MACHADO, Roberto (et. alli.). *Danação da norma*. Rio de Janeiro: Graal, 1978. p. 120.

<sup>58</sup> CASTRO, Conde André de Mello de. “Carta ao secretário de Estado Antônio Guedes Pereira em 23 de maio de 1738”. Citada em Piazza, Walter. *O Brigadeiro José da Silva Paes*. Florianópolis: Edufsc/FCC; Rio Grande: Edfurg, 1988. p. 124.

O inquérito permite que se tornem visíveis os problemas desta ordem. Ou seja, não se trata de dizer que há um espaço *a priori* (objeto) e um olhar que o percebe (sujeito); trata-se de dizer que o espaço é aquilo o que se torna visível através deste olhar, que adquire materialidade no quadro desta problematização; ou seja, aquilo o que permite que sejam vistos os elementos que tornam imprescindível a fortificação desta ilha para a segurança e a conservação do Brasil meridional<sup>59</sup>.

Em maio de 1738, o Conselho Ultramarino ordena que Paes vá à Ilha e faça as devidas fortificações que achar necessário para sua defesa e conservação, para que “não suceda que o nosso descuido faça despertar a ambição de alguma nação que pretenda ocupar a dita ilha”<sup>60</sup>. Em agosto deste ano, através de Carta Régia, ordena-se que Paes fortifique algum porto desta ilha, pois é dele que depende a conservação da Colônia de Sacramento, bem como do novo estabelecimento do Rio Grande, sem contar o refúgio que ele vai oferecer às embarcações portuguesas<sup>61</sup>.

Eis como em um pouco mais de um quarto de século, do relato de Frézier a constatação de Paes sobre a necessidade de um governo em 1737, as atitudes em relação à segurança em que se acha a ilha de Santa Catarina, transformam-se. De um lado, ela vai emergir como ponto imprescindível para se alcançar, conservar e defender os domínios soberanos no extremo sul da colônia: sem ela, não se pode manter nada no Rio da Prata e no Rio Grande; sendo o seu porto sempre praticável, ela pode servir como entreposto para o armazenamento de mantimentos e socorros que não podem ser enviados diretamente ao Rio Grande, e que dela podem seguir por terra. Por outro lado, os “espinheiros”, que defendiam os seus moradores no início do século XVIII, deixam de mostrar todas as suas pontas, dando lugar a um discurso sobre a necessidade de edificação de fortalezas que empecem a entrada de inimigos e conseqüentemente afastem a ameaça de se perdê-la. Este discurso sobre a importância de sua conservação não vai cessar durante todo o século XVIII.

A conservação da ilha de Santa Catarina é de suma importância, que V. Ex. conhece perfeitamente, porque no tempo da paz nos defende a costa do sul dos contrabandos, que sem ela seriam sempre inevitáveis; e no tempo de guerra, por uma parte priva os inimigos dos únicos portos que há na

---

<sup>59</sup> Se atualmente se critica e se descarta todo e qualquer empreendimento que visa fazer uma *história do olhar*, talvez seja porque a distinção entre sujeito e objeto está em vias de desaparecer na história. É através de uma história do olhar que se pode desnaturalizar o que em nossa cultura foi naturalizado.

<sup>60</sup> “Parecer do Conselho Ultramarino em 24 de maio de 1738”. *Coleção de Documentos*, p. 76.

<sup>61</sup> “Carta Régia a Gomes Freire de Andrade sobre a passagem à Ilha de Santa Catarina do Brigadeiro José da Silva Paes, para fazer a fortificação necessária, em 11 de agosto de 1738”. *Idem*, p. 132-33.



mesma costa com o fundo e espaço necessários para neles entrarem e conservarem-se, com segurança, naus que sejam de força; pela outra parte nos dá a faculdade, não só para ali termos ancoradas as naus de Sua Majestade, mas também para introduzirmos tropas e munições (...) naquele continente do sul em casos tais, como este, que agora se apresenta; continente que não poderíamos conservar facilmente se uma vez lhe faltasse a referida ilha<sup>62</sup>.

Vemos como há uma mudança em relação ao olhar sobre a segurança da ilha de Santa Catarina em pouco mais de duas décadas e meia, e que não diz respeito, de modo algum, à revelação de um princípio lógico de um sistema de defesa: os direitos da lógica não prevalecem à lógica da história<sup>63</sup>. Em pouco mais de um quarto de século, ela se torna um problema diante dos olhos do poder. Destarte, devemos destacar aqui que o princípio de que a conservação da praça é mais importante do que a conservação de qualquer exército, parece conduzir as justificativas da fortificação desta ilha: perdendo-a, perde-se toda a região continental que se encontra ao seu lado; ou seja, toda uma região depende da conservação desta praça e aqui talvez se possa entender com mais clareza a metáfora recorrente no século XVIII, de que algumas praças no Brasil são espécies de *chaves*, pois são elas que abrem e permitem que se entre em toda uma região que lhe é próxima e dependente. Ora, a importância da fortificação e conservação da ilha de Santa Catarina vai justamente aparecer, não pelas riquezas que dispõe ou pela sua exuberante beleza, mas porque através dela se pode atingir por terra, em caso de invasão, necessidade de socorro ou impossibilidade de utilização dos seus portos, as povoações portuguesas que se encontram ao sul, a de Rio Grande e de Sacramento.

Se as discussões sobre a construção das fortificações da Ilha de Santa Catarina devem iniciar com uma análise retrospectiva da invasão espanhola, em 1777, e não a partir de uma análise sobre a problematização de sua segurança e da conservação dos domínios soberanos no Brasil meridional, cometemos aqui um equívoco, e os historiadores, desde Cabral, têm mil vezes razão<sup>64</sup>. Mas nos furtando de relacionar esta invasão com as condições de possibilidade de sua fortificação, pretendíamos apenas, como diria Delaporte, não restabelecer os direitos da lógica sobre a história, mas restabelecer a lógica de um processo. Se de fato a história não possui uma lógica - o que de modo algum quer dizer que não se pode restabelecer a história de um processo -, talvez não tenhamos cometido uma falta.

---

<sup>62</sup> Pombal, Marquês. "Carta dirigida ao Marquês de Lavradio em 9 de julho de 1774". Documento publicado como anexo em CARNAXIDE, Visconde. *O Brasil na administração pombalina*. São Paulo: Cia. Nacional, 1940. p. 270-271.

<sup>63</sup> DELAPORTE, François. *La maladie de Chagas. Histoire d'un fléau continental*. Paris: Payot, 1999. p. 55.

## ***Ordenar o espaço***

Governar, portanto, irá se restringir à construção de fortalezas e a constituição de um sistema de defesa que afaste o perigo que o rosto da ameaça externa representa? Certamente não, e isto já se destacou mais acima quando se tratou de distinguir a diferença da preocupação soberana com o espaço, tal como se pode ver em sua aurora, com Maquiavel, com esta que se pode ver a partir do início do século XVIII, com o inquérito espaço-militar de Aguiar. De fato, dirá Tolozano, a obrigação de um governador de praça consiste em conservar e defendê-la, mas a estes dois pontos se reduzem muitos outros, sobretudo aqueles que tocam ao governo civil e militar. “O que toca ao governo civil, consiste em dar boa ordem entre os moradores, e ao governo militar, consiste na boa disposição e ordem com que devem viver e tratar-se os soldados para com seus cabos, uns com os outros, e para com os paisanos”<sup>65</sup>.

Antes de Tolozano, a fortificação como dispositivo arquitetônico-militar não diz nada a respeito de uma ordenação que se deva fazer na cidade; fortificar é estabelecer uma relação geométrica no espaço voltada para o seu exterior; este autor a direciona também para o seu interior e a ela acrescenta uma nova questão. Se antes a defesa e a segurança da praça estavam unicamente ligadas à relação que a fortificação estabelece com o seu exterior, a partir de Antoine de Ville Tolozano o que se vemos, é o desenvolvimento da noção de segurança interior da praça; ou seja, a sua ordenação deve permitir e revelar que o seu inimigo não se encontra apenas no seu exterior, mas que pode se encontrar na própria praça, entre os seus moradores, donde a necessidade de se conhecê-los em sua variedade.

Não basta apenas fortificar a cidade, é preciso saber ordenar as suas coisas e os seus moradores; de nada adianta a um governador, possuir em uma cidade, um grande número de moradores, que lhe

---

<sup>64</sup> “Aqui começa [com a invasão comandada por Cevallos no dia 20 de fevereiro de 1777] a discussão sobre a utilidade e praticidade das fortificações catarinenses”. SOUZA, Sara Regina Silveira de. *As fortificações catarinenses: notas para uma revisão histórica*. Florianópolis: edufsc, 1991. p. 7.

<sup>65</sup> Tolozano, p. 13.

proporcione uma boa arrecadação fazendária; que lhe disponibilize um bom número de soldados; possuir um grande número de armas e munições se não as souber distribuir acertadamente, dispô-los em uma boa ordem.

Tenho observado que a maior parte dos governadores não tem outro cuidado ou inclinação mais que a de fortificar as suas praças; e me parece que isto só não basta, e que é necessário ter igual cuidado de tudo mais (...) pois sem isto não pode subsistir a praça: não haverá coisa que mais alegre a um governador do que depois de ter mostrado uma boa praça, mostrar também bons soldados, bem armados e bem disciplinados, e depois disso os armazéns bem providos e dispostos na forma e ordem que temos dito. E não há dúvida que se deve estimar por bom governador aquele que sabe prever tudo o que lhe é necessário, e tendo-o, o dispõe com boa ordem<sup>66</sup>.

Um bom governador deve saber quais são as armas necessárias para a defesa de sua praça; mas deverá também saber, como distribuí-las, como conservar a munição e como ela deve ser utilizada; deve saber se utilizar de inúmeras provisões que são necessárias em uma praça, como lenha, madeiras, pranchões, panos, cousas para diferentes usos, medicamentos e todo tipo de instrumentos<sup>67</sup>.

A ordenação da cidade – e note-se aqui que para a engenharia militar os termos cidade e fortaleza são usados freqüentemente como sinônimos<sup>68</sup> - deve começar pelo próprio tecido urbano, para a qual o domínio da engenharia como saber do espaço, é imprescindível. Nele, deve-se estabelecer, fazer reinar em seu interior, a maior “regularidade possível”, seja pela simétrica distribuição das ruas e das casas de seus moradores, seja pela precisa localização dos corpos de guerra, casernas, depósitos e armas e munições; da mesma maneira, deve-se estabelecer no seu centro, uma figura quadrada que servirá como praça pública, e junto a qual se localizará a igreja e o cemitério, que ficarão assim, ao alcance dos seus moradores<sup>69</sup>. Nesta figura quadrada, que também poderá servir como ponto de encontro e distribuição dos soldados em caso de guerra, poder-se-á também realizar os exercícios necessários através dos quais um governador deverá instruir e regulamentar os seus soldados<sup>70</sup>. A geometria não fornece apenas uma imagem de como a cidade deve ser ordenada; ao contrário, é ela a sua própria imagem; é ela quem fornece um saber sobre o espaço e

---

<sup>66</sup> Tolozano, p. 51.

<sup>67</sup> Idem, p. 14.

<sup>68</sup> É o que dizia Perret ao se referir a planta de uma cidade que iria descrever: “Esta fortaleza ou vila, como se queira nomeá-la, tem sua cidadela ou meio em quadratura perfeita de 80 toesas cada lado”. PERRET, Jacques. *Architecture et perspective des fortifications et artifices, mis en lumière par la veuve et les deux fils de Théodore de Bry*. Francfort, 1602. p. 5.

<sup>69</sup> Cf. “De la distribution des rues dans les villes de guerre”. Livro 4, cap. VII. BELIDOR, M. *La science des ingenieurs dans la conduite des travaux de fortification et d'architecture civile*. Paris, 1739. (BRG).

<sup>70</sup> Tolozano, p. 19.

que produz esta simetria no seu tecido urbano. A soberania, através da engenharia militar, procede a uma *geometrização* do espaço a ser defendido.

A noção de *regularidade* aqui não deve passar despercebida. Proveniente da fortificação como dispositivo arquitetônico-militar, a partir do século XVII, ela parece se duplicar e se tornar um princípio de constituição do próprio espaço da povoação que se governa. A engenharia militar concebe o plano arquitetônico de toda fortaleza, como regular e irregular. A esse respeito, em 1682, escreve Rohault que todo o desenho de uma fortificação “pretende ensinar a construir uma fortificação a mais regular e mais perfeita que se possa fazer”. Assim, não se deve ignorar os desenhos de certas praças que poderiam fornecer alguns exemplos. “Pois é certo que não se saberá jamais melhor fortificar uma praça irregular, se se é obrigado, seja pelo terreno, seja por qualquer outro impedimento, que se praticando o que mais se aproximar, na medida do possível, do que se praticaria numa praça regular, onde não há obstáculo e onde nada está sujeitado a nada”<sup>71</sup>. Da mesma maneira Pimentel, na introdução do seu *Método Lusitano de Desenhar Fortificações*, relembra deste princípio arquitetônico que deve conduzir os engenheiros em seus trabalhos. “E porque uma das principais máximas que os Autores fundamentalmente encomendam se observe, é que a fortificação irregular se disponha de modo que se chegue a regularidade o quanto for possível, tratei de assim o conseguir pelos métodos que proponho, com tanto extremo, que em todas as figuras, por mais irregulares que sejam, fortificados os lados dos polígonos exteriores para dentro, fica cada um dos lados fortificado regularmente, e portanto, o polígono interior paralelo ao exterior”<sup>72</sup>.

Mas a quê esta noção de *regularidade* irá remeter? A fortificação será regular, quando o espaço e o plano da povoação em questão puder ser inscrito num polígono regular; ela será irregular, de maneira inversa, quando o seu plano não fornecer a imagem de um polígono regular. Fortificar, nada mais é do que inscrever uma vila, povoação ou cidade, num polígono regular ou irregular. Assim, o espaço é concebido a partir de uma figura geométrica; é o infinito número de polígonos que lhe fornece uma imagem e sua existência; no entanto, o círculo jamais poderá se tornar a figura da fortificação, porque toda a praça fortificada deverá ser sempre flanqueada; contudo, se ela não pode se tornar esta figura, ele não deixará de

---

<sup>71</sup> ROHAULT. “Traité des fortifications”. In: *Oeuvres Posthumes*. Paris, 1682. p. 389. (ENPC).

ter a sua importância, pois o círculo, no desenho da fortificação, é uma espécie de base ou referência a todos os polígonos possíveis, que em seguida, são desenhados e que constituem a fortaleza; o círculo é termo de referência para a fortificação, ou seja, termo de inscrição e circunscrição do polígono regular ou irregular que a define. A irregularidade da fortificação se define pelas figuras geométricas regulares, que se constituem como sinônimos do que é *defensível* e *seguro*; ou seja, o espaço a ser fortificado é visto como regular ou irregular porque a geometria é o saber que constitui o olhar do espaço. O tema da ordenação do espaço da cidade ou povoação, e que pretende nela estabelecer a maior regularidade possível, é proveniente desta concepção geométrica do espaço que vemos surgir com a engenharia militar e com o problema da fortificação.

**A importância do círculo como figura geométrica para engenharia militar não é casual. Na verdade, ele parece traduzir de maneira geral uma certa concepção de espaço através da própria relação que a fortificação, através dele, constitui com o espaço. A primeira operação que se faz para se desenhar uma fortificação, é um círculo ao redor do espaço que se quer fortificar; em seguida, deve-se definir o número de lados do polígono que forma a cidadela da fortaleza; enfim, deve-se desenhar em cada um dos ângulos que formam os lados da figura, bastiões recortados que evitam que seus ângulos exteriores se tornem muito agudos. O círculo aqui é apenas**

---

<sup>72</sup> PIMENTEL, Luis Serrão. *Methodo Lusitano de desenhar as fortificações das praças regulares e irregulares, fortes de campanha e outras obras*

**termo de referência para a constituição da fortificação, pois jamais se fala em construir um muro circular ao redor de uma povoação. No entanto, o círculo, como figura que fornece uma imagem de cerramento de um espaço, como tentativa de se colocar uma povoação dentro de um espaço fechado, traduz a finalidade deste dispositivo: fechar o acesso de uma cidade ao inimigo exterior, impedir que o movimento de aproximação e contato com uma povoação se dê livremente, obstaculizar o acesso de toda e qualquer povoação que se encontre em perigo.**

Vemos que o tema da ordenação do espaço interno da fortaleza e da produção de uma regularidade em seu tecido urbano, está estritamente ligada a problemática da fortificação. Voltemos, no entanto, às prescrições de Tolozano a respeito das atitudes que deve ter um governador frente ao governo de sua praça. Finalmente, diz Tolozano, ele deve conhecer quem governa, procurar individualizar seu conhecimento sobre toda esta variedade de pessoas que governa, localizar as diferenças, pois suas atitudes poderão variar conforme os seus costumes e inclinações.

Podia-se dividir o governo em praças grandes e pequenas, praças fronteiras e não fronteiras, marítimas e não marítimas; porém, deixo estas divisões, porque não fazem diferença no modo de governar. E assim farei a minha divisão com consideração a variedade da gente que se governa e a segurança da praça. O governador em geral manda aos soldados e aos paisanos ou moradores: os soldados quase todos são uns e só tem diferença sendo de diferentes nações, e é esta diferença considerável a que se deve atender, para governar cada um segundo os seus costumes e inclinações<sup>73</sup>.

---

*pertinentes a arquitetura militar: distribuído em duas partes operativa e qualificativa.* Lisboa, 1680, p. 2. (BNL).

<sup>73</sup> Idem, p. 170.

Ele deve atentar para a especificidade dos moradores de sua praça, para sua singularidade. “O governo dos paisanos ou moradores da praça pode ser diferente, porque ou estes são naturais vassallos do príncipe, e estão em uma praça grande ou cidade sem fortaleza ou cidadela e se guardam eles mesmos, sem terem guarnição de soldados pagos (...); e assim, há de o governo saber como haver-se para se guardar a si, e a praça segundo os lugares e pessoas que governa”<sup>74</sup>. Por fim, ele deve inventar sua própria arte de governar, descobrir as regras que servem para cada cidade, mudando seus procedimentos de tempos em tempos, pois não há regras universais que servem para todos os povos e cidades. “Creio que esta é uma das mais dificultosas fações de um governo, porque isto se não pode aprender por regras certas, sendo necessário aumentar e diminuir mais ou menos e também mudar a forma de proceder segundo os tempos e motivos e outros incidentes que se oferecem em os quais é necessário que o governador faça diferentes semblantes, ou seja, mostrando-se mais exato e severo ou mais indulgente e fácil; algumas vezes austero e retirado, outras afável”<sup>75</sup>.

Por um lado, se não há regras universais que normatizem suas práticas, há todo um conjunto de pequenas experiências que normalmente se apresentam em diversos lugares e que devem ser levadas em conta, mesmo que para serem transformadas. Deve-se evitar que existam pessoas em sua cidade advindas da nação inimiga, sobretudo nas guarnições<sup>76</sup>; procurar ser estimado por seus moradores, demonstrando-lhes toda a sua autoridade e mostrando que apenas ocupa este lugar para lhes guardar; procurar louvar alguns de seus moradores em particular, mostrando que não deseja mais nada, além da amizade de todos<sup>77</sup>, o que ele pode fazer inicialmente ganhando a de alguns dentre eles, pois “quando falta o poder, o verdadeiro meio para ser obedecido é granjear a amizade de todos”<sup>78</sup>; as desordens devem ser reformadas aos poucos, conforme sua autoridade for se impondo<sup>79</sup>; por fim, no que concerne “as guardas e a conservação da cidade, deve ser exatíssimo, mostrando-lhes que para eles trabalha, e assim devem contribuir em manter as ordens,

---

<sup>74</sup> Ibidem, p. 171.

<sup>75</sup> Tolozano, p. 172.

<sup>76</sup> Idem, p. 188.

<sup>77</sup> Ibidem, p. 196.

<sup>78</sup> Tolozano, p. 197-98.

<sup>79</sup> Idem, p. 198-99.

e castigar os que faltarem a sua observância”<sup>80</sup>. Eis aqui o princípio do que é governar: reconhecer que o governo trabalha para seus súditos, ou seja, ser dócil e obediente a todas as suas ordens.

A partir de 1739, Paes não terá apenas que fortificar a ilha de Santa Catarina; ele deverá se preocupar em estabelecer esta relação de bem dispor os povos e as coisas que governa; mostrar a eles que as transformações pelas quais ela deverá passar, apenas serão feitas em seu benefício, em nome da segurança destes domínios, contra a ameaça do inimigo externo; deverá definir onde se deve construir uma igreja para esta povoação, erguer o prédio da casa do governador; ordenar pessoas e coisas em relação às fortalezas que serão construídas, dar uma nova simetria a este espaço, bem como disponibilizar partes da costa continental, que se torna então imprescindível à conservação dos domínios ao sul do porto de Santos; deverá intervir neste lugar de desterrados, onde vivem fugitivos europeus, alguns negros e índios que servem “voluntariamente”, segundo Frézier<sup>81</sup>. Em 1726, Shelvocke os descrevia como “uma malta de bandidos, que aqui chegam [na ilha] como refugiados das outras colônias mais estritamente governadas”<sup>82</sup>. Será justamente esta “malta de bandidos”, que vive sem nenhum governo, que Paes deverá ordenar.

Já no final de 1740, o navegador inglês George Anson, constata mudanças sensíveis existentes na ilha de Santa Catarina, ocorridas com a introdução de um governo nesta povoação. Primeiramente, causa-lhe surpresa a existência de fortes, recentemente construídos, na entrada norte da ilha com o intuito de impedir que navios inimigos entrem neste porto; tal fato destoa totalmente dos relatos de Frézier e de Shelvocke sobre as suas defesas<sup>83</sup>. Depois, apesar de inúmeros pequenos inconvenientes, Anson considera que ela ainda continua interessante para quem segue pelo mar em direção ao sul, pois oferece estadia e refresco aos navios. No entanto, dois inconvenientes devem ser observados e levados em conta: “o clima (...) e os dispositivos e a forma de governo introduzida ultimamente”<sup>84</sup>. A insalubridade da região, produzida pelos bosques e montanhas que impedem a circulação do ar, somada ao solo gorduroso, produz inúmeras febres e

---

<sup>80</sup> Ibidem, p. 199.

<sup>81</sup> Frézier, p. 23.

<sup>82</sup> Shelvocke, p. 47.

<sup>83</sup> Anson, p. 61. Sobre esta visita, Paes irá escrever que “na Europa não se sabia que eu aqui me achava, e que estavam persuadidos estar este Porto tão fraco como o tinham achado os outros navios que aqui vieram...”. PAES, José da Silva. “Carta dando conta de haver aportado na Ilha de Santa Catarina uma esquadra inglesa, em 5 de maio de 1741”. *Coleção de Documentos*, p. 119.

<sup>84</sup> Idem, p. 65.



disenterias na tripulação, sem contar a “prodigiosa” quantidade de mosquitos, mais malévolos que as melgas encontradas na Inglaterra. Mesmo assim, não é este o seu principal inconveniente, pois ele encontra-se nas “mudanças que se operam relativas aos seus habitantes, à polícia e ao Governador”<sup>85</sup>.

Na época de Frézier e de Shelvocke, esta ilha se prestava ao refúgio de vagabundos e de bandidos que fugiam de diferentes lugares do Brasil. Eles se diziam sujeitos a Coroa de Portugal, e tinham entre eles um que nomeavam seu Capitão, o qual consideravam ser o Governador; no entanto, sua obediência ao Rei, assim como ao Governador não os obrigava a quase nada. Mesmo porque como eles tinham grande abundância de provisões, mas nenhum dinheiro, podiam subsistir sem nenhum socorro por parte das Colônias vizinhas, não tendo motivos para temerem a cobiça de algum Governador próximo, inspirando-lhe o desejo de submetê-los a sua autoridade<sup>86</sup>.

Isto fazia, segundo Anson, com que fossem muito “hospitais” com os navios estrangeiros, ou seja, trocavam os víveres que possuíam em abundância por vestimentas e utensílios de que necessitavam, e não se preocupavam assim com dinheiro. Cada morador fazia suas trocas como bem entendia, sem que o governador tivesse o direito de impedi-la. “Mas pouco depois (...) estes honestos bandidos se viram constrangidos a fundar entre eles uma nova colônia, e de se submeterem a novas leis e a outro governo”<sup>87</sup>.

Para Anson, a mudança repousava, sobretudo, num dispêndio maior com o reabastecimento do navio, pois a partir de então, teria que adquirir os víveres de que necessitava com dinheiro, pagando por eles um preço mínimo preestabelecido. Não havia mais a possibilidade de se barganhar os preços diretamente com cada morador, pois foram espalhados por toda a ilha sentinelas que deveriam vigiar e controlar as aquisições estrangeiras. No relato de Anson, muito mais do que esta vida idílica que levavam estes “honestos bandidos” antes de 1738, devemos observar o funcionamento, dois anos após a sua constituição, de um governo, de uma polícia de estado responsável pela vigilância e ordenação da insipiente atividade comercial dos seus moradores; do surgimento de uma nova preocupação com a ordenação dos moradores, com as coisas que dispõem para trocar com os viajantes que atracam nesta ilha, e que se introduz sub-repticiamente através de um discurso sobre a necessidade de se torná-la segura.

Em 1712, Frézier relatava que após chegarem à ilha e terem acordado com os seus desconfiados moradores de que não se aproximariam de suas casas, ao regressarem ao navio, após um passeio em que

---

<sup>85</sup> Ibidem, p. 65.

<sup>86</sup> Ibidem, p. 65.

<sup>87</sup> Anson, p. 66.

pretendiam buscar água para se reabastecer, foram surpreendidos por alguns habitantes, que seguiam em suas pirogas em sua direção, com o intuito de lhes oferecer refrescos; os franceses receberam suas ofertas e em troca lhes ofertaram aguardente e licor que, segundo Frézier, era uma bebida muito apreciada entre eles, embora ordinariamente só bebessem água. Perto da meia-noite chegaram todos ao navio, onde se encontraram com o capitão ou governador da povoação e com alguns portugueses que haviam trazido os refrescos; desejaram-lhes as boas vindas e lhes apresentaram as saudações quando de sua partida. “Esta recepção impressionou de tal modo os habitantes que, a partir de então chegavam diariamente com suas pirogas carregadas de galinhas, fumo e frutos”<sup>88</sup>.

Da mesma maneira Shelvocke, uma década mais tarde, descreve as relações que estabeleceu com os moradores da ilha logo após a sua chegada. Ao chegar, preocupou-se em obter madeira, que ali existia em abundância, em reabastecer-se com a água que faltava, etc. “Nesse entretanto, o Capitão da Ilha e o resto dos habitantes vinham a bordo todos os dias, trazendo os produtos do lugar, os quais eu comprava em troca de sal, que estava sobrando no navio”<sup>89</sup>.

Podemos perceber, através destes dois relatos, que há algo como a busca pelo estabelecimento de uma certa relação de cortesia entre os habitantes da povoação e os tripulantes das embarcações que freqüentavam o seu porto, no intuito de obter víveres ou adquirir algo de que necessitem. Em Frézier, por exemplo, vemos que os moradores lhes pedem que não se aproximem de suas habitações e em troca são presenteados com refrescos que lhes são enviados. Não apenas como cortesia, mas talvez como forma de manifestar e selar este pacto de hospitalidade mútua, os franceses lhes oferecem bebidas de que não dispõem na ilha. A forma amistosa como são recebidos e tratados no navio, vai lhes valer inúmeras ofertas, enviadas em pirogas carregadas de galinhas, fumo, etc.

Há todo um conjunto de termos recorrentes que expressam a busca pelo estabelecimento desta forma de relação: receptividade, hospitalidade<sup>90</sup>, cortesia e educação<sup>91</sup>. Talvez seja importante anotar estas questões,

---

<sup>88</sup> Frézier, p. 22.

<sup>89</sup> Shelvocke, p. 33.

<sup>90</sup> Frézier, p. 22-23.

<sup>91</sup> Shelvocke, p. 44, 47.

pois os próprios viajantes os descrevem em seus relatos como “miseráveis”, dando a impressão algumas vezes de que passam o tempo a espera da chegada de uma nova embarcação que lhes provenha<sup>92</sup>. Mas se trata de uma falsa impressão. Sem dúvida, estas trocas que vemos freqüentemente entre os moradores da ilha e as embarcações estrangeiras, não são realizadas única e exclusivamente por uma necessidade econômica. Não há aqui uma primazia econômica, através da qual se pode justificar o estabelecimento desta relação, ou seja, a de uma luta pela sobrevivência. Talvez não nos seja possível ver em uma troca como esta nada além de uma relação econômica, mas me parece que, como uma relação econômica, é a última maneira com que devemos observá-la, pois ela é muito mais do que apenas isto; o que se vê neste interesse em se obter coisas como sal ou alguma bebida alcoólica ou mesmo pedaços de tecido; no caso deste interesse em se obter, por exemplo, um pedaço de tecido em troca de uma galinha, não é a sua falta na ilha que produziria uma certa miséria desnuda que deve saltar aos olhos, mas talvez o fato de que a sua raridade possa produzir um elemento de distinção entre aqueles que o possuem.

Mas talvez não se deva substituir uma explicação econômica para o estabelecimento de uma relação, por uma explicação que privilegie seus aspectos simbólicos. Toda relação, antes de ser econômica ou simbólica, é uma relação estratégica. Tomemos um episódio relatado por Shelvocke que pode ser interessante neste sentido. Eis o que ele dizia a respeito de um de seus tripulantes que se chamava Hatley e que havia cometido inúmeras faltas durante a viagem:

Nesse lugar [Ilha de Santa Catarina], desde a nossa chegada, ele começou e continuou a cometer abusos, a tal ponto que eu chegava a receber queixas diárias dos habitantes, dizendo que ele havia ofendido suas mulheres da maneira mais grosseira possível. E, além disso, que ele e uma turma que costumava ir à terra com ele para comprar provisões frescas, haviam todos ameaçado violar todas as mulheres, moças ou velhas, e pôr fogo às suas casas; eles realmente o fizeram uma vez, queimando uma casa cujos habitantes nos haviam permitido utilizá-la sempre que dela necessitássemos. Essas violências e outras da mesma ordem haveriam de nos custar as vidas de seis dos nossos homens antes que pudéssemos zarpar...<sup>93</sup>

---

<sup>92</sup> No entanto, deve-se aqui levar em conta a diferença que então se atribui a noção de “miserável” do que entendemos por isso hoje. “Na verdade, encontram-se em tão grande carência de todas as comodidades da vida que, em troca dos viveres que traziam a nós não aceitavam dinheiro, dando mais importância a um pedaço de pano ou fazenda para se cobrir, protegendo-os das penúrias do tempo; satisfazem-se com o vestuário de uma camisa e um par de calças; os mais distintos usam também um paletó de cor e um chapéu: quase ninguém usa meias ou sapatos, sendo obrigados, no entanto, a cobrir as pernas quando entram no mato utilizando-se então, da pele da perna de um tigre como perneira. Não são mais exigentes com a alimentação do que com o vestuário; um pouco de milho, batatas, alguns frutos, peixe e caça, quase sempre o macaco os satisfaz. Esta gente, à primeira vista, parece miserável, mas eles são efetivamente mais felizes que os europeus, ignorando as curiosidades e as comodidades supérfluas que na Europa se adquirem com tanto trabalho; passam eles sem pensar nelas, vivem numa tranquilidade que os subsídios e a desigualdade de condição não perturbam; a terra lhes fornece os elementos necessários à vida, as madeiras e as ervas, o algodão, peles de animais para se cobrirem e se abrigarem; não almejam essa magnificência de habitação mobiliada e bem equipada, que só fazem excitar a ambição e lisonjear durante algum tempo a vaidade, sem tornar o homem mais feliz; o que é mais notável é que eles se apercebem de sua felicidade quando nos vêem ir à cata de dinheiro com tanta fadiga”. Cf. Frézier, p. 23-24.

<sup>93</sup> Shelvocke, p. 34-35.

**Algumas questões devem ser anotadas a respeito deste episódio. Percebe-se que as reclamações diárias que faziam os moradores da ilha a Shelvocke eram provenientes, não de um direito que lhes era assegurado a este respeito, mas deste pacto de hospitalidade e cortesia que buscaram estabelecer após a sua chegada, e que neste caso foi totalmente desrespeitado por alguns membros de sua tripulação. Assim, pode-se dizer que a busca do estabelecimento desta relação de cortesia por parte dos moradores, devia-se ao seu interesse em evitar que estas embarcações praticassem qualquer tipo de violência contra a povoação ou até mesmo cometessem uma pilhagem.**

Mas não se trata de uma relação com um interesse unilateral. Poder-se-ia pensar que estes navios com todo o seu aparato militar não careceriam deste tipo de relação, mas o que se vê é justamente o contrário, como no próprio episódio relatado acima. Shelvocke e sua tripulação ainda se encontravam ancorados nesta ilha quando nela atracou um navio pertencente a coroa portuguesa. Na mesma noite, três tripulantes seus desertaram e foram se refugiar em terra firme. Shelvocke enviou alguns homens à terra para que fossem lhes prender, no entanto, seus homens acabaram se tornando vítimas de uma emboscada preparada pelos moradores locais, que imaginaram se tratar o grupo enviado por Shelvocke, de Hatley e seus amigos. Três de seus homens saíram feridos.

O Capitão inglês se viu então obrigado a enviar uma carta ao comandante do navio português para que o mesmo punisse “os responsáveis por tal barbaridade”, o que o fez através de Hatley. Mal embarcou

no navio português com a carta de Shelvocke, Hatley foi reconhecido pelo capitão da ilha, Emanuel Mansa, que nele se encontrava, sendo por ele “violentamente atacado”. O capitão da ilha

gritou ser esse o patife que havia cometido tantas ofensas contra eles e era também o homem que havia ateadado fogo a uma de suas casas. Ele o chamou repetidas vezes pelo opróbrio ‘corno’. A essa exclamação, a tripulação do navio pôs-se ao lado Mansa e atacou Hatley e certamente teria linchado Hatley e sua tripulação do bote, não fosse pela interferência do Capitão e seus Oficiais que, com muita dificuldade, conseguiram impedi-lo. Eles já haviam alcançado aquele ponto de ódio cego e era provável que eles os assassinassem, se não tivessem sido detidos a tempo<sup>94</sup>.

De modo algum unilateral, a relação de hospitalidade que se procurava estabelecer era de interesse mútuo. Com ela, os moradores da ilha se viam protegidos de antemão de qualquer tipo de violência que lhes poderiam praticar os tripulantes dos navios estrangeiros; já estes, asseguravam-se de que teriam livre acesso a madeiras e a víveres de que necessitavam, sem se preocupar em tornar uma simples parada para reabastecimento numa ação militar, respeitando, portanto, a povoação de outro reino e evitando problemas com outra soberania. Vemos que se trata, sobretudo, de uma relação estratégica, esta relação de cortesia que vislumbramos nos relatos destes viajantes.

Em carta do início de 1741, sobre a chegada da esquadra comandada por Anson à ilha, Paes escrevia que, mesmo apesar de vários pedidos, não permitiu que saíssem pela ilha adquirindo frutos em troca de fazendas, bem como havia proibido que os moradores subissem a bordo com frutos da terra, o que contrariava as ordens de V. Mag. É interessante perceber que, após insistirem os ingleses em seu pedido, Paes se viu acuado e percebeu que se fossem diretamente às povoações adquirir o que necessitavam, causariam enorme prejuízo a fazenda Real. “Disse-lhes que em atenção a quem eram e a boa aliança que havia entre as duas coroas, de Portugal e Inglaterra, assinalaria paragem onde todos os que tivessem o que vender levassem seus frutos e ali mandaria por uma esquadra para debaixo dela se ajustarem os procuradores, que passariam bilhetes aos vendedores para que lhos satisfizesse, e que depois lhe mandaria tomar em fazendas o importe de tudo”<sup>95</sup>.

Aqui se percebe como se introduz a noção de um lugar que reúna ou no qual se faça o comércio, tal como a que fez Paes com os ingleses, e que permite o controle e a ordenação desta atividade, ao contrário de

---

<sup>94</sup> Shelvocke, p. 43-44.

<sup>95</sup> Paes, Idem, p. 120.

quando se encontram os comerciantes dispersos e separados, o que gera, segundo Paes, o “contrabando”, ou seja, a desordem na atividade comercial, a qual deve ser combatida. É preciso reuni-los num mesmo lugar, registrá-los assim como registrar o que se dispõem a vender, para que se possa dar boa ordem e controlar sua atividade. Não se trata de impedir ou proibir que se realizem estas trocas, mas de regularizá-las, registrando o que se vende, o que se adquire, e o seu preço, para que se possa deduzir os impostos. Pode-se aqui entender a proveniência da noção de mercado público, espaço de controle e ordenação da atividade comercial.

Vemos como, através da introdução deste governo na ilha de Santa Catarina, rapidamente a atitude de seus moradores em relação às trocas de víveres com navios estrangeiros, passa a ser vista sob o signo da irregularidade, do desvio da lei; em uma palavra, Paes a define de forma surpreendentemente clara: trata-se de contrabando esta relação que se estabelece entre os seus habitantes e as embarcações estrangeiras. A relação de cortesia e hospitalidade que durante anos se constituía como uma importante estratégia, seja para os habitantes da ilha, seja para aqueles que nela atracavam esporadicamente, rapidamente passa a ser vista como responsável pela desordem que reina na atividade comercial.

Mas aqui é preciso ter cuidado. Poder-se-ia dizer que o estabelecimento de um governo na ilha, em 1739, nada mais fez além de introduzir uma máquina arrecadatória responsável pela cobrança de impostos e a construção de fortalezas. De fato, até então os seus moradores estavam livres do pagamento de impostos à coroa portuguesa<sup>96</sup>. Mas é importante frisar que a própria introdução de mecanismos de regulação da atividade comercial vem acompanhada de uma série de outros dispositivos que vão intervir diretamente nos costumes e hábitos dos moradores locais, da mesma maneira que a construção de fortalezas vai exigir que se disponha de moradores úteis a servirem nelas como soldados. Já no final de 1737, antes mesmo da criação da capitania de Santa Catarina, Paes ordena a Câmara de Laguna que estabeleça regimentos nos rios Araranguá e Tramandaí, no intuito de ali regular a cobrança das passagens de qualquer pessoa, animal ou carga; mas estes regimentos que são instalados, sobretudo, com o objetivo de regular a cobrança de impostos, não vão se restringir apenas ao estabelecimento de mecanismos de controle da atividade comercial; eles também se responsabilizam pela identificação e prisão de todo indivíduo suspeito de ser

---

<sup>96</sup> Frézier, p. 23.

desertor ou criminoso, que atravessasse estes rios, enviando-os para Laguna ou para o Rio Grande<sup>97</sup>. A introdução de mecanismos que regulem a atividade comercial exige a introdução de mecanismos de controle social.

Talvez seja ainda necessário insistir sobre um cuidado a esse respeito. Quando aqui se fala das mudanças que ocorrem em Santa Catarina com a introdução de um governo, a partir da criação desta capitania, fala-se da introdução de novas práticas que decorrem desta noção de governar, que se define pelo par conceitual defender e ordenar. No inquérito espaço-militar que realizou Aguiar no início do século XVIII, no Brasil meridional, sem dúvida, já se pode vislumbrar o funcionamento desta noção, mas de forma muito efêmera e não efetiva, no sentido em que ela é exterior a própria povoação. No final da década de 1730, o que se vê é justamente a constituição efetiva de um governo que vai se preocupar em defender e conservar os territórios soberanos, tratando de ordenar os seus moradores e as suas coisas.

Em 1742, Paes é aconselhado sobre como proceder em relação ao esquadrinhamento da cidade, que é regulamentado em 1747, através de Provisão Régia sobre a “forma de acomodação dos novos povoadores e povoações”, que trata, justamente, do ordenamento dos açorianos que seriam deslocados a esta capitania no ano seguinte, bem como da distribuição das farinhas e rações que deveriam alimentá-los. Ou seja, não basta apenas aumentar estas povoações reforçando assim suas defesas; é preciso ordená-los, saber acomodar seus novos moradores de maneira que se constitua vagarosamente uma espécie de cinturão defensivo, que ligue por terra, lugares tão distantes como o Rio Grande e Laguna<sup>98</sup>.

A figura geométrica permite pensar o espaço no qual eles devem ser acomodados; deve-se estabelecer, em lugares distintos, algo em torno de 60 casais; neles, deve-se conceder sesmaria de um quarto de légua em quadro, a cada casal de açoriano, a qual deve ser registrada no nome do cabeça do casal para se possa controlar esta acomodação. Assim se controla, não apenas a arrecadação fazendária, mas também a arregimentação de soldados. Da mesma forma que o espaço comum das novas povoações deverá ser esquadrinhado em meia légua em quadro, onde se marcará “um quadrado para a praça de quinhentos palmos de face, e em um dos lados se colocará a Igreja; a rua ou ruas se demarcarão ao cordel com largura

---

<sup>97</sup> BOITEUX, Lucas Alexandre. *Notas para a história catarinense*. Florianópolis: Livraria Moderna, 1912. p. 204.

de ao menos quarenta palmos, e por elas e nos lados da praça se colocarão as moradas com boa ordem, deixando umas e outras para trás e lugar suficiente e repartido para quintais, atendendo assim o cômodo presente, como a poderem ampliar-se as casas para o futuro”<sup>99</sup>.

Mas não basta apenas ordená-los e acomodá-los. É preciso ocupá-los física e espiritualmente, torná-los úteis, impedindo que estes novos moradores se integrem a vagabundagem que reina na ilha. Para tanto, deve ser criada em cada uma destas novas povoações, uma companhia de ordenança, nomeando oficiais e alistando todos os moradores casados e solteiros que devem ser exercitados para que se crie entre eles a disciplina. “Em cada lugar dos sobreditos fareis levantar logo uma companhia de ordenança, nomeando oficiais (...) e nestas companhias se alistarão todos os moradores casados e solteiros e dareis ordens para sua disciplina, na mesma forma que se pratica nas outras terras do nosso Governo”. E para que se ocupem em tempo ocioso, é necessário se ter o cuidado de “que todos os colonos sejam assistidos na parte espiritual e sacramentos em cada um dos ditos lugares”<sup>100</sup>.

Aqui se percebe toda a extensão deste dispositivo intervencionista sobre estas pequenas povoações, de um lado através da vinculação de todos os moradores casados e solteiros, através da criação de ordenanças, às forças militares e do outro, através da vinculação de todos os habitantes à assistência espiritual que lhes ocupará as horas vagas impedindo que floresça entre eles a vadiagem<sup>101</sup>.

Constituída as companhias, é preciso que se as mantenha em ordem e disciplina, impedindo que nasça entre elas qualquer foco de desordem. Vemos este problema em boa parte das vilas litorâneas no Brasil do século XVIII. Em 1769, o Marquês do Lavradio manda prender na Bahia o porta-bandeira de um dos regimentos que “com mais outro companheiro de uma vida licenciada e libertina, ajustaram entre si

---

<sup>98</sup> Cf. REAL, Diogo de M. Corte. “Carta ao Governador da Ilha de Santa Catarina em 8 de abril de 1752”. APESC, “Diversos Avisos de 1748 à 1804”.

<sup>99</sup> “Provisão Régia de 9 de agosto de 1747 pela qual se dá forma a acomodação dos novos povoadores e povoações”. AHU, Núcleo Santa Catarina. Caixa no. 1, doc. no. 61. fls. 1-14. Este documento encontra-se transcrito em BOITEUX, Lucas Alexandre. *Notas para a história catarinense*. Florianópolis: Livraria Moderna, 1911. p. 218-223. PIAZZA, Walter. *A epopéia açorico-madeirense, 1748-1756*. Florianópolis: Edufsc; Lunardelli, 1992. p. 120-125. Há ainda outra questão interessante nesta provisão: ela define como os casais vão ser acomodados em distintos lugares, mas ela jamais insiste, ou sequer faz referência, à necessidade de se determinar “onde” são estes “lugares”. Define-se como devem ser estes lugares, mas não se precisa onde eles serão estabelecidos.

<sup>100</sup> Idem. Boiteux, p. 221; Piazza, p. 123.

<sup>101</sup> Remeto aqui o leitor à *Danação da Norma*. Seus autores mostram como no Rio de Janeiro, a partir de 1764, o conhecimento e a intervenção governamentais irá focalizar o soldado (sobretudo com a constatação de que as tropas estão desordenadas, pela falta de disciplina e falta de homens) e em seguida a vadiagem como problema vinculado a desorganização da força militar. MACHADO, Roberto (et. alli.). *Danação da norma*. Rio de Janeiro: Graal, 1978. p. 109-11.



formarem do mesmo corpo dos regimentos duas diferentes congregações de vadios, instalando uma delas o Regimento do Amor e outra o Regimento dos Amantes”. Apesar de os mesmos não faltarem às obrigações dos seus regimentos e de apenas em suas conferências darem conta de suas ilícitas correspondências, castigando os que tivessem mal gosto ou que sem razão maltratassem as mancebas, ou se reunindo em jantares onde usavam de toda sua liberdade, era preciso uma demonstração forte e pública contra este tipo de atitude, contra este “exercício de um espírito libertino”, que mais tarde poderia espalhar-se e produzir enorme desordem em topa tropa<sup>102</sup>.

Mas não apenas no governo militar deve saber manter a ordem; na própria cidade não se deve deixar em nenhum momento que a desordem se instale; o governador deve, em momentos críticos, intervir diretamente, dispersar ajuntamentos proféticos, impor a ordem e eliminar focos nascentes.

Sentindo-se na noite do primeiro de agosto de 1768 às nove horas para às dez um grande abalo de terra, repetindo este Segunda vez pelas onze horas se amotinou com o susto todo este povo, abandonando as casas, e saindo para os campos, entraram a espalhar-se as mesmas vozes que em Lisboa, de mar, fogo, e finalmente que se acabava o mundo; saí imediatamente por toda a parte por onde estava o povo, e logo encontrei um pregador querendo absolver a todos, fazendo grandes exclamações e dizendo mil ignorâncias; imediatamente o mandei calar, dizendo se tinha ordem do Prelado ou do Governo, para de noite andar fazendo exclamações públicas, que se tornasse mais a desanimar-me o povo, que eu havia de recolher aonde ele mais não aparecesse; substituí-me eu no lugar do pregador, e com tão bom fruto, que quando eram duas horas da noite se achavam quase todos recolhidos em casa, porque eu não vim para a minha sem que tudo ficasse no mesmo sossego em que estava antes de sentir o abalo<sup>103</sup>.

A desordem tem a voz da ignorância, é o negativo da razão; ela deve ser calada, suprimida; a voz da razão deve substituí-la para restabelecer a ordem, contra toda a sorte de pregadores e profetizas que espalham tolices e semeiam a ignorância, produzindo a desordem. “Passados alguns dias, chegou-me notícia de que uma freira dizia que o castigo não parava aí; mandei à prelada que a metessem em um cárcere a pão e água por uns poucos dias, e que se tornasse a profetizar, que eu a meteria em prisão muito mais rigorosa, até que eu visse cumprida sua profecia; isto os atemorizou e emendou de tal forma, que não há nem fumos desta maganagem”<sup>104</sup>.

---

<sup>102</sup> “Carta de amizade escrita a D. Francisco Inocêncio de Souza em 13 de março de 1769”. *Cartas da Bahia, 1768-1769*. Brasília: Imprensa Nacional, 1972. pp. 140-41.

<sup>103</sup> “Carta de amizade a Paulo de Carvalho em 1 de maio de 1769”. *Idem*, p. 170.

<sup>104</sup> *Idem*, p. 170.

Estando a capitania de Santa Catarina em seu princípio, deve-se ter o cuidado para que inúmeros vícios já estabelecidos em outras povoações não encontrem espaço para nela se desenvolver. Onde uma constante preocupação durante todo este século com o combate a pobreza. O problema do combate aos vadios, mendigos, libertinos, profetas e todos aqueles que, a partir de então, passam a ser localizados como possível fonte de desordem ou, que possa vir a comprometer a segurança da praça, e que emerge neste momento, também revela uma dupla utilidade que povoações como a da ilha de Santa Catarina e Colônia de Sacramento desempenhavam para a soberania portuguesa. Após a descoberta do ouro nas Minas Gerais, torna-se comum a vinda de barcos provenientes de Portugal para o Brasil, com toda a sorte de desviantes despachados de lá. Rapidamente se vê que aqueles que conseguem chegar às Minas, não encontram o que fazer e voltam para o Rio de Janeiro. Esta “gente ociosa e extravagante, em que se incluem também alguns ladrões”<sup>105</sup>, é sinônimo de desordens, e além de ser dissipada, acomodada em lugares que se necessita povoar, longe da cidade, deve se impedir que nela entrem. Deve-se reter as embarcações que chegam, como as duas apreendidas no início de 1735, provenientes das Ilhas Terceira e Faial, e que vêm repletas de “gente pedinte” que quer ir para Minas esmolar. Mas o que se pode fazer com toda esta gente? Rapidamente este problema é resolvido: os detentores de passaporte expedidos na Corte, os que tiverem parentes que os aguardam, bem como aqueles que tiverem “circunstâncias admissíveis”, devem receber autorização para desembarcar; os outros, devem ser enviados para Colônia do Sacramento. Em dois meses, no início de 1735, são enviadas 27 pessoas e um casal com dois filhos e se pretende em breve poder enviar mais alguns, tamanho o fluxo de embarcações que chegam<sup>106</sup>.

Dupla solução, pois ao mesmo tempo em que se livra de todos estes “extravagantes”, enviando-os para longe, aumenta-se o povoamento de uma região fronteira constantemente ameaçada, disponibilizando-se mais pessoas para a sua defesa. Em resposta a esta carta, o Conselho Ultramarino diz que não apenas aprova sua atitude como propõe que se envie alguns casais destas Ilhas para aquela região - não estaria aqui, na solução deste problema casual e inesperado, a explicação a respeito da proveniência do deslocamento de pessoas que, entre 1748 e 1756, vão ser enviados ao Brasil meridional? Cabe ao governo provisório da fazenda do Rio de Janeiro fazer as listas dos casais que lá aportam, enviados à Nova Colônia,

---

<sup>105</sup> PAES, José da Silva. “Carta sobre casais em 12 de maio de 1735”. *Coleção de Documentos*, p. 84.

“para que este mande registrar nos livros da Secretária e Provedoria da Fazenda, para constar a todo tempo as pessoas que passarão a mesma Colônia a custa da Fazenda Real para que não possam mudar seu domicílio sem justa causa”<sup>107</sup>. Lentamente se constitui um sistema de registro que serve para ordenar este deslocamento e impedir o ir e vir incontrolável de certos desordeiros.

Já em 1711, pode-se perceber este interesse pelo problema que a existência de “homens malignos” numa povoação acarreta a conservação de sua ordem, quiçá dela própria. Manoel Gonçalves de Aguiar, no relato de sua expedição ao Brasil meridional – não aquela a que nos referimos acima, realizada em 1714-1715 e da qual resulta o inquérito de 1721, chamado de “Notícias Práticas” –, realizada por ordem do governador do Rio de Janeiro, Francisco de Castro Moraes, na seqüência da invasão francesa àquela cidade, deparou-se com este problema ao chegar a São Francisco.

Partindo de Santos em uma sumaca com 50 homens, interessava-lhe saber das possibilidades de se estabelecer uma povoação na enseada das Garoupas. Primeiro em Paranaguá e depois em São Francisco, colheu opiniões a esse respeito bem como se informou das minas e jazidas auríferas existentes na região.

O porto e a vila de São Francisco lhe pareceram um ponto importante desta costa, mas não apenas pela abundância “de todos os gêneros de mantimentos” que nela existiam. “Grandiosa terra, muito capaz de se continuar a povoação que tem, pela capacidade que em si tem de muitas e grandes baías, rios e enseadas para se fazerem nelas ricas fazendas e muitas madeiras ao pé d’água para navios, com uma barra singular, capaz de toda a navegação, assim de sumacas como de naus de alto bordo”<sup>108</sup>.

Dali saiu em direção à enseada das Garoupas, a qual considerou, após exame realizado durante 14 dias, imprópria para o estabelecimento de uma povoação. O contrário constatou Aguiar ao chegar à ilha de Santa Catarina, após exame que nela realizou. “Esta dita Ilha de Santa Catarina pela observância que fiz, com curiosidade, achei ter vinte léguas de circuito, todas com ricas enseadas, praias de areias e rios e achei,

---

<sup>106</sup> Idem, p. 85.

<sup>107</sup> “Consulta do Conselho Ultramarino sobre carta do Brigadeiro José da Silva Paes em 5 de janeiro de 1736”. Idem, p. 85.

<sup>108</sup> Apud TAUNAY, Afonso de E. *Em Santa Catarina Colonial. Capítulos da História do Povoamento*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1936. p. 33. (BOR). Agradeço a André Voigt por esta referência.

pelo que vi, dela serem as melhores terras de toda a América do Brasil, por nela se darem todos os gêneros de frutas, assim deste como de Portugal, e poder acomodar muitos mil moradores, assim na dita Ilha como na terra firme que fica distante um tiro de mosquete a onde chamam vila”<sup>109</sup>.

O que pretendemos neste momento, com a descrição da expedição de Aguiar, é mostrar como o inquérito espaço-militar, ainda no início do século XVIII, revela ou ilumina um certo número de problemas que até então não pareciam se constituir como tais. É este interesse específico pelo conhecimento do espaço que permite mostrar como um certo número de desviantes em uma povoação colocam em risco sua conservação e sua própria existência, ao colocá-la num estado de desordem.

Eis como ele descrevia o ex-capitão-mor de São Francisco e seu irmão e alguns de seus agregados, segundo reclamações que lhe chegaram por parte dos seus moradores. Tratam-se estes de “homens malignos e facinorosos, soberbos e inquietadores daqueles pobres moradores, como é público e notório e me fora presente por queixa”, e que há mais de vinte anos vinham cometendo inúmeros desmandos que resultavam na fuga por medo de inúmeros moradores desta povoação para Paranaguá e ilha de Santa Catarina. Ou seja, o inquérito revela que a própria existência desta povoação encontra-se em risco por este tipo de desordem.

No final de 1714, Aguiar é enviado novamente para esta região no intuito de realizar novos exames - desta vez, especificamente, em Laguna e na ilha de Santa Catarina - e também, com o objetivo de restabelecer a ordem em São Francisco. No entanto, o seu ex-capitão-mor, seu irmão e seus agregados haviam se refugiado no “sertão”. Aguiar e sua tripulação constituirão diligência com alguns moradores locais no intuito de prender todo este grupo. Após alguns dias de diligência, não conseguem localizar os dois irmãos, prendendo, no entanto, nove pessoas que estavam com eles, que são enviados em seguida para o Rio de Janeiro<sup>110</sup>.

Outra questão importante em relação ao governo destas povoações que podemos destacar aqui, diz respeito a presença destes capitães que parecem ser responsáveis pelo seu governo, como por exemplo, este

---

<sup>109</sup> Apud, Idem, p. 35.

<sup>110</sup> Cf. Taunay, p. 47 e ss.

Antônio Francisco Francisques, perseguido por Aguiar em São Francisco, e Manuel Mansa, que recebeu Frézier e Shelvocke na ilha de Santa Catarina. Os viajantes estrangeiros os chamam de governadores: e de fato o são. Mas aqui é preciso entender que o são na medida em que representam a soberania portuguesa, ali estão para mostrar aos navios estrangeiros que a soberania portuguesa está presente, estando por eles representada. São seus governadores na medida em que possuem a função específica de representar a coroa portuguesa. Talvez seja importante anotar esta questão para que se possa estabelecer com mais clareza a diferença que se pode ver, a partir de 1739, com a criação do governo da ilha de Santa Catarina<sup>111</sup>. A partir de então, a função de representante que até então ocupavam estes capitães, dá espaço a esta dupla função que viemos destacando até aqui, a de defesa do território e de ordenação de seus moradores e suas coisas.

Mas até o final da década de 1740, estes são lugares para onde também se foge, espécie de espaços de fuga e transgressão. Em meados de 1739, talvez um dos últimos barcos com aventureiros foragidos, fundeia na ilha de Santa Catarina, sem saber das mudanças que nela estavam ocorrendo. Trata-se de um barco que havia saído da Bahia em direção às Minas e que durante a viagem, havendo “algumas razões”, o seu piloto e marinheiros mataram o mestre da embarcação e a levaram até a enseada das Garoupas, onde depois de a queimarem, repartiram entre si os treze escravos e algum ouro em pó que traziam consigo, na intenção de irem em seguida viver na ilha. Lá chegando com alguns escravos e o ouro em pó, provocaram a desconfiança do seu capitão, que logo veio a saber de toda a história, prendendo-os e os enviando em seguida para a ouvidoria de Paranaguá, confiscando o que traziam consigo junto à fazenda real<sup>112</sup>. Não há mais espaço nesta povoação para esta sorte gente.

Eis aqui como se constitui e se introduz no século XVIII a noção de governar ligada ao exercício de defender, conservar e ordenar os domínios do soberano, a qual se estende até o início do século XIX. É importante destacar aqui, como esta noção produz um conhecimento do espaço, sobretudo, do espaço das povoações consideradas importantes para a conservação dos domínios soberanos: uma análise do seu território e dos seus moradores<sup>113</sup>. Mas é importante perceber quais são os elementos do espaço visíveis no

---

<sup>111</sup> Lembremos de passagem, que Shelvocke se refere aos moradores desta ilha como “uma malta de bandidos” que ali se estabeleceram por terem fugido de outros lugares “mais estritamente governados”. p. 47. Anson, gentilmente, chama-os de “honestos bandidos”. p. 66.

<sup>112</sup> PAES, José da Silva. “Carta sobre uma embarcação desconhecida na enseada das Garoupas, 22 de junho de 1739”. Idem, pp. 139-40.

<sup>113</sup> Machado, p.110.

quadro deste saber, o que do seu território e de seus moradores é analisado. Toda uma série de questões são estranhas a ele: é impensável, por exemplo, definir as distâncias por terra entre as povoações de Laguna e Rio Grande, projetar e construir um caminho que as ligue, facilitando trocas e contatos entre os seus moradores. No entanto, cabe a ele saber como estas povoações podem tomadas por outras soberanias, tratando de estabelecer mecanismos concretos para a sua defesa e conservação.

A engenharia como saber do espaço, torna-se um dispositivo através do qual se pode governar. Se quisermos fazer a crítica desta racionalidade política, não poderemos fazê-la sem emprendermos também uma crítica deste saber que desde o século XVIII não deixou de se expandir em nossa sociedade, e no qual não se reconhece o exercício de uma certa forma de poder, de uma certa tecnologia social de ordenação de indivíduos e coisas no espaço. Sem exagerar, pode-se dizer que sem este saber não há possibilidade de se governar, pois é ele quem produz um inquérito espaço-militar e é através dele que se define o espaço a ser conservado, onde se deve defender a cidade; é através dele que se pode pensar toda a sua segurança no intuito de torná-la ordenada; é este saber que fornece uma imagem de como se acomoda as pessoas no espaço, e de como se ordena no espaço pessoas e coisas, e através disto, pode torná-lo um espaço governável, com habitantes obedientes e disciplinados, úteis ao exercício de sua defesa; definindo como ela se torna uma fortaleza forte e segura, ele também determina os seus perigos, externos e internos, que devem ser combatidos. Não se pode governar uma praça, diz Fortes, sem o domínio deste saber do espaço: ou se é engenheiro por formação ou se é engenheiro por instrução<sup>114</sup>.

### ***Conservar a praça como a si mesmo***

Não se pode falar, sem dificuldades, da existência de uma literatura no século XVIII que relacione a atividade política daquele que governa uma praça ou uma capitania e o seu destino, com sua atividade moral; se analisarmos a obra de Tolozano, veremos que ela prescreve uma certa moral, relaciona àquele que

---

<sup>114</sup> Fortes, p. 384.

governa um certo número de valores indissociáveis de sua atividade, mas parece também que ela deduz o seu exercício, na medida em que não o define.

Pois talvez não seja do lado desta literatura que iremos o encontrar. Até o final do século XVIII encontraremos toda uma série de correspondências, cartas de aconselhamento e instruções que definem o espaço deste exercício de si, do qual possuímos alguns exemplos, como as cartas trocadas entre Paes e Proença de Pina na década de 1730, aquelas escritas por Lavradio nos anos que antecederam sua ida ao Rio de Janeiro como vice-rei, além das instruções deixadas por governadores aos seus sucessores, os quais a partir de 1751, segundo Carneiro de Mendonça, passarão a ser uma atividade obrigatória<sup>115</sup>.

Todo este conjunto de comunicações, trocas e relações sociais interindividuais entre governadores de capitânicas, vice-reis e governadores de praças, de modo algum deve ser visto como um signo da crescente individualização em nossa sociedade; elas não definem ou constituem um eu privativo, mas são formas de intensificação das relações de si no domínio da vida política. Neste exercício, o indivíduo é chamado a tomar a si mesmo como objeto de conhecimento e domínio de sua ação<sup>116</sup>. E é na vida política, no domínio da vida pública que esta atividade moral deve se constituir; ela deve até mesmo se opor, distinguir-se e se afastar da vida privada. “Enquanto me achar governando esta capitania pouca cabeça posso ter para governar minha casa”<sup>117</sup>, diz neste sentido, o Marquês do Lavradio, em 1769.

Certamente a constituição da atividade política como exercício de si no século XVIII está ligada à própria emergência do conceito de governar tal como vimos anteriormente, pois podemos mesmo ver aqui transpostos um certo número de problemas que lá encontramos. Do problema da conservação da praça derivam inúmeros problemas a respeito dos valores que deve possuir aquele que a governa.

Michel Foucault insiste a esse respeito: sem dúvida, desde a antiguidade existem tratados que aconselham o príncipe a exercer o poder, ser aceito e obedecido pelos seus súditos. No entanto, a partir do Renascimento e até o fim do século XVIII, constitui-se toda uma literatura considerável a esse respeito, mas

---

<sup>115</sup> MENDONÇA, M. Carneiro de. “Introdução”. *Século XVIII. Século Pombalino do Brasil*. Rio de Janeiro: Xerox, 1989. p. 17.

<sup>116</sup> FOUCAULT, Michel. *Le souci de soi*. Paris: Gallimard, 1984. p. 59.

<sup>117</sup> LAVRADIO, Marquês do. “Carta de amizade escrita a José de Souza e Abreu em 1 de maio de 1769”. *Cartas da Bahia, 1768-1769*. Brasília: Imprensa Nacional, 1972. p. 184.

não mais se configurando como breviário de conselhos ao príncipe, mas como *arte de governar*. O problema do governo vai aparecer a partir de então sob formas variadas: como problema do governo de si mesmo, como problema do governo das almas e condutas, como problema do governo das crianças e, enfim, como problema do governo dos Estados pelos príncipes<sup>118</sup>. O que se pretende aqui avaliar, é justamente o cruzamento de dois destes múltiplos aspectos do problema do governo na soberania portuguesa, especificamente no Brasil no século XVIII, e que aparecem claramente através do governo, não do Estado pelo príncipe, mas das praças, cidades ou capitânias pelos governadores, pois se pode ver que aqueles que estão a sua frente, vão considerar como indissociável o exercício do governo da praça do exercício do governo de si mesmo.

Podemos dizer que o exercício deste governo de si, faz-se através de dois regimes precisos de escrita: através das trocas epistolares entre governadores de praça e capitânias; através das cartas de aconselhamento e das instruções que deixam os governadores aos seus substitutos no momento da entrega do comando de sua capitania. Reiteramos isto com o intuito de frisar a singularidade destes regimes que vamos analisar no final deste primeiro capítulo, em relação às correspondências em geral existentes no século XVIII. Como a soberania exerce o poder? Sobretudo, através das cartas régias, das provisões régias e outras, e é em relação a elas que gostaríamos de destacar a especificidade destes regimes.

Em primeiro lugar, Tolozano associa o vigor e a juventude, e conseqüentemente a força, como necessárias a um governador; inicialmente, há todo um conjunto de requisitos naturais que se pede a um governador, antes mesmo daqueles requisitos ditos morais; aquele que governa uma praça fronteira nunca deve ser um velho, porque nestas são necessários homens robustos, que possam trabalhar e “sofrer a fadiga, tanto pelo cuidado que devem ter da conservação da sua praça e país vizinho, como da defesa em sendo atacados”<sup>119</sup>. No entanto, os homens de maior idade podem servir nas praças do meio do Estado.

Aos requisitos ditos naturais, soma-se, acrescenta-se, mistura-se uma série de outros requisitos ditos adquiridos; estes requisitos, são adquiridos, parte pelo estudo, por sua formação, e parte por este exercício

---

<sup>118</sup> FOUCAULT, Michel. “A Governamentalidade”. In: *Microfísica do Poder*. 11ª. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1995. p. 277.

<sup>119</sup> TOLOZANO, Antônio de Ville. *O governador de praças, obra muyto util, e necessária não só para os governadores de praças, mas também para todos os officiais de guerra, que quizerem aprender a doutrina militar, e as suas obrigações principalmente nos presidios*. Lisboa, 1708. p. 4. (BRG).



diário de reflexão sobre as suas ações. No entanto, nunca pode ser indicado para o governo de uma praça, alguém inexperiente e que vai aprender esta arte no decorrer do seu exercício: o governo de uma praça não é lugar para aprendizagem<sup>120</sup>.

Ele deve ser sempre alguém de “valor”, qualitativo indissociável de sua função. “Não falo no valor, porque me parece escutado dizer que um governador deve ser valoroso, como se se dissesse que o que quer ser soldado deve ter espada: são estas coisas tão inseparáveis, que dizendo é governador, supõe-se ao mesmo tempo que é valoroso e por conseqüência isento dos dois vícios que são os extremos desta virtude, a saber a temeridade e a covardia”<sup>121</sup>.

Da mesma forma que o extremo oposto destes vícios de nada serve para um governador; a coragem impensada está até mesmo a eles associada, pois o melhor governador não é o mais destemido soldado<sup>122</sup>. Ou seja, não são estes valores em si, em estado bruto que tornam alguém apropriado para esta atividade. Se o valor, tal como o define Tolozano, é uma qualidade geral “que convém a todo homem que cinge a espada”, a experiência que adquire um governador, não como resultado do acúmulo de anos frente a uma praça, mas no exercício de reflexão diária sobre suas atitudes, sobre seus erros e acertos, bem como através da reflexão sobre os erros e acertos de seus colegas - e dos quais ele deve tirar conseqüências que lhe sirvam como luzes -, é uma qualidade indispensável e que serve como contraponto àquela virtude que em excesso pode se tornar vício. A qualidade de

ciente e de experimentado só convém as pessoas de entendimento que gastarão toda a vida no estudo e no exercício das ocasiões em que se achavam. A ciência adquirida facilita o discurso para se aproveitar do que tem visto e experimentado; e não basta se ter achado em muitos sítios e combates, pois é necessário se ter feito reflexão sobre o que tem sucedido neles, notando os defeitos e inconvenientes, imitando as coisas bem feitas e acomodando tudo as máximas da ciência que aprendeu, combinando discursivamente umas coisas com outras e tirando as conseqüências, que são como luzes, que guiam para não tropeços em semelhantes sucessos, e saber regular os que se oferecem, ainda que sejam diferentes dos que tiver visto<sup>23</sup>.

A reflexão diária sobre suas atitudes frente ao governo de uma praça relacionada com o conhecimento adquirido através de sua formação necessária, é aquilo o que permite a um governador

---

<sup>120</sup> Tolozano, p. 5.

<sup>121</sup> Idem, p. 6-7.

<sup>122</sup> Ibidem, p. 76.

conservá-la e conduzi-la distante dos caminhos noturnos, aos quais pode ser levado numa batalha. Mas aqui é importante anotar que, ao mesmo tempo em que ele fala da importância deste exercício diário de reflexão sobre si, ele não determina, em momento algum, as maneiras de fazê-lo.

Este exercício permite também que ele suprima uma série de vícios dos quais deve fugir, afastar-se. Se há certos vícios dos quais os homens em geral devem procurar se afastar, mais particularmente ainda, o deve fazê-lo o governador de uma praça. Da impiedade, porque não tendo assistência de Deus, ele não guarda a praça guardada pelos homens; da avareza, pois ela o torna um tirano; do vinho, pois um homem ébrio perde a razão, e se neste tempo for atacado pelo inimigo, perderá a sua praça. “Se o governador é sujeito a semelhante vício, fazendo dele hábito, é fácil haver muitos que o imitem”, uns por inclinação outros por companhia, tornando a praça sem resistência. “Portanto, não se deve fiar a guarda de uma praça de um homem que, não se sabe conservar a si mesmo, e deixa muitas vezes perder a melhor prenda que tem, o entendimento e a razão”<sup>124</sup>.

Eis como num enunciado em que o conceito de governar remete a noção de conservar uma praça, o exercício de reflexão sobre si vai remeter a noção de conservar a si mesmo. É nisto o que insiste Tolozano: um governador deve conservar a si mesmo como deve conservar sua praça, ou em outros termos, definindo-se pelo seu conceito, ele deve governar a si mesmo como deve governar a sua praça. “Um governador deve ser prudente, seguro de que não se perturbe com coisa alguma e dê ânimo aos demais; que onde for necessário mostre ousadia, e que saiba porém conservar a sua pessoa como a praça, sustentando-a enquanto puder; e se ele quer aparecer, há de ser no último esforço e na última resistência que na praça puder se fazer”<sup>125</sup>.

Aqui é importante frisar como o poder soberano associa a conservação da praça com a manutenção da honra e da própria vida daquele que a governa; a perda de uma praça está associada, ou a perda da vida daquele que a governa, e que neste caso procurou defendê-la até o fim de suas forças, ou a perda de sua

---

<sup>123</sup> Tolozano, p. 76-77.

<sup>124</sup> Idem, p. 8.

<sup>125</sup> Ibidem, p. 7.

honra e de todos os valores naturais e adquiridos, caso ele venha a sobreviver, mostrando que não deu sua vida pelo soberano. “Convém que um governador ame a sua praça mais que qualquer outra coisa do mundo, supondo que dela depende a sua honra e a sua vida, pois perdida ela não deve viver mais; e assim deve ter tanto cuidado da sua conservação como de si mesmo, considerando sempre o como a poderá melhorar, melhor guardar e mais bem municionar; e no tempo de paz deve prever a tudo o que lhe pode suceder em tempo de guerra”<sup>126</sup>.

Vemos como o poder soberano associa e não distingue a conservação da praça e a conservação da vida de quem a governa, são eles uma só e mesma coisa; pois não é apenas a praça, a capitania ou o território que lhe pertence, mas a própria vida daquele que a governa; se a praça é a extensão territorial dos seus domínios, da mesma forma o é o corpo daquele que a governa; o paradoxo aqui apenas aparece em termos: o governador de uma capitania não é soberano de si, pois seu corpo não lhe pertence – este tema é recorrente desde o século XVII não apenas na teoria do direito mas mesmo entre os mercantilistas e fisiocratas; no entanto, é no exercício do governo de sua capitania, através da intensificação das relações interpessoais, que ele se constitui como sujeito moral, não tanto pelo seu comportamento pessoal, mas pelo esforço que deve demonstrar em procurar tornar a praça que governa a mais segura e ordenada possível; sua identidade não se encontra em seu comportamento público ou privado, em sua aparência ou naquilo o que ele é, mas no seu esforço diário em tornar a sua praça segura, ordenada, bem guardada e conservada do inimigo. O excesso de vinho não é tanto um problema, na medida em que revela seu mau comportamento, na medida em que revela que o governador não consegue se controlar ou não possui o domínio de si, mas na medida em que ele pode produzir a desordem na praça deixando-a desprotegida no caso de ser atacada; ora, a existência de desordens numa praça que a torne um domínio mal conservado, é uma das formas de se definir se o seu governador é valoroso ou não; desta maneira, pode se dizer que o espaço de constituição de sua identidade se encontra neste exterior em que se cruzam os trabalhos de conservação dos domínios do soberano e os exercícios de conservação de si.

Portanto, o destino daquele que governa é inseparável do destino de sua praça; são uma só e mesma coisa. Logo, a reflexão diária sobre suas atitudes como governador, sobre como pode melhor guardá-la,

---

<sup>126</sup> Tolozano, p. 9-10.

como pode melhor defendê-la, nada mais fazem senão permitir que conserve a si mesmo procurando conservar a sua praça.

E não há dúvidas de que é através das cartas que este exercício de si vai se constituir; através da carta que se escreve e que se envia a alguém que também exerce o governo de uma praça, mas também através da leitura da carta que se recebe, julgando os conselhos que lhe são dados, refletindo sobre a importância de sugestões e de experiências, comparando métodos diferentes empregados em situações de dificuldades. A sua escrita e a sua leitura permitem que se faça um balanço das atitudes e decisões que se tem tomado no exercício da vida administrativa.

No início de um governo elas são um “socorro”, um apoio imprescindível para quem as recebe saber como proceder em relação ao seu governo; são também uma “advertência” que se envia no intuito de situar àquele que inicia suas atividades, para que acerte em suas decisões<sup>127</sup>. Mas sua leitura possibilita que se julgue também o que se vem fazendo, fornecendo um contraponto que permite não apenas refletir, mas julgar suas atitudes. “Rendo graças a V.S. as graças de me querer instruir em alguns particulares deste governo, para que eu possa ir cá fazendo os meus juízos de sorte que se regulem pelos acertados discursos de V.S.”<sup>128</sup>.

E são estas advertências, estes conselhos que se dá e que se recebe, geralmente de amigos e colegas distantes, que possibilitam ao indivíduo refletir sobre as melhorias que se devem fazer em sua administração, através das quais poderá conservar a praça que o soberano lhe confiou, conservando a si mesmo. “Peço com as maiores veras a V.S. que queira de lá advertir-me em tudo quanto eu possa obrar para melhor acerto do serviço do nosso amo, pois reconheço o muito que me serão úteis os seus documentos”<sup>129</sup>.

Estes úteis documentos, dos quais nos fala Paes, são geralmente direcionados aos mais jovens, sobretudo, àqueles novatos sem grandes experiências. Em 1768, o Marquês do Lavradio escreve ao seu experiente tio: “Vá-se V.Exa. prevenindo de paciência para sofrer-me, porque como os meus desejos são

---

<sup>127</sup> PAES, José da Silva. “Carta a Martinho de Mendonça de Proença e Pina em 13 de março de 1735 (no. 1)”. Publicada como “Cartas do Brigadeiro José da Silva Paes para Martinho de Mendonça de P. e Pina, Governador de Minas Gerais (1735-1738)”. *Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, vol. 25, 1945. p. 279. (BRG).

<sup>128</sup> Paes, J. da Silva. “Carta a Proença e Pina em 13 de março de 1735 (no. 2)”. Idem, p. 279.

todos de acertar no serviço de Sua Majestade, e me faltam as luzes e conhecimentos necessários, é-me indispensável deixar de recorrer às pessoas como V.Exa. que tão felizmente se têm distinguido no acerto com que há anos governa”<sup>130</sup>. O mais velho é aquele que sempre pode ensinar, pois já vem há muito tempo refletindo sobre inúmeras matérias que aos mais jovens podem parecer novas. “Perdoe-me V. S. o falar nesta forma com V.S. pois confesso é atrevimento advertir a quem me pode ensinar; e só é dizer-lhe o projeto que eu aqui seguirei enquanto me não derem outro mais razoável, e torno a pedir a V.S. me advirta e encaminhe, pois quero acertar os seus conselhos”<sup>131</sup>.

Mas é preciso constituir estas relações interindividuais; elas não são um fato dado do qual o governador se apropria; ele deve incentivar àqueles que podem lhe ajudar, animar seus amigos a lhe escreverem. “E sem embargo de que como pude agradeci a V.S. os seus sempre estimáveis conselhos, agora o repito com mais eficácia, e lhe peço incessantemente me os continue enviando, pois ninguém os abraçará com maior fé nem fará deles maior apreço que a minha fiel amizade”<sup>132</sup>.

Esta animação é importante, pois é ela que possibilita que se constitua esta relação que permite o exercício de reflexão sobre si. E aqui, volto a insistir, a carta é instrumento privilegiado. É nela que o governador descreverá os princípios que vem adotando em seu governo; como vem resolvendo os problemas herdados de seu antecessor; como vem tratando os problemas que encontrou no comércio e nas tropas de sua capitania; como vem resolvendo os problemas da fazenda real; como vem dissolvendo as intrigas encontradas entre os seus soldados, e como vem fazendo para melhor ordenar a cidade e disciplinar sua infantaria. Por isso é importante animar estas relações, porque somente os amigos podem dispensar um bom tempo à leitura destas “longas narrativas” onde se faz este balanço provisório do que se vem realizando<sup>133</sup>. E são principalmente eles que podem fazer um julgamento deste balanço, atribuir-lhe um

---

<sup>129</sup> Paes, J. da Silva. “Carta a Proença e Pina em 31 de março de 1735 (no. 3). Ibidem, p. 281.

<sup>130</sup> LAVRADIO, Marquês do. “Carta escrita ao meu tio e Ilmo. Ex.mo Sr. Conde de Azambuja em 6 de setembro de 1768”. *Cartas da Bahia, 1768-1769*. Brasília: Imprensa Nacional, 1972. p. 92.

<sup>131</sup> Paes, J. da Silva. “Carta a Proença e Pina em 31 de março de 1735 (no. 2). Ibidem, p. 280.

<sup>132</sup> Paes, J. da Silva. “Carta a Proença e Pina em 14 de setembro de 1735 (no. 16). Ibidem, p. 291. “Espero merecer a V.Exa., não só pela honra que me permite na sua amizade, mas até por utilidade do mesmo serviço de Sua Majestade, queira V.Exa. com o seu conselho ajudar-me para o acerto com que desejo conduzir-me”. LAVRADIO, Marquês do. “Carta de amizade Sr. Conde da Cunha em 29 de julho de 1769”. Idem, p. 230.

<sup>133</sup> Cf. LAVRADIO, Marquês do. “Carta de amizade escrita a Joaquim Inácio Cruz em 1 de maio de 1769”. Ibidem, p. 172-75.

parecer. “V.S. deve desculpar esta longa e prolixa narrativa, e espero queira dizer-me o seu parecer sobre estes mesmos pontos, porque como os meus desejos não são outros que acertar no serviço de Sua Majestade, e por esta mesma razão procuro ser útil a estes povos; não me envergonharei nunca de procurar todos os meios para consegui-lo, e nenhum considero mais próprio, que ouvir pessoas que têm tantos conhecimentos deste continente como V.S.”<sup>134</sup>.

A reflexão sobre sua atividade não se faz a qualquer momento e de forma apressada; ela toma tempo, é tarefa árdua e trabalhosa; exige dedicação daquele que quer acertar no trabalho consagrado ao soberano. Lavradio escreve que no desejo de bem conduzir o seu governo, discorre “dia e noite” sobre as melhores maneiras de fazê-lo<sup>135</sup>. Trata-se portanto, de no exercício da atividade política, refletir constantemente sobre suas atitudes, despendendo todo o tempo possível a esta reflexão, através da qual se pode realmente adquirir a experiência necessária a um governador.

Se a carta se constitui como exame constante mas provisório, a instrução será um balanço final a que um governador irá recorrer para avaliar o seu governo. São documentos deste último julgamento sobre suas atitudes que se deixa ao seu sucessor; este, irá os tomar como verdadeiros “guias” dos quais jamais deverá se afastar um governador que pretenda acertar em sua nova função<sup>136</sup>.

Neste sentido, Lavradio se lamenta pelo retardo com que examinou a instrução que havia lhe deixado o Conde de Azambuja, pois se a tivesse lido logo quando chegou à Bahia, não teria tido o trabalho dobrado. “V.Exa. me instrui com tanta miudeza sobre os negócios acontecidos durante o tempo do seu governo que se os meus talentos não fossem tão curtos me bastaria a sua lição para poder governar estes povos com o acerto que devo e com sua consolação; porém, quando me não possa aproveitar de todas as luzes com que V.Exa. me comunica, sempre espero que elas me abram caminho, para serem menores os meus desacertos”<sup>137</sup>.

---

<sup>134</sup> LAVRADIO, Marquês do. “Carta de amizade escrita a Joaquim Inácio Cruz em 29 de maio de 1769”. *Ibidem*, p. 208.

<sup>135</sup> LAVRADIO, Marquês do. “Carta de amizade escrita ao Conde de Prado em 15 de dezembro de 1768”. *Ibidem*, p. 75.

<sup>136</sup> Paes, J. da Silva. “Carta a Proença e Pina em 31 de março de 1735 (no. 3)”. *Ibidem*, p. 281.

<sup>137</sup> LAVRADIO, Marquês do. “Carta escrita ao Sr. Conde de Azambuja em 21 de junho de 1768”. *Idem*, p. 19-20.

Na medida em que cada capitania, cada praça, constitui-se por um conjunto de diferenças que a singularizam de tal maneira que a tornam um domínio único, não se pode empregar as medidas aplicáveis em qualquer outro lugar, devido justamente a esta sua singularidade, as instruções, assim como as cartas, são como luzes que iluminam e socorrem a cegueira que é o início de um novo governo<sup>138</sup>.

Mas a instrução como balanço final do exercício político frente a um governo, recorre a diferentes programas. Algumas são extremamente singularizantes, ou seja, instruem apenas sobre questões precisas do governo de uma capitania sugerindo até mesmo medidas práticas ao seu sucessor<sup>139</sup>. Outras, são totalmente generalizantes; estas apenas instruem sobre o comportamento moral do governador no exercício de seu governo, jamais sugerindo medidas práticas, pois a singularidade de cada praça não o permite<sup>140</sup>. Mas existem ainda outras, que parecem fundir estes dois programas; elas julgam as atitudes e decisões concretas que foram tomadas, aconselhando outras medidas nesta direção, mas também instruem sobre as atitudes que um governador deve tomar frente ao governo dos moradores da sua praça<sup>141</sup>.

Mas do que tratam estes aconselhamentos morais? Coimbra, na instrução que enviou ao seu sucessor no governo da capitania de Santa Catarina, sugere dezessete máximas para o seu sistema de governo, baseando-se no que praticava um antigo governador, Francisco de Barros Morais. Um governador deve sempre medir as conseqüências futuras das atitudes que toma; deve sempre agir com prudência e bom juízo, desconsiderando afeições e desafeições; ele não deve dar ouvidos a mexericos que podem o tornar malquisto por algumas pessoas; deve mostrar a todos que somente serão malquistos aqueles a que o governador reconhecer pessoalmente como maus gênios e não segundo opinião de terceiros<sup>142</sup>; ele não deve permitir que familiares se intrometam a agentes de negócios alheios ou se sintam no direito de opinar sobre o governo; não deve consentir que os criados de sua casa sejam insolentes, deixando claro de que se

---

<sup>138</sup> LAVRADIO, Marquês do. "Carta de amizade escrita a Paulo de Carvalho em 29 de julho de 1769". *Ibidem*, p. 231.

<sup>139</sup> BALSEMÃO, Visconde de. "Instrução que o governador Luiz Pinto de Souza deixou ao seu sucessor, Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cárceres". Vila Bela, 1772. *Coletânea de Documentos*. p. 559-573.

<sup>140</sup> Nestas, veremos principalmente aquelas escritas de Portugal a um governador; dificilmente as escritas por um antigo governador recorrem a este programa. Cf. OEIRAS, Conde de. "Instruções à João Pedro Câmara, Governador do Mato Grosso". *Idem*, p. 770-71.

<sup>141</sup> COIMBRA, Manoel Soares. "Carta escrita ao Sr. tenente-coronel João Alberto Miranda Ribeiro no ano de 1793 com um plano de defesa e de governo da Ilha de Santa Catarina". *ESC*, vol. 7, 7p.

<sup>142</sup> Aqui, peço licença ao leitor para, descabida mas ilustrativamente, citar uma fórmula de efeito que se encontra em Maquiavel a este respeito: "Em virtude disso, concluimos que os bons conselhos, de onde quer que emanem, despontam forçosamente da sensatez do príncipe, e não a sensatez do príncipe dos bons conselhos". Cf. "Como escapar aos adulares". MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Porto Alegre: LPM, 1999. p. 138.

souber de alguma petulância os castigará publicamente; ele não deve se interessar por nada que não tenha correlação com o seu governo, como o que se faz em casas particulares; deve ouvir o que os outros têm a lhe dizer, mas jamais se deixar governar pelos seus juízos, “porque o governador é o responsável a Deus e a Rainha do acerto, e não os outros”; não deve deferir sobre requerimentos que respeitem a terceiros sem antes ouvir a todos os que possam ser prejudicados por sua decisão; deve sempre castigar o erro e premiar a virtude; não deve se deixar embarçar pelos diferentes magistrados de justiça, sejam eles quem forem; deve pagar as obras que manda fazer, cuidando para não fazer o que não possa pagar; deve fazer-se amado da tropa, estimando seus oficiais e outros companheiros, pois esta irá ajudar a sustentar a sua honra, assim como compadecer-se das necessidades dos seus militares; é lícito despachar as partes com prontidão; deve aplicar-se a conhecer os homens que governa – ciência bastante dificultosa – para não se enganar com eles, e nem deixar se enganar por eles; deve castigar más palavras e obras dos homens que o merecem, mas nunca os pensamentos, os quais não se podem registrar<sup>143</sup>.

Percebe-se claramente através das máximas de Coimbra, que a possibilidade de se conservar como governador de uma capitania, está baseada na condição de que aquele que a governa aja sempre apoiando-se na razão, contra qualquer tipo de decisão afetiva; esta é a única forma de ser estimado e amado por aqueles que governa e a única maneira de conservar a si como a sua praça.

Ser amado por todos, nada mais quer dizer do que ser obedecido voluntariamente. “Engana-se quem entender que o temor com que se faz obedecer é mais conveniente do que a benignidade com que se faz amar; pois já uma razão natural que ensina que a obediência forçada é violenta e suspeita, e a voluntária, firme e segura”<sup>144</sup>. É por isso que vemos no século XVIII este exercício de reflexão sobre si ligado a vida política, pois com ele, através do uso da razão, pode-se discernir sobre as opiniões verdadeiras e falsas que lhe chegam, castigar os erros e premiar as virtudes, conhecer a quem governa para se fazer bem quisto e respeitado, única maneira de se tornar amado e obedecido voluntariamente.

É neste sentido que este exercício de reflexão sobre si permite ao governador saber em que momentos, por exemplo, ele deve repreender com severidade ou moderação para que suas atitudes não

---

<sup>143</sup> Coimbra, p. 5-7.



sejam consideradas demasiadamente brandas ou excessivas, o que pode levá-lo a perder o respeito de seus governados, deixando de ser por eles bem quisto.

Vê-se claramente que o conceito de governar e a questão da reflexão sobre si na atividade política, encontram-se ligadas ao problema de como se fazer obedecer; é o que se pode ver desde Tolozano e durante todo o século XVIII até o início do século XIX; como pode um governador ser obedecido pelos moradores de uma capitania, sabendo que a violência e a temeridade não o garantirão por muito tempo frente ao seu governo? Somente a reflexão paciente e determinada pode lhe dizer como torná-los voluntariamente obedientes, donde a importância de tomar a experiência política como objeto de seu conhecimento e domínio de sua ação.

Como entender o desaparecimento de todas estas práticas do domínio da vida política no século XIX? De um lado, o que pode parecer contraditório, as trocas de correspondências em âmbito privado, irão se multiplicar acentuadamente a partir de então, mas elas não indicam que haverá algo como a privatização desta prática; da mesma forma, não se pode dizer que os Relatórios Oficiais de governadores de província, instituídos e que passam a ser obrigatórios a partir de 1828, estabeleçam uma continuidade com as cartas de aconselhamento. Aqui, o que se vê, é o brutal desaparecimento e esquecimento de toda uma prática. No entanto, como explicá-lo?

Retomemos, pela última vez, o que dizia Tolozano a respeito do conhecimento que deve ter um governador das pessoas que governa. Para ele, pode-se dividir as formas existentes de se governar uma praça em inúmeras maneiras, como o governo de praças grandes e pequenas, marítimas e terrestres, além de outras. Sua classificação não reside em nenhuma destas; ela deve levar em consideração a “variedade da gente que se governa e a segurança da praça”<sup>145</sup>, como já dissemos anteriormente.

Numa praça ou numa capitania, o governador pode encontrar, tanto soldados como paisanos provenientes de diferentes nações, uma diferença geralmente considerável, a qual se deve atentar no intuito

---

<sup>144</sup> Oeiras, p. 770.

<sup>145</sup> Tolozano, p. 170.

de “governar cada um segundo seus costumes e inclinações”. Não há, portanto, *uma* maneira de se governar, pois ela geralmente depende da praça onde ele se encontra e das pessoas que ele governa. Assim, é indispensável que o governador conheça os diferentes povos que governa, seus costumes e suas inclinações, pois é neste conhecimento que pode e deve basear os seus atos e as suas atitudes.

Eis aqui porque as correspondências e as cartas de aconselhamento se constituem como lugar privilegiado de análise e reflexão política no século XVIII: é através delas que um governo pode informar ao seu sucessor sobre os costumes e as inclinações dos diferentes povos que irá governar, o que o mesmo só pode vir a conhecer depois de um certo tempo. É neste sentido que reclamava o Marquês do Lavradio ao receber a notícia de que havia sido transferido do governo da Bahia para o do Rio de Janeiro, pois após haver gasto um grande tempo estudando “estes povos” para vir a saber governá-los, terá que deixá-los<sup>146</sup>. Da mesma maneira, é o que se vê na carta de aconselhamento que deixará Gomes Freire de Andrade ao seu sucessor no governo de Minas Gerais, onde irá brevemente inventariar “o que é a gente das Minas Gerais e o caráter das principais pessoas das Vilas”<sup>147</sup>. A soberania, desde Maquiavel, irá insistir neste ponto, da importância para aquele que governa, de conhecer “a natureza dos povos”<sup>148</sup>.

Aqui podemos entender porque irão desaparecer todas estas correspondências e cartas de aconselhamento. Elas desaparecerão porque a noção de governo que lhes dava condições de possibilidade desaparece. Elas desaparecerão com esta ruptura e com a emergência de uma nova noção do que é governar, como veremos no próximo capítulo. No início do século XIX, Paulo Joze Miguel de Brito, em sua *Memória Política Sobre a Capitania de Santa Catarina*, irá dizer que governar é conservar e aumentar a população. Este governo da população não será o governo de povos diferentes que devem ser governados segundo diferentes costumes e inclinações ou segundo sua proveniência, mas será o governo da espécie humana, uma regularidade que se estabelece independente destas questões, mas as quais, no entanto, podem ser fator de sua constituição. Eis porque no século XIX todo um regime de trocas epistolares e de intensificação das relações de si no domínio da vida política, irá desaparecer.

---

<sup>146</sup> LAVRADIO, Marquês do. “Carta de amizade escrita a D. Martinho em 29 de julho de 1769”. *Op Cit.* p. 234.

<sup>147</sup> ANDRADE, Gomes Freire de. “Instrução e norma. Rio de Janeiro, fevereiro de 1752”. Publicado como anexo em LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira. *Colonizador-Colonizado: uma relação educativa no movimento da história*. Belo Horizonte: edufmg, 1985. p. 258.

<sup>148</sup> Maquiavel, p. 4.

Portanto, no início do século XIX o conceito de governar ligado a noção de ordenar, conservar e defender os domínios do soberano, irá rapidamente desaparecer. Não estaria aqui a resposta para toda a série de debates que ocorreram neste momento sobre o problema do que é governar? Certamente. O crescimento das propostas e sugestões, e toda a angústia dos debates sobre um novo modelo de administração no Brasil que veremos aparecer na década de 1820 está muito menos ligado a fatos políticos como a vinda da família real portuguesa para o Brasil, como a sua independência, do que ao desaparecimento deste princípio que durante mais de um século regulou a política no Brasil.

Durante mais de uma década veremos no Brasil a gestão de sua angustiante morte e o lento cortejo fúnebre deste princípio que, de repente, irá destruir o solo firme sobre o qual todos se encontravam seguros. Onde a emergência de toda uma série de debates e discussões em torno dos governos provisórios, com os inúmeros apontamentos de José Bonifácio sobre um novo modelo de administração no Brasil, sobre as atitudes que a partir de então são mais convenientes frente à escravidão e frente aos grupos indígenas; com a promulgação de constituições que irão tentar constituir novos mecanismos jurídicos que permitam que se exerça o governo, substituindo as antigas cartas régias e os princípios do governo soberano; com a tentativa de se definir novos regimentos, criar novos estatutos para as antigas capitanias, como os Conselhos Gerais de Província em 1824 e depois com os Regimentos para os Conselhos Gerais de Província em 1828, e que somente em 1834 irão definir um novo modelo de administração no Brasil.

Em pouco mais de uma década e meia no Brasil, passa-se da incerteza do que é governar a uma crítica contra os princípios que o definiam até então e que eram responsáveis por todos os males que grassavam, segundo Brito, na capitania de Santa Catarina. Desta incerteza irá surgir claramente aos olhos de todos, a “máquina antiquária” a que todos estavam até então submetidos. “A instituição dos conselhos provinciais foi um dos benefícios mais importantes concedidos pela constituição; (...) No Rio de Janeiro, e nas províncias adjacentes, o sistema representativo tinha substituído a máquina antiquária dos primeiros tempos; Ceará, Maranhão e outras províncias eram ainda governadas como na época em que estavam sujeitos ao bastão dos antigos e absolutos Capitães-Generais”<sup>149</sup>.

---

<sup>149</sup> ARMITAGE, John (1835). *História do Brasil: desde o período da chegada da família de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, em 1831, compilada à vista de documentos públicos e outras fontes originais formando uma continuação da História do Brasil, de Southey*. 3ª. ed. São Paulo: Martins, 1972. p. 158.

Todas estes debates que se iniciam na década de 1820 nada mais procuram do que restabelecer este chão destruído pela ruína deste conceito que o sustentava. E aqui talvez possamos situar a publicação do trabalho de Paulo Joze Miguel de Brito, em 1829, quase uma década e meia depois de haver sido escrito, a respeito do estado de decadência em que se encontrava a capitania de Santa Catarina, devido aos princípios administrativos que até então lhe conduziam. Num momento em que todos assistem a ruína de um princípio e procuram algo que possa substituí-lo, o seu trabalho parece fornecer, senão um modelo, ao menos a sua crítica.

## **É Preciso Administrar a População**

Em 1829, exatamente 13 anos após haver sido escrito, é publicado em Lisboa o primeiro manual de política moderna sobre a então capitania de Santa Catarina. Trata-se de uma *Memória Política* que, segundo os historiadores, é uma espécie de marco inicial da historiografia catarinense<sup>150</sup>. Seu principal objetivo: criticar os princípios que até então definiam as formas de sua administração, considerados os responsáveis pelo seu atual estado de decadência, e revelar a maneira correta a partir da qual ela deveria ser administrada.

Nela Brito procura fazer um grande diagnóstico da Capitania de Santa Catarina. Trata-se então, de mapear problemas e estabelecer direções; problemas, que dizem respeito ao “estado de decadência” em que ela se encontra; direções, que concernem aos melhoramentos que se fazem necessários. Tanto a sua causa como a falta de soluções se deve, segundo Brito, à ausência de “medidas administrativas”.

“Todavia por muito que já se tenha feito a bem da prosperidade deste novo Reino do Brasil, falta ainda bastante que fazer. É certo que em diferentes Capitanias já se têm posto em execução muitas medidas administrativas, tendentes ao melhoramento da sua agricultura, indústria e comércio; porém, não é menos certo que outras há também que ainda não gozaram destes benefícios. A Capitania de Santa Catarina é uma daquelas, em favor da qual se não deram ainda providências algumas relativas ao seu melhoramento, sendo ela de uma importância assaz evidente...”<sup>151</sup>.

---

<sup>150</sup> BRITO, Paulo Joze Miguel de. *Memoria politica sobre a capitania de Santa Catharina escripta no Rio de Janeiro em o anno de 1816*. Lisboa: Academia Real de Ciências, 1829. 181p. (ACL).

<sup>151</sup> Idem, p. 69.

Esta é uma questão importante, a qual Brito trata de definir com mais precisão e clareza. Por que se encontra ela neste “estado” atual? Para ele, toda uma série de problemas existentes na Capitania de Santa Catarina resulta de um “péssimo sistema de administração” sob o qual ela está submetida<sup>152</sup>. Neste sentido, ele procura estabelecer determinados elementos necessários para finalmente se poder iniciar um sistema de administração totalmente diferente do que até então existia. Ele não apenas fornece uma crítica à forma como até então se governava, mas também localiza onde aparecem os seus problemas.

Esses novos critérios de administração são estabelecidos por Brito justamente em como uma crítica aos critérios existentes. Governar a Capitania, diz Brito, não é mais comandar um exército<sup>153</sup>. Ora, durante o século XVIII e até o início do século XIX, o governador de capitania era freqüentemente um militar, e sua “autoridade pode se dizer que era puramente militar”<sup>154</sup>. É justamente essa forma de autoridade e os princípios que ela segue que Brito critica quando diz que governar não é mais comandar um exército, além de responsabilizá-la pelo seu “estado de decadência”. Vê-se assim, que o trabalho de Brito, estabelece uma ruptura, um corte, em relação a o que administrar a Capitania quer dizer. A partir de então, diz Brito, deve-se governar a Capitania de uma outra maneira, a qual ele procura prescrever.

Com efeito, Brito procura estabelecer uma distinção conceitual aplicada aos seus problemas, entre administrar, que significa executar ações diretas, locais, e governar, que quer dizer “impulsionar” e colocar em “movimento” a administração. “O governo (diz M. Bonnin) é o principio da administração: administração é o governo considerado na sua ação parcial, e de detalhes para cada divisão de território (...) O governo é o pensamento que dirige; a administração o braço que executa...”<sup>155</sup>. Essa distinção parece ser importante, porque é a partir dela que Brito atribui à até então administração da capitania, todos os “males

---

<sup>152</sup> Idem, p. 69.

<sup>153</sup> Ibidem, p. 110.

<sup>154</sup> Ibidem, p. 45.

<sup>155</sup> Ibidem, p. 69. Segundo Brito, um governador de capitania, deveria ler, entre outros, “*Princípios de administração pública*” de Bonnin, publicado em Portugal no início do século XIX. Em meados do século XVIII, o governador da Capitania José da Silva Paes, lia como manual, dentre outros, “*Fortificação moderna; ou Reconvilaçam dos diferentes methodos de fortificar que usão na Europa os espanhoes, franceses, italianos & hollandezes*” de Pfeffinger; ou ainda, “*O Governador de Praças*” de Antonio de Ville Tolozano, ambos publicados em Portugal em 1713 e 1708 respectivamente. BARRETO, Abeillard. “A livraria de José da Silva Paes”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, 15: 178-180, 1951.

públicos” de Santa Catarina. E mais. É a partir dela que ele apresenta os caminhos a serem seguidos para resolver todos estes problemas<sup>156</sup>.

Aqui, pode-se ver claramente um deslocamento da noção de governo tal como ela se constituía no século XVIII até o início do século XIX. Este princípio soberano de governo, para Brito um governo puramente militar, e que se preocupava até então com a defesa e conservação dos domínios reais portugueses, é o responsável pelo estado de decadência em que se encontra esta capitania; trata-se, portanto, de um princípio ultrapassado e incapaz de responder a uma série de problemas existentes.

### ***A população e o problema da estatística***

Mas, afinal de contas, administrar o quê? Qual é a função que emerge deste “braço que executa” e em relação à que ele deve executar? É essa questão que Brito não cessa de colocar em relação aos governos anteriores quando faz a sua crítica: administrar não é apenas comandar um exército e construir fortalezas adequadas. Isto é apenas uma de suas partes. A que é importante se deter, o que é importante administrar, é a população. Esta nova máquina-Estado que se organiza no início do século XIX vai ter como preocupação administrar a população. Aquilo que até o final do século XVIII se chamava de “pessoas de um e outro sexo, com separação dos escravos”<sup>157</sup>, passará a ser reconhecida numa materialidade reunida sob forma de uma unidade averiguável chamada de população.

Esta unidade averiguável se materializará através dos mapas estatísticos. É através da estatística que será possível administrar a população. Se é verdade que ainda no final do século XVIII já existiam os mapas estatísticos, também é verdade que a partir de 1830, ano após ano, eles serão reorganizados nos relatórios dos Presidentes da Província, sempre com o objetivo de saber quais os “melhores métodos que se devem

---

<sup>156</sup> Três décadas mais tarde, esta mesma distinção será retomada nos debates em torno da organização do Estado no Brasil. Em seu *Ensaio sobre o direito administrativo*, publicado em 1862, Visconde de Uruguai empreende a mesma distinção encontrada em Brito, ao afirmar que “o poder político é a cabeça, a administração o braço”. Cf. URUGUAI, Visconde de. *Ensaio sobre o direito administrativo*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1960. p. 26. (Ed. Fac.-sim.: Brasília: Ministério da Justiça, 1997. 520p.).

<sup>157</sup> RIBEIRO, João Alberto Miranda. “Relatório apresentado ao Snr. Conde de Rezende Vice Rey, e Capitão General de Mar, e Terra do Estado do Brasil”. Villa do Desterro a 17 de novembro de 1797. Documento da Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional (II ~ 35, 32, 18n. 38). In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico e Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1959. vol. 245, out-dez, p. 144-145.

empregar” para administrar a população. No entanto, a própria “noção de população” parece se constituir como algo novo diante do poder.

Mas a que se refere Brito quando fala de estatística? Quais são os elementos que sob este nome se encontram reunidos em sua *Memória*? Aqui, tocamos num ponto importante, o do conceito de estatística e sua história no final do século XVIII e início do século XIX. Tomando a estatística conceitualmente, podemos perceber o que se denomina e é definido por este nível, estabelecendo assim cortes e discontinuidades que nos permitem tomar seus elementos, não como objetos dados, percebidos diferentemente em épocas distintas, mas como objetos que se constituem no interior da formação do conceito que o define<sup>158</sup>.

Sob o nome de estatística, Brito reúne uma série de elementos, dos quais um é a população, nem mais e nem menos privilegiado dentre os outros. Há uma descrição física e uma política da Capitania; um artigo dedicado ao governo e administração pública; outro, de ascendência naturalista, sobre as produções dos “três reinos da natureza”, seguido de um artigo sobre a agricultura, indústria e comércio; há ainda um artigo sobre finanças, um sobre a força militar e finalmente um sobre a educação pública, e sobre o caráter e os costumes dos seus habitantes<sup>159</sup>. Vemos que a estatística é “um esboço”, como dizia Debret<sup>160</sup>, uma descrição geral do que no presente é definido como importante para o governo.

Esta sorte de estatística é a mesma que podemos encontrar produzida em diversas províncias do Brasil na década de 1820. 1827: *Trabalhos e indagações que fazem o objeto da estatística da Província de Mato Grosso, feitos no ano de 1826 para 1827*; 1827: *Memória e tabelas estatísticas pertencentes a Província de São Paulo*; 1828: *Memória estatística da Província do Espírito Santo, escrita no ano de 1828*<sup>161</sup>.

Contudo, podemos perceber que desde meados do século XVIII até o início do século XIX, vai se constituir no Brasil o interesse pelo estabelecimento daquilo que era chamado indistintamente de mapas, listas ou relações de habitantes, bem como mapas de povoação, ou ainda listas de moradores. Em Santa

---

<sup>158</sup> Ao contrário do que faz Azevedo quando, por exemplo, ao se referir a constituição da estatística em Portugal e no Brasil, afirma que “em Portugal os recenseamentos eram tão antigos quanto os mais antigos que se fizeram na Europa, quicá anteriores”. AZEVEDO, Thales. “Os censos do século XVIII”. In: *Revista Brasileira de Estatística*. Rio de Janeiro, no. 64, ano XVI, out.-dez. 1955, p. 339.

<sup>159</sup> Brito, p. 27-75.

<sup>160</sup> DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. São Paulo: Martins, 1940. Tomo I. p. 27.

<sup>161</sup> Cf. COSTA, Maria de Fátima (org.). *Percorrendo manuscritos entre Langsdorff e D’Alincourt*. Cuiabá: Editora Universitária, 1993. p. 34. Devo estas referências à Ma. Fátima, a quem sou agradecido.

Catarina, tais relações surgem quase que concomitante com a criação da capitania, ainda com José da Silva Paes.

Os mapas ou relações indicavam a força de que dispunha o soberano para a defesa e conservação de seus domínios; além deles, dever-se-ia manter relações dos escravos de que dispunham as pessoas que compunham os corpos auxiliares, os quais poderiam acudir a retaguarda em caso de necessidade. Ao revelarem a força de que dispunha o soberano, estas listas lhe permitiam “poder dispor de toda esta gente na ocasião conforme parecer mais conveniente”<sup>162</sup>.

Lavrado obrigava que estes mapas fossem feitos no início de cada mês, possibilitando assim o conhecimento de duas questões que se agrupavam numa só, mais geral e mais importante: 1) o número de pessoas de que dispõe o soberano, bem como seu possível aumento ou diminuição; 2) o número de escravos de que dispõe cada um de seus súditos, o que permitia saber quem dentre eles reunia condições de receber e cultivar sesmaria. O que se revelava com estas duas questões que emergiam dos mapas de povoação, era nada mais do que o “mais cabal conhecimento em todo o sentido das forças da sua Capitania”<sup>163</sup>.

No Brasil, esta forma de conhecer e calcular as forças de que dispõe o soberano, é chamada de aritmética política<sup>164</sup>. Em 1772, Visconde de Balsemão destaca a importância deste “termômetro” que indica as variações das forças do governo soberano.

Porém, como tudo quanto pertence à aritmética política dos povos é de sua natureza tão variável, que carece de cálculos e combinações sucessivas para se poderem fixar as noções convenientes, parece-me que não deve V. Excia. omitir as diligências necessárias para admitir anualmente um estado verdadeiro da povoação de seu governo, e de todos os mais objetos relacionados a sua economia política. Sendo este o único termômetro que pode indicar a V. Excia. as suas variações, e subministrar-lhe certeza de indução a que podem aspirar os nossos conhecimentos<sup>165</sup>.

Neste sentido, é estabelecida em 1797 a *Carta Régia sobre o trabalho que se deve empreender a respeito da estatística do Brasil*, que pretende ordenar a produção do conhecimento das coisas do governo. Em primeiro

---

<sup>162</sup> LAVRADIO, Marquês do. “Relatório do Marquês de Lavradio, Vice-Rei do Rio de Janeiro, entregando o Governo a Luiz de Vasconcellos e Souza, que o sucedeu no Vice-Reinado”. In: ARMITAGE, John (1835). *História do Brasil: desde o período da chegada da família de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, em 1831, compilada à vista de documentos públicos e outras fontes originais formando uma continuação da História do Brasil, de Southey*. 3ª ed. São Paulo: Martins, 1972. p. 267.

<sup>163</sup> Idem, p. 267.

<sup>164</sup> Na Europa, especificamente na Alemanha, desenvolve-se nesta mesma época, um conceito análogo, sob o nome de “ciência do Estado”, *Staatswissenschaft*. Cf. Foucault, Michel. “O nascimento da medicina social”. In: *Microfísica do Poder*. 11ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1995. p. 80.

<sup>165</sup> BALSEMÃO, Visconde de. “Instrução que o governador Luiz Pinto de Souza deixou ao seu sucessor, Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cárceres”. Vila Bela, 1772. *Coletânea de Documentos*. p. 562.



lugar, deve-se estabelecer o número de habitantes de cada capitania, suas ocupações e número anual de casamentos, nascimentos e mortes, para o qual se conta com o trabalho de párocos e magistrados; em seguida, deve-se estabelecer os números da importação e exportação, bem como o da produção de cada Capitania, definindo o que desta é exportado e o que é consumido nela mesmo; em seguida, conhecer o preço corrente dos gêneros e o número de navios que entram e saem em cada porto. Para estes dois últimos pontos, pode-se contar com a ajuda dos oficiais de alfândega e dos negociantes da praça. Além destas oito tabelas que a carta régia estabelece, devem ainda ser feitas mais duas: uma, sobre o número de casamentos, nascimentos e mortes dos “índios domésticos”; e outra, com as moléstias e casualidades que deram causa as mortes<sup>166</sup>.

Até o final do século XVIII, o conhecimento sobre o número de índios domésticos – ou seja, os já vassalos – aparece com certa relevância ao poder soberano, pois ele é adicionado ao tamanho da força disponível em caso de ataques que coloquem em risco os seus domínios. Importância esta que desaparece com o desbloqueio da soberania e com a emergência do problema da população<sup>167</sup>, o que pode ser percebido com o desaparecimento das estatísticas que incluem os índios em seus cálculos. O contrário acontecerá com os escravos, os quais até o fim do século XIX aparecem nas estatísticas por revelarem, inicialmente a capacidade de um vassalo de receber novas sesmarias, e mais tarde, a força de trabalho do país.

Outro elemento importante que deve aqui ser destacado, diz respeito ao interesse por estes mapas e como eles funcionam sob o poder soberano. Alguns historiadores acreditam que há uma evolução no método estatístico, que se inicia com uma “modesta lista” em direção ao “mapa de população”, ainda no século XVIII; acreditam que quando um documento do século XVIII se refere ao número de “moradores” de uma povoação, está-se já a falar em estatística de população. Afoito em “recuperar a verdadeira atmosfera de época”, ele projeta questões retrospectivamente que não fazem parte da formação que pretende estudar. Acredita que a simples transcrição de documentos irá “deixar as fontes falarem por si mesmas”<sup>168</sup>.

---

<sup>166</sup> “Carta Régia sobre o trabalho que se deve empreender a respeito da estatística do Brasil”, 21 de outubro de 1797. In: *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, Tomo VI, p. 448-452. (IHGB).

<sup>167</sup> FOUCAULT, Michel. “A Governamentalidade”. In: *Microfísica do Poder*. 11<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Graal, 1995. p. 288.

<sup>168</sup> BURMESTER, Ana Maria de Oliveira. “Estado e população, o século XVIII em questão”. *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, Tomo 33, 1999. p. 113-151.

O interesse da estatística não é a população, malgrado esta “palavra” – a qual Burmester confunde com o seu conceito – aparecer algumas vezes em documentos do século XVIII. Seu interesse pelos “habitantes”, ou seja, pelos vassalos do soberano, sejam índios ou sacerdotes, está em definir, como já foi frisado anteriormente, a força de que dispõe o soberano.

Mas este não é o principal interesse desta estatística. Seu principal objetivo é o “conhecimento perfeito de um país”, através do qual se pode descobrir novos recursos, mas também se concorrer para que eles sejam da melhor forma aproveitados<sup>169</sup>. Do que se ocupa um estatístico? “O estatístico se ocupa, entre milhares de coisas notáveis, em colher as que têm influência sobre o bem do Estado, visível, ou ocultamente, e conforme a sua maior, ou menor importância”<sup>170</sup>.

Assim, vemos que estatística, tal como a encontramos na segunda metade do século XVIII e no início do século XIX no Brasil, remete ao conceito de aritmética política, “a arte de raciocinar pelo meio de cálculo sobre as matérias concernentes ao governo”<sup>171</sup>. Deste interesse, que foi frisado anteriormente, pela confecção de estatísticas no Brasil na década de 1820, resultam os trabalhos sobre Mato Grosso, Espírito Santo, São Paulo e Santa Catarina com Brito, a partir da necessidade de se realizar diligências que revelem o conhecimento perfeito do país. A estatística de Brito, portanto, deve ser compreendida pelo conceito que a delimita e define, o de aritmética política, não mais como a denominava Petty<sup>172</sup>, mas sim como “cálculo das forças” de um soberano que “serve de base às resoluções para a guerra”<sup>173</sup>, e como conhecimento perfeito do Estado.

Mas rapidamente as coisas mudarão. Em 1864, o médico João Ribeiro de Almeida, em um estudo sobre a salubridade da Ilha de Santa Catarina, diz a respeito da estatística em Santa Catarina: “Uma boa estatística é indispensável para servir de base a estudos desta espécie, e é cousa difficilima de obter, em Santa Catarina especialmente. Até o ano de 1836 nenhum documento estatístico oficial pude encontrar, e o que

---

<sup>169</sup> ALMEIDA, Manoel de. “Memoria sôbre o modo de formar hum plano de statistica em Portugal”. Apresentado à Academia Real das Sciencias de Lisboa na Sessão de 25 de janeiro de 1812. In: *Revista Brasileira de Estatística*. Rio de Janeiro, no. 54, ano XIV, abr.-jun. 1953, p. 169.

<sup>170</sup> Idem, 169.

<sup>171</sup> SILVA, José Bonifácio de Andrada. “Notas sôbre a aritmética política ou estatística”. Manuscrito pertencente ao Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, s/d. In: *Revista Brasileira de Estatística*. Rio de Janeiro, no. 25, ano VII, jan.-mar. 1946, p. 119.

<sup>172</sup> PETTY, William (1690). “Aritmética Política”. In: *Obras Econômicas*. São Paulo: Abril, 1983. p. 104-158.

<sup>173</sup> SILVA, José Bonifácio de Andrada. “Notas sôbre a aritmética política ou estatística”. Manuscrito pertencente ao Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, s/d. In: *Revista Brasileira de Estatística*. Rio de Janeiro, no. 25, ano VII, jan.-mar. 1946, p. 120.

achei feito até 1852, talvez mesmo até 1860, não merece fé alguma; são trabalhos de tal ordem que um ex-presidente da província os qualificou de imaginários”<sup>174</sup>.

Surpreende o fato de Ribeiro de Almeida negar a existência de estatísticas antes de 1836? Certamente ele conhecia o texto de Brito, mas no entanto, não reconhecia ele a sua estatística? Aqui se encontra novamente o problema da estatística e seu conceito. Quando Ribeiro de Almeida se refere a falta de estatística antes de 1836, ele está se referindo a falta de “estatísticas de população”, ou seja, outra coisa que não aquilo que Brito chamava de estatística. Aqui é preciso levar em conta esta distinção conceitual.

O que são as estatísticas de população? Michel Foucault mostra como, vagarosamente, a estatística vai revelar que a “população” possui uma regularidade própria, de que se trata de uma realidade que possui fenômenos próprios, de que seus movimentos e sua atividade produzem efeitos econômicos específicos<sup>175</sup>, e que é através dela que se constituirá o “governo das populações”. Ela se torna o objetivo final do governo, cabendo a ele, “não governar, mas melhorar a sua sorte, aumentar a sua riqueza, sua duração de vida, sua saúde”<sup>176</sup>.

Estamos diante da constituição daquilo que Michel Foucault chamou de bio-política, uma forma de poder que se constitui na Europa a partir de meados do século XVIII, centrando-se “no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e *controles reguladores: uma bio-política da população*”<sup>177</sup>.

Esta “estatização do biológico” se dá através desta nova concepção do que é estatística. Ela revela a população como um “organismo social”. Seu objetivo, dizia em 1887, von Neumann-Spalart, “é medir, da melhor maneira possível, as variações de todas as partes do organismo social (...) medindo, igualmente, os

---

<sup>174</sup> ALMEIDA, João Ribeiro de. *Ensaio sobre a salubridade, estatística e patologia da Ilha de Santa Catarina e em especial da Cidade do Desterro*. Desterro, 1864. ESC, vol. 13. p. 5.

<sup>175</sup> FOUCAULT, Michel. “A Governamentalidade”. In: *Microfísica do Poder*. 11<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1995. p. 288.

<sup>176</sup> Idem, p. 289.

<sup>177</sup> FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. 12<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1997. p. 131.

seus elementos componentes”<sup>178</sup>. A primeira operação deste método estatístico consiste na “sintomatologia do organismo social”. Ou seja, a partir da seleção de certos fatos que se encontram em relação direta com o estado econômico, social ou moral, deve-se definir “sintomas” que podem ser aceitos como seguros, das variações deste organismo<sup>179</sup>.

Trata-se, portanto, de um novo conceito de estatística, este que surge com a bio-política e com o governo da população. Ela verifica a população como um organismo social, um fenômeno biológico, enquanto que a aritmética política produz “um conhecimento perfeito do Estado”; esta, quer conhecer o Estado nos diversos elementos que o constituem, revelar os fatores de sua força: ela é uma ciência do Estado. De fato, os seus moradores são um dos elementos da aritmética política, pois revela a capacidade do soberano em dispor de uma maior número de vassalos, mas ela não revela uma regularidade e não produz um efeito econômico específico, tanto que em José Bonifácio ela é acompanhada de outros fatores, paralelos e separados, que revelam, estes sim, a sua riqueza: as operações de finanças – a agricultura, minas, manufaturas, comércio, etc<sup>180</sup>.

Onde se pode situar Brito nesta história? Em 1864, Ribeiro de Almeida não vê a sua estatística como uma estatística de população. De fato, em seu conjunto, como já foi dito anteriormente, ela reúne uma série de elementos dos quais um é a população: ou seja, ela se define pelo conceito de aritmética política. Por outro lado, Brito é o primeiro a criticar a inexistência e a falta de exatidão dos mapas de população em Santa Catarina. Aquilo que todos os presidentes da província até Araújo Brusque no início da década de 1860 farão – e aqui se deve incluir o trabalho de Ribeiro de Almeida -, que será criticar a ausência e pouca confiança produzida pelos mapas e tabelas estatísticas, Brito, sem dúvida já o havia feito.

Uma prova desta verdade se encontra nos ridículos mapas de população, que de algumas Capitânicas se remetem anualmente ao Ministério, em os quais apenas se faz menção do número dos habitantes de ambos os sexos, livres ou escravos; omitindo-se a proporção da população com extensão do território; e a dos sexos, nascimentos, casamentos, óbitos, idades, filhos naturais, e legítimos, com cada uma destas classes, e delas com a população total; omite-se igualmente qual seja a relação desta com os recrutamentos, e com cada uma das classes da nação, que se empregam nas

---

<sup>178</sup> NEUMANN-SPALART, F. Xaver Ritter von. “Medida das variações do estado econômico e social dos povos”. In: *Revista Brasileira de Estatística*. Rio de Janeiro, no. 38, ano X, abr.-jun. 1949, p. 230.

<sup>179</sup> Idem, p. 231.

<sup>180</sup> SILVA, p. 119.

artes, nos ofícios, e noutros modos de vida; quais sejam as causas físicas ou políticas da mortalidade prematura, e da maior ou menor propagação, e quais seriam os meios que deviam se empregar para conservar a população existente, e promover o seu aumento...<sup>181</sup>.

Por outro lado, seu trabalho não revela mais os problemas do poder soberano, o da defesa e conservação do território. O objetivo final do governo é a população, procurando conservá-la e aumentá-la, definindo os problemas que o impedem. Ou seja, parece que Brito vislumbra o horizonte de atuação do governo, deduz seus objetivos, mas não percebe os instrumentos que lhe permitem fazê-lo. De qualquer forma, vemos que aí inicia toda uma série de discussões em torno do *problema* do melhoramento das estatísticas de população, o qual não deixará de cessar por todo o século XIX. De repente, dar-se-á conta de sua falta: sua não existência e sua pouca confiabilidade se tornarão um problema para o poder. Na emergência deste problema, pode-se localizar um acontecimento, o surgimento de uma nova concepção de governo e a transformação de seus objetivos.

Mas é apenas com um certo embaraço que se pode falar de uma história da estatística de população no Brasil no século XIX; se a tomássemos no interior de uma problemática epistemológica, talvez pudéssemos falar com mais desenvoltura de uma pré-história da estatística de população no século XIX, na medida em que se pode localizar difusamente uma espécie de esforço em se obtê-las - e que talvez não passe de um esforço reflexivo -, e na medida em que se pode encontrar trabalhos como o de Almeida Ribeiro. Onde um importante problema que irá se produzir ainda nos anos de 1830 e que irá atravessar todo o século XIX: para se obter uma estatística da população será necessário saber, não apenas onde ela se encontra, mas localizá-la num espaço que sirva como elemento de inscrição e de heterogeneidade (vila) na série geral da população, e que sirva também como meio de delimitação, permitindo sua divisão interna, seu esquadrinhamento, no qual se pode distribuir e registrar os indivíduos, de maneira que se possa mensal ou anualmente, marcar o seu acréscimo ou a sua diminuição. Dito de outra forma, será necessário constituir o espaço com uma geografia concreta que permita localizar os indivíduos neste conjunto de elementos heterogêneos que compõem a estatística de uma província. Talvez esta pré-história da estatística que anunciaria uma história epistemológica, seria nada mais nada menos do que a história desta geografização

---

<sup>181</sup> Brito, p. 48-49.

do espaço no século XIX, ou seja, a história deste programa de divisão do espaço, da distribuição e localização dos indivíduos, e do seu registro na série que ele constitui.

### ***Conservar e aumentar a população***

Brito desenvolve neste mesmo momento, a primeira estatística com o objetivo de “examinar o andamento da população” da Capitania de Santa Catarina (e neste sentido, desviou-se dos problemas da falta de “zelo” dos “empregados públicos” no que tange a esta, então considerada, importante parte da “administração pública”). Deste exame, ele constata a seguinte questão: entre os anos de 1774 e 1813, a população desta capitania diminuiu em 5609 indivíduos.

Verificar este tipo de problema se torna somente possível a partir do momento em que administrar a capitania passa a ser administrar a população. Neste momento, vemos que um novo espaço de relações de poder se constitui. E mais. Vemos que é neste mesmo momento, em que Brito está ao lado deste espaço de “administrador”, que estas questões se tornam inteligíveis. Isto parece ainda mais claro se levarmos em conta que Brito foi auxiliar do governador da capitania de Santa Catarina, José Pereira Pinto, no final do século XVIII, entre 1786 e 1790, mas pôde escrever sua *Memória* apenas duas décadas e meia mais tarde, em 1816<sup>182</sup>.

Não se deve tomar o nascimento da estatística como tecnologia de governo, apenas naquilo que ela revela; deve-se tomá-la também naquilo o que ela produz. Os mapas da população, desde cedo, vão revelar algo como uma materialidade sobre a qual se deve agir; mas desde cedo também, eles vão produzir uma espécie de consciência crítica em relação ao território à ser administrado. Deixemos por um instante Brito de lado com o intuito de acompanhar mais de perto o surgimento das estatísticas em Santa Catarina.

---

<sup>182</sup> E aqui abro um parêntese. Não acredito que Brito tenha enunciado estas questões pelo fato de estar “consciente” de problemas que somente elas poderiam solucionar. Nossos problemas não são aqui da “ordem” da consciência. Parece-me que, ao contrário, é justamente no início do século XIX, quando este espaço de “governador” de Capitania transformou-se, é que tais questões puderam ser enunciadas. Assim, o que Brito enunciou, foi apenas aquilo que lhe era possível enunciar, já que este espaço que ele pôde então observar de perto assim o permitia. Neste sentido, quando aqui me refiro a este nome próprio “Brito”, não o faço com o objetivo de descrever os fatos realizados por este auxiliar de governador de Capitania, mas porque através dele, vejo-me possibilitado de descrever como, no início do século XIX, a noção do que é governar, transformou-se. Desta forma, e fechando também o parêntese aberto acima, Brito, para o objetivo deste trabalho, só existe como possibilidade de descrever este espaço que de uma outra maneira se constituiu no início do século XIX.

Com a criação do “Conselho Geral da Província” no final da década de 1820, os mapas da população tornam-se uma atividade anual obrigatória. A partir de então, o Presidente da Província passa a ser obrigado a anualmente renovar os números estatísticos da população que administra, o que deve fazer a partir da reunião de todos os mapas da população da Província, os quais devem ser confeccionados *in locus* pelos Vigários e Juizes de Paz<sup>183</sup>. Da reunião deste conjunto de mapas locais (elemento de inscrição e heterogeneidade), pode-se desenhar um mapa geral da população (série geral). O mais importante aqui, é frisar o fato de como se constitui uma administração geral através deste trabalho local realizado nas vilas, freguesias e distritos da Província, que nada mais faz além de estender o olho do poder ao espaço aberto da sociedade.

Desde então, um problema se impõe neste horizonte: como definir o número de habitantes de uma freguesia, de um distrito ou de uma vila, como torná-los elemento de inscrição e de heterogeneidade numa série geral, na medida em que esta unidade não está dada, é totalmente incerta e dúbia, não no quadro, na sua representação numérica, mas no espaço concreto que constitui e define a sua unidade de inscrição?

Poder-se-ia acreditar que no século XIX, com o surgimento de um governo da população, a necessidade de se conhecer o espaço iria desaparecer; o poder soberano é um governo do espaço, ele procura defendê-lo e conservá-lo. Se a partir do século XIX não é mais esta a preocupação do poder, poder-se-ia pensar que a necessidade de se conhecer o espaço desapareceria. Mas o que vemos é justamente o contrário, e esta incipiente estatística nos mostra isto com precisão. O que vemos com ela é uma análise do espaço e a constituição de distintos territórios político-administrativos que permitem registrar a população.

Em 1829 é criada na corte uma “Comissão de Estatística geográfica e natural, política e civil”. Justifica-se a sua criação pela “...reconhecida necessidade de organizar-se a Estatística deste Império pelas vantagens, que do seu exato conhecimento devem resultar para os trabalhos da Assembléia Geral Legislativa, e para atos do Poder Executivo...”<sup>184</sup>. Aqui, vemos claramente que há a vontade de criar, de desenvolver a estatística como técnica de governo das populações, pois é através dela, através do exato conhecimento da população, que se pode desenvolver ações e traçar estratégias para sua gestão. Mas o que

---

<sup>183</sup> MELLO, Francisco Albuquerque de. “Registro da Fala do Exmo. Sr. Presidente dirigida ao Conselho Geral desta Província”. 1 de dezembro de 1829. *Registros de Presidentes da Província para Diversos. 1829 - 1831*. (APESC).

<sup>184</sup> “Decreto de 25 de novembro de 1829”. *Collecção das Leis do Império do Brasil de 1829 – Parte Segunda*. Rio de Janeiro: 1877. p. 324.

se pode perceber, certamente em Santa Catarina, e provavelmente no Brasil, é que a estatística irá demorar ainda para se tornar efetivamente uma técnica aplicada ao governo das populações, justificando neste momento sua existência nela mesma, como se pode acompanhar em inúmeras falas de presidentes de província durante todo o século XIX.

Mas não foi sem problemas que este olhar pôde se estender à sociedade. Nos seus primeiros anos, é comum o não atendimento dos incessantes pedidos de presidentes da Província, por parte, tanto de Vigários como de Juizes de Paz, para que fizessem estes mapas. Inúmeras circulares e ofícios que o atestam. “O Presidente da Província manda recomendar a Vsa. a mais [urgente] remessa do Mapa Estatístico do ano de 1830, a esperança que não lhe será preciso repetir anualmente esta advertência por se persuadir que Vsa. terá muito em vista o cumprimento de seus deveres, e a execução das Imperiais Ordens a semelhante respeito”<sup>185</sup>. Ainda durante os primeiros anos da década de 1830, são comuns os atrasos, as dúvidas e os mapas estatísticos que não chegam a Presidência da Província, apesar de sua recorrente insistência em firmar um prazo de sua entrega, sempre reafirmando à importância e a necessidade de sua confecção<sup>186</sup>. Apesar de timidamente, desde 1828, com os Conselhos Gerais de Província, começarem a se organizar mapas estatísticos na província, é apenas em 1834 que eles passam a ser uma atividade obrigatória cumulativa, que se deve iniciar em vilas, freguesias e distritos da província, para depois se constituir como uma estatística provincial e em seguida, como uma estatística do Império<sup>187</sup>.

Desde cedo se percebe a dificuldade em se obter elementos para a constituição de mapas precisos sobre a população em diferentes Vilas, Freguesias e Distritos da Província, principalmente porque se percebe que a forma como o governo nelas se estende, não colabora. Aqui se pode destacar um dos primeiros efeitos produzidos a partir do nascimento dos mapas de população: o diretor de colônias. É justamente no momento em que se percebe que, através, tanto de Vigários como de Juizes de Paz não se obteria a extensão que se queria desta nova forma de governo em diferentes localidades, que surge o espaço do diretor de colônias. É o que se vê estabelecer inicialmente na recém criada Colônia São Pedro de

---

<sup>185</sup> “Para Vigários de S. Antonio dos Anjos e Sta. Anna”. Desterro, 25 de fevereiro de 1831. *Registros de Presidente da Província para Diversos. 1830 - 1831*. fl. 195. (APESC).

<sup>186</sup> Cf., por exemplo, *Ofícios dos Juizes de Paz Para o Presidente da Província. 1828 - 1831*. (APESC).

<sup>187</sup> Cf. o artigo 11 da “Lei 16 de 12 de agosto de 1834”. *Collecção das Leis do Império do Brasil de 1834 – Parte Primeira*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional. 1866. p. 18. (BOR).



Alcântara, e que durante todo o século XIX tenderá a ser também estabelecido nas novas Colônias, com a vantagem de que o diretor poderia ser substituído a qualquer momento conforme não se adequasse as Instruções que lhe cabiam. Algumas revoltas e manifestações de moradores desta colônia contra o governo provincial deságuam na criação da função de diretor de colônia, o que mostra, de um lado, que esta nova forma de poder não sabe, inicialmente, como agir em relação a estes novos espaços, e de outro, que o diretor de colônias, é o que de mais providencial se pode estabelecer, com o intuito de se apaziguar os ânimos dos colonos revoltados. A confecção de estatísticas deve ser a sua primeira obrigação. “Será o seu primeiro dever fazer o censo exato da População da Colônia, passando desde já uma revista geral a todos os Colonos, e formando uma relação deles com todas as declarações seguindo o modelo incluso. Desta relação tirará uma cópia que enviará a esta Presidência conservando outra em seu poder para nela ir notando as alterações que forem ocorrendo, como nascimentos, óbitos, casamentos, etc.”<sup>188</sup>

O diretor de colônias durante o século XIX ocupará um espaço fundamental em relação à administração da população. O espaço que lhe será destinado será justamente o de um olhar intermediário entre a população e quem a deve administrar; através do seu olhar e de seus inquéritos o difuso mapa da população poderá se constituir; o diretor de colônia será, em última instância, o olhar através do qual o poder poderá ver de longe a sua população. “No fim de cada mês dará parte do estado da Colônia e das alterações que houverem ocorrido durante o mês”<sup>189</sup>.

Mas talvez um dos principais efeitos produzidos pelo nascimento dos mapas de população diz respeito à divisão e a individualização do espaço, condição necessária para sua produção. Inúmeros Juizes de Paz, logo após tomarem conhecimento da obrigação de realizar um inquérito estatístico em suas jurisdições, vão se deparar com um problema comum a quase todos: “onde começam e terminam os limites de minha jurisdição?”<sup>190</sup> Rapidamente se percebe que não existem limites precisos, e que alguns Juizes estendem sua Jurisdição sobre a de outros. Os mapas da população produzem limites reais no território, para além de qualquer representação cartográfica; estes limites irão produzir uma relação individualizada de grupos da população com a administração da Província. Assim, a divisão, o recorte do território e a definição de

---

<sup>188</sup> “Instruções para o Diretor interino da Colonia de S. Pedro de Alcântara”. Desterro, 6 de fevereiro de 1830. *Registro de Presidente da Província para Diversos. 1829 - 1830.* (APESC).

<sup>189</sup> Idem, artigo no. 7.

limites dentro dos quais se pode definir com precisão partes da população, tornam-se ainda nos anos de 1830, uma prática desenvolvida a partir da confecção de mapas estatísticos. Para se poder definir com precisão o número de habitantes de um determinado território, é necessário, de antemão, havê-lo definido.

A noção de limite não é estranha ao século XVIII. No entanto, ela funciona de uma maneira totalmente distinta. Enquanto que a partir da década de 1830 o limite é algo fluído, no século XVIII ele é um obstáculo, uma barreira que impede a passagem do inimigo exterior a ela: é um polígono que se verticaliza diante de um inimigo que se encontra em seu exterior. Na ilha de Santa Catarina vemos isto claramente: os fortes construídos no norte da ilha constituem o limite acessível de seu território e ao mesmo tempo funcionam como obstáculo ao inimigo que chega por mar. No século XIX, apesar de vermos que as fronteiras se multiplicarão como nunca e que elas são feitas primeiramente no próprio território – ao contrário do que se fazia no século XVIII –, e que portanto se trata de limites concretos, eles não se constituem como barreiras, como obstáculos ao movimento (ao comércio, por exemplo): eles são sempre limites fluídos e incorpóreos.

Pode-se destacar ainda dois níveis de individualização que surgem a partir desta consciência crítica em relação ao território. Um primeiro, que começa a se desenhar a partir da de fixar os limites da Província; os mapas gerais da população lançam luz sobre a noite de toda uma geografia desconhecida. Concomitante a fixação destes limites, trata-se de individualizar internamente ao máximo o território, com a definição dos limites entre Vilas, Freguesias e Distritos. Um segundo, que trata de, dentro destes próprios recortes do território, individualizar ao máximo a distribuição do espaço. É o que vemos mais claramente com o modelo das colônias. A colônia como espaço pressupõe um território recortado em relação ao espaço da Província, e um território que através de sua divisão interna permite individualizar totalmente a distribuição de seu espaço, seja ao nível do registro familiar ou mesmo do registro individual.

A regulamentação da colonização em Santa Catarina em 1836, apresenta claramente este procedimento em relação ao espaço das colônias: após a localização do espaço em que ela deve ser estabelecida, ela deve ser totalmente dividida em pequenos territórios que variam suas proporções

---

<sup>190</sup> Cf., por exemplo, *Ofícios dos Juizes de Paz Para o Presidente da Província. 1828 - 1831*, p. 111, 116, 138.

conforme a quem se destinassem, indo de duzentas braças de frente, no caso de colonos solteiros, aumentando até quatrocentas braças, no caso de colonos casados com mais de 3 filhos, sendo que todos deveriam possuir mil braças de fundos<sup>191</sup>. O modelo das colônias, no entanto, vai se tornar comum apenas em meados do século XIX, não obstante suas linhas gerais muito anteriormente já estarem desenhadas. O diretor de colônias, conforme as “Instruções” que regulamentam a criação deste cargo, desde o início, deve, por exemplo, restringir sua estadia aos limites internos das colônias, o que pressupunha um espaço recortado, individualizado e cerrado em seus limites, em relação ao espaço da Província; cabe-lhe resolver os problemas internos da divisão e distribuição de territórios, bem como solucionar os problemas deles decorrentes<sup>192</sup>.

Em 1834, as províncias passam a ser responsáveis pela sua divisão civil, judiciária e eclesiástica<sup>193</sup>. Anteriormente, a criação de uma nova vila estava a encargo das Câmaras Municipais<sup>194</sup>. Porém, o que é importante aqui destacar, é que à criação de uma nova unidade administrativa precedia a definição de seus limites, e seguia a instalação de um aparato administrativo nesta nova unidade criada. Não foi necessário a Paes em meados do século XVIII, quando da criação da capitania de Santa Catarina, definir de antemão o espaço que a constituía e o qual ele passaria a governar. A partir de meados de 1830 e por durante todo o século XIX, a divisão interna da Província, bem como a definição de limites internos e localizações, não irão cessar. Desde então, anualmente, os espaços serão divididos, re-divididos, redefinidos; cada nova localização criada deverá ser acompanhada da definição precisa de fronteiras e limites, não apenas cartográficos, mas reais, no espaço volumoso do território.

Não se deve estranhar, portanto, o fato de que justamente quando se torna necessária a produção de estatísticas, começar lentamente a se desenhar as linhas que dividem os territórios, a se erigir os marcos que determinam os limites e que definem as direções, a se traçar no próprio território os limites concretos que definem as unidades de inscrição na série geral da província. Lembremos de duas instâncias que revelam esta relação talvez não tão evidente aos nossos olhos: primeiramente, a partir da década de 1830, veremos

---

<sup>191</sup> Cf. “Lei no. 49 de 15 de junho de 1836”. *Collecção das Leis da Província de Santa Catharina de 1835 a 1840*. Desterro: Typ. Catharinense, 1856. p. 89-94.

<sup>192</sup> “Instruções para o Diretor interino da Colonia de S. Pedro de Alcantara”. Desterro, 6 de fevereiro de 1830. *Registro de Presidente da Província para Diversos. 1829 - 1830*. (APESC). Voltaremos a este ponto no quarto capítulo deste trabalho.

<sup>193</sup> *Collecção das Leis do Império do Brasil de 1834 – Parte Primeira*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1866. p. 17.

com freqüência nos relatórios escritos pelos presidentes de província um capítulo dedicado a “estatística e a divisão territorial”; em segundo lugar, no final desta mesma década, será criada na Assembléia Legislativa Provincial uma “Comissão de Estatística” responsável pela definição e discussão de projetos a respeito de desmembramentos e divisões territoriais<sup>195</sup>.

Ou seja, se é a partir de 1834 que vemos as incessantes divisões e determinações de limites, não é tanto pelo fato de que neste momento as províncias passam a ser responsáveis de direito por sua divisão civil, judiciária e eclesiástica; mas sim porque elas passam então a gerir esta divisão. Não é mais o município isolado o foco de interesse do poder como o fora durante todo o século XVIII e até então, porque ele é limitado no que concerne ao aumento da população, enquanto que o território desconhecido, é ilimitado. A cidade como ponto independente, desconectado e fechado em si próprio, cede lugar a cidade interdependente, e portanto aberta e interconectada com outras vilas; passa-se de um interesse pela cidade considerada isoladamente a um interesse pela cidade considerada em contiguidade com outras cidades e que ao mesmo tempo devem ser interligadas para formar um conjunto. Eis porque vemos uma nova instância administrativa, a província, tornar-se mais importante que aquela até então dominante, o município com suas câmaras municipais, e o surgimento de toda uma série de aparelhos responsáveis pelo estabelecimento destas conexões, como as secretarias de obras públicas.

Atenhamo-nos brevemente às divisões e determinações de limites que então se iniciam:

1835: desmembrado o distrito de Canasvieiras da freguesia de Nossa Senhora das Necessidades, em Desterro, para formar uma nova freguesia, a de São Francisco de Paula das Canasvieiras, que se divide da freguesia de São João Baptista do Rio Vermelho pelas vertentes dos morros das Feiticeiras, Capivaras, Caxoeiras, Caçadas, Rio Vermelho e Munquem; e do da freguesia de Nossa Sra. das Necessidades pelas

---

<sup>194</sup> Cf. “Decreto de 13 de novembro de 1832”. *Collecção das Leis do Império do Brasil de 1832 – Parte Segunda*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1874. pp. 186-187.

<sup>195</sup> Em 1859 será no seio desta Comissão que se discutirá a criação “do lugar de um engenheiro da provincia”, responsável pela definição de limites entre vilas e freguesias. Cf. “Indicação”. Desterro, 17 de março de 1859. *Pareceres da Comissão de Estatística da Assembléia Legislativa Provincial, 1845-1867*. (APESC).

vertentes dos morros Jaques, S. Thiago, e daí pelas margens do norte dos Rios Costa e Ratores até o Pontal, seguindo pela beira-mar até a praia brava aquém do morro das Feiticeiras<sup>196</sup>.

1837: fica autorizado o presidente da província a dividir os Termos em tantos distritos quantos exigir a comodidade de seus habitantes<sup>197</sup>.

1838: fica criada uma freguesia nas margens do rio Tijucas Grande, com a invocação de São João Batista, que terá como limites a costa do mar, numa extensão que não exceda de uma e nem seja menor de meia légua, e no “fundo” os terrenos ao norte da estrada de Lages pelo Trombudo, cujas vertentes descem ao Rio Tijucas<sup>198</sup>.

1839: fica autorizada a demarcação dos limites da freguesia de São João Batista das Tijucas Grandes, a marcar na costa do mar a extensão de frente compreendida entre o rio do Bobos ao norte, e o ribeirão dos Morretes ao sul; e para o “fundo” o que for melhor acomodado aos interesses dos habitantes da freguesia, segundo os acidentes dos terrenos<sup>199</sup>.

1839: fica o rio Cubatão sendo, desde a sua foz até as entaipavas de Antonio Lourenço, o limite entre a freguesia de Nossa Sra. do Rosário da Enseada, e o distrito de São José, cabeça do Termo da Vila de mesmo nome<sup>200</sup>.

**Nota.** Quando se fala aqui de toda uma série de limites concretos e fluídos que se estabelecem a partir de então, refere-se a quê? Em primeiro lugar, vejamos quais os elementos que constituem estes limites: as vertentes que atravessam os morros; as margens de um rio, bem como a face de uma praia; os próprios rios que do interior seguem para a costa até desembocar no mar; os morros, que parecem dividi-la em inúmeras partes; os acidentes que individualizam o percurso de um rio; os caminhos, que como os rios, assemelham-se a linhas que parecem ligar dois pontos extremos; o território de uma propriedade já delimitada; todo um conjunto de elementos que só poderíamos chamar de natural ou artificial se não os tomássemos dentro do sistema que eles constituem e a partir da função que nele desempenham. Ou seja, não se trata de dizer que um morro antes de ser um limite natural é um limite constituído culturalmente, e muito menos de se

---

<sup>196</sup> “Lei no. 8 de 15 de abril de 1835”. *Colleção das Leis da Província de Santa Catharina de 1835 a 1840*. Desterro: Typ. Catharinense, 1856. p. 8-9.

<sup>197</sup> “Lei no. 74 de 2 maio de 1837”. *Idem*, p. 178.

<sup>198</sup> “Lei no. 90 de 19 de abril de 1838”. *Idem*, p. 189-190.

<sup>199</sup> “Lei no. 112 de 3 de abril de 1839”. *Idem*, p. 226.

<sup>200</sup> “Lei no. 121 de 26 de abril de 1839”. *Idem*, p. 232-233.

recorrer a uma história geológica para reconstituir sua história natural. Trata-se de saber como estes elementos adquirem uma função na constituição de um sistema de definição de limites, de divisão territorial, pois obrigatoriamente um rio não é uma fronteira. Resumindo: para além desta dicotomia simplificadora e que definiria se o morro das Feiticeiras é um elemento cultural ou natural, trata-se de tomá-lo, por oposição a esta dicotomia, em sua *historicidade*; quer dizer, localizar este momento em que se atribui ao *rio* Cubatão, desde a sua foz até as entaipavas de Antônio Lourenço, a função de limite entre a freguesia de Nossa Sra. do Rosário da Enseada e o distrito de São José: eis o que aqui se chama de historicidade em contraposição ao par cultural-natural.

1839: ficam os moradores da Pescaria Brava e Rio do Siqueira, pertencendo ao distrito da cabeça do Termo da Vila de Santo Antonio dos Anjos da Laguna, e desmembrados da freguesia de São João Baptista de Imaruhy<sup>201</sup>.

1840: fica o lugar denominado Rio Tavares, pertencendo ao distrito da freguesia de Nossa Sra. da Conceição da Lagoa, e desmembrado do distrito da freguesia da cidade de Nossa Sra. do Desterro. Fica ele tendo por divisa os limites da freguesia de Nossa Sra. da Lapa do Ribeirão, e as vertentes do Morro do Machado para a parte do rio Tavares<sup>202</sup>.

1840: ficam fixados os limites da freguesia de São João Baptista das Tejuças Grandes, na frente do mar, ao norte, no rio dos Bobos, e ao sul no ribeirão dos Morretes; nos fundos, em um extensão de duas léguas compreendidas entre as vertentes da Serra da Boa Vista, e a linha de prolongamento das mesmas vertentes que para o sul atravessa a Serra da Dona, sendo estes fundos de onze léguas mais ou menos de comprido, a contar da beira-mar, e a partir pelo norte do rio dos Bobos, seguindo por ele até o ponto em que na perpendicular diste uma légua do rio das Tijucas, conservando-se esta distância até encontrar as vertentes da mencionada serra da Boa Vista; e pelo sul do ribeirão dos Morretes, subindo por ele até o ponto em que na perpendicular ele diste uma légua do rio das Tijucas Grandes, conservando-se igualmente esta distância até o prolongamento da linha da serra da Boa Vista<sup>203</sup>.

---

<sup>201</sup> "Lei no. 122 de 27 de abril de 1839". Idem, p. 233.

<sup>202</sup> "Lei no. 144 de 2 de maio de 1840". Idem, p. 296.

<sup>203</sup> "Execução da lei no. 90 de 29 de abril de 1838, e do decreto no. 112 de 13 de abril de 1839". Idem.

1841: estabelece nova divisão de limites da freguesia de São João Baptista das Tijucas Grandes, desanexando da mesma freguesia, e incorporando ao Termo de Porto Belo os terrenos da Barra do Rio daquele nome<sup>204</sup>.

1842: fica autorizado o presidente da Província a proceder definitivamente à divisão de limites decreta pela lei provincial no. 159 de 1841, regulando-se para isso pelas informações já obtidas e procedendo a outras, se lhe forem necessárias<sup>205</sup>.

1844: o arraial da colônia São Pedro de Alcântara, no Termo da vila de São José, fica desmembrado da paróquia deste nome para formar uma nova freguesia com aquela denominação; ela terá por limites: ao leste, a propriedade de Francisco José da Cunha do sertão do Maruhy, compreendendo todo o terreno que daí para cima segue até a Guarda Velha do Trombudo, onde se divide com a vila de Lages a oeste; ao norte, os da vila de São Miguel; ao sul, as vertentes do morro denominado Taquara<sup>206</sup>.

1848: a freguesia de São Joaquim de Garopaba, criada em 1831, passa a pertencer ao Termo da vila de São José; os limites desta nova freguesia serão: ao sul, a Lagoa de Garopaba, pelo rio de Bartholomeu, e ao norte, o rio Embahú; fica o presidente da província autorizado a designar os limites para o interior, depois de mandar proceder as necessárias explorações<sup>207</sup>.

**Nota.** Vê-se que a face do mar, a costa ou as praias são freqüentemente tomados como limite e mesmo como pontos donde partem limites. Aqui, poder-se-ia objetar que em nossa cultura o mar se constitui ordinariamente como uma espécie de horizonte-limite; no entanto, se ele aqui se constitui como limite, não é porque deriva ou duplica esta experiência. Em primeiro lugar, na medida em que se trata de inicialmente constituir os limites de povoações litorâneas, atribui-se a costa a função de uma linha da qual deverão partir perpendiculares que as recortem; depois, não se trata de um limite que impede o movimento, mas impede a localização estática, da mesma forma como os morros, que funcionam como obstáculos a esta forma de localização.

---

<sup>204</sup> "Decreto no. 159 de 1841". *Colleção das Leis da Província de Santa Catharina dos annos de 1838 a 1841*. Desterro: Typ. Provincial, s/d.

<sup>205</sup> "Lei no. 169 de 2 de maio de 1842". *Colleção das Leis da Província de Santa Catharina dos annos de 1841 a 1848*. Desterro: Typ. Provincial, s/d.

<sup>206</sup> "Lei no. 194 de 13 de abril de 1844". Idem.

<sup>207</sup> "Decreto no. 253 de abril de 1848". *Colleção das Leis da Província de Santa Catharina dos annos de 1846 a 1849*. Desterro: Typ. Provincia, s/d.

1848: fica desmembrado o terreno à margem direita do rio Tijucas compreendendo o Timbó, Morretes, e suas imediações, da freguesia de São João Baptista, e passa a estar incorporado a de São Miguel; o novo limite entre as duas freguesias será a foz do rio Utinga, seguindo por ele até a serra da Dona<sup>208</sup>.

1848: a povoação estabelecida na barra do rio Tijucas, Termo da vila de Porto Bello, fica desmembrada da paróquia deste nome, para formar uma outra freguesia com a denominação de São Sebastião da Foz do Tijucas; a nova freguesia terá por limites ao norte o rio dos Bobos, e ao sul o das Tijucas Grandes; fica o presidente da província autorizado a marcar os limites do centro, depois de proceder as necessárias explorações<sup>209</sup>.

1848: fica desmembrada a povoação do Araranguá da freguesia de Santo Antonio dos Anjos da Laguna, para formar uma nova freguesia sob a invocação de Nossa Sra. Mãe dos Homens; ela terá por limites ao sul, o rio Mampituba, e ao norte, o Urussanga; fica o presidente da Província autorizado a marcar os limites ao oeste, feitas as necessárias explorações<sup>210</sup>.

1848: designa-se os limites para o interior da nova freguesia de São Joaquim de Garopaba; pelo norte, principia o limite na Barra de Embahu onde deságua para Pinheira; segue o rio acima até o rio da Madre; por este rio segue até a fazenda do major Torquato de Freitas Noronha, seguindo-se a extrema que a rumo oeste divide a fazenda do capitão Joaquim José da Costa. Pela parte sul, principia o limite da nova freguesia, que vem a ser o mesmo dos municípios de São José e Laguna, na Barra de Garopaba, partindo pela Lagoa para o interior até ganhar o arroio que atravessa a fazenda dos herdeiros de Bartholomeu, ficando compreendidos todos os moradores estabelecidos na dita fazenda; e partindo do marco do fundo que divide esta fazenda com os herdeiros de João Roza a rumo de oeste até encontrar o travessão de Paulo Lopes; segue-se por esse travessão ao norte, mais ou menos quatrocentos braças até encontrar a extrema que divide Manoel José Reo com o capitão José Silveira Borges; e por esta extrema seguirá o oeste até a serra<sup>211</sup>.

---

<sup>208</sup> "Decreto no. 259 de 1848". Idem.

<sup>209</sup> "Decreto no. 271 de 1848". Idem.

<sup>210</sup> "Decreto no. 272 de 1848". Idem.

<sup>211</sup> "Decreto no. 273 de 1848". Idem.



1849: as duas comarcas desta Província, criadas em 1833, passarão a denominar-se Primeira e Segunda Comarcas, e sua divisão será pela forma: a primeira compreenderá os municípios da capital, São Miguel, Porto Belo e São Francisco; a segunda, os municípios de São José, Laguna e Lages<sup>212</sup>.

**Nota.** Há toda uma série de referências a geometria neste trabalho de definição de limites: ponto, lado, linha, perpendicular e paralela; no entanto, quase não se fala da constituição de um polígono. Até que ponto elas não passam de simples metáforas? Não se trata de metáforas na medida em que elas não são usadas para fornecer uma imagem do espaço; todos estes elementos geométricos de fato funcionam no interior desta concepção que constitui, produz um certo espaço. Assim, vê-se constantemente que a face de uma praia é um dos lados da figura que jamais é afirmada; dois morros ou dois rios que se encontram servem como ponto de interseção, donde parte mais um ou dois lados, sempre em direção ao sertão desconhecido e que durante um bom tempo, nos casos em que não se conhece um ponto de localização a oeste, terão a “serra” como uma espécie de lado oposto natural ao mar: desde Brito se atribui um nome a este lado da figura: os fundos da província.

Mas enquanto que a Serra Geral serve como este lado oposto natural ao mar quando se trata da determinação de limites de distritos, o mesmo não vai acontecer quando se tratar de definir os limites da Província. Até 1820, quando a vila de Lages e todo o seu território foi incorporado a Santa Catarina, a Serra servia como seu limite a oeste. No entanto, em meados do século XIX, perceber-se-á que não se sabe ao certo quais são os limites entre as Províncias de Santa Catarina e Paraná, o que irá desencadear uma série de polêmicas judiciais. Aqui se torna claro porque neste momento pôde aparecer este tipo de problema<sup>213</sup>.

Tem-se a impressão de que a definição de limites apenas liga pontos conhecidos através de linhas também conhecidas, o que de fato é um engano. Na grande parte das vezes é preciso produzi-los, donde irá preceder ao trabalho de definição de limites, as “necessárias explorações” ou “diligências” que os determinem com precisão; não há limite dado: é preciso constituí-lo, por isso se verá a sua constante redefinição como

---

<sup>212</sup> “Lei no. 277 de 26 de março de 1849”. Idem.

<sup>213</sup> Neste sentido, é interessante o que dizia a esse respeito, em 1861, o engenheiro Léonce Aubé após insistir no fato de que a fronteira entre duas Províncias de um mesmo Império responde apenas a uma função, àquela que define onde devem se localizar com mais vantagens os habitantes de uma região em litígio, e não há, desta forma, um direito histórico e soberano de uma Província sobre uma região, pois assim se correria o perigo de se isolar uma vila ou toda uma região, deixando-a em estado de abandono e atraso. “Esta é, com efeito, a verdadeira solução à questão, pois os limites das províncias não são absolutamente uma arca sagrada sobre a qual não se pode colocar a mão; se o governo tem o direito e mesmo o dever de modificar o que é defeituoso, com a mais forte razão ele deve ter o direito de dispor do que esta em litígio sem se ocupar de atos anteriores”. Cf. AUBÉ, Léonce. *La Province de Sainte-Catherine et la Colonisation au Brésil*. Rio de Janeiro: Imprimerie Française de Frédéric Arfvedson, 1861. p. 17-18. (BOR).

elemento próprio deste sistema. Aqui não se está mais na ordem de produção de um saber do espaço, aquela do inquérito espaço-militar, mas sim na ordem do *inquérito espaço-geográfico*.

Por fim, é necessário à definição de distâncias que separam estes pontos, o que se vê iniciar concomitantemente a estas diligências. A definição de distâncias, a *mensuração* do espaço, fornece, não apenas o tamanho da freguesia ou da vila, como também serve para constituir a linha que falta para definir os limites de um dos lados do polígono; ainda no século XIX, quando se tratar de estabelecer ligações entre pontos da província até então isolados, ver-se-á que esta *mensuração* irá se tornar um programa importante e que será rapidamente concluído. Contudo, deve-se reter aqui a idéia de que a *mensuração* do espaço se constitui como uma normalização das divisões e definições de limites, e sem a qual a própria “Lei de Terras” não poderá funcionar, na medida em que através da geometria se pode estabelecer uma norma que regularize a distribuição da população num espaço esquadrihado, e na medida em que a própria geometria fornece uma norma que irá fundamentar um princípio jurídico.

1849: fica o arraial de Camboriú, no Termo da vila de Porto Belo, elevado a freguesia, com a invocação de Nossa Sra. do Bom Sucesso de Camboriú; ela terá por limites ao norte as vertentes do morro do Canto da Praia de Camboriú, e ao sul as do morro denominado do Boi; fica o presidente da Província autorizado a marcar os limites do centro, precedendo as necessárias explorações<sup>214</sup>.

1850: fica desmembrada a povoação em frente ao rio São Francisco, no Termo da cidade de Nossa Sra. da Graça, da paróquia deste nome, para formar uma outra freguesia, com a denominação de Nossa Sra. da Gloria do Sahy; ela terá por limites ao norte, o rio do Sahy; ao sul, a Ponta do Estaleiro até o rio da Três Barras; fica o presidente da Província autorizado a designar os limites do interior depois de proceder as precisas diligências<sup>215</sup>.

1851: a freguesia de São Joaquim de Garopaba terá por limite ao sul, o marco e extrema que dividem os moradores de Biraquera; ao norte, com Antonio Teixeira de Carvalho; daí, começando à beira do mar, seguirá para o centro até à beira da Lagoa Biraquera, e atravessando-a em direção ao porto da Encantada, seguindo daí em rumo ao oeste, através do Campo d’Una até encontrar os pântanos e o rio Araçatuba,

---

<sup>214</sup> “Resolução no. 292 de 26 de abril de 1849”. Idem.

<sup>215</sup> “Lei no. 302 de 5 de abril de 1850”. *Colleção das Leis da Província de Santa Catharina dos annos de 1850 a 1853*. Desterro: Typ. do Novo Iris, s/d.

seguindo pelo rio até encontrar a picada e extrema de João Silveira Borges pelo sul, e João Silveira da Rosa pelo norte; daí, seguindo o mesmo rumo ao oeste até as vertentes do morro que deságua em direção do rio d'Una<sup>216</sup>.

1854: os moradores de Canguary e Praia Vermelha, ficam pertencendo à freguesia de Imaruhy, a qual terá por limites ao norte, as propriedades de Manoel de Souza Maciel e José da Silva Maiato<sup>217</sup>.

1854: o território do Cubatão compreendido entre a foz do rio do Braço e morro do Balthazar ao norte, e deste em direção ao morro do Pagará, seguindo até o da Taquara a oeste, fica desmembrado da paróquia de São José, formando a nova freguesia de Santo Amaro<sup>218</sup>.

1854: fica desmembrado o distrito de Campos Novos da freguesia de Nossa Sra. dos Prazeres da Vila de Lages, formando uma nova freguesia, a de São João de Campos Novos; os limites continuam os mesmo que ora tem aquele distrito, ficando o presidente da Província autorizado a designar os do centro<sup>219</sup>.

Eis aqui um pequeno inventário das divisões e determinações de limites. No entanto, ele não termina aqui, pois elas, as divisões e determinações de limites, continuarão a se realizar durante todo o século XIX. Gostaria apenas de frisar que neste momento, algo novo em relação ao território começa a se constituir. Neste sentido, não é o caso afirmar que se trata apenas de leis e resoluções restritas ao tecido do papel legislativo. Estas divisões inicialmente não constituem uma representação cartográfica do espaço dividido, mas uma geografia concreta para a qual, desde o início, é designado o trabalho de um engenheiro<sup>220</sup>. Através do olhar deste especialista, constitui-se um espaço composto por uma superfície rugosa a partir da qual ele pode se tornar um espaço geográfico. É neste sentido que vemos a constituição de limites, através de elementos tomados daquilo que revelava toda a rugosidade de um espaço concreto. A partir da década de 1830, é da concretude deste espaço que emerge uma geografia responsável, não diríamos

---

<sup>216</sup> "Resolução no. 328 de 6 de maio de 1851". Idem.

<sup>217</sup> "Resolução no. 370 de 27 de maio de 1854". *Colleção das Leis da Provincia de Santa Catharina promulgadas em 1854*. Desterro: Typ. Catharinense, 1855. p. 25.

<sup>218</sup> "Resolução no. 371 de 29 de maio de 1854". Idem, p. 26-27.

<sup>219</sup> "Resolução no. 377 de 16 de junho de 1854". Idem, p. 38-39.

<sup>220</sup> Este engenheiro que deveria designar os limites das novas freguesias, distritos e vilas, também deveria formar plantas e organizar orçamentos de obras públicas, principalmente no que dizia respeito à abertura e melhoramento de estradas. "Lei no. 65 de 12 abril de 1837". *Colleção das Leis da Provincia de Santa Catharina de 1835 a 1840*. Desterro: Typ. Catharinense, 1856. p. 158-159.

pela revelação, mas pela descoberta e localização de rios e lagos, morros e montanhas, e na falta destes, de propriedades designadas pelo nome do seu proprietário; ela constitui inicialmente uma geografia concreta, porque toma como elemento de divisão aquilo o que para ela revelava um limite concreto na superfície rugosa do espaço. Ou seja, não se trata de dizer que “limites naturais” são utilizados como elementos de divisão do território, mas que a própria noção de “limite natural” se constitui no interior desta problematização do espaço, com este olhar estriado que torna visível a sua rugosidade concreta. A necessidade de se dividir, demarcar e delimitar um espaço até então desconhecido, torna-se um problema com a constituição da estatística; no seu interior, o espaço passa a ser problematizado pelo poder e com ele se ilumina todo um conjunto de elementos invisíveis até então, como rios, entaipavas, morros, montanhas e praias, e que passam a constituir as referências de um espaço que se torna geografizado.

Mas por que se constitui esta relação entre a estatística e a divisão territorial? Talvez ela se constitua, em seu princípio, por três motivos, mas que no fundo derivam deste princípio que emerge no início do século XIX, o de que há uma relação entre a possibilidade de aumento da população e a capacidade em se dispor de um espaço por um Estado. Em primeiro lugar, porque para se poder verificar o aumento ou a diminuição da população, não se pode tomá-la em seu todo, independente de onde ela se encontre; deve-se primeiro dividi-la e localizá-la em unidades administrativas nas quais se possa estabelecer com mais facilidade o seu crescimento ou seu decréscimo; e é o conjunto destas unidades que fornece uma estatística geral. Depois, porque para que se possa realizar uma estatística, é necessário que se localize a população; nestas unidades que se deve criar, deve-se localizar e registrar os seus moradores para que se possa saber, sobretudo, quem já havia sido contado nos mapas anteriores e quem irá aparecer neles pela primeira vez, e assim se poder estabelecer uma regularidade. Este é um sistema que vai se constituir, sobretudo, com a imigração e com a necessidade de se controlar e registrar este novo fluxo de pessoas. Finalmente, porque sub-repticiamente se constitui a idéia de que a divisão territorial é um dos instrumentos que suscitam o aumento da população.

A Província de Santa Catarina se encontra dividida, em 1856, em duas Comarcas, a do Norte e a do Sul. Da primeira, fazem parte os municípios de São Francisco, Porto Belo, São Miguel e Desterro, aos quais estão ligadas 18 freguesias. Já da segunda, fazem parte os municípios de Lages, São José e Laguna, aos quais

estão ligadas outras 14 freguesias. Cada um destes sete municípios dispõe de uma espécie de 'capital', onde se encontrava sua sede administrativa.

Em 1861, Léonce Aubé critica a forma como se organizam os municípios no Brasil. Santa Catarina é um exemplo claro, aos seus olhos, de como esta forma de organização era um obstáculo ao crescimento da população e de sua prosperidade. Um município é uma espécie de 'pequena povoação' ou 'centro de população' <sup>221</sup>, única forma de divisão político-administrativa capaz de impulsionar o crescimento de uma população, pois isolados, os habitantes de uma Província não se associam, não possuem interesses comuns, mas apenas necessidades difusas, diminuem as trocas comerciais e conseqüentemente não se alavanca o seu crescimento, mantendo-se estagnadas. "A pequena povoação é a primeira ligação entre os homens que vivem em sociedade, é o primeiro anel de civilização e a primeira associação natural que pode melhor experimentar a força desta nova alavanca dos tempos modernos. Sem esta pequena povoação não haverá jamais ruas e não se fundará nada de grande e nem de útil" <sup>222</sup>.

No entanto, nota Aubé que, em Santa Catarina, entre 1842 e 1856, foram criadas dez novas freguesias e um município sequer, apesar do aumento da população ultrapassar a metade do número daquela que existia naquela época. "Esta é, aos nossos olhos, a principal causa do estado estacionário da Província, pois enquanto que a criação de um número qualquer de 'freguesias' nos parece sem nenhuma importância, nós gostaríamos, ao contrário, que cada freguesia se tornasse um município, e que se procurasse aumentar o seu número o tanto quanto fosse possível, no lugar de impor os entraves aos quais tal criação está submetida" <sup>223</sup>.

Santa Catarina dispunha então de condições para criar pelo menos dez vezes mais municípios <sup>224</sup>, pois os 111 mil habitantes estavam divididos em apenas sete, sendo que alguns, como o de Lages, tinham uma extensão que ultrapassava a de certos reinos da Europa. Aqui se percebe porque a criação de freguesias não era considerada importante. Todos os interesses de um município estavam concentradas na vila que fosse a capital do distrito, não importando o número de freguesias que a compunham; os impostos municipais de

---

<sup>221</sup> AUBÉ, Léonce. *La Province de Sainte-Catherine et la Colonisation au Brésil*. Rio de Janeiro: Imprimerie Française de Frédéric Arfvedson, 1861. p. 96. (BOR).

<sup>222</sup> Idem, p. 59.

<sup>223</sup> Ibidem, p. 58. Note-se, que não se trata de procurar restabelecer o município como instância administrativa, tal como ele existira até 1834; a crítica se dirige a Província, a qual eles estão submetidos e que os deveria multiplicar.

<sup>224</sup> Ibidem, p. 126.

todo o distrito ficavam ali, e nunca eram suficientes para pagar sequer os seus poucos e inúteis empregados, e no entanto, esta despesa era vista como consequência necessária de sua criação<sup>225</sup>. Eis o que impedia a criação de novos distritos; criando-os, era preciso contratar um secretário, um fiscal, um porteiro, etc., e no entanto, os impostos municipais jamais eram suficientes para cobrir estas despesas, donde a recusa a toda nova criação de município.

Se a justificativa para a criação de municípios era financeira, os municípios existentes eram todos inúteis, pois todos eram deficitários e dependiam de uma complementação orçamentária provincial. Aubé argumentava, neste sentido, apresentando uma tabela com as receitas e despesas municipais de 1857.

<b>Município</b>	<b>Receita</b>	<b>Despesas</b>	<b>Déficit</b>
Desterro	6:602\$000	25:570\$000	18:968\$000
Laguna	1:017\$800	7:540\$000	6:522\$000
São Francisco	730\$000	4:097\$176	3:367\$576
São José	1:260\$712	4:861\$629	3:600\$817
Lages	437\$500	2:050\$000	1:612\$500
Porto-Belo	354\$300	6:449\$420	6:095\$120
São Miguel	920\$690	4:075\$392	3:155\$702

Tabela das receitas e despesas dos municípios de Santa Catarina no ano de 1857<sup>226</sup>.

Este obstáculo financeiro que impedia a criação de novos municípios era o desvirtuamento de um princípio, e não havia dúvidas de que a Província poderia substituir estas despesas com as administrações municipais através de mecanismos diretos, de uma maneira mais racional e econômica.

Transformando as freguesias em municípios, inúmeras mudanças aconteceriam de imediato - sempre se levando em conta que a natureza e a qualidade dos impostos estaria regrada de antemão. Em primeiro

<sup>225</sup> Ibidem, p. 123.

<sup>226</sup> Aubé, p. 126.

lugar, os impostos pagos ficariam no próprio município, não indo mais para a capital do distrito onde eram utilizados. Depois, eles seriam despendidos conforme os interesses e as necessidades desta nova municipalidade, impulsionando o seu crescimento e retirando-a do seu estado estacionário. Enfim, com a existência do município, havia a possibilidade de se transformar “os habitantes de uma região em cidadãos, obrigando-os a se preocupar com os interesses gerais do país e a se ocupar ativamente com os problemas da localidade onde residem”: quanto maior o número de municípios de uma Província, mais ela teria a ganhar<sup>227</sup>.

Pode-se muito bem procurar fazer a história dos municípios a partir das polêmicas, dos interesses políticos e ideológicos que envolveram as suas divisões, sem dúvida; pode-se, da mesma forma, procurar fazer a sua história a partir dos decretos que os constituíram, o que parece procurar restabelecer algo como a sua origem. No entanto, é preciso levar em conta, como a divisão territorial e a criação de novos municípios ou unidades administrativas se tornou uma tecnologia que incide diretamente sobre a população, na medida em que procura impulsionar o seu crescimento, sem que os próprios indivíduos a percebam (em muitos casos são eles mesmos que a reivindicam); e que procura transformar os seus interesses gerais em problemas que devem se tornar objeto de reivindicação local; é preciso levar em conta este seu caráter pedagógico: transformar habitantes em cidadãos<sup>228</sup>.

Até meados do século XIX, os mapas da população tratarão de dividir o espaço da Província. Toda uma nova geografia surgirá a partir deste trabalho estatístico, pois a administração da população necessitará de um espaço geografizado para poder ser exercida. Será justamente no interstício desta necessidade que o trabalho de localização geográfica irá surgir. As dúvidas insolúveis quanto a determinação dos limites de algumas jurisdições, trará para o seio desta máquina-Estado o trabalho de engenheiros, através de pequenas viagens pelo território, com o intuito de reconhecer certos espaços e determinar certos limites. “Não tendo as informações dadas pelas Câmaras de São Miguel e de Porto Belo fornecido bases que me pudessem servir para a fixação dos limites da Freguesia de São João Batista, criada no Rio das Tijucas Grandes pela Lei N. 90, mandei ali o sobre mencionado Major d’Engenheiros, para

---

<sup>227</sup> Idem, p. 126.

<sup>228</sup> Vê-se muito bem como, já há mais de um século, o município pôde se tornar um espaço de investimento político-pedagógico, que procura produzir cidadãos, quer dizer, indivíduos que participam de discussões de interesse geral e que deliberam sobre suas reivindicações, ao invés de permanecerem resistentes a estas técnicas. Talvez isto deva ser considerado em relação a definição do que é cidadania depois de um século: uma forma de supressão de resistências locais.

examinar o terreno, e indicar-me divisas naturais, a ser possível, donde partissem as linhas de demarcação do Distrito com a extensão marcada na Lei<sup>229</sup>.

De repente, algo estranho se constitui: a necessidade de determinações precisas dos “limites” que recortam e definem as freguesias, vilas e distritos, os quais se acreditava estarem desde sempre lá. Um novo olhar em relação ao território deve se constituir, aquele que possa tornar visível à rugosidade concreta do espaço. Num instante, perceber-se-á que o engenheiro, aquele que se encontra ali na espera da guerra que não chega, mantendo a fortaleza que não mais se usa, pode realizar um trabalho tão custoso aos responsáveis pelo envio da determinação de limites de algumas jurisdições. O seu olhar, até então responsável pelo desenho do teatro de guerra, pela indicação e construção de estradas e pontes pelas quais as tropas de exército deveriam passar, para um melhor posicionamento no recontro, deve se direcionar para o espaço aberto da sociedade.

O número de engenheiros e agrimensores que realizarão estes inquéritos espaço-geográficos, estas pequenas viagens pela Província de Santa Catarina irá crescer vertiginosamente a partir de então e se estender por todo o século XIX. Será a partir deste saber que se produz do espaço, deste desdobramento do trabalho de confecção de mapas estatísticos, que se poderá constituir um espaço geografizado, dividido, com localizações determinadas, com limites e fronteiras determinadas; será assim possível emergir todo este conjunto de práticas que irão se desenvolver durante o século XIX, e que tornarão o espaço de nossa sociedade um local no qual o movimento se dá de forma regularizada.

Não nos adiantemos aqui demasiadamente, pois ainda neste capítulo trataremos novamente do problema das estatísticas com relação à administração da população, sobretudo no que concerne a discussão empreendida por Brito em sua *Memória*. Antes, é preciso destacar ainda um último elemento ligado ao nascimento da estatística.

Um mapa da população, desde Brito, não é apenas a relação do número de habitantes de um local; há um conjunto de elementos que o compõe e que tendem a se especializar e se desdobrar em outros mais a partir da década de 1830. Em 1839, o Presidente da Província, Brigadeiro João Carlos Pardal, define os

---

<sup>229</sup> PARDAL, Brigadeiro João Carlos. “Statistica e Divisão Territorial”. *Discurso pronunciado na abertura da Assembleia Legislativa da Província de Santa Catharina na Segunda Sessão Ordinária da Segunda Legislatura Provincial*. Cidade do Desterro: Typ. Provincial, 1839. p. 8. (APESC).



elementos que devem ser relacionados a um mapa da população para o bom andamento de sua administração. Ao conhecimento da cifra da população, diz Pardal, “cumpre ajuntar o das Classes em que ela se divide, suas ocupações, as posses dos habitantes, suas rendas, a proporção em que estas estão com os tributos que pagam, o número dos pobres, e condição em que se acham, o estado, e progresso da agricultura, das artes, e do Comércio interno, e externo, e o da instrução, para poderdes com estes dados promover seguros a prosperidade do País...”<sup>230</sup>

Desta forma, todo um conjunto de informações deve ser reunido em torno destas estatísticas, as quais devem direcionar a sua administração. Mas o sonho político-administrativo de se reunir a cada ano números gerais seguros a respeito da Província, vai se esvaecer ainda na primeira metade do século XIX, como vimos anteriormente. Seguidamente, em seus Relatórios e Falas, os Presidentes da Província vão desconfiar e desacreditar os números que lhes são enviados, mais clara e contundentemente, a partir de 1850. Em 1853, diz o Presidente da Província que, “os mapas de população não me merecem confiança alguma, são a meu ver inteiramente imaginários...”<sup>231</sup> Em 1854, escreve também em sua Fala: “Custa-me, mas vejo-me forçado a declarar-vos, que não tenho inteira confiança nos mapas de batismos e óbitos”<sup>232</sup>.

Assim, o desejo de uma estatística geral é rapidamente substituído pelo reforço da necessidade de estatísticas locais mais precisas, mas durante um bom tempo ainda, elas não vão ser facilmente confeccionadas. Nos anuais atrasos das remessas de mapas locais, pode-se perceber, não a falha de um sistema que procura se implantar, mas o brilho da luz das espadas que se cruzam diante do poder. Cedo a *população* vai perceber que através destes mapas se exerce o poder e toda uma forma de governo, do qual inúmeras formas de resistência contra a implantação deste sistema nos dão prova. Uma década após haver sido instituída a obrigatoriedade anual dos mapas da população, o Presidente da Província em seu Relatório anual, fala da situação em que então se encontra este serviço.

Difícil coisa é entre nós dar um mapa Estatístico de qualquer Povoação: ninguém se presta a dar lista da sua família, e quase todos procuram encobrir os nomes, e as idades dos filhos varões, receando que lhes tirem para assentarem praça; entretanto que em suas casas vivem a maior parte deles entregues a indolência e aos mal entendidos diversos dos mais imbecis, que os tornam tais, e os perdem com moléstias causadas por

---

<sup>230</sup> Idem, p. 8.

<sup>231</sup> COUTINHO, Dr. João José. *Falla que o Presidente da Província de Santa Catharina, dirigio á Assembléa Legislativa da mesma Província, por ocasião da abertura de sua Sessão ordinaria em 1 de março de 1853*. Desterro, 1853. p. 20. (APESC).

<sup>232</sup> \_\_\_\_\_. *Falla que o Presidente da Província de Santa Catharina, dirigio á Assembléa Legislativa no Acto D'Abertura de sua Sessão Ordinaria em 19 de abril de 1854*. Desterro: Typ. do Correio Catharinense, 1854. p. 23-24. (APESC).

uma falta de ação contínua e desde os primeiros anos. Além destes embaraços que encontram aqueles empregados que procuram satisfazer os seus deveres na formação das Listas estatísticas, há ainda empregados que pouco se desvelam em suas obrigações e que não tem remetido os Mapas que lhe foram exigidos, sendo por isso que não posso apresentar, agora, um Mapa Geral Completo da População, o que farei se a tempo chegarem os mapas parciais que a todo o momento espero...

Bem que os objetos de uma boa Estatística sejam muitos, e muito interessantes, seria tempo perdido quereremos entrar já no seu conhecimento, convindo primeiro acostumar o Povo a dar ao menos exata lista das famílias, e depois saberemos sucessivamente de todos os outros objetos"<sup>233</sup>.

O problema de que fala Andrade ainda em 1840, o da dificuldade em se obter uma estatística completa e geral da Província, é o mesmo que pode ser encontrado nas duas décadas seguintes, até 1860. Neste ano, Araújo Brusque reúne números que remontam aos primeiros anos da década de 1820, malgrado as dificuldades em se coligir números que "resultassem no conhecimento da população em suas diferentes relações de aumento e condição"<sup>234</sup>. Colocando-os em comparação com os números das décadas seguintes – e isso para quase todos os lugares da Província -, ele pode apontar para problemas que os mesmos revelam e que devem ser objeto de ação do governo, como por exemplo: a diminuição dos habitantes no sul da Província em função de migrações para o Rio Grande do Sul, pois a "aquisição dos meios de vida" na Província vizinha é mais acessível; o problema da diminuição do número de escravos, pois mais de mil deles haviam sido enviados para províncias do norte ou para a corte do Império nos últimos oito anos, o que acarreta na diminuição de sua força de trabalho.

Duas outras questões importantes aparecem ainda em seu *Relatório*. Em primeiro lugar, vemos que nas colônias recém criadas na Província, a estatística é, com poucas exceções, feita ano a ano, ao contrário de outros distritos, vilas e freguesias. Nelas, uma certa forma de poder é exercida, através da existência do controle e regulamentação do fluxo de entradas e saídas de pessoas e mercadorias, bem como de seu movimento interno. Não que isto não ocorra em outros lugares. Mas é nelas onde isto acontece primeiro e com mais força. Nas colônias, ela se estende por quase todos os ramos concernentes à população, o que permite ao poder tornar estes espaços e seus moradores mais úteis. Em segundo lugar, vemos que Araújo

---

<sup>233</sup> ANDRADE, Francisco José de. *Relatório Apresentado pelo Presidente da Província aos deputados Provinciais de Santa Catharina em 1º de março*. Desterro, 1840, p.30. (APESC). Neste sentido, é interessante também sublinhar as revoltas ocorridas em 1851 em inúmeras Províncias do Império em virtude do Recenseamento Geral, que a partir de então previa a obrigatoriedade dos registros de nascimento e de óbito, contra a qual houve inúmeros levantes. Cf. "O regulamento do censo de 1851". In: *Revista Brasileira de Estatística*. Rio de Janeiro, no. 38, ano X, abr.-jun. 1949, p. 788-790.

<sup>234</sup> BRUSQUE, Francisco Carlos de Araújo. *Relatório do Presidente da Província de Santa Catharina apresentado à Assembléa Legislativa Provincial na 1ª sessão da 10ª Legislatura*. Rio de Janeiro: Typ. Do Correio Mercantil, 1860. Sobre este trabalho, ele dizia: "Encetei um trabalho novo, reunindo as mais recentes listas de famílias, mandando organizar outras, e coligindo todas as informações que julguei conveniente para aperfeiçoar o mais possível este importante ramo da estatística desta Província". p. 5. (APESC).

Brusque, pela primeira vez, relacionar as estatísticas de população com problemas advindos do estado higiênico e sanitário da Província. Ou seja, o que ele chama de “saúde pública”, “as condições de existência da população”, estará relacionado diretamente com “causas” a serem combatidas, e que influenciam diretamente nas variações da população, demonstradas pela estatística.

Se no século XIX as estatísticas não são facilmente realizadas, é porque as formas de resistência da população contra esta nova forma de poder tentam, de todas inúmeras maneiras, dissimulá-la; ela só vai se constituir no século XX como um elemento através do qual se pode governar a população, a partir de duas ações: neutralização das resistências difusas que emperravam seu funcionamento; normalização do seu serviço, o que vai ocorrer a partir da “laicização” do controle de registro de nascimentos e óbitos no final do século XIX. Sem dúvida que esta “laicização” desobstrui o funcionamento da estatística no Brasil. Eis o que se diz a este respeito, em 1876, num relatório da Inspeção de Saúde Pública de Santa Catarina: “Segundo o último recenseamento, a Província de Santa Catarina conta com 159.802 habitantes distribuídos em 45 paróquias. Destas, apenas 26 enviaram a relação do obituário durante o ano de 1876, extraído dos Livros de Registro, e sobre essas relações baseamos nossos cálculos, posto que limitada confiança nos merecem elas a julgá-las pela da Capital, na qual há uma falta de assentamento de 72 óbitos”<sup>235</sup>.

Talvez seja preciso retornar neste momento a Brito. Sua *Memória* nos permite descrever de maneira mais rigorosa este novo espaço que se forma no início do século XIX na Província de Santa Catarina voltado à administração da população. Brito talvez nos adiante todo um quadro que apenas será preenchido durante o século XIX. No entanto, fez-se necessária uma rápida descrição do surgimento da estatística nesta Província, pois como pudemos observar, seus desdobramentos em relação à constituição do espaço e desta nova tecnologia, foram de suma importância. Mas o principal objetivo desta descrição era o de mostrar como, através destes mapas de população se exercia uma forma de poder. Uma história dos mapas de população poderia nos mostrar como algumas tecnologias de governo podem em determinados momentos, não sem dificuldades, serem estabelecidas<sup>236</sup>.

---

<sup>235</sup> Cf. “Relatório da Inspeção de Saúde Pública”. I.S.P. 1876, cx. 161. Devo esta referência à Johanna Heuer, a quem sou agradecido. (APESC).

<sup>236</sup> Em 1854, constitui-se no Rio de Janeiro a “Sociedade Estatística do Brasil”, com o objetivo principal de “promover e organizar a estatística geral do Império”. Sobre esta Sociedade, cf. a ata de sua instalação em, “Sociedade Estatística do Brasil - 1854”. In: *Revista Brasileira de Estatística*. p. 111-112. Em 1871, também no Rio de Janeiro, organiza-se uma repartição exclusivamente voltada à estatística do Império, a “Diretoria Geral de Estatística”, que fica responsável pelo “recolhimento” de dados estatísticos concernentes “à população, ao território, ao estado político, intelectual e moral e ao estado agrícola, industrial e comercial”.

Em sua *Memória*, Brito afirma descrever o primeiro mapa estatístico de Santa Catarina; através dele, ele constata que esta Capitania teve, como já dissemos anteriormente, um decréscimo em sua população superior a “5 mil almas”. O mapa estatístico apresenta em si mesmo os pressupostos que lhe tornam inteligível; no resultado que ele apresenta, reside o interesse pela sua existência, pois é através dele que administrar uma população se torna possível. Administrar a população - termo que, posto desta forma, soa um tanto quanto vago e impreciso -, é antes de tudo, encontrar formas de conservá-la e definir maneiras para se aumentá-la. Neste sentido, quando Brito diagnostica um não crescimento no aumento da população, interessa-lhe saber, porque esta população não aumenta e o que se pode fazer para combater o que impede o seu crescimento.

### ***Causas físicas e morais***

Ao não aumento de uma população, pode-se atribuir duas causas principais; ou melhor, a própria população é o resultado de duas causas necessárias:

...darei que a população de todo e qualquer país é um efeito ou resultado necessário de duas causas, e vem a ser ou do seu físico, ou a do seu moral; pelo físico se entende em geral, a sua posição geográfica, o clima, a qualidade do terreno, a fertilidade ou esterilidade do solo; pelo moral se entende o caráter, educação, usos e costumes dos povos, seu governo e legislação política e civil. No que respeita á primeira causa, a Capitania de Santa Catarina nenhum obstáculo oferece a conservação e aumento da população, como bem se manifesta pelo que levo dito; portanto, resta examinar se ali existem obstáculos provenientes da segunda causa<sup>237</sup>.

Assim, ao definir as duas causas necessárias que possibilitam ou impedem o aumento da população da capitania de Santa Catarina, Brito precisa também os principais pontos pelos quais o poder deve passar. De um lado, as “causas físicas”, advindas de problemas geográficos, climáticos - donde a crescente preocupação com o ar, com a sua circulação, com os miasmas que nele circulam, com os pântanos e lagos próximos às cidades; do outro lado, as “causas morais”.

---

Cf. ALBUQUERQUE, Dr. Joaquim José de Campos. “Relatório das atividades da Diretoria Geral de Estatística do ano de 1871”. Rio de Janeiro, 1872. In: *Revista Brasileira de Estatística*. p. 132.

<sup>237</sup> Brito, p. 50.

Neste sentido, ele chega à conclusão de que a causa do não crescimento da população da capitania de Santa Catarina, é sobretudo “moral”, pois no período de 1774 a 1813, não houve epidemias, pestes, fome, e a invasão espanhola à ilha de Santa Catarina não pode ser chamada de “guerra”; sendo assim, eliminadas as causas físicas que podem contribuir para este decréscimo da população, restam apenas as causas morais que, segundo Brito, são provenientes justamente do problema da ausência de um governo preocupado em administrar a sua população. Desta maneira, o governo que se preocupa em administrar a sua população, deve já de início, procurar combater, as causas físicas e morais que impossibilitam a sua “conservação”, e encontrar formas para impulsionar o seu crescimento - donde as preocupações crescentes com os índices de natalidade e mortalidade da população<sup>238</sup>.

Desta forma, trata-se de definir quem são os elementos que compõem esta população a ser administrada. Desta massa disforme que se reúne nas estatísticas, deve-se saber quem dela faz parte ou não. “Falo somente da população, que inclui os brancos de ambos os sexos; e excluo a escravatura, porque esta população é adventícia, precária, e menos profílica (sic); e quase que só é reparada da perda ordinária das vidas pela importação dos indivíduos vindos da África”<sup>239</sup>. Vemos que os indígenas, dos quais se é impossível tomar uma estatística devido ao seu nomadismo, não são considerados como parte da população a ser aumentada e conservada. No entanto, veremos mais à frente que ela não lhes é totalmente indiferente.

Há uma relação que é de suma importância para qualquer mapa estatístico de uma população, que é a relação entre a proporção da população com a extensão do território. Através desta relação, é possível estabelecer cálculos para o aumento da população. Assim, referindo-se a população da Capitania de Santa Catarina no 1810, Brito diz que:

...o total desta população comparada com a extensão do território dá 30 habitantes por cada uma porção da terra firme à beira-mar em toda a extensão da costa, que terá quando muito três léguas na direção leste-oeste, isto é, uma superfície de 237 léguas quadradas, porque todo o resto da Capitania para o interior é sertão inculto e despovoado, de maneira que neste estado abandonado se acham ainda hoje 764 léguas quadradas!<sup>240</sup>

---

<sup>238</sup> Idem, p. 52-53.

<sup>239</sup> Brito, nota no. 6, p. 52.

<sup>240</sup> Brito, p. 50.

Se administrar a população é encontrar maneiras de aumentá-la, tornar o território da capitania disponível ao aumento desta população é já administrá-la. Parece-nos que é dentro destas possibilidades que no início do século XIX, ocupar o espaço, torna-se um dispositivo de poder desta máquina-Estado.

### ***O sertão inculto***

Talvez possamos dizer que é justamente no momento em que se constituiu este dispositivo de poder, que reconhece a existência de um espaço disponível para o aumento da população, que o “sertão” tal como o conhecíamos até há pouco tempo, torna-se existente. Brito pergunta em sua *Memória*: “E quem sabe o que haverá no sertão inculto e despovoado”<sup>241</sup>.

É claro que o termo “sertão” já é utilizado como referência a um espaço específico antes de Brito, mas nos parece que de uma maneira diferente. Miranda Ribeiro, por exemplo, no final do século XVIII, chama de “sertão” o espaço que se encontra para além das vilas que compõem a capitania de Santa Catarina. Para Miranda Ribeiro, o “sertão” é o espaço que está além da civilização, o espaço que está nos “fundos da capitania”. Mas, o que acreditamos ser interessante perceber é que, a localização dos “sertões”, impede que se saiba seu tamanho e que se obtenha informações a seu respeito<sup>242</sup>; além disso, o seu desconhecimento não se constitui como um problema para o governo.

Esta é uma distinção importante que deve se fazer em relação a este espaço que se chamará de “sertão” a partir do século XIX. A formulação da questão transcrita acima, indica que este espaço, que até então se considerava inacessível, torna-se um espaço possível de ser reconhecido. Para Brito, este espaço inculto deve ser aberto às “indagações científicas”, deve ser conhecido<sup>243</sup>. O “sertão” deixa de ser algo que se encontra além, no sentido de intransponível, inacessível; neste momento, ele se torna o espaço que, estando próximo à “civilização”, deve ser transposto, deve se tornar acessível. Neste sentido, todo o imaginário que

---

<sup>241</sup> Brito, p. 57.

<sup>242</sup> Ribeiro. *Op Cit.* p. 151.

<sup>243</sup> Brito, p. 57.

existia em torno deste espaço onde habitavam seres incríveis, começa a ser posto em questão, principalmente a partir de meados do século XIX, com a constituição de inquéritos espaço-geográficos<sup>244</sup>.

Ainda em relação a esta metamorfose pela qual passam as formas do governo local se relacionar com o território no início do século XIX, é útil apontar para os critérios que as estabeleciam, e para isso podemos nos valer do “inquérito” feito por Miranda Ribeiro no final do século XVIII, e o do feito por Brito alguns anos depois.

Miranda Ribeiro havia sido encarregado pelo Vice-Rei de fazer um levantamento na Capitania, “de sua extensão, dos limites da ilha de Santa Catarina e dos distritos da sua jurisdição”. Essa grande “taxionomia” da Capitania, dividida em 14 itens ou artigos segundo o seu autor, foi feita sem critérios precisos, e nem mesmo o seu autor sabia se estava fazendo o esperado. “Em cada um dos ditos Artigos, poderá V. Exa. ver separadamente tudo o que a minha diligência pôde alcançar por meio de indagações e Exames que fiz, e mandei fazer por algumas Pessoas práticas e inteligentes, e nos mesmos Artigos vão detalhadas todas as Reflexões que me ocorreram sobre o seu conteúdo, e segundo o meu modo de pensar”<sup>245</sup>. Para Ribeiro, as notícias recolhidas a respeito do território eram partes integrantes da descrição deste espaço<sup>246</sup>; eram os “práticos” que podiam proceder mais corretamente sobre este espaço; os mapas, para Ribeiro, são desnecessários na medida em que a existência de mais de um, “causa cada vez mais confusão”; e enfim, do tamanho do território inacessível era possível apenas se obter uma idéia aproximada.

Já Brito, em sua *Memória*, redige um grande diagnóstico da Capitania, onde procura prescrever possíveis caminhos para a solução de problemas considerados importantes. A figura do “prático” que recolhe informações, é inexistente em Brito; para ele, a existência da maior quantidade possível de mapas, é necessária para um melhor conhecimento do território, e assim, Brito deles se utiliza; o território desconhecido, deve ser revelado; deve-se abrir meios de comunicação que recortem este território, para assim se poder cultivá-lo e povoá-lo<sup>247</sup>. Mas há um elemento novo, ainda mais importante em Brito, no que

---

<sup>244</sup> Sobre isto, destaca-se a correspondência enviada pelo naturalista Fritz Müller a Charles Darwin, na qual ele ironiza as crenças locais a respeito da existência de animais extraordinários, como o “Minhocão”. Ela foi originalmente publicada numa revista alemã, merecendo inclusive a atenção de Darwin, que neste mesmo ano lhe mandou uma carta sobre o tema. “Der Minhocão”. “Zoologie Garten”. 1877, p. 298-302. In: MÜLLER, Fritz. *Gesammelte Schriften*. Gesammelt und herausgegeben von Dr. Alfred Möller. Jena: Verlag von Gustav Fischer, 1915. Erster Band. p. 545-546. (AHJFS).

<sup>245</sup> Ribeiro, p. 123.

<sup>246</sup> Idem, p. 126.

<sup>247</sup> Brito, p.77.

diz respeito a esta relação com o território, que é a figura do olhar, do observador. O espaço, com sua variedade de objetos dispostos sucessivamente, é o local ideal para o repouso do olhar: "...esta variedade de objetos que se sucedem uns aos outros, torna aqueles sítios sobremaneira aprazíveis aos olhos, e oferece assunto para serias meditações ao espírito observador filósofo!"<sup>248</sup>. Não por menos, Brito afirma que o "sertão" inculto deve ser aberto à história natural, pois somente a observação naturalista com suas indagações científicas seria capaz de descobrir o que há de inculto neste território<sup>249</sup>.

Assim, no início do século XIX, abre-se possibilidades para que o espaço da capitania seja disposto à observação. Se é preciso "aumentar" a população através da "ocupação" do território inculto, é necessário antes disto "revelar" este espaço, torná-lo geográfico e conseqüentemente civilizável. Desta forma, o espaço da capitania é disposto aos olhos da observação naturalista. Estamos aqui distantes do olhar que revela o espaço no século XVIII. Mas não apenas os naturalistas vão revelar este espaço; da mesma forma, as viagens e expedições de reconhecimento que se realizarão periodicamente em Santa Catarina, principalmente a partir de meados do século XIX, não são realizadas por "práticos": a figura do prático como fundador e revelador de um espaço inculto é definitivamente relegada a um plano de segunda ordem. O prático se afasta tanto mais da verdade quanto mais se deixa influenciar por outras formas de conhecer que não as advindas da observação. O espaço que até então ocupava o prático, será ocupado pela figura do engenheiro-viajante, que também realiza as funções do prático, mas sua forma de conhecer o espaço estará totalmente fundada na observação, no olhar que produz sobre ele um saber geográfico.

### ***A história e a política***

Em sua *Memória*, Brito trata de descrever rapidamente quem foram as pessoas responsáveis pelas primeiras "indagações" e quem foram os primeiros a "penetrar no sertão". Em 1787, escreve Brito, o alferes Antônio José da Costa "penetrou" duas vezes no "sertão", indo na primeira vez (e abrindo o caminho) em direção a Vila de Lages, e na segunda vez retornando da Vila de Lages a Laguna. Era o início da abertura de

---

<sup>248</sup> Idem, p. 40.

<sup>249</sup> Ibidem, p. 57.



uma estrada que deve ser continuada, melhorada, concluída naquele momento. De qualquer forma, as expedições de reconhecimento assumem uma função política essencial.

Mas o interesse por esta história vai mais além: deveríamos estranhar o fato de que a primeira das três partes que a compõem, trate da história administrativa destes domínios portugueses? A viagem que descobre e traça o caminho para as novas terras, é o seu primeiro tema. A viagem é fundadora, mas em si mesma não carrega a chave do empreendimento colonial. É preciso juntamente com ela, proceder sobre as terras descobertas; portanto, torna-se muito mais importante do que a própria viagem que descobre, as “expedições” realizadas com o fim de melhor reconhecê-las, “fazer todos os exames e indagações necessárias de semelhante natureza” a estas novas terras, tal como fora feito logo após a descoberta de Cabral em 1500.

Na pequena história da capitania de Santa Catarina que Brito faz em sua *Memória*, alguns elementos são, de certa forma, fundamentais no que concerne a organização e ordenação, não apenas de sua narrativa, mas do desenvolvimento teleológico da própria história. Primeiramente, isto se torna visível no seu interesse pela história das expedições que reconheceram o litoral do território brasileiro, as quais tornaram-se possíveis graças às expedições anteriores de Colombo e Vespúcio. Assim, depois da expedição de Cabral que descobriu estas terras, foi de suma importância a que no ano de 1501 organizou D. Manoel, “com o fim de melhor reconhecerem, e de fazerem todos os exames e indagações necessárias a um descobrimento de semelhante natureza; assim como de se colocarem marcos com as Armas do Reino nos lugares apropriados, os quais testemunhassem o domínio e posse da Coroa de Portugal”<sup>250</sup>. Portanto, após as viagens de exploração, torna-se necessário a localização de marcos de domínio.

Há todo um interesse inicial na história de Brito pelas expedições que descobrem novos espaços, que reconhecem novos territórios; a história para ele se inicia com o exame de novos territórios, o que quer dizer, que ela se inicia com o repouso do olhar sobre novos espaços; a sucessão de olhares que revelam e reconhecem novos espaços, organiza a sua história. A figura do olhar nas expedições de reconhecimento é em Brito o que torna a própria história possível. Mas não se trata do olhar em si mesmo. Ao olhar que repousa sobre novos espaços durante as expedições, acompanham as nomeações e designações que ele

empreende, tal como ocorrera, diz Brito, nos primeiros anos do descobrimento, como no caso do “benemérito fidalgo Martim Affonso de Sousa”, que no início dos anos de 1530, percorreu o litoral brasileiro em direção ao Sul, reconhecendo e nomeando os espaços que ia observando. Em 1532, após “avistar a baía de Santa Luzia, à qual deu o nome de Rio de Janeiro (...) seguiu para o Sul, e foi dando aos lugares da costa que ia avistando sucessivamente os nomes dos Santos, de que rezava o Calendário nos dias em que os descobria”<sup>251</sup>.

Assim, Brito insiste na importância que tiveram na história deste Reino, as expedições que procuravam reconhecer o território, os exames que se realizaram nas novas terras, e a importância do olhar na nomeação, designação e localização de espaços. Há na história de Brito uma relação indireta entre a obtenção de “sucesso administrativo” com os governantes que de alguma forma adotaram os exames territoriais como parte de suas obrigações. Assim ocorrera com o primeiro governador da capitania de Santa Catarina, José da Silva Paes, nomeado em 1739, o qual “desde logo se ocupou em examinar a natureza e qualidades físicas e políticas do país, do que deu parte para a Corte informando-a do que viu, e do que era necessário fazer”<sup>252</sup>. Desta forma, vemos que Brito insiste no fato de que tais expedições existiram desde sempre, de que sua origem se perde na noite da história, e que a elas se deve a continuidade de toda uma história.

Em segundo lugar, na história que Brito faz da administração do território. O olhar e as designações do espaço apenas iniciam uma história; a sua administração é que da continuidade. Neste sentido, é interessante perceber o fato que, segundo Brito, marca o início da administração do Brasil: a divisão do território em nove grandes porções denominadas Capitânicas<sup>253</sup>. Assim, administrar é antes de tudo dividir o território; não há administração pública sem que ocorra primeiramente uma divisão do território. Mas ela não existe sem motivo: é através da divisão do território que se pôde aumentar a população deste Reino. Desta forma, a divisão do território nasce da necessidade de se aumentar a sua população, e é através destas

---

<sup>250</sup> BRITO, Paulo Joze Miguel de. *Memoria politica sobre a capitania de Santa Catharina escripta no Rio de Janeiro em o anno de 1816*. Lisboa: Academia Real de Ciências, 1829. p. IV. (ACL).

<sup>251</sup> Idem, 11.

<sup>252</sup> Ibidem, p. 20-21.

<sup>253</sup> Ibidem, p. V.

ações que se dá a administração pública. A analogia freqüente entre o corpo político e o território dividido torna-se clara. O *corpo político da nação*, do qual o Imperador que governa é a cabeça que “impulsiona” e que coloca o corpo em “movimento”, e os governadores de Capitania são os “braços que executam”, deixa de ser apenas uma metáfora no início do século XIX; ela se complementa e se constitui inteiramente por uma espécie de elemento ontológico que lhe atribui algo como uma essência que lhe dá vida: a população, que se torna a alma deste corpo, pois todo o resultado de uma estatística nada mais revela senão o número de almas que o compõem<sup>254</sup>.

E aqui a colonização, último objeto da história de Brito, insere-se como fundamental medida administrativa. A história lhe dá muitos exemplos. “O Senhor D. João III acelerava no entanto a colonização do Brasil, e para mais facilmente a realizar dividiu politicamente a costa em grandes porções de terreno...”<sup>255</sup>. Se administrar é dividir o território, a colonização como ação administrativa relacionada ao território lhe pressupõe. É neste sentido que a colonização açoriana no século XVIII e todas as medidas tomadas ao seu redor, como a necessidade de manter os colonos “curados de doenças”, surgem para Brito, retrospectivamente, como medidas administrativas que devem ser prosseguidas. Assim, ele conclui a história da Capitania de Santa Catarina em sua *Memória*: “Tais foram em resumo algumas das medidas que se tomarão para colonizar a capitania de Santa Catarina, as quais no meu sentir são as que devem servir de norma para qualquer outra colonização, que intente efetuar em outros lugares do Brasil, fazendo-se aquelas alterações que são próprias dos tempos, e das circunstancias políticas atuais”<sup>256</sup>. Através da colonização, Brito vislumbra a possibilidade de aumentar a população, sempre acompanhada de medidas que assegurem a sua conservação. Através desta história escrita por Brito, podemos vislumbrar com clareza, na seleção que ele empreende dos acontecimentos passados, no que se constitui essa nova racionalidade que surge no início do século XIX, de administrar a população.

---

<sup>254</sup> Ibidem, p. VII.

<sup>255</sup> Ibidem, p. 12.

<sup>256</sup> Brito, p. 25-26.

## O Saber do Espaço

Não seria pertinente perguntar por que o século XVIII não reconhece no espaço uma geografia tal como nós o reconhecemos desde o século XIX. Não há nada que justifique a necessidade de, a partir do espaço, constituir mapas que o tomem como uma geografia, de constituir cartas cartográficas que justifiquem o conhecimento do espaço de maneira geral e ao mesmo tempo pormenorizada; que determinem com precisão as fronteiras que delimitam as capitânicas de um reino e das povoações que as compõem; no entanto, há um privilégio das descrições das fortalezas e das praças importantes de um reino. De fato, os mapas que existem desde o século XVI, servem como roteiro de viagem aos navegadores; mas talvez devêssemos chamá-los, antes de mapas cosmográficos do que de mapas geográficos: eles apenas indicam o trajeto do movimento numa representação geral que existe de antemão; se o navegador descobre um novo porto onde pode atracar, ele nada mais faz do que incluí-lo nesta representação geral - onde na verdade ele sempre existiu, não obstante não aparecesse -, indicando sua situação em relação ao globo terrestre. Da mesma maneira, poderíamos chamar aqueles mapas que descrevem os caminhos que ligam pontos por terra, onde aparecem inúmeros rios e algumas montanhas e que indicam o traçado do deslocamento do viajante.

Mas o que é a geografia? Dir-se-á que, desde a antigüidade grega, ela é a descrição da terra, conforme sua própria etimologia nos indica. Sem dúvida. Mas talvez devêssemos nos perguntar: se a geografia é a descrição da terra, foi sempre a mesma terra que ela descreveu? Um dos volumes das obras matemáticas de Stevin de Bruges é dedicado à *cosmografia*. A cosmografia, encontra-se dividida em três livros: o primeiro, dedicado “à doutrina dos triângulos”; o segundo, dedicado “à geografia”; e o terceiro, dedicado “à astronomia”. Estes três regimes de saber constituem a cosmografia. O que se entende por terra? “Uma luz mundana em movimento na qual nós habitamos e que é o oitavo planeta, ajuntando-se a outros sete”<sup>257</sup>.

---

<sup>257</sup> STEVIN, Simon. *Les oeuvres mathématiques de Simon Stevin de Bruges*. Leyde, 1634. p. 105. (ENPC).

Aqui, o estudo da descrição da terra é o estudo das relações que ela estabelece com a lua; é o estudo da localização de uma certa longitude, para que se possa saber com precisão onde começa o dia na terra, e se acabar com as imprecisões que existem entre os vários povos sobre o dia em que se acham, podendo assim precisar as horas em diferentes lugares, como fazem os astrônomos. Na idade clássica, não é a Heródoto que se atribui a paternidade do estudo da descrição da terra, mas a Ptolomeu: todos aqueles que estudavam o curso do céu, o movimento desregrado dos planetas, o lugar e o movimento das luzes celestes, o movimento do globo terrestre, fossem eles gregos, egípcios, árabes ou indianos, estudavam a terra<sup>258</sup>.

A geografia corresponde ao conceito de “hilocinesia terrestre” (*hylocinesie terrestre* ou *hylocinesie du globe terrestre*). “Hilocinesia terrestre é a mudança de lugar de diversas matérias das quais a terra é composta, sem mudar sua figura esférica e sem mudar de lugar”<sup>259</sup>. Toda uma série de problemas são considerados pela geografia, como por exemplo, o problema da ruína dos edifícios e o problema dos cursos dos rios que levam areia para fossas e portos, impossibilitando muitas vezes o seu acesso. Ou seja, a geografia trata de estudar estes movimentos da matéria “que não se podem efetuar pela potência dos homens, mas que são ordenados naturalmente na essência da terra”<sup>260</sup>.

Os terrenos do globo se dividem de duas maneiras: os horizontais e os montanhosos. Assim, a geografia se define em função da forma como a matéria pode neles se deslocar. Com isto, pode-se saber como se forma uma montanha, onde em determinada praia ou rio pode vir a se formar um grande depósito de areia, como se formam as curvas de um rio e porque nos portos que se encontram na embocadura de um rio se formam bancos de areia.

Mas ela também se preocupa com o deslocamento dos vapores no ar e com o curso dos navios. De certa maneira, o curso dos navios indica um intervalo preciso de deslocamento da matéria no globo terrestre. “Cursos nada mais são do que os traços e linhas que são descritos pelos navios. Quando um navio vai de leste a oeste, a linha imaginária por onde ele passou se chama em geral curso, mais particularmente,

---

<sup>258</sup> Idem, p. 106-108.

<sup>259</sup> Idem, p. 129.

<sup>260</sup> Idem, p. 128.

curso leste-oeste”<sup>261</sup>. Trata-se de uma maneira de localizar, determinar o caminho que se pode fazer entre dois pontos no globo terrestre; portanto, uma descrição de linhas retas e oblíquas que se pode traçar entre dois pontos dados num plano paralelo e longitudinal. Aqui o mapa serve para identificar os pontos que no globo podem ser percorridos e os traçados que entre eles podem ser estabelecidos. Ou seja, a geografia apenas situa pontos e descreve cursos num plano que já existe *a priori*.

Mas a surpresa retrospectiva que nos causa a não existência de mapas geográficos de uma região, de uma província, tal como vemos a partir do século XIX, deve ceder lugar à questão de como o espaço é então problematizado e a partir de que problemas ele emerge como uma preocupação ao poder soberano.

Com efeito, talvez o que se chame de geografia até o século XIX, recubra estas duas formas de descrição das quais falamos anteriormente: a do espaço como plano de defesa e a do espaço como ponto situado em relação a esta representação cosmográfica, tal como podemos observar, não apenas nos relatos dos viajantes estrangeiros, mas também se tratarmos de analisar a definição das fronteiras entre o Brasil e a América espanhola em meados do século XVIII: o que fazem os comissários demarcadores, os cosmógrafos, os geógrafos e astrônomos é situar a fronteira que divide estes dois domínios, que delimita os seus territórios, em relação à configuração que ela ocupa no globo terrestre .

No primeiro capítulo deste trabalho, tentamos mostrar como o saber do espaço no século XVIII se constitui, sobretudo, a partir do problema da defesa e da conservação do território. E a noção de geografia, sem dúvida, delimita-o. Neste sentido, há uma *Memória* escrita por volta de 1770 que nos diz bastante a este respeito. O que é descrever o espaço, ou melhor, quais são os elementos que devem ser considerados numa descrição do espaço? De início, é preciso descrever as fortalezas que defendem a capitania da ilha de Santa Catarina e onde se encontra a entrada pela qual os navios inimigos podem chegar; em seguida, deve-se descrever a quantidade de artilharias e os calibres de que se dispõe em cada fortaleza; feito isto, deve-se deduzir o número necessário de regimentos e de paisanos que deve ocupar cada uma das ditas fortalezas; só então se deve localizar a sua posição geográfica, descrever as barras que possui e os tipos de barcos que por elas passam; o seu estado de segurança; o seu comprimento e a sua extensão; a distância que a separa do Rio

---

<sup>261</sup> Ibidem, p. 142.

de Janeiro e do Rio da Prata; os portos e enseadas que se encontram nestes percursos; e as ligações que por terra chegam à ilha.

Este saber do espaço não é fortuito: a descrição do espaço não é simples transposição em palavras do que se vê - até porque o que se vê é o que está incluso no campo de possibilidades deste saber -, mas iluminação de problemas que emergem deste campo e que ganham transparência através deste olhar. E o que ele vai deduzir desta descrição, é que esta ilha é um estabelecimento único, que possibilita defender, proteger e vigiar todos os portos meridionais da América portuguesa. As fortalezas da ilha de Santa Catarina, construídas por Paes, não são vistas - pelo menos antes de 1777 - como monstruosidades arquitetônicas: “Da parte da entrada da Barra, olhando para o Norte e Leste, tem duas baterias formadas sobre penhascos muito altos e escarpados, de sorte que por esta parte é *inatracável*; e da parte do Sul e do Norte, os baixos e rochedos, também fortificados, a defendem”<sup>262</sup>.

Vemos neste texto que a descrição do espaço privilegia elementos que poderíamos considerar estranhos ao espaço como geografia, tais como a quantidade de artilharias e os seus calibres ou mesmo o número de paisanos que deve ocupar as fortalezas; se este número estivesse relacionado com o número de habitantes da Capitania, poder-se-ia falar, talvez, de uma geografia humana, mas ele aparece apenas relacionado com as fortalezas e a defesa da ilha; se estes elementos nos parecem estranhos, é porque o espaço não se constitui ainda no interior de um saber que o toma como uma geografia, mas sim no interior de um saber que ilumina e dá visibilidade aos elementos que se encontram relacionados com a defesa e a conservação do território.

Até aqui insistimos razoavelmente a respeito de como o espaço se encontra e se constitui no quadro deste saber: o espaço é um plano de defesa. Ele se constitui desta forma, porque o principal problema do poder soberano, é justamente o da sua conservação. Mas também podemos encontrar uma concepção de espaço no século XVIII, estudando o que é então a sesmaria e como ela vai adquirir uma função importante na capitania de Santa Catarina a partir de meados deste século.

---

<sup>262</sup> “Memória sobre a localização geográfica, a navegabilidade, a comunicação e as condições de defesa da capitania da Ilha de Santa Catarina até o Rio Grande do Sul”. 26p. (grifo nosso). *Catálogo de Documentos*, doc. 235. Esta *Memória* mostra claramente como inúmeras pessoas que realizaram inquéritos espaço-militar antes da invasão espanhola acreditavam que as fortalezas da Ilha e toda a sua estrutura de defesa a tornavam intransponível ao inimigo e “inatracável” aos barcos estrangeiros, como se afirma no texto.

## ***Uma tecnologia de acomodação das pessoas***

Em 1747, o número de habitantes da Capitania de Santa Catarina é de pouco mais de 4 mil pessoas. Menos de uma década mais tarde, após intenso mas limitado deslocamento de pessoas para esta capitania, promovido pela soberania portuguesa, o número de seus moradores, vai mais do que dobrar, ultrapassando 10 mil pessoas.

Costuma-se afirmar que a Provisão Régia de 9 de agosto de 1747, vai procurar, de certa forma, gerir a introdução de todo este contingente de pessoas, pois ela define que cada um dos cabeças dos casais transportados, deve receber uma sesmaria de um quarto de légua em quadro, criando assim uma forma mínima de organização de todo este contingente, proporcionando-lhes ao mesmo tempo um meio de subsistência.

No entanto, a sesmaria até então não era um mecanismo corrente e usual na então capitania de Santa Catarina; mas ele vai se revelar é um mecanismo adequado, e vai ser introduzido a partir deste deslocamento de casais de açorianos e madeirenses. E é aqui que o espaço também é problematizado pelo poder soberano.

Ainda no final do século XVII, a concessão de sesmaria é um direito de que dispõem e se utilizam os donatários de capitanias no Brasil. O soberano esbarra freqüentemente neste problema quando decide concedê-la em domínios que pertencem a algum donatário. Talvez se encontre neste problema o próprio destino destas capitanias meio século mais tarde, pois os donatários costumam criar empecilhos a estas concessões. No final do ano de 1700, um Alvará Régio concede terras às missões no intuito de criar condições necessárias ao sustento de párocos, índios e missionários “que assistem nos dilatados sertões de



todo o Estado do Brasil sobre o que se tem passado repetidas ordens e se não executam pela repugnância dos Donatários e sesmeiros que possuem as terras nos mesmo sertões”<sup>263</sup>.

Em meados do século XVIII, as últimas capitanias pertencentes a donatários no Brasil, são incorporadas às terras da coroa. Em 1753, a capitania dos Campos dos Goytacazes, da qual era donatário o Visconde de Asseca, passa ao patrimônio real, juntamente com as duas vilas que dela fazem parte e toda a sua povoação<sup>264</sup>. Até 1754, praticamente todas as capitanias pertencentes a donatários, são incorporadas ao patrimônio da coroa. Este momento parece ser importante, pois é justamente a partir de então que a soberania portuguesa parece se voltar com mais atenção à concessão de terras no Brasil; ela passa a ser um problema relacionado ao governo. Na capitania de Santa Catarina, onde não há quase notícias de vassallos que possuem cartas de sesmaria – basta lembrar que ela servia até 1737 como desterro de “vagabundos e bandidos” e que o degredo a esta ilha só será proibido no final deste século -, introduz-se neste momento um registro de concessões.

Há uma noção recorrente nos documentos relacionados ao transporte dos açorianos e madeirenses para o Brasil meridional no século XVIII e que merece ser analisada com mais atenção, a de *acomodação*. Ela reaparece em inúmeros lugares: nas provisões régias que prescrevem as maneiras de estabelecê-los após a sua chegada; nos ofícios dos governadores que descrevem a sua chegada; nos ofícios que informam da criação de novas povoações. Trata-se de uma noção que parece ser importante e a qual não se costuma dar importância; desde já, podemos dizer que ela não possui nenhuma relação com as noções de distribuição e localização que vão se constituir com a imigração no século XIX.

Ao governador cabe acomodar as pessoas que estão sendo deslocadas à sua capitania onde for mais conveniente: os doentes nos hospitais e os sãos pelas casas e sítios dos moradores locais, já que não há engenheiros ou geógrafos suficientes para sair demarcando terras e passando cartas de sesmaria.

---

<sup>263</sup> “Alvará Régio pelo qual se mandou dar uma légua de terra em quadro a cada uma das Missões, para sustentação dos Índios e dos missionários”. Lisboa, 23 de novembro de 1700. *Inventário de Documentos*, vol. VIII, p. 316-317. (BOR).

<sup>264</sup> “Escritura de sub-rogação e permuta da Capitania dos Campos dos Goytacazes, de que era donatário o Visconde de Asseca”. Lisboa, 14 de junho de 1753. *Inventário de Documentos*, vol. VIII, p. 323-326.

O desembarque de todos se fez com a costumada ordem, recolhendo os enfermos aos hospitais e os sãos pelas casas e sítios dos mais antigos, procurando sem descanso acomodá-los aonde possam estabelecer-se; porém, com inexplicável trabalho, por falta de quem saiba entrar nos matos e medir e demarcar terras para o que se carecia de geógrafos e experientes engenheiros, e por hora não tenho aqui mais que um<sup>265</sup>.

A ordem que imperou no seu desembarque deve se estender, em seguida, ao seu estabelecimento através de sua correta acomodação. Aqui aparece uma questão importante: não há no século XVIII, um sistema de distribuição das pessoas num espaço anteriormente conhecido e demarcado, no qual eles vão ser localizados. Da mesma forma, não há lugares definidos previamente com o intuito de se criar povoações nas quais eles vão ser acomodados. A demarcação da sesmaria, para a qual se reclama da falta de especialistas, é a maneira de assegurar um direito que lhes foi conferido.

O que nos permite imaginar como, em poucos anos, a introdução de todas estas pessoas vai transformar inteiramente a paisagem das pequenas povoações da capitania de Santa Catarina. Mas não apenas isto. Na medida em que não se define de antemão onde elas devem ser estabelecidas, também podemos imaginar o grande acúmulo de pessoas na incipiente povoação de Desterro, provocado pela chegada de novas embarcações, até que sejam acomodados nas novas povoações que vão ser criadas. No entanto, na medida em que se sabe que durante a segunda metade do século XVIII não serão todos os casais que pedirão ou receberão cartas de sesmaria, podemos acreditar que alguns dentre eles insistiram em ficar na própria povoação, talvez até mesmo nas casas e sítios em que foram acomodados quando de sua chegada.

Esta forma provisória de acomodação lhes proporciona, já de início, não apenas uma maneira de se introduzir e criar vínculos com os moradores locais, mas também lhes disponibiliza uma estrutura material mínima; também podemos imaginar o contrário, que a disponibilidade e o uso da tecnologia doméstica existente nas casas dos habitantes da povoação, cria e estabelece vínculos com seus antigos moradores. No início de 1748, Paes descreve a maneira como procurou acomodar os primeiros 461 açorianos e madeirenses que haviam chegado à ilha.

(...) Não podendo ter feito os cômodos que V. Majestade me advertia fazer, os distribui a maior parte por casa destes moradores, onde acharam melhor agasalho que os que acomodei na vila em casas que estavam devolutas, porque além de terem nos ditos moradores quem lhes cozinhasse e lhes desse a panela, o pote, a lenha, a luz, a água e os mais misteres, também acharam sem lhes custar nada a banana, a batata e os mais frutos da terra que

---

<sup>265</sup> “Ofício do governador da Ilha de Santa Catarina Manuel Escudeiro Ferreira de Souza para Diogo de Mendonça Corte Real, sobre os casais das Ilhas dos Açores que tinham sido transportados para aquela Ilha e os resultados de algumas culturas e plantações”. Santa Catarina, 4 de março de 1751. *Inventário de Documentos*, vol. VIII, p. 206.

graciosamente lhes davam os que ficaram sobre si, e como estavam muito dispersos e não lhes podia assistir com as ministras que V. Majestade ordenava, por não haver peixe nem carne pronta e que em distâncias longas seria impraticável os conduzir-lhes, ajustei com os mesmos paisanos de dar-lhes a farinha correspondente a cada um conforme as suas idades, e que eles seriam obrigados a pescar cada um para os que tivessem em sua casa, (...) não só pra estes como também para os mais que hão de vir<sup>266</sup>.

A noção de acomodação é usada freqüentemente como termo correspondente ao estabelecimento das pessoas de maneira ordenada. Acomodar quer dizer, em última instância, ordená-los no espaço, evitando que o grande acúmulo de indivíduos resulte em desordem; mas também, significa simplesmente, introduzi-los nesta nova povoação a que foram deslocados. O excesso de pessoas num mesmo lugar resulta em desordem e confusão. Este tema, recorrente nos ofícios enviados ao rei, aparece como justificativa do elevado grau de mortandade existente nos navios que os transportam. No início de 1750, o governador da ilha de Santa Catarina, reclama ao rei a este respeito, dizendo que no último navio que trouxe açorianos, faleceram durante a viagem, 19 pessoas e 16 menores, chegando à ilha quase todos enfermos. Destes, 130 tiveram que ser recolhidos aos hospitais

de malignas e corrupções escorbúticas, a que se acudiu com todo o cuidado possível, sacramentado-se por viático em um só dia mais de 100, que se achavam deplorados; e desde então até hoje, faleceram 10, por cujo motivo ficaram muitos órfãos de pai e mãe e não poucas viúvas sumamente desamparadas, vendo-me obrigado a representar a V. M. que a infecção e mortandade que houve neste navio procedeu do excessivo número de gente, que foi o de 686 pessoas que foram embarcadas, além de 50 homens da sua tripulação; não sendo possível que um navio acharruado de popa fechada, tenha capacidade para acomodar o tal número, nem ainda uma terça parte menos, julgando por mais conveniente ao serviço de V.M. e bem dos mesmos transportados, virem galeras de popa aberta, de bons cômodos e de lotação de 40 até 50 casais, pois excedendo este número tudo é desordem e confusão, qual se pode considerar aonde falta comodidade, limpeza e arrumação<sup>267</sup>.

Uma certa incapacidade de se acomodar o crescente número de casais que chegam à ilha passa a se revelar pouco a pouco, e com ela se torna crescente a eminência de desordens. Já a Provisão de 1747, procura combater este problema, definindo que em cada nova povoação que se crie, sejam estabelecidos 60 casais em meia légua de terra em quadro.

A acomodação como forma de ordenação das pessoas talvez seja um dos primeiros mecanismos concretos que procura separar as pessoas no espaço da sociedade, de forma regular, ordenando-as a partir de

---

<sup>266</sup> “Carta do governador da Ilha de Santa Catarina José da Silva Paes ao rei, comunicando que distribuiu algumas léguas de terras e mandou fornecer mantimentos para o sustento dos casais açorianos e madeirenses que chegaram àquela Ilha”. Ilha de Santa Catarina, 24 de fevereiro de 1748. *Catálogo de Documentos*, doc. 43.

sua vinculação a um pedaço de terra delimitado, impedindo que se aglomerem ou que se estabeleçam segundo suas estratégias. De súbito, ela vai se tornar um problema para o governo da capitania de Santa Catarina. Em primeiro lugar, se o grande número de pessoas que aportam na ilha e a falta de engenheiros que pudessem passar cartas de sesmaria inviabiliza a sua ordenação, ele também reforçava a necessidade de se melhor instrumentalizar este mecanismo.

Os casais se vão acomodando como pode ser e não com a formalidade que quisera, por conta de virem tantos a um mesmo tempo e não haver quem os possa e saiba arrumar, pois não tenho oficiais e nem engenheiros, e tendo um capitão que quase sempre está enfermo, e para nada tem servido, nem para lavrar uns mapas; sendo esta a causa de não os haver mandado; e pela de não haver gente para o trabalho estão por acabar as freguesias das duas povoações que no ano passado fundei<sup>267</sup>.

Em segundo lugar, e o que revela uma certa concepção, o espaço que se define como o correto para a acomodação dos casais, não é tanto aquele concreto, de um sítio que se situa precisamente em algum lugar da capitania, mas aquele definido por um tamanho preciso, no qual se pode acomodar um certo número de pessoas e no qual deve ser marcado, no seu centro, um quadrado que sirva de praça; ou seja, é mais importante definir como as pessoas devem ser acomodadas no espaço e não onde isto vai ser feito. Isto implica na ausência de necessidade, ou mesmo de dificuldades em se estabelecer ligações entre as novas povoações e aquela da ilha. Esta “racional conveniência” com que se acomoda os casais em duas novas povoações que são criadas, exige que se construa, em cada uma delas, Ermidas para que os mesmos possam freqüentar a missa e o pasto espiritual; da mesma forma, exige também que nelas se estabeleçam os vigários que se encontram sem afazeres na vila desta ilha, esperando que se abram comunicações com estas povoações, pois elas estão “em diferentes situações e distantes umas das outras que não será possível congregar os povoadores em muitos anos sem ainda abrir caminhos à força pelo seu próprio braço, para se

---

<sup>267</sup> “Carta do governador da Ilha de Santa Catarina Manuel Escudeiro Ferreira de Souza em que relata as péssimas condições em que tinham chegado os casais dos Açores e dá diversas informações relativas aos interesses da mesma Ilha”. Santa Catarina, 19 de fevereiro de 1750. *Inventário de Documentos*, vol. VIII, p. 104-105.

<sup>268</sup> “Carta do governador da Ilha de Santa Catarina Manuel Escudeiro de Souza”. Ilha de Santa Catarina, 20 de fevereiro de 1750. AHU. Núcleo Rio de Janeiro. Caixa no. 30, doc. 16.647. Publicada em PIAZZA, Walter. *A epopéia açórico-madeirense, 1748-1756*. Florianópolis: edufsc; Lunardelli, 1992. p. 280.

comunicarem uns com os outros, haja visto a espessura dos matos enlaçados com arvoredos impenetráveis sobre serras e altos montes”<sup>269</sup>.

Para o governo, não é um problema esta falta de ligação entre as povoações e um certo isolamento a que estão submetidas, até porque toda a costa desta ilha e o seu continente são formados por esta vegetação intransponível e por uma topografia não menos dificultosa. Mas nem esta vegetação e muito menos esta topografia aparecem como um problema a ser solucionado, mas antes como justificativa para que os vigários que se encontram nesta povoação sem afazeres, para lá se dirijam e se estabeleçam, passando a prestar a devida assistência espiritual.

Por fim, estes vínculos iniciais que se estabelecem entre as pessoas que chegam e os moradores já estabelecidos, assim como este isolamento religioso a que estão submetidos os que são enviados a novas povoações, produzem uma certa resistência contra este mecanismo de acomodação das pessoas. Um dos seus motivos reside no fato de que as sesmarias são geralmente concedidas distantes umas das outras, não apenas porque se trata de grandes pedaços de terra, mas porque se costuma concedê-las descontínuas umas das outras, distantes uma légua entre si. Elas acabam, portanto, sendo um elemento de isolamento dos sesmeiros ao separá-los, distanciá-los uns dos outros. Eis o que diz Paes a esse respeito, em 1748:

Do quarto de légua que V. Majestade é servido se dê a cada casal, a maior parte destes que vieram se contentam com muito menos, por quererem ficar mais perto uns dos outros, o que não conseguiriam se tivessem de o tomar cada um o que V. Majestade lhes manda dar, havendo tal que se contenta com duzentas braças de terra e ainda menos, por ficarem juntos dos patrões que lhes dei de quem não querem se separar, e por dizerem que com aquela porção de terra têm o que lhes basta para poderem lavrar e assim V. Majestade resolverá se ei de continuar a dar-lhes as com que eles se contentam, dentro do limite do quarto de légua, ou se os ei de obrigar a separarem-se dando-lhes mais terra que a que pedem, sendo sem dúvida que pela irregularidade do terreno se houver de dar-se-lhe o quarto de légua ficam mui disperso e distantes uns dos outros o que eles repugnam, e da missa que é o que não querem perder<sup>270</sup>.

---

<sup>269</sup> “Carta do governador da Ilha de Santa Catarina coronel Manuel Escudeiro Ferreira de Souza ao rei, sobre o envio do mapa com o número de casais transportados dos Açores para aquela Ilha no ano de 1748 e da necessidade de um médico para acudir aos enfermos que chegaram a esta Ilha”. Ilha de Santa Catarina, 18 de fevereiro de 1749. *Catálogo de Documentos*, doc. 53.

<sup>270</sup> “Carta do governador da Ilha de Santa Catarina, brigadeiro José da Silva Paes, ao rei, comunicando que distribuiu algumas léguas de terras e mandou fornecer mantimentos para o sustento dos casais açorianos e madeirenses que chegaram à Ilha”. *Catálogo de Documentos*, doc. 43. É interessante destacar a descontinuidade que há entre a sesmaria e a pequena propriedade privada no século XIX; não se trata tanto de frisar os mecanismos que as fazem distinguir, mas da própria ausência de um sentimento que ligue o indivíduo à propriedade da terra, como vemos na afirmação de Paes quando diz que às pessoas importa, antes a possibilidade de manter os vínculos sociais, do que estar de posse de uma grande porção de terras. O que nos permite ver que não há contradição na recusa de um pedaço maior de terra, pois o mais importante é continuar próximo daqueles que o recebem quando chegam e com os quais estabelecem vínculos e relações; ausência de um sentimento de propriedade da terra, mas ao mesmo tempo, certa ausência de um sentimento de individualidade; não é possível subsistir apenas possuindo uma sesmaria através da força de seu trabalho; claro, isto é um fator existente, mas há uma premissa, há certa relevância de que isto não seja um fator que impeça ou interrompa os vínculos sociais, pelo contrário, é uma forma de reforçá-las, um lugar onde eles são exercidos. Não há com a sesmaria um sentimento de propriedade da terra. No século XVIII, vemos que a primazia deste sentimento está na manutenção dos vínculos sociais entre as

Em fevereiro de 1751, o governador da capitania manda fundar uma povoação ao sul da vila de Laguna; são enviados para lá 215 pessoas que recentemente chegaram; ela deveria ser a primeira de outras povoações que seriam criadas em direção ao sul e que facilitaria o socorro e a comunicação com o Rio Grande em caso de guerra<sup>271</sup>. Dois meses mais tarde, Manuel Escudeiro comunica ao rei que estes “moradores não aceitaram lá se acomodar” e todos se dirigiram para a povoação de Laguna, onde pretendiam ficar. Manuel Escudeiro envia então uma diligência a este lugar que desconhece, no qual mandou que se acomodasse os casais, com o intuito de saber os motivos da “não aceitação e desordem”<sup>272</sup>.

Em pouco tempo, percebe-se que há um excesso de pessoas aportando à ilha, e que da impossibilidade de se acomodá-los conforme se previa, surgem inúmeras desordens e confusões. Mas é importante se notar que, o fato de se atribuir a isto um problema, de se enxergá-lo como um problema de governo, só existe a partir do momento em que a ordenação das pessoas no espaço da sociedade, passar a ser uma função de quem governa. Em julho de 1748, após a chegada dos primeiros casais, considera-se conveniente o prosseguimento do seu deslocamento para o Brasil meridional<sup>273</sup>; meses mais tarde, o Conselho Ultramarino emite um despacho no qual reitera a importância desta continuidade<sup>274</sup>. Menos de três anos mais tarde, vai se perceber que é impossível ordenar corretamente todas estas pessoas e que há um certo desequilíbrio que é preciso restabelecer. “Por mais que ei representado as referidas indigências, se me não tem respondido, continuando a vir famílias em número tão crescido, que precisamente tem de situar-se com confusão, sem aquela boa ordem que teriam se viesse menos cada ano, como já expus e se me

---

peças, para o qual a posse da sesmaria não pode ser um empecilho. Da mesma maneira, a soberania é um obstáculo à constituição deste sentimento, na medida em que as terras pertencem apenas ao soberano, são partes de seus domínios, e é ele quem tem o direito de as conceder aos seus súditos.

<sup>271</sup> “Ofício do governador da Ilha de Santa Catarina Manuel Escudeiro Ferreira de Souza para Diogo de Mendonça Corte Real, sobre os casais das Ilhas dos Açores que tinham sido transportados para aquela Ilha e os resultados de algumas culturas e plantações”. Santa Catarina, 4 de março de 1751. *Inventário de Documentos*, vol. VIII, p. 206.

<sup>272</sup> “Carta do governador da Ilha de Santa Catarina, coronel Manuel Escudeiro Ferreira de Souza, ao rei, comunicando que mandou averiguar os motivos da desordem dos moradores daquela Ilha em não quererem morar na povoação de Gurupaba”. Ilha de Santa Catarina, 24 de abril de 1751. *Catálogo de Documentos*, doc. 72. Casos como este, mostram-nos como a posse da terra não pode ser empecilho à manutenção de vínculos sociais com os moradores já estabelecidos, mas também como desde o século XVIII se torna importante ordenar as pessoas no espaço da sociedade, separá-las em pedaços de terras delimitados, designando como desordem o processo em que as pessoas se estabelecem por si próprias em determinados lugares por questões estratégicas, como as de sobrevivência, por exemplo

<sup>273</sup> “Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. João V sobre a carta do conselheiro do Conselho Ultramarino, Alexandre de Gusmão, acerca de ser conveniente continuar o transporte dos casais da ilhas da Madeira e Açores para a ilha de Santa Catarina”. Lisboa, 24 de julho de 1748. *Catálogo de Documentos*, doc. 46.

<sup>274</sup> “Despacho do Conselho Ultramarino sobre a continuação do transporte de casais açorianos para a ilha de Santa Catarina”. Lisboa, 8 de novembro de 1748. *Catálogo de Documentos*, doc. 51.

houvessem assistido com as providências precisas”<sup>275</sup>. Note-se que o problema não é o excesso, a quantidade de pessoas em relação à falta de espaço suficiente para todos: não se trata de um problema demográfico. Trata-se de excesso de pessoas em relação ao prazo com que aportam as embarcações que os transportam: não há espaço de tempo suficiente entre a chegada de cada embarcação para acomodá-los como se deve.

Além deste problema, há aquele da qualidade das pessoas que são enviadas à ilha. Em 1750, Manuel Escudeiro reclama da grande quantidade “de gente velha e inútil” que chegou no último navio, e que se deslocou para esta capitania “sem outro fim que o de sustentar-se com expensas régias”<sup>276</sup>. No ano seguinte, ele vai pedir que não se envie mais pessoas dessa qualidade: “neste transporte veio muita gente inútil por serem de mais de 60 anos alguns, sem outro préstimo que o de fazerem despesa à Real Fazenda, sobre o que aviso o corregedor das Ilhas, para que não continue a mandar-me velhos, que só vêm entrecer e não trabalhar”<sup>277</sup>.

Outro tipo de qualidade de gente que traz problemas ao governo e que também chega em certo número, é o de famílias nobres, os quais “não sabem nem podem trabalhar, e pela sua muita pobreza menos tem com que comprem escravos ou paguem a trabalhadores que rocem e rompam as terras que V. M. lhes dá; pelo que todos os da referida natureza se pasmam e justamente se consideram perdidos neste país, que presentemente só é útil para os que se criaram com foice e machado nas mãos”. Escudeiro sugere que se traga escravos de Angola e que se os distribua a crédito entre estas famílias, pois seria grande a satisfação de se mantê-los nestas paragens; mas enquanto não se solucionar esta questão, ele insiste que se os proíba de embarcar, pois estes de quem Deus fez nobre, aqui não chegariam a envelhecer<sup>278</sup>.

É na desordem e nos inúmeros problemas gerados pelo excesso de pessoas que subitamente aportam na ilha de Santa Catarina que talvez possamos localizar o fim do deslocamento de casais de açorianos e

---

<sup>275</sup> “Ofício do governador da Ilha de Santa Catarina Manuel Escudeiro Ferreira de Souza para Diogo de Mendonça Corte Real, sobre os casais das Ilhas dos Açores que tinham sido transportados para aquela Ilha e os resultados de algumas culturas e plantações”. Santa Catarina, 4 de março de 1751. *Inventário de Documentos*, vol. VIII, p. 206.

<sup>276</sup> “Carta do governador da Ilha de Santa Catarina Manuel Escudeiro Ferreira de Souza em que relata as péssimas condições em que tinham chegado os casais dos Açores e dá diversas informações relativas aos interesses da mesma Ilha”. Santa Catarina, 19 de fevereiro de 1750. *Inventário de Documentos*, vol. VIII, p. 105.

<sup>277</sup> “Ofício do governador da Ilha de Santa Catarina Manuel Escudeiro Ferreira de Souza para Diogo de Mendonça Corte Real, sobre os casais das Ilhas dos Açores que tinham sido transportados para aquela Ilha e os resultados de algumas culturas e plantações”. Santa Catarina, 4 de março de 1751. *Inventário de Documentos*, vol. VIII, p. 206.

<sup>278</sup> “Carta do governador da Ilha de Santa Catarina Manuel Escudeiro Ferreira de Souza em que relata as péssimas condições em que tinham chegado os casais dos Açores e dá diversas informações relativas aos interesses da mesma Ilha”. Santa Catarina, 19 de fevereiro de 1750. *Inventário de Documentos*, vol. VIII, p. 105.

madeirenses a esta capitania em 1756. Mas há outro problema relevante que é preciso levar em consideração; ele emerge com a tentativa de ordenar os moradores desta capitania, a partir dos debates sobre o problema do excesso de pessoas e de como melhor acomodá-los: a introdução de um sistema de registro das sesmarias que são passadas aos habitantes. Até então, os que possuíam cartas de sesmaria as haviam requisitado diretamente ao rei. Mas a iminência de problemas que poderiam ocorrer devido à imprecisão nas demarcações e o excesso de pessoas que subitamente se encontravam nesta capitania, faz com que se constitua um registro geral de posse na própria capitania, o qual decidiria sobre desavenças entre sesmeiros e introduziria um regime legal de concessão de terras. No final de 1753, através de Despacho, o Conselho Ultramarino ordena ao governador de Santa Catarina, como se deve regularizar a concessão de terras aos casais que nela haviam aportado:

Responda-se ao governador que ele deve dar a cada um dos casais que vão das Ilhas estabelecer-se naquela, a porção que as ordens de S.M. lhes concede e a demarcação desta terra lhe a deve fazer o juiz ordinário com o escrivão da Câmara e este mesmo escreva a carta que ele Governador lhe der para título de povoador, e como o dito escrivão da Câmara deve ter ordenado para escrever nos negócios públicos, se não leve emolumento algum a estes povoadores como se lhe assegurou nos editais de que ele Governador faz menção e para constar a todo o tempo aonde se deu cada uma destas porções de terra haja na Câmara um livro, aonde fiquem lançados estas terras com toda a clareza e nesta forma se escusa o ofício de demarcador<sup>279</sup>.

Vemos claramente como se introduz neste momento um regime de concessão e de registro de terra. Ele se introduz como a possibilidade de ordenar no espaço o caos que o excesso de pessoas transportadas produz nesta Capitania; aqui vemos como e porque no século XVIII, torna-se importante separar as pessoas no espaço, pois nela reside a possibilidade de restabelecer uma certa ordem na sociedade e é neste sentido que a sesmaria é um mecanismo de acomodação das pessoas. Mas não se trata de separá-los individualmente: é a família – *os casais* - que serve como meio para se pensar esta ordenação e como unidade de registro e controle das pessoas. Ele as ordena no espaço e transpõe esta ordem para o registro datado do livro; ordenação horizontal no espaço e registro vertical no livro. No livro, o que consta é a sucessão temporal das concessões, ou seja, o registro temporal desta ordenação horizontal. E isto é importante, pois raramente, exceto quando se tratar de concessão de sesmarias contíguas, e somente em alguns casos,

---

<sup>279</sup> “Carta do mesmo Governador D. José de Mello Manuel, sobre a irregular distribuição das terras pelos casais e os honorários que se deviam estabelecer ao demarcador das terras e aos funcionários que passassem as cartas de sesmaria”. Santa Catarina, 3 de dezembro de 1753. *Inventário de Documentos*, vol. VIII, p. 413.



veremos no livro a representação desta ordenação horizontal, ou seja, o mapa. Em meados de 1753, inicia-se os registros no “Primeiro Livro de Sesmarias do Governo da Capitania de Santa Catarina”.

É neste sentido que falamos no início deste capítulo, de como o espaço vai ser problematizado no século XVIII pelo poder soberano, não apenas no campo do saber, mas também através de um mecanismo político; ou seja, através da constituição deste mecanismo de acomodação das pessoas. Há algumas questões importantes que devem ser tocadas no que diz respeito a este mecanismo e de uma certa concepção de espaço que emerge desta prática.

De início, a introdução e constituição deste regime de concessão e registro de sesmarias, em 1753, na capitania de Santa Catarina, vai produzir duas formas de posse da terra: a “legítima”, concedida através de carta; e a por “usurpação”, que toca no ilegítimo, mas não chega a ser uma ilegalidade a ser combatida. Durante toda a segunda metade do século XVIII até início do século XIX, muitos passam a requisitar cartas com o intuito de regularizar suas concessões<sup>280</sup>, sobretudo, os casais a quem se as haviam prometido; ainda no início do século XIX, filhos de açorianos requisitam cartas regularizando assim suas posses, o que nos mostra que não há um estreito sistema de controle das concessões e posses da terra. Por exemplo, apenas em 1805, é passado o título de sesmaria a José Correia de Miranda e seu irmão, de terras que haviam sido concedidas aos seus pais, casal de povoadores, meio século antes<sup>281</sup>. Da mesma forma que não há um estreito controle sobre o que se faz com a terra após a concessão, não há um controle sobre a permanência ou não na sesmaria das pessoas que a recebem, o que mais tarde vai gerar problemas.

Isto porque a sesmaria não é uma forma de localização das pessoas da mesma maneira que ela não é uma propriedade privada, e não apenas porque não há um regime jurídico que a defina como tal, mas por uma série de outras condições que tem a ver com a própria soberania. A sesmaria é uma concessão do soberano, que é concedida na medida em que o seu súdito se compromete a cultivá-la, gerando aumento de arrecadação e crescimento da fazenda real.

---

<sup>280</sup> Silva Paes havia concedido terras que não haviam sido registradas. Cf. “Do Governador Manuel Escudeiro Ferreira de Souza ao morador Manoel Rodriguez de Araújo, concedendo uma sesmaria de setecentas braças de testada na paragem dos Barreiros da Terra Firme em 3 de julho de 1753”. *Livro de Sesmarias do Governo da Capitania de Santa Catarina, 1753-1806*. (APESC).

<sup>281</sup> “Do Governador D. Luís Maurício da Silveira concedendo 3 verbas de terras a José Correia de Miranda e seu irmão Manoel Correia de Mello, no Córrego Grande no ano de 1805. *Livro de Sesmarias do Governo da Capitania de Santa Catarina, 1753-1806*. fl. 165. (APESC).

Mas não é a qualquer pessoa que se pode concedê-las; excetuando-se os casais de povoadores, a quem elas haviam sido prometidas, aquele que a demanda, deve possuir as forças necessárias para cultivá-la, senão não há o que justifique a sua concessão. Em 1788, Francisco Ferreira da Cunha solicita terras no rio Biguaçu, pois possui um bom número de escravos que deseja ocupar “na cultura em benefício da terra”, o que pode resultar no aumento dos frutos e dos dízimos<sup>282</sup>. Já no início do século XIX, Ignácio Joze Linhares pede que se lhe conceda novas terras, porque as que possui em São Miguel da Terra Firme já estão praticamente desmatadas; elas são muito necessárias para o seu sustento e de sua família, e neste sentido, requisita terras no rio Tijucas Grande, “visto ter forças bastantes para as cultivar”<sup>283</sup>.

No entanto, o súdito jamais é o soberano de sua sesmaria: as árvores e madeiras nobres que nela se encontram, pertencem ao soberano, assim como os minérios que nela se possa vir a encontrar. Enquanto ele a cultivar, terá direito a sua concessão, caso contrário corre o risco de perdê-la. Ele não pode negociá-la com quem bem entender: caso nela venha a suceder um religioso, sem que isto seja comunicado a real fazenda para que dela se pague novamente o dízimo, e que se denuncie esta sucessão, o denunciante receberá a sua posse com todas as benesses que nela existir. No fundo, o sesmeiro possui apenas o direito sobre as melhorias que introduz nas terras que lhe são concedidas.

Há sempre uma certa provisoriedade na posse da terra; caso se resolva criar uma povoação no lugar onde ela se encontra, o sesmeiro não terá direito a qualquer tipo de indenização ou de pensão pela terra que terá de deixar. Em 1785, é tomada a sesmaria de Francisco Gomes de Magalhães na enseada de Anhatomirim porque sua localização é prejudicial à fortaleza que lá existe<sup>284</sup>.

Esta provisoriedade também se expressa na própria forma de sua posse: o soberano lha concede enquanto não faltar com as cláusulas estabelecidas que estão conforme as suas ordens (que nada mais são que sua vontade expressa em leis), caso contrário ele se verá delas privado. Ora, sem dúvida que esta

---

<sup>282</sup> “Requerimento de Francisco Ferreira da Cunha à rainha solicitando confirmação da carta de sesmaria das terras localizadas no sitio denominado rio de Biguaçu, ilha de Santa Catarina”. *Catálogo de Documentos*, doc. 328.

<sup>283</sup> “Do Governador D. Luís Maurício da Silveira ao morador Ignácio Joze Linhares, concedendo uma sesmaria de trezentas braças de terras de frente com mil e quinhentas de fundos no Rio Tijucas Grande em 14 de junho de 1806”. *Livro de Sesmarias do Governo da Capitania de Santa Catarina, 1753-1806*. fl. 193. (APESC).

<sup>284</sup> “Do Governador Francisco de Barros Moraes Aratújo Ferreira concedendo uma data de meia légua de frente por 600 braças de fundos a Francisco Gomes de Magalhães na Garopaba no ano de 1785. *Idem*, fl. 78.

provisoriamente latente na concessão de uma sesmaria não produz um sentimento de posse de uma propriedade. A terra, para o sesmeiro, é antes um território do que uma propriedade, por isso que ele prescinde de uma grande sesmaria em troca de relações efetivas, principalmente com seus vizinhos.

A concessão de sesmarias, ao contrário de privatizar terras que se encontram devolutas, é também um dispositivo que visa o bem comum. A concessão de terras, por exemplo, próximas aos campos da Barra da Laguna, visa o bem comum, na medida em que se trata de um lugar em que transitam muitos viandantes, nas quais estes vão encontrar, a partir de então, um lugar para pernoitar<sup>285</sup>.

O mesmo acontece com a concessão de terras próximas a caminhos. Por que se deve conceder terras próximas de caminhos de passagem? Porque assim os “caminhantes” podem achar casas para se abrigar e canoas para o transporte, quando necessário<sup>286</sup>. Este fato é extremamente importante, porque a própria possibilidade de se utilizar um caminho, está na existência de um pouso no seu percurso. Se a estrada está abandonada e não é utilizada, é porque ela não serve como rota comercial, e ela não é utilizada pelos comerciantes, porque não há ao longo de sua extensão um lugar em que se possa pernoitar ou que sirva de abrigo<sup>287</sup>.

Aqui podemos vislumbrar algumas questões relativas a uma concepção de espaço. É interessante perceber como não há relação direta entre estes dois espaços, o do caminho e o da sesmaria. Os dois estão em relação indireta, que se dá através do comércio; se não há comércio, não há relação entre eles. Mas isto é apenas um exemplo específico de um princípio que, no entanto, é mais geral. As próprias sesmarias são concedidas isoladamente, independentes uma das outras; elas não estabelecem qualquer tipo de relação entre si *a priori*; só há relação se, casualmente, uma se encontra paralela à outra.

Se esta relação não existe, é porque não há um saber do espaço que define *a priori* onde elas devem ser estabelecidas. O máximo que se faz, neste sentido, é definir uma região onde elas podem ou não ser

---

<sup>285</sup> “Do Governador interino José Pereira Pinto a Izabel Ignacia de Jesus concedendo uma data de terras de 900 braças de frente com fundos desiguais na Vila de Laguna no ano de 1790”. *Idem*, fl. 113.

<sup>286</sup> “Do governador Francisco de Souza de Menezes ao tenente João da Costa da Silveira concedendo uma sesmaria de uma légua de terras de frente e três de fundos na Itaipaba cabeceiras do rio Araranguá em 5 de abril de 1774. *Ibidem*.”

<sup>287</sup> “Carta da Câmara da comarca de Santa Catarina, à rainha, solicitando a criação de duas ou três freguesias ao longo da estrada da parte da terra firme até a vila de Lages com o propósito de os caminhantes terem pouso em suas viagens de comércio, tornando a dita estrada útil. *Catálogo de Documentos*, doc. 375.

concedidas; mas sempre se trata de uma definição relativamente larga para que seja uma extensão de um saber, como por exemplo, no caso da definição de onde poderiam ser estabelecidos os casais de povoadores: todo o litoral da terra firme, de São Francisco ao sul de Laguna. Aqui, não é função do engenheiro definir onde elas devem ser concedidas, mas tornar legítima a posse da terra, através da sua demarcação: no século XVIII, a definição e demarcação da terra são posteriores a sua ocupação.

Talvez este princípio advenha da própria concepção de espaço visível nesta problemática. Tomemos como exemplo o que se escreve a seu respeito no texto que consta em todas as cartas de concessão de sesmaria. Aqueles a quem se concede sesmaria “serão obrigados a fazer os caminhos da sua testada, pontes e estivas a onde necessário forem; e descobrindo-se nelas rio caudaloso que necessite de Barca para se atravessar, ficará reservada de ambas as margens do terreno que baste para serventia pública”.

Este pequeno texto relativo ao espaço aparece em toda a concessão de sesmaria; claro, pode-se dizer que o texto de uma regulamentação jurídica é sempre universal e não depende de casos específicos. No entanto, ele se insere numa certa concepção de espaço. Quando se diz que aquele que recebe a sesmaria deve fazer o caminho de sua testada, não se considera que ela pode ser concedida já com a testada para um caminho; quando se afirma que o sesmeiro deve construir pontes, não leva em conta que boa parte delas são concedidas onde não há qualquer tipo de rio; da mesma maneira quando se afirma que se houver rio caudaloso que precise de barca para se atravessar, e que deve reservar em suas margens um trecho que sirva como travessia pública, não necessita saber se há ou não rios desta qualidade onde as terras são concedidas.

O espaço que se define como concessão não é aquele concreto, onde o sesmeiro vai construir sua casa; ele é, antes, este que é definido por uma extensão previamente delimitada, por obrigações que o sesmeiro assume em relação a caminhos, pontes e rios que nele possam existir; talvez possamos dizer que o que se define como o espaço onde se acomodam os indivíduos, não é aquele concreto, pois talvez não seja lá que ele vai se encontrar; talvez ele se encontre numa representação geral, do qual o espaço concreto onde se instala o sesmeiro, é apenas uma derivação.

O que é este espaço que se concede? Uma extensão precisa de terras; ou seja, o espaço se define por sua extensão. Mas esta extensão de terras já existe antes da sua posse concreta; quando se recebe uma

sesmaria, recebe-se uma extensão de terras, não havendo uma necessidade de se definir imediatamente onde ela se encontra, até porque muitas vezes aquele que demanda a carta, nela já se encontra; lá onde ela aparece concretamente é onde ela de fato não esta. Por isso que não há representação geográfica do espaço, porque o próprio espaço se encontra no espaço da representação. Não há representação do espaço, porque o espaço é uma representação. Talvez seja por isso que no espaço concreto – que é aquele onde se instala o sesmeiro – as sesmarias não mantenham relação entre si, que não aquelas de definição de limites, porque no espaço da representação elas são uma só e mesma coisa, exceto pela variação de sua extensão<sup>288</sup>.

O engenheiro não é aquele que produz um saber do espaço que vai definir como ele deve ser dividido e distribuído entre as pessoas; ou seja, no século XVIII, o engenheiro ocupa apenas certa importância quando se trata do espaço como problema ligado à defesa do território; o seu saber não é fundamental no que concerne a gestão geral do espaço da sociedade; ele não ocupa ainda o lugar que ocupará a partir do século XIX. Ele apenas estabelece os limites desta extensão no espaço concreto *a posteriori*. Definindo o lugar onde ela será concedida, o engenheiro é apenas aquele que fixa os limites de sua extensão, do que resultam inúmeras questões. Muitas sesmarias são concedidas em lugares em que é impossível se estabelecer, onde se incluem “pântanos alagadiços e mangues d’água salgada e também vales de quinze braças de terra de frente com 390 de fundos”<sup>289</sup>. Outras, são concedidas em lugares que já se havia praticamente ocupado não restando mais espaço suficiente para a concessão da extensão prevista; outras ainda, são estabelecidas em “matos e pântanos incultiváveis”<sup>290</sup>.

Mas a engenharia fornece um solo, um princípio de delimitação das sesmarias, que é o da sua definição a partir da geometria. É o engenheiro que define a concessão da sesmaria e estabelece suas extremidades, marcando-as com pedras<sup>291</sup>, levantando quatro paus que ficam em pé apoiados em pedras<sup>292</sup>,

---

<sup>288</sup> Esta me parece ser uma questão importante que podemos relacionar com a noção de geografia até o século XVIII, conforme tratamos no início deste capítulo. A definição de fronteiras, seja ela a de uma nova capitania, ou mesmo a definição das fronteiras entre a América portuguesa e espanhola em 1750, é sempre feita nesta representação que é o espaço no século XVIII. Deve-se definir a situação da linha que servirá de fronteira *no globo terrestre*, é *ali* que se definem as fronteiras. Ela será apenas em seguida demarcada no terreno.

<sup>289</sup> “Do Governador da Ilha de Santa Catarina Francisco de Barros Moraes Araújo Texera concedendo 155 braças de terra de frente por 1000 de fundos a Manoel Borges na paragem de Caia Caga no ano de 1785”. *Livro de Sesmarias do Governo da Capitania de Santa Catarina, 1753-1806*. fl. 174.

<sup>290</sup> “Do Governador Francisco de Souza de Meneses a D. Guiomar Henrique da Cunha concedendo uma sesmaria de quase um quarto de légua em quadro no Pântano do Rio Tavares em 16 de junho de 1773. *Idem*, fl. 48.

<sup>291</sup> “Do Governador Manuel Escudeiro Ferreira de Souza ao morador Manoel Rodriguez de Araújo, concedendo uma sesmaria de setecentas braças de testada na paragem dos Barreiros da Terra Firme em 3 de julho de 1753”. *Livro de Sesmarias do Governo da Capitania de Santa Catarina, 1753-1806*.

tirando lascas de uma árvore para marcar o ponto de onde partem as suas laterais, e nas quais se deve desbastar o mato e abrir picadas para marcar na terra a sua própria divisão<sup>293</sup>. As próprias formas de se marcar e dividir as sesmarias demonstram a relação de provisoriedade que se estabelece entre ela e quem as recebe, seja pela picada que desenha os seus limites e que deve ser sazonalmente refeita, seja pela própria provisoriedade que caracterizam estes marcos colocados em sua extremidade.

Se a sesmaria é uma extensão precisa de terras, desde já a imagem que se lhe atribui é a de uma figura geométrica. Como a fortificação, ela é um polígono. Sua extensão quase sempre é definida em quadro, mas não necessariamente ela deverá se constituir como tal. Ela pode ser constituída de inúmeras maneiras, com “a forma de um trapézio ou polígono irregular”, por exemplo<sup>294</sup>.

Vemos que a engenharia recorre a um princípio em relação à sesmaria da mesma maneira como ela procede em relação ao espaço da fortificação: ela é um polígono, uma figura geométrica. No entanto, o espaço onde se erige a fortificação é definido *a priori*, enquanto que o espaço onde se demarca a sesmaria é definido *a posteriori*. Mas estas figuras geométricas, uma vez demarcadas, não formam jamais um conjunto. Ou seja, não são polígonos no interior de uma outra figura, mas espaços que existem isoladamente e que não formam um conjunto geral. Poderíamos dizer que as sesmarias são como ilhas, descoladas umas das outras - muito embora elas se definam, em algumas situações, por relações de proximidade -, isoladas no mar aberto, não formando jamais um arquipélago, não obstante ser possível, estando numa delas, visualizar aquela que se encontra em sua frente ou ao seu lado.

Um paradoxo interessante poderia alimentar esta imagem: aqui, o oceano que ameaça os limites de cada uma destas ilhas, não se encontraria em alto mar, mas seria o próprio continente da terra firme, onde elas serão estabelecidas em número cada vez maior a partir da segunda metade do século XVIII, até fins da década de 1820. Há ainda outra imagem paradoxal: durante mais de um século, é a ilha de Santa Catarina

---

<sup>292</sup> “Do Governador Dom José de Mello Manuel ao morador Dom Manuel Duarte, concedendo uma sesmaria de cem braças de terra com seiscentas e trinta e sete de fundos no sítio do Rio do Tavares desta Ilha em 2 de janeiro de 1860”. *Idem*.

<sup>293</sup> “Do Governador da Ilha de Santa Catarina Francisco de Barros Moraes Araújo concedendo 152 braças de terra de frente por 650 de fundos a Bernardo da Costa na Vila da Laguna no ano de 1756”. *Idem*, fl. 83.

<sup>294</sup> “Do Governador da Ilha de Santa Catarina Francisco de Barros Moraes de Araújo concedendo 646 387 braças quadradas de terra a D. Guiomar Henriques da Cunha, viúva do cap. Mor Francisco Ferreira da Cunha, no sítio de Coivara no ano de 1782”. *Idem*, fl. 57.

que oferece ao continente um ponto de referência; não é o continente que aqui se poderia chamar de “terra firme”, mas esta ilha; é nela que se chega e dela que se parte; os governadores de Capitania fornecem um pouco esta imagem, ao se referir a este continente como um horizonte distante e pouco conhecido. Até o início do século XIX, podemos dizer que a ilha de Santa Catarina é o continente e a terra firme a que estão submetidas todas estas ilhas terrenas, as sesmarias; um horizonte visível, próximo portanto, mas ao mesmo tempo distante por se encontrar do lado mais afastado e menos inseguro, dela se pode vislumbrar. Durante mais de um século, o que hoje chamamos de continente, foi a ilha continental da ilha de Santa Catarina.

### ***Geometria, geografia e descrição do espaço***

Em 1829, Brito vai insistir em sua *Memória* sobre o problema desta separação entre a ilha de Santa Catarina e o continente. Se hoje eles se encontram separados, através de relatos antigos, pode-se afirmar que um dia eles já se encontraram unidos. No século XVI, Solís afirmava ter aportado na latitude onde ela se encontrava, não na enseada de uma ilha, mas sim em uma baía, a qual chamou “dos Perdidos”. É possível que na época “em que Solís fundeou na indicada baía, o terreno que hoje é ilha, ainda estivesse unido à terra firme por um istmo no lugar onde existe agora o estreito que separa a ilha da terra firme, e que depois se desuniu por efeito de algum daqueles fenômenos físicos de que a história nos oferece muitos exemplos”<sup>295</sup>. Esta hipótese é plausível na medida em que se sabe que hoje há mais de quinze braças de fundo neste estreito e que em 1712, segundo Frézier, havia apenas duas e meia<sup>296</sup>.

Algumas conclusões nos parecem importantes a respeito desta hipótese de Brito. Em primeiro lugar, vemos que graças apenas a um fenômeno físico, esta ilha se separou do continente; depois, que a história demonstra que o seu destino é separar-se ainda mais do continente; por fim, que isto apenas demonstra que

---

<sup>295</sup> BRITO, Paulo Joze Miguel de. *Memoria politica sobre a capitania de Santa Catharina escripta no Rio de Janeiro em o anno de 1816*. Lisboa: Academia Real de Ciências, 1829. p. 6. (ACL).

<sup>296</sup> Idem.

esta ilha continental, apesar de tudo, é apenas uma extensão de terra que deriva do continente, estende-o em direção ao mar aberto, mas que justamente pelo fato de estendê-lo, a ele continua ligado.

Com Brito, vemos que a ilha de Santa Catarina se torna uma ilha continental na medida em que não é apenas a “faixa” de terra que se encontra adjacente a ela, e que dela é possível vislumbrá-lo à distância. Antes de Brito, fala-se de Santa Catarina se referindo à ilha, fala-se freqüentemente da Capitania da Ilha de Santa Catarina<sup>297</sup>. Eis o que ele diz a respeito de sua posição geográfica: “Entre os paralelos de 26 e de 30 graus ao sul do Equador, e os meridianos de 38 e de 40 a oeste de Lisboa, está situada a Capitania de Santa Catarina, que *hoje* se compõe da Ilha deste nome e da terra firme adjacente compreendida naqueles limites”<sup>298</sup>. Este hoje de que nos fala Brito, não parece ser casual. Doravante este território político estará constituído pelo continente e pela ilha que até então lhe servia como referência.

Podemos compreender assim porque vagarosamente durante o século XIX se deixará de se referir a esta ilha pelo nome que até então se usou indiscriminadamente; ela será designada, cada vez com mais naturalidade, pelo nome da freguesia onde se encontra a sede desta capitania. Claro, pois a partir de então, o nome que designa esta capitania, deverá incorporar todo um espaço que se encontra no continente e ao qual não se havia atribuído até então nenhuma importância. O que vemos com Brito, é um esforço em se incorporar, o que é paradoxal, o território de um continente ao espaço (político-administrativo) de uma ilha. Talvez estejamos diante de um caso único na história, o de que a conquista de um continente se deu a partir de uma ilha, e não o inverso.

Mas esta incorporação não se dá por si própria. É necessário que haja um deslocamento do olhar que constitui até então o espaço como figura geométrica, pois esta incorporação de que acima se falou, vai se fazer através deste deslocamento. Seria preciso escrever uma história epistemológica e recorrer a um outro tipo de arquivo para poder descrever como este deslocamento ocorre no campo do saber.

---

<sup>297</sup> Nas Provisões do Conselho Ultramarino as ordens são sempre enviadas “ao governo da Ilha de Santa Catarina”. Cf. *Provisões do Conselho Ultramarino, 1794-1807*. (APESC).

<sup>298</sup> Brito, p. 27 (grifo nosso).



Vejamos como há este deslocamento através do processo de incorporação do espaço do continente ao domínio político da até então Capitania da Ilha de Santa Catarina. Eis o que diz Brito a respeito da superfície de parte dela:

A área da Capitania na terra firme pode considerar-se composta de duas figuras geométricas, um retângulo e um trapézio contíguos, tendo um lado comum na latitude de 28° 45', em que está situada a Vila da Laguna; porque daqui para o sul a Serra Geral sobredita vai gradualmente aproximando-se para a costa do mar, da qual somente fica distante três léguas nas vizinhanças do rio Mampituba; e para o norte da indicada latitude a mesma Serra em partes se aproxima e noutras se afasta da costa, mas nunca em maior distância de quinze léguas. Somadas as superfícies das mencionadas duas figuras geométricas, cujos lados ficam conhecidos pelo que levo dito, resulta a superfície total de 987 léguas quadradas de vinte por grau<sup>299</sup>.

Em seguida ele localiza a posição e descreve a superfície da ilha de Santa Catarina.

A Ilha de Santa Catarina está situada um pouco para o norte da metade da extensão da costa da terra firme e é separada desta por um pequeno estreito, que não tem vão de mais de 180 braças; o lançamento da ilha é quase de norte a sul, achando-se a ponta setentrional pela latitude de 27° 26' e na longitude de 38° 37' a oeste do meridiano de Lisboa; o meio da ilha no lugar daquele estreito e da Vila Capital está situado na latitude de 27°40'; e a ponta mais meridional em 27°53'. Tem quase dez léguas de norte a sul e menos de três na sua maior largura de leste a oeste; e em razão da sua área não tem de superfície mais de 15 léguas quadradas, que somados com as acima ditas da terra firme, dão o total de 1002 léguas quadradas para a superfície de todo o terreno da Capitania<sup>300</sup>.

Vemos claramente nas descrições acima que lá onde antes existiam apenas sesmarias isoladas, descontínuas, que não formavam um conjunto, nasce um espaço definido por figuras geométricas, como o retângulo, o trapézio e o quadrado. Aqui podemos ver o território da capitania, pela primeira vez, ser definido como um conjunto, através uma imagem geométrica. Esta imagem se torna um mapa geográfico através de Brito, ou seja, o espaço de uma capitania passa a ser definido como uma geografia, e não mais como um espaço militar que procura definir onde ela deve ser defendida e como ela pode ser assegurada<sup>301</sup>.

No entanto, é difícil se colocar aqui em ordem algumas questões. Vimos como no século XVIII a fortificação geometriza o espaço; ela é um dispositivo que permite tornar o espaço da vila a ser defendida uma figura geométrica, fechando-a contra o inimigo que lhe é exterior. A engenharia militar produz este espaço fechado ao constituí-lo a partir de figuras geométricas. Mas ela é um saber que constitui um espaço,

---

<sup>299</sup> Brito, p. 27-28.

<sup>300</sup> Idem, p. 28.

<sup>301</sup> No quadro do saber, podemos dizer que isto se torna possível a partir do momento em que se "geometriza" a geografia? Ou esta geografização que se torna possível, advém do fato de que a geografia passa a matematizar o espaço na medida em que ela já se tornou geometrizada? Contudo, talvez se possa dizer que a partir de então o espaço passa a ser geografizado.

de certa forma, limitado. A metáfora das portas que abrem os domínios soberanos e que ela deve tratar de fechar, é significativa a este respeito. Na medida em que seu objetivo é localizar o lugar por onde se pode entrar em um domínio, esforçando-se em seguida para se definir como fechá-lo, este espaço onde se localiza a sua entrada é o único a que se atribui importância, até mesmo porque dele dependem os seus territórios adjacentes. Vimos já anteriormente como a ilha de Santa Catarina adquiriu importância, neste sentido, no século XVIII.

Até o primeiro quarto do século XIX, podemos dizer que é desta maneira que se atribui importância à ilha e ao seu espaço. Neste quadro, durante mais de um século, podemos perceber que o poder esteve sempre virado em direção ao horizonte d'além-mar; a única forma que o inimigo tem para chegar até ela e lhe fazer violência, é surgindo deste horizonte distante. Podemos dizer que durante mais de um século, ele tratou de vigiar este horizonte e neutralizar os reais perigos que dele advinham; os seus inimigos só poderiam lhe ameaçar vindos desta direção; a única rota e ponto de chegada que possuíam os contrabandistas e traficantes era através desta entrada e deste porto. Neste sentido, ele concentra toda a sua atenção neste que era o seu único perigo e maior problema.

Com efeito, virado em direção a este horizonte, ele permanece, da mesma maneira, de costas para todo o continente durante mais de um século. Ele só se volta a ele quando se trata de nele estender, de alguma forma, este sistema defensivo. Apenas após 1777, tem-se a certeza de que este continente possui uma função relevante neste sistema, na medida em que uma estrada que por ele chegue ao litoral próximo à ilha, pode servir de socorro no caso de uma invasão. Da mesma maneira, o estabelecimento neste continente de casais o fez despertar, voltar-se a ele ligeiramente.

Elementos como este farão com que vagorosamente o poder se volte nesta direção. A partir do início do século XIX seu olhar se deslocará lentamente deste horizonte oceânico em direção a este continente, e alguns signos nos indicam isto de alguma maneira. Em 1820, a vila de Lages, que até então pertencia a capitania de São Paulo, será incorporada ao território de Santa Catarina num esforço de torná-la mais próxima da capitania que lhe era menos distante<sup>302</sup>. As fortificações, vagorosamente, deixarão de ser

---

<sup>302</sup> BOITEUX, Lucas Alexandre. *Notas para a história catarinense*. Florianópolis: Livraria Moderna, 1912. p. 308. A *Memória*, escrita em 1816 e publicada sem correções do autor em 1829, insiste neste ponto em seu artigo primeiro de um de seus apêndices intitulado "Princípios gerais que devem servir de fundamento

consideradas como o objeto principal do governo, demonstrando o declínio da preocupação com a defesa e a conservação do território. “A força permanente, isto é, as fortificações que há em diferentes lugares desta capitania, são tais ou acham-se em tal estado, que devem antes considerar-se como nulas, e por isso não tratarei delas, pois em rigor tal matéria pertence antes a defesa militar da capitania”<sup>303</sup>. O próprio esforço que se vê na *Memória* de Brito em se incorporar o continente ao território da capitania indicam um deslocamento, um re-direcionamento do olhar, uma virada de 180 graus.

Assim, podemos dizer que enquanto o poder estiver preocupado em fechar o espaço ao inimigo, ele estará voltado ao seu exterior; mesmo quando se tratar de ordená-lo internamente, ele o fará porque a desordem neste espaço é fator que provoca instabilidade nesta relação com o exterior; trata-se de neutralizar as forças exteriores que lhe ameaçam. Enquanto ele estiver voltado nesta direção, veremos que uma série de problemas será relevante: as fortalezas que o sustentam, o número de soldados necessários para defendê-lo, a quantidade e disposição dos armamentos, a existência suficiente de súditos que forneça homens a sua defesa, a ordenação do seu espaço interno, etc.

No entanto, o que parece ficar claro, é que a partir da segunda década do século XIX, ao voltar-se em direção ao continente, o poder se volta em direção ao seu interior, mas um interior que deve propriamente ser inventado, descoberto; na medida em que há este deslocamento, é porque o espaço não é mais aquilo o que deve ser fechado ao inimigo, mas aquilo o que deve ser aberto<sup>304</sup>. A virada nesta direção mostra, de início, que há todo um espaço que deve ser conhecido e do qual se tem apenas poucas referências. A partir do momento em que ele se volta a esta direção, vemos que toda uma nova série de problemas, vai se constituir: necessidade de se conhecer este interior; necessidade de se estabelecer meios de ligação neste interior desconectado, quer seja entre as sesmarias e os seus moradores, quer seja entre as suas povoações e suas atividades; necessidade de se abrir os portos que se encontram fechados para que deste interior escoe o

---

ao sistema de povoação e cultura do sertão da Capitania”: “Desmembrar da Capitania de São Paulo a vila das Lages e todo o território que está para o sul do rio Uruguai e de um dos seus braços denominado rio Correntes (...) até ao lugar em que o primeiro entra nos Domínios da Coroa Espanhola, e incorporar o mencionado território na Capitania de Santa Catarina...”. Brito, p. 113.

<sup>303</sup> Brito, p. 71.

<sup>304</sup> Na década de 1830 se constatará que existem algumas fortalezas nesta ilha que se encontram em estado de ruína.

que lá é produzido, entre outros. Desde então, e durante mais de um século, vemos a crescente abertura e incorporação deste interior.

Mas o que parece ser mais importante em relação a este deslocamento diz respeito à constituição de um novo espaço, a partir de uma nova concepção que o constitui e que vai responder às necessidades colocadas pelos problemas deste deslocamento. De um lado, ele incorpora um princípio existente na engenharia militar e do outro ele vai transformar este mecanismo de acomodação de pessoas que existe com as sesmarias até o início do século XIX. De maneira geral, pode-se dizer que no século XVIII, a construção de um sistema de fortificação, é precedida de um inquérito espaço-militar, ou seja, é necessário conhecer o espaço em que se vai construí-lo; no entanto, não é necessário conhecer de antemão o espaço que se concede como sesmaria, pois o espaço que define o que é uma sesmaria, não é aquele onde se vê o sesmeiro se instalar, mas aquele definido por um tamanho determinado e por um certo número de obrigações em relação a rios e caminhos.

O que vemos a partir do século XIX, com este deslocamento do poder em direção a este espaço interior, é que não há qualquer tipo de prática, em relação ao espaço, precedida de um inquérito espaço-geográfico que o revele. Antes de se construir uma estrada, deve-se conhecer a topografia do terreno por onde ela vai passar; antes de se estabelecer uma colônia de imigrantes, deve-se definir o local mais adequado a este estabelecimento e definir onde cada indivíduo deve ser localizado; antes de se definir os portos que devem se tornar pólos de escoamento do comércio, deve-se reconhecer o seu espaço, através de perfurações que permitem definir se nele há camadas de natureza diversa; deve-se estabelecer através de nivelamento, escalas hidrométricas de diversos pontos do litoral, observar as correntes marítimas ao longo do tempo e definir os rochedos e outros obstáculos ainda não marcados em mapa, e que prejudicam o movimento dos barcos. Ou seja, veremos a constituição de um esforço em tornar o mapa, não apenas uma geografia do espaço, mas um instrumento através do qual se pode administrar este interior, localizando os indivíduos e regulando o movimento de pessoas e mercadorias. Ele permite a criação de instrumentos de controle e intervenção no espaço. Não se pode governar a população sem se conhecer, definir e delimitar o espaço em que ela se encontra ou em que pode vir a se encontrar.

Vemos este esforço, através do mapa da capitania de Santa Catarina feito por Brito e anexado à sua *Memória*, na medida em que se discute medidas concretas que o seu conhecimento permite tomar. Da mesma maneira, antigas descrições deste espaço que até então se encontravam esquecidas, assumem grande importância e aparecem como apênsos a sua *Memória*. A primeira, a “Descrição da picada do sertão novamente aberta desde a guarda do rio de Maruhi até ao embarque do rio de Santa Clara, conforme medição e observações feitas para se verificar a nova estrada (e outros objetos que se pretendem realizar) pelo alferes de Infantaria de linha João Bitancourt Machado, quando entrou naquele sertão em 20 de dezembro de 1787”<sup>305</sup>; e a segunda, a “Memória do exame que por ordem do Sr. Governador desta Capitania fui fazer ao rio de Cubatão relativo as suas distâncias e navegação, e igualmente a outras objeções que se propunha para obstar a abertura de uma picada que se projetava fazer desde a Itaupava do mesmo rio até os pinheiros, adicionada com um cálculo de despesa”<sup>306</sup>.

Deslocamento este que é acompanhado da constituição da engenharia civil como uma tecnologia de gestão do espaço. Associa-se frequentemente a engenharia militar com a guerra e a engenharia civil, em sua oposição, com os trabalhos dela independentes. Diz-se que a engenharia é civil porque não é mais militar; de fato, a engenharia civil surge em contraposição à engenharia militar na Europa em meados do século XVIII, mas não apenas porque a engenharia militar só consegue pensar o espaço a partir do problema de sua defesa e conservação, mas porque o poder soberano vai dar lugar a um governo das populações, e porque se descobre que a riqueza de um país se encontra no que cada um de seus cidadãos pode produzir e colocar em circulação, o que vai demandar que todos estejam interligados por vias de comunicação. Assim, torna-se

---

<sup>305</sup> Brito, p. 161-167.

<sup>306</sup> Idem, p. 168-171.

preciso um saber que tome o território em geral de um Estado como objeto de conhecimento e domínio de sua ação, pois não é mais necessário que os pontos povoados de um território estejam fechados e seguros, mas sim, que eles sejam abertos e possíveis de serem interligados, que entre eles se estabeleça um fluxo de mercadorias e pessoas.

Em Brito, vemos pela primeira vez num trabalho de reflexão sobre a capitania de Santa Catarina como sessão administrativa de um reino no século XIX, a preocupação com algo que vai se tornar comum a partir de então: o interesse por sua *descrição física*, quer dizer, um conhecimento geográfico, geológico, topográfico e hidrográfico do espaço. Ou seja, não mais apenas a descrição de espaço como localização de sua posição geográfica em relação ao globo terrestre, tal como vemos no século XVIII, mas um interesse pela localização de suas fronteiras, pela descrição de sua superfície e da configuração do seu terreno, pela diferença de suas elevações, pela quantidade de lagos e rios que possui, pelos portos que possui, pelas enseadas que contornam o seu litoral, pelo clima e sua intensidade em diferentes estações, pela qualidade de seu solo e suas águas, além de outros.

A partir de então, o interesse por uma descrição física desta capitania não vai cessar, como se pode ver através da publicação de inúmeros trabalhos: van Lede, 1845: *Memória histórica, estatística e comercial da província de Santa Catarina*<sup>307</sup>; Blumenau, 1850: *Südbrasilien in seinen Beziehungen zu deutschen Auswanderung und Kolonisation*<sup>308</sup>; Coelho, 1853: *Memória histórica da província de Santa Catarina*<sup>309</sup>; Aubé, 1861: *La*

---

<sup>307</sup> Publicada em 1867 na *Revista do Instituto Histórico Geográfico*, tomo. VII.

<sup>308</sup> Rudolfstadt: Froebel. 101p. (AHJFS). ("Sul do Brasil em suas referências à imigração e colonização alemã". Blumenau: Instituto Blumenau 150 anos, 2000).

<sup>309</sup> Desterro: Lopes. 206p. (BOR).

*Province de Sainte-Catherine et la Colonisation au Brésil*<sup>310</sup>; Paiva, 1873: *Notícia geral da província de Santa Catarina*<sup>311</sup>; Azambuja, 1873: *Descrição topográfica do mapa da província de Santa Catarina*<sup>312</sup>.

Este crescente interesse por todas estas descrições físicas reside no fato de que são elas que possibilitam toda e qualquer ação neste espaço. Através delas se pode, por exemplo, estabelecer a relação entre o aumento da população e o espaço a ser disponibilizado neste intuito. Mas o que é importante perceber, é que não se trata apenas de se dispor de um vasto território que possibilite a localização de um enorme número de pessoas; é necessário que suas planícies forneçam “excelentes madeiras”, que seu terreno não seja demasiadamente elevado, que seus rios sirvam como caminhos, como meio de comunicação, e que suas margens permitam a constituição de novas povoações<sup>313</sup>; que seus portos sejam espaçosos para receber grandes armadas; que seu clima seja benigno e o seu ar puro e saudável; que o seu solo tenha a fertilidade necessária para “a subsistência do homem e para as comodidades da vida”; que sua fertilidade produza grande variedade de vegetais<sup>314</sup>.

Estas descrições permitem a localização das áreas mais recomendadas para o estabelecimento de novas povoações<sup>315</sup>. Mas não apenas isto, pois elas vão permitir também que se saiba onde e, se é possível, extrair-se de seu solo de forma vantajosa, minérios como o ferro,

---

<sup>310</sup> Rio de Janeiro: Frédéric Arfvedson. 163p. (BOR).

<sup>311</sup> Desterro: Regeneração. 35p. (BOR).

<sup>312</sup> “Organizada na Comissão do Registro Geral e Estatístico das Terras Públicas e Possuídas”. Rio de Janeiro: Franco-Americana. 26p. (BOR).

<sup>313</sup> Eis o que diz Coelho, por exemplo, ao se referir ao rio Itajai-mirim: “É um dos afluentes do Itajai-Grande, e notável pelas suas numerosas voltas e mansidão de sua corrente, pelo pitoresco de suas margens e pela fertilidade das terras que atravessa; é navegável até grande distância e por embarcações que demandem bastante água”. p. 41.

<sup>314</sup> Brito, p. 27-37.

<sup>315</sup> Blumenau reclamava deste problema em sua descrição, afirmando que infelizmente “o espaço limitado destas páginas impede uma descrição topográfica das regiões recomendadas para os imigrantes alemães”. Blumenau, p. 83.

chumbo, ouro, cobre, cristal de rocha, ametistas, diamantes, diferentes espécies de argila, carvão de pedra e outros. Da mesma maneira, é necessário inventariar o que a qualidade de seu solo e clima permitem produzir, quer se trate de produtos que se desenvolvam espontaneamente, quer se trate de culturas que foram introduzidas em seu território ao longo de sua história. Eis porque a exploração do território irá se tornar imprescindível. “Só noções se poderão ter sobre mineralogia de um país de mais de 80 léguas de extensão, em que há três estradas (...) Pouco poderei dizer estando a maior parte das produções mineralógicas desta Província ainda no chão por falta de explorações”<sup>316</sup>.

O saber do espaço que se constitui com todas estas descrições físicas permite que se estabeleça novas povoações, que se incentive o aumento da população, mas sempre com o cuidado de não deixá-la a sua própria sorte, procurando, portanto, estabelecê-la em áreas em que possam se desenvolver “ramos do comércio”, em que o incentivo de certos produtos traga a “fortuna” a muitos habitantes<sup>317</sup>.

A preocupação com o aumento da população não se refere apenas a um interesse pelo aumento no número de seus habitantes, mas de uma preocupação com o crescimento de sua atividade econômica, com o crescimento de suas riquezas, que vão incidir sobre sua própria conservação, prolongando sua longevidade e melhorando suas condições de saúde. Mas não apenas isto. É necessário conhecer a qualidade da água, saber se suas propriedades não são

---

<sup>316</sup> Van Lede, Charles. *Memória histórica, estatística e comercial da província de Santa Catarina*. Apud Coelho, p. 50.

<sup>317</sup> Coelho, p. 54-55.



maléficas à população, assim como saber se há neste território a incidência de “fenômenos físicos”, como vulcões e terremotos que colocam em risco a sua conservação<sup>318</sup>.

Aqui, vemos que este deslocamento também é acompanhado de uma transformação da noção do que é governar; ou melhor: talvez pudéssemos dizer que este próprio deslocamento é um signo desta ruptura com um princípio de governo. No interior de uma nova concepção de governo, o espaço passa a ser problematizado de outra maneira; nela se constituem novos problemas e aparecem novos objetivos em relação a ele. Governar a população é animar a sua atividade econômica, incentivar o crescimento de suas riquezas. O inquérito espaço-geográfico permite que se revele os lugares onde se pode, através de medidas específicas, melhorar a sorte de sua população, tirá-la do desânimo, da indolência e da preguiça em que se encontra, não por sua própria índole, mas justamente pelo estado em que foi deixada. Eis o que diz van Lede, em 1845, sobre o estado em que se encontra a povoação que existe às margens do rio Araranguá, no relatório de seu inquérito espaço-geográfico.

O rio Araranguá é muito fértil e as suas margens estão bastante povoadas; entretanto, os seus habitantes estão entregues a miséria e a razão é a seguinte: para conduzir os mantimentos do Araranguá até à Laguna, é preciso ser em carretas, sendo o trânsito longo (principalmente pela praia) e penoso pelos maus caminhos, tendo que além disso atravessar o riacho Urussanga. Ainda mais, os habitantes pobres não podem ter carretas, escravos e bois para essas conduções, vendo-se assim obrigados a vender os seus mantimentos por um preço miserável aos mestres dos iates que para ali navegam; isso tem de tal maneira desanimado essa gente, que se tem tornado indolente e preguiçosa, vivendo a maior parte da caça.

Talvez se pudesse remediar esse mal promovendo a navegação para ali, porque haveriam mais compradores para seus gêneros e não se veriam também obrigados a comprar alguns que lhe são precisos (e que para ali são importados da Laguna) pelo quádruplo ou quántuplo do seu valor.

Poder-se-ia promover a navegação concedendo privilégio e isenções aos donos das embarcações que para ali navegassem, e isentando as guarnições dos recrutamentos. Assim animados pelo governo poderiam construir iates de até 1200 alqueires, demandando de 6 a 9 palmos d'água, e que poderiam em qualquer tempo frequentar aquela barra...

Assim, não somente ganharia a população desse rio, como também a marinha, pois d'ali sairiam anualmente muitos moços fortes e que bastante falta fazem, tanto a marinha mercante como a de guerra<sup>319</sup>.

---

<sup>318</sup> Brito, p. 37.

<sup>319</sup> Van Lede, apud Coelho, p. 48-49.

O inquérito espaço-geográfico permite que se veja, que se escancare diante dos olhos do poder, problemas que existem no interior do seu território, e que se não foram por ele diretamente criados, foram-no indiretamente, na medida em que ele deixou toda esta povoação a sua própria sorte; se a indolência se introduz naturalmente em uma povoação que se encontra entregue a miséria, ela pode ser voluntariamente removida, através de medidas que lhe animem e que lhe retirem deste estado de desânimo. Mas aqui também podemos perceber como o inquérito espaço-geográfico produz uma espécie de justificativa, uma espécie de fundamento para uma ação de intervenção nestas povoações – seja ela realizada por medidas diretas ou indiretas – que lhe fundamenta e lhe dá legitimidade.

Mas o que é mais importante: a descrição física do espaço, o inquérito espaço-geográfico, é instrumento que permite ao poder criar e desenvolver mecanismos concretos, sejam eles diretos ou indiretos, para administrar a população, pois possibilita que se localizem os elementos que mantêm a população neste estado de indolência, como no caso da descrição de van Lede, assim como a estatística informa como ela aumenta ou diminui, segundo que fatores.

Assim, vemos que este movimento dos olhos do poder em direção ao seu espaço interior, no início do século XIX, é também a metamorfose e a constituição de um novo princípio de governo. Pode até parecer paradoxal, mas na medida em que governar não é mais defender e conservar o território, mas sim gerir a população, o interesse pelo espaço não vai diminuir, ao contrário, ele vai aumentar vertiginosamente. O poder vai reconhecer que a relação que se estabelece entre a conservação de sua população e o conhecimento e a intervenção no espaço onde ela se encontra, é de primeira ordem.

### ***O clima, as plantas e a população***

Podemos agora entender o interesse que se constitui no século XIX em se dispor de um naturalista-viajante em seu quadro de funcionários. São poucas as províncias que no decorrer do século XIX vão contratar naturalistas, dentre as quais encontramos a de Santa Catarina. Em 1867 – portanto, cinco anos antes

do Museu Nacional do Rio de Janeiro -, cria-se o cargo de naturalista-viajante, para o qual é contratado o naturalista Fritz Müller, que havia imigrado para a Colônia Blumenau duas décadas e meia antes. Sabemos que o seu trabalho ou a função a que está submetido, não é propriamente a de naturalista. Claro, no decorrer de meio século, Fritz Müller vai incluir novas espécies no quadro do saber da natureza, bem como afastar outras para o seu exterior, introduzir as teses darwinistas no Brasil transformando o próprio espaço de produção da verdade nas ciências naturais. Mas sua função como funcionário da província não é a de produzir e divulgar conhecimentos científicos a respeito de sua natureza; ele é responsável por indicar os lugares em que se pode introduzir e cultivar novas espécies vegetais. Num momento em que a química ainda não se introduziu nas práticas agrícolas, em que ainda não se pensou que através dela se pode melhorar o solo que se cultiva, é na própria experimentação sazonal e regulada que reside a possibilidade de se descobrir que tipos de espécies se desenvolvem em que lugares, em estações distintas, segundo variações climáticas<sup>320</sup>.

É preciso que algum especialista seja encarregado deste trabalho, pois se sabe que a introdução indiscriminada e não regularizada, pode trazer inúmeros prejuízos. Hermann Blumenau, por exemplo, havia introduzido no Vale do Itajaí, a partir de 1850, inúmeras plantas com o intuito de aprimorar a agricultura na região. No entanto, introduziu inúmeras plantas ornamentais que em pouco tempo se tornaram verdadeiras ervas daninhas, dominando grandes áreas desta região. “Nos climas sub-tropicais em que tudo cresce”, é preciso se ter muito cuidado, pois plantas e mesmo animais sofrem súbitas mutações<sup>321</sup>.

Aqui, podemos acreditar que há certa correspondência estrutural entre o trabalho do naturalista-viajante e o dos engenheiros – que também passam a compor o quadro de funcionários da província - durante o século XIX. Estes também devem definir os lugares mais adequados para o desenvolvimento, não apenas de espécimes vegetais, mas de grupos de imigrantes que devem formar novas povoações; durante o século XIX, dir-se-á freqüentemente, quando se tratar de afirmar que há aumento de população e do

---

<sup>320</sup> No próprio sistema agrícola corrente no século XIX, vamos encontrar as condições de possibilidade para a constituição e introdução de técnicas de adubagem inorgânica. Veja o que dizia Zöller a esse respeito em 1883: “Mesmo sem adubação a terra derrubada e queimada mantém sua fertilidade por longo tempo e quando as colheitas diminuem é transformada em pastagem, recuperando-se desta forma”. ZÖLLER, Hugo. *Os alemães na floresta brasileira*. Trad. Curt Hennigs. Ed. Spemann, 1883. p. 9. (mimeo). AHJFS, 2.3.2 doc. 01.

<sup>321</sup> Idem, p. 11.

comércio em uma colônia, que ela está, não crescendo, mas *florescendo*. Talvez isto nos indique algo mais que uma simples metáfora.

Esta correspondência talvez se torne clara se pensarmos como o clima foi problematizado nestes diferentes discursos no século XIX. Sabemos como o “clima” no século XIX, através da influência do meio sobre o homem, é fortemente discutido pelas teorias raciais. Não é por menos que os atuais estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina são considerados uma região propícia para o estabelecimento de imigrantes europeus, pois ao mesmo tempo em que nela o clima torna favorável a *aclimação* destes indivíduos, serve como um “viveiro de colonos aclimatados” que em pouco tempo podem substituir os braços escravos das províncias do norte<sup>322</sup>.

Eis o que diz Abrantes, em 1845, sobre a criação de colônias no Brasil, principalmente no “continente de Santa Catarina e Rio Grande do Sul”, frisando se tratar de uma “porção de terras” que se encontra fora dos trópicos:

Bem que o Sábio R. de Sabra (“Histoire Phil. et Polit. de L’Isle de Cuba, 1844) acabe de sustentar que os Europeus podem trabalhar entre os Trópicos sem perigo de vida, é contudo certo que a opinião contrária e de longa data prevalece na Europa. O governo Inglês, cujos atos tem a maior influência, como que deu ganho de causa aos que entendem que a raça branca não serve para a cultura das Antilhas, pois não só conservou nelas os emancipados, mas procura introduzir novos africanos a título de colonos. Outros Sábios que têm grande autoridade por viagens e observações que fizeram, não aconselham aos Europeus das regiões setentrionais que se vão estabelecer em países próximos do Equador; e entre os que assim pensam figura o célebre e venerável Barão de Humboldt, residente aqui. Entretanto, ninguém duvida do próspero futuro das regiões da América situadas na zona tórrida; admitindo todos, que os filhos dos europeus nascidos nas vizinhanças dos Trópicos podem trabalhar sem risco em qualquer paragem da mesma zona. Isto posto, seria prudente da nossa parte, que favorecêssemos desde já a emigração para províncias meridionais do Império, a fim de que se vá organizando nelas o trabalho livre, e formando o viveiro de colonos aclimatados, que devam substituir em tempo aos braços escravos na cultura das províncias do norte<sup>323</sup>.

Esta noção que encontramos quando se trata do estabelecimento de imigrantes europeus no sul do Brasil no século XIX, a de “viveiro de aclimação”, nem precisamos lembrar, é de ascendência naturalista. Portanto, se a imigração é possibilidade de se introduzir o trabalho livre no Brasil e melhorar na diuturnidade dos tempos a qualidade de sua população, é imprescindível que se os estabeleça nesta região

---

<sup>322</sup> Este argumento foi amplamente utilizado como forma de propaganda imigratória para o Brasil na Europa, pois neutralizava os argumentos sobre os problemas ocasionados por influência do clima tropical sobre os imigrantes europeus. Nele podemos localizar o próprio nascimento disto o que hoje chamamos de *sul do Brasil*, uma distinção muito mais do simplesmente geográfica.

<sup>323</sup> ABRANTES, Visconde. *Memória sobre os meios de promover a colonização*. Berlim: Typ. de Unger Irmãos, 1846. p. 41 (nota). (Ed. Fac-similar, Imprensa Oficial da Bahia, 1926). (IHGB).

que possui um clima mais ameno, ao qual eles podem se aclimatar com mais facilidade, e de onde se pode fornecer indivíduos que se fixem em outras regiões destes trópicos. O clima tropical, só o merecem os degredados. “Benéfico e temperado, como todos sabemos, é o clima da província, e o confirma o decreto de 20 de novembro de 1797, proibindo a vinda de degredados pela razão da bondade do seu clima, ordenando ‘que aqueles réus que por seus delitos merecerem o degredo no Brasil se mandem para a capitania de Mato Grosso e rios Branco, Negro e Madeira’, climas que, sendo menos favoráveis, têm necessidade de serem povoados”<sup>324</sup>.

O que faz Fritz Müller não é outra coisa, senão introduzir na província um viveiro de aclimação de plantas. “Ao Dr. Müller concedi permissão para residir em Itajaí, ponto por ele escolhido para principiar as explorações e estudos a seu cargo, e aonde, em terras suas, tem de ensaiar o plantio e cultura de plantas exóticas e indígenas, com emprego na indústria”<sup>325</sup>. Se a imigração européia introduz o capitalismo através da entrada de mão-de-obra livre no Brasil, os ensaios que permitem verificar quais as plantas, exóticas ou indígenas, aqui se desenvolvem e produzem com maior proveito, introduz a exploração racional e capitalista da natureza.

Seus ensaios vão ter diferentes objetivos: ele introduz, por exemplo, o plantio do trigo sarraceno como técnica de revitalização do solo; planta diferentes espécies de tubérculos europeus no intuito de verificar se eles se desenvolvem neste solo e podem vir a se tornar um produto comercializável em larga escala; ao distribuir sementes de inúmeras plantas a agricultores de diferentes regiões, pode verificar como elas se desenvolvem, segundo as técnicas empregadas e o local onde são plantadas. Müller está encarregado de receber e analisar os diversos tipos de minerais que são encontrados no solo da província, principalmente por engenheiros em suas explorações, determinando sua qualidade e viabilidade comercial<sup>326</sup>.

---

<sup>324</sup> COELHO, Manoel Joaquim d’Almeida. *Memória histórica da província de Santa Catarina*. Santa Catarina: Typ. de J. J. Lopes, 1873. p. 177.

<sup>325</sup> D’OLIVEIRA, Francisco José. *Relatório apresentado ao Exm. Presidente da Província de Santa Catarina Dr. Adolpho de Barros C. de Albuquerque Lacerda pelo Vice-Presidente no ato de passar-lhe a administração de mesma província em 9 de outubro de 1867*. Desterro: Typ. de J. A. Livramento, p. 6. (APESC).

<sup>326</sup> “Ofício do Engenheiro Rodolpho von Brause ao Presidente da Província”. Laguna, 29 de abril de 1868. *Correspondências de Engenheiros para Presidentes da Província - 1868*, p. 67-68. (APESC).

Fritz Müller não tardará a descobrir que, dentro desta região de clima distinto daquele existente no resto do Brasil, existem maiores e menores amenidades climáticas, que devem ser levadas em consideração. O *Hochland* possui um clima mais ameno e propício para a introdução de espécies vegetais provenientes da Europa, além de possuir uma configuração natural totalmente distinta daquela encontrada na região entre o litoral e a serra<sup>327</sup>.

O *planalto* deve se tornar um lugar de investimento da província, pois é lá que se desenvolvem com mais facilidade inúmeras espécies.

É bem sabido que a maior parte das árvores frutíferas introduzidas da Europa no litoral desta província, ainda que vegetem viçosas, quase nunca produzem frutas que prestem, enquanto algumas das mesmas árvores frutificam abundantemente a oeste da Serra. A vista destes fatos, parecia-me que se devia fazer duas séries de ensaios. Devia-se levar para cima da Serra as espécies e variedades que já existem no litoral para ver se lá não produzem e devia-se reciprocamente trazer ao litoral mudas das árvores já aclimatadas no oeste da Serra, porque sendo muito menos a diferença climática entre os vários pontos desta província de que entre o nosso litoral e a Europa, é de se esperar, que essas árvores possam acostumar-se mais facilmente ao nosso clima do que as vindas diretamente da Europa<sup>328</sup>.

Assim como o clima do sul está para a aclimação dos imigrantes europeus em relação ao Brasil, Fritz Müller descobre que o clima mais ameno do planalto está, da mesma maneira, para a aclimação das plantas européias em relação à província de Santa Catarina.

Da mesma forma, não se tardará a descobrir que a imigração e a criação de colônias deve se direcionar para lá. Se ainda no início da segunda metade do século XIX, o direcionamento da imigração para o planalto está ligado a idéia de que é necessário ligar o comércio entre o litoral e o planalto, e que destas ligações vai resultar o crescimento da atividade comercial entre estas povoações, rapidamente ela passa a estar ligada à idéia de que no clima existente no planalto, o imigrante europeu pode melhor se adaptar, “aclimatar-se” com mais facilidade. Esta boa aclimação resulta no florescimento destas colônias.

Em 1868, a exploração espaço-geográfica do planalto anuncia que este território antes desconhecido possui, não apenas terras férteis para o estabelecimento de colônias, mas também um clima mais propício à aclimação dos imigrantes europeus.

---

<sup>327</sup> “Aus einem Briefe von Fritz Müller aus Brasilien”. *Flora*, 1877. p. 239-240. In: MÜLLER, Fritz. *Gesammelte Schriften* Gesammelt und herausgegeben von Dr. Alfred Möller. Jena: Verlag von Gustav Fischer, 1915. Erster Band. p. 545-546. (AHJFS).

Realizou-se com o êxito mais feliz a exploração, anunciada no relatório do ano passado, dos campos de cima da serra; ficando examinados o rio Itajaí-açu até as suas vertentes, e o vasto território, antes desconhecido, que se estende até os fundos da comarca de Lages.

Reconhecendo-se por essa exploração que o Vale do Itajaí-açu oferece toda a facilidade ao traço de uma estrada de rodagem para a subida da serra, bem como que nas margens deste rio e de seus afluentes encontram-se muitas léguas de quadras de terrenos devolutos, fertilíssimos e em todo o sentido favoráveis à colonização; o governo apressou-se em autorizar os estudos e trabalhos preparatórios dessa estrada, e logo depois nomeou, para semelhante fim e para medir as terras devolutas, a comissão de que faz parte o engenheiro Pinto Braga e ao qual já me referi em outro lugar.

É na zona de campos da província que o agricultor europeu virá achar condições de clima e de trabalho da lavoura quase idênticos aos do seu país, porém unidos a uma liberdade de que antes não tinha idéia; e basta esta consideração para reputar de suprema vantagem o dirigir a colonização para esse deserto tão próximo do litoral e ligá-lo por meio de boas vias de comunicação aos pontos já povoados<sup>329</sup>.

A experiência no estabelecimento de imigrantes alemães na colônia Blumenau, por exemplo, com seu clima litorâneo, demonstra que ele influencia diretamente os indivíduos, prejudicando o seu rendimento no trabalho. A aclimação é um empecilho para a continuidade do trabalho na agricultura. Eis o que diz a esse respeito um imigrante desta colônia a sua família, em 1853: “Estou satisfeito por ter uma mulher à frente dos afazeres domésticos, pois já há 14 dias não pude mais trabalhar na roça. Sofro com a aclimação; já todas estas semanas não calcei nem meias e muito menos sapatos. Meus pés estão enrolados em panos e com dificuldades posso ir até o jardim. O corpo está coberto por abscesso e sinto dores de cabeça e fraqueza”<sup>330</sup>.

Se na planta, o crescimento e a frutificação são signos da aclimação, no indivíduo, este signo é a erupção de uma febre, através da qual se elimina toxinas e outros excessos que lhe permite enfrentar este clima. No indivíduo, há mesmo a manifestação de uma patologia de origem climática; sua cura é sinal de que ele está lentamente se aclimatando ao novo meio. “Foi bom que a aclimação veio, assim o corpo é eliminado de todas as toxinas nocivas e melhor preparado para enfrentar as doenças tropicais, sem a qual dificilmente nenhum alemão passa”<sup>331</sup>.

---

<sup>328</sup> “Relatório sobre os trabalhos do doutor Frederico Müller em o anno de 1876”. Blumenau, 4 de janeiro de 1877. *Ofícios diversos para o Presidente da Província - 1877*, p. 5. (APESC). O leitor encontrará anexado ao final deste trabalho este Relatório inédito e até então desconhecido de Fritz Müller.

<sup>329</sup> LACERDA, Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque. “Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Santa Catarina, na sua sessão ordinária, e ao primeiro Vice-Presidente Comendador Francisco José de Oliveira, por ocasião de passar-lhe a administração no ano de 1868”. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1868, p. 16.

<sup>330</sup> “Carta de Julius Baumgartem ao pai. Carta no. 5”. Itajaí Grande, 26 de outubro de 1853. fl. 2. Fundo “Familia Baumgartem” do Arquivo Histórico José Ferreira da Silva, traduzidas do alemão por Edith S. Eimer.

<sup>331</sup> Idem, fl. 4.

É um pouco neste sentido que a *serra* vai se tornar um espaço para o qual se direciona a colonização no final do século XIX. Cedo, por exemplo, a colônia São Bento, estabelecida no alto da serra - núcleo inicialmente pertencente à colônia Dona Francisca, no nordeste da província, criada no início da década de 1870 -, torna-se uma “estação de ares e vilegiatura”; assim como outros lugares da serra, durante quase um século, ela será um lugar em que a nascente burguesia industrial de cidades como Joinville e Blumenau, além de políticos e diplomatas estabelecidos em Santa Catarina, sobretudo após a construção da estrada de ferro que ligou o litoral e o planalto, refugiar-se-á no intuito, não de mostrar o corpo, como se fará mais tarde, sob o sol litorâneo, mas de expô-lo, deixá-lo sob a influência do clima sadio e terapêutico da serra, fugindo do calor maléfico provocado pelo verão; assim como o clima desperta e provoca a febre, ele pode exercer, sobre este mesmo corpo, efeito terapêutico, curando-o de inúmeras moléstias, muitas vezes mesmo sem auxílio de médicos.

Já em anos anteriores, quando S. Bento não tinha ligação férrea, estando assim quase isolado do mundo e só alcançável pela Estrada da Serra, vinham anualmente, no verão, doentes e outros em procura de estabelecimento, mandados por médicos para esta sadia povoação serrana, onde encontraram cura e descanso dos nervos, sendo restabelecidos muitas vezes sem auxílio médico, só pelo clima magnífico. Desde que S. Bento entrou em ligação direta com o norte e o sul, com a estrada de ferro, aumentou a sua fama de estação de ares, e o número dos seus amigos e visitantes. Entre muitos outros visitantes ilustres que permaneceram mais ou menos tempo em S. Bento, enumeremos: o embaixador russo, conde Bogdanoff; o embaixador alemão E. Krauel; conde Arco Valley; barão von Treutler; a poetisa Maria Kahle; o ministro George Plehn e senhora; o governador Dr. Hercílio da Luz e senhora; o embaixador chileno e família (permanecendo os últimos alguns meses em S. Bento); o violinista brasileiro Pery Machado; vários artistas e cientistas alemães<sup>332</sup>.

---

<sup>332</sup> AMMON, Wolfgang. *Chronica do município de São Bento (Sta. Catharina) desde sua fundação 1873 até 1923*. Trad. Elly Herkenhoff. Joinville: Typ. Boehm, 1923. p. 119. (Edição Bilingüe).



## A Geografização do Espaço

Há diferentes maneiras de se desenhar uma fortificação. Cada uma delas nos permite vê-la de um ponto diferente; mas tais maneiras se apresentam, cada uma a seu modo, como complemento uma da outra, na medida em que permitem enxergar o que a outra não permitia. Rohault nos descreve como fazê-las e nos indica para que servem. O desenho que serve como uma espécie de projeto para a sua construção, não apresenta nada além de planos: ele apenas os representa como eles aparecem a um olhar colocado justamente sobre a praça, a uma distância infinita; este tipo de plano não permite que se vislumbre, nem alturas e nem profundidades. Esta deficiência é suprida com o desenho do seu perfil, ou seja, “marcando sobre o papel todos os diferentes e principais traços que apareçam como traçado em uma superfície plana que cortaria e repartiria ao meio todas estas obras”<sup>333</sup>.

.....

### Plano e Perfil da Fortaleza de Itapema - 1738<sup>34</sup>

Os planos, portanto, fazem-nos ver apenas distâncias e larguras das obras que eles representam, sem definir alturas e profundidades; já os perfis, fazem-nos ver as larguras, alturas e profundidades sem nos fazer ver as distâncias. Mas há ainda uma terceira maneira de se desenhá-las, acrescentando às três dimensões aquela que falta aos planos e perfis: a *perspectiva militar*. Ela “pressupõe que o olhar” que vê o plano “esteja afastado de seu objeto a uma distância infinita, e que ele o veja por linhas que façam com a superfície da terra uma distância onde este objeto está colocado, ângulo de 45 graus”<sup>335</sup>.

No *Plano da Vila de N. S. do Desterro da Ilha de Santa Catarina*, desenhado por José Custódio de Sá e Faria em 1754, o que vemos, não é uma planta e muito menos um mapa; este *Plano* de Sá e Faria, trata-se de uma

---

<sup>333</sup> ROHAULT. “Traité des fortifications”. In: *Oeuvres Posthumes*. Paris, 1682. p. 430. Cf. também, ROHAULT. “Traité des Perspective”. In: *Oeuvres Posthumes*. Paris, 1682. p. 595-616. (ENPC).

<sup>334</sup> No final da sessão deste trabalho intitulada “Fontes”, o leitor encontrará os créditos das imagens aqui utilizadas.

<sup>335</sup> Idem, p. 434.

*perspectiva militar*. Nele podemos localizar distâncias e larguras; podemos saber, por exemplo, a distância entre o prédio da igreja e a costa bem como a largura das construções existentes na vila; podemos perceber alturas e profundidades; as alturas, vemo-las através da possibilidade em distinguir, por exemplo, as construções existentes na Vila; e a profundidade, na medida em que distinguimos cada um dos objetos que se encontram paralelos.

.....

**Plano da Vila de N. S. do Desterro da Ilha de Santa Catarina - 1754**

Assim, antes de se dizer que se trata de uma representação do espaço, um mapa geográfico, ou qualquer outra coisa, é preciso tentar compreender a racionalidade que a produz, porque só podemos entender as mudanças que ocorrem nestas representações do espaço, se entendermos os próprios mecanismos que os tornam possíveis. Ou seja, não se trata de dizer que esta é uma representação do espaço de Desterro e da ilha de Santa Catarina no século XVIII (pois esta é a vila de Desterro e a ilha de Santa Catarina no século XVIII), mas de compreender os mecanismos que permitem ao olhar torná-la visível, pois a imagem do espaço que se desenha no papel e que surge diante de nossos olhos não é simples mudança de escala de uma mesma imagem, na medida em que o olhar a partir da qual se desenha e produz esta imagem encontra-se já mediado por um saber, seus princípios e possibilidades.

A perspectiva militar da ilha, de Faria e Sá, não é uma representação militar do espaço, mas a imagem de um espaço militarizado e que é possível se tornar, ela mesma uma imagem, apenas através deste princípio que a perspectiva militar fornece e que é proveniente deste dispositivo que é a fortificação. Encontramo-nos novamente em um lugar por onde já havíamos passado outras vezes no decorrer deste trabalho: o espaço no século XVIII é um plano de defesa; mas além deste plano de defesa do qual já havíamos falado anteriormente, é preciso levar em consideração que as próprias condições de possibilidade de se produzir dele um plano, um perfil ou uma perspectiva é a fortificação como dispositivo de produção do espaço que é, ela própria, proveniente da forma como o poder soberano vai problematizá-lo até o início do século XIX.

Pouco mais de meio século depois da perspectiva militar de Sá e Faria, Brito publica em anexo à sua *Memória*, uma *Planta hidro-topográfica de parte da capitania de Santa Catarina*.

.....

**Planta hidro-topográfica de parte da Capitania de Santa Catarina - 1829**

A importância das fortalezas praticamente desaparece neste que é o primeiro mapa desta capitania; sua importância não é maior que a de qualquer outro rio desta capitania: elas apenas são indicadas pelo nome, assim como qualquer povoação. Ele nos mostra claramente como o poder se volta em direção ao continente no início do século XIX; não se fala mais de uma entrada que leva a esta ilha e que deve ser defendida; a ilha parece, até mesmo, querer desaparecer diante da imensidão da parte continental da capitania a que ela pertence. Uma imensidão desconhecida que aparece claramente localizada, pela primeira vez, através de letras garrafais: o *certão* deve ser submetido à geografia do seu território. O próprio oceano, que antes definia o horizonte para o qual este olhar estava voltado, apenas parece servir como sucessão de linhas que seguem em sua direção, com o intuito de, ao encontrá-lo, contornar e dar formas às suas margens.

No canto esquerdo da *Planta*, Brito resume como devemos lê-la (o que se encontra desenvolvido em sua *Memória*): os espaços quadrados em branco sobre a estrada, desde quase o litoral até a Vila de Lages, indicam as sesmarias que devem ser distribuídas a povoadores ao longo de seu percurso; este princípio também deve servir de regra para as outras duas estradas que vemos no mapa: a primeira, partindo do rio Itajaí; e a segunda, da Laguna. Os quadrados notados com a letra C, indicam os terrenos que devem ser dados à companhia que vai se formar para promover este povoamento; os notados com a letra V, indicam os terrenos que ficam reservados para as Câmaras; e os que levam a letra P, são os que ficam reservados para os curas das povoações.

Ao produzir este mapa da capitania de Santa Catarina, Brito está definindo pela primeira vez, um domínio político-administrativo como uma geografia, inexistente até então. E aqui não podemos nos enganar: ele não é aquele que representa geograficamente um certo espaço dado, que sempre esteve lá, e do qual faltava apenas a carta; ele é o primeiro a constituir-lo como geografia, a designar uma sessão

administrativa de um império, que se define e se delimita a partir de uma certa geografia, a qual ele trata de estabelecer. Podemos ver a transformação que ocorre em relação à problematização do espaço no momento em que o poder se virar em direção ao continente: sai-se de um espaço considerado como plano de defesa para um espaço considerado como plano geográfico.

Mas esta transformação não é nem reflexo e nem consequência deste deslocamento do poder nesta direção. Ela é, antes, a resposta suscitada por uma nova necessidade que vai se constituir a partir do momento em que governar passa a ser administrar a população.

A geografia aqui não tem apenas o papel de representar ou constituir um espaço; atribui-se a ela uma função específica importante: definir e dividir o espaço em que podem ser introduzidos os indivíduos no intuito de fazer crescer a população; distribuí-los e localizá-los no espaço do seu domínio. Ora, Brito apenas vai fazer este mapa, porque é através dele, ou melhor, ele se insere neste método ou sistema de distribuição da população; ele é uma resposta suscitada por este novo objetivo - aumentar a população -, a partir da introdução de novos indivíduos neste espaço, através da imigração.

Ela possui uma função importante; pode-se objetar que antes de Brito podemos encontrar representações geográficas do espaço, mas o que é importante frisar aqui, é que Brito lhe atribui uma função certamente nova; não é possível distribuir e localizar uma população, num espaço que não está de antemão determinado e delimitado. Ou seja, quando falamos em geografização do espaço, entendemos por isso, a constituição do espaço como uma geografia, mas a qual se atribui uma função. Não é à toa que podemos perceber que a partir do século XIX, ela vai preceder a qualquer projeto de colonização.

Podemos dizer que a geografização do espaço é um novo mecanismo que se constitui no interior deste novo princípio que define o que é governar a partir do início do século XIX. A descrição geográfica do espaço não é algo que vai de si mesma, mas um mecanismo que encontra seu solo e que se constitui justamente no interior desta nova problemática do poder. No entanto, se podemos compreender no interior do que ela se constitui, devemos entender a que tipo de necessidades novas, que então se constituem, ela vai responder.

## ***Almas para os corpos***

A novidade que encontramos na *Planta* de Brito parece clara: as sesmarias devem ser localizadas, divididas e distribuídas aos povoadores ao longo de um caminho, contíguas umas as outras. Até então, vimos anteriormente, elas só mantinham relação entre si quando, casualmente, serviam como termo de definição de limite; da mesma maneira, só eram estabelecidas ao longo de um caminho na medida em que poderiam servir de utilidade pública, fornecendo pouso aos viandantes. Mas no fundo, e esta é a grande novidade, não havia necessidade de se conhecer o espaço no qual elas iriam ser estabelecidas, o que vimos no capítulo anterior. Na *Planta* de Brito, vemos que não se trata mais de acomodar os indivíduos num espaço indeterminado: é preciso definir uma via ao longo da qual eles devem ser distribuídos, num espaço já delimitado e dividido. Este é um problema importante, pois veremos que a partir de meados do século XIX, ele será um princípio que vai regular a imigração e a colonização no sul Brasil. No entanto, não basta apenas descrever um novo mecanismo que se constitui sem compreender a que tipo de problemas ele está ligado, quais são as questões que ele procura responder.

De início, podemos dizer a este respeito, que em Brito encontramos claramente a que tipo de questões responde este novo mecanismo; no entanto, é preciso esperar ainda alguns anos para que a sesmaria como princípio de acomodação das pessoas se esvaeça completamente, pois podemos perceber que ela então serve como uma espécie de barreira, como aquilo o que impede uma total transformação, mas que ao mesmo tempo, é único horizonte em que se pode vislumbrar estes problemas, e ao qual o poder ainda se encontra ligado no início do século XIX.

A constituição de um sistema de fortificações no Brasil meridional no século XVIII, a partir da década de 1730, está ligado aos problemas soberanos que envolvem Portugal e Espanha, como vimos no decorrer do primeiro capítulo deste trabalho. As fortificações que são estabelecidas no Brasil meridional, ao contrário daquelas construídas ou reformadas no Rio de Janeiro, vão demandar todo um conjunto de elementos que devem ser estabelecidos paralelamente, para que elas possam funcionar. Não se trata apenas de se definir o espaço onde a fortaleza deve ser construída, erguendo-a em seguida, mas de todo um complexo conjunto de

elementos que devem acompanhar esta construção, sem o qual elas não podem servir aos objetivos para os quais são estabelecidas.

Estes problemas que vemos claramente no Brasil meridional a partir da quarta década do século XVIII, vemos em outras regiões de fronteira entre o Brasil e a América espanhola, a partir de 1750. É neste sentido, que no poder soberano se constitui um novo mecanismo de deslocamento das pessoas, no intuito de, através do estabelecimento de súditos em regiões fronteiriças, preservá-las, conservá-las, reafirmando a condição de sua posse através desta presença. Em 1736, o Conselho Ultramarino delibera neste sentido, a respeito da região fronteiriça do Brasil meridional. “E para nos precavermos de qualquer intento que a mesma nação [Espanha] possa ter para o futuro, parece ao Conselho que V. Maj. se sirva ordenar que se faça uma consignação na qual se empregue em transportar cada ano certo número de casais das Ilhas com que se vá aumentando esta povoação e estabelecendo outras por aquela conta, pois a continuação destas povoações será o que melhor decide a questão dos limites que há entre as duas nações”<sup>336</sup>.

Se o deslocamento e estabelecimento de pessoas já se constitui como mecanismo através do qual o poder soberano povoa regiões fronteiriças, nas quais a falta de povoações reafirma a sua própria ausência, com as fortificações, este mecanismo vai responder também a outro tipo de problemas.

De início, constata-se que a construção de fortificações nesta região, cria a necessidade de se dispor de um maior número de mantimentos; nestas povoações, não se dispõe de mantimentos para os soldados que nelas vão servir; eles devem portanto, ser trazidos do Rio de Janeiro, o que inviabiliza a manutenção das próprias fortificações. De um lado, se o estabelecimento de casais que povoem as proximidades destas fortificações possibilita o cultivo de suas terras, produzindo os alimentos que vão sustentar os soldados que nelas servem, do outro, ele também permite que se introduza um número suficiente de pessoas das quais se pode extrair soldados para servir à própria defesa destas regiões. Além disso, necessariamente, ele é responsável pelo crescimento das rendas reais, seja pela arrecadação de dízimos provenientes do cultivo da terra, seja pelos direitos alfandegários que são arrecadados dos gêneros produzidos<sup>337</sup>.

---

<sup>336</sup> “Parecer do Conselho Ultramarino em 2 de janeiro de 1736 sobre a carta do Brigadeiro José da Silva Paes”. *Coleção de Documentos*, p. 75.

<sup>337</sup> “Consulta do Conselho Ultramarino acerca das informações enviadas pelo Brigadeiro José da Silva Paes”. Lisboa, 26 de agosto de 1738. *Coleção de Documentos*, p. 62.

Em 1738, o Conselho Ultramarino vai afirmar que é necessário que se transporte casais para a nova povoação de Rio Grande, pois apenas

por este meio se poderá evitar a grande despesa que precisamente se há de fazer com os transportes dos mantimentos do Rio de Janeiro por falta de cultivadores que naquelas vastíssimas terras os fabriquem além de ficarem estes também igualmente servindo para sua necessária defesa e ser do interesse do Estado acrescentar-se o número de povoadores, o que fará crescer consideravelmente as rendas reais do mesmo Estado assim nos dizimos das terras que cultivarem como também nos direitos das alfândegas dos gêneros a que precisamente hão de dar consumo, matéria esta que se faz digna da alta e grande compreensão<sup>338</sup>.

Veremos o mesmo problema na ilha de Santa Catarina. Logo após definir as fortalezas que nela devem ser construídas, Paes o constata. De início, é preciso de 150 homens que sirvam nas fortalezas que ele projetou, mais duas companhias de infantaria de 50 homens cada uma, e ainda 50 artilheiros, sem contar os Oficiais. Todos estes homens devem ser deslocados de outros lugares, pois nela não há esta força disponível; mas é preciso que esta guarnição se torne efetiva e que não seja apenas provisória, “para que casando e fazendo aqui suas roças possam aumentar estas terras e os seus povoadores, que asseguro a V. Exa. a grande fertilidade e bondade do clima”<sup>339</sup>.

Da mesma maneira, Paes encontra problemas para alimentar, não apenas as tropas, mas as próprias pessoas que trabalham na construção das fortalezas. “Como é preciso dar de comer a gente do serviço, e o peixe aqui às vezes se vende, pela carência de sal, quase pelo preço do Rio de Janeiro, mandei vir duzentas vacas ou capados do Rio Grande para se ir dando aos que trabalham, e para se vender aos que vencem jornais e que a fazenda de S. Maj. sempre fica utilizada”<sup>340</sup>.

Em 1742, Paes sugere, no intuito de sanar o problema da falta de trabalhadores que sirvam nos serviços de construção das fortalezas, bem como da falta de pessoas que lavrem estas terras e forneçam os alimentos às tropas, que se desloque para esta ilha toda uma aldeia onde há muitos “casais de índios da

---

<sup>338</sup> “Consulta do Conselho Ultramarino acerca das informações enviadas pelo Brigadeiro José da Silva Paes, sobre as fortificações do Rio de Janeiro”. Lisboa, 26 de agosto de 1738. *Coleção de Documentos*, p. 74.

<sup>339</sup> PAES, José da Silva. “Carta a Gomes Freire de Andrade em 30 de abril de 1739, comunicando-lhe a sua chegada a Santa Catarina”. *Idem*, p. 134.

<sup>340</sup> *Idem*, p. 134-135.

terra”, e que se acha na praia da Conceição, entre a Vila de Santos e a de Paranaguá, sob a administração de dois religiosos capuchos, onde serão “muito úteis ao serviço de V. Maj. e ao bem comum”<sup>341</sup>.

Vemos que a constituição de um sistema de fortificação é totalmente dependente do deslocamento de pessoas que povoem suas proximidades, que cultivem suas terras, forneçam alimentos aos soldados das guarnições e que ainda sirvam como força disponível ao soberano para a defesa de seus domínios. Aumentar a povoação é imprescindível para que se melhore este sistema defensivo; há uma necessidade de famílias que habitem e cultivem as povoações para que delas se possa tirar “soldados para a defesa e guarnição das fortalezas”<sup>342</sup>.

Não basta que se construa fortalezas que protejam esta ilha, pois “todas estas prevenções e obras sem gente que as guarneça são corpos sem almas”. Se as fortalezas são corpos que defendem os domínios soberanos, as pessoas que se introduzem na povoação são a alma que lhes impulsiona e anima. É neste sentido que Paes vai sugerir, em 1744, que se desloque alguns casais das ilhas dos Açores para Santa Catarina, pois assim se aumentaria a cultura destas terras, e “dos filhos dos mesmos casais se recrutaria o terço ou tropas que ali assistem e que seriam mais permanentes que os de fora”<sup>343</sup>.

Podemos aqui compreender a proveniência da transferência de casais dos Açores e Madeira no século XVIII para o Brasil meridional; trata-se de um mecanismo que se integra e é indispensável para que se constitua a fortificação como sistema de defesa. Em cidades como o Rio de Janeiro, em que se dispõe de pessoas suficientes para servir nas guarnições, ela é dispensável, justamente ao contrário do que vemos em Santa Catarina e no Rio Grande.

Na seqüência da firmação do Tratado de Limites, vemos que este problema vai se estender para outras capitanias do Brasil. É necessário que se envie pessoas às fronteiras que confinam com os domínios espanhóis, e que se anote os lugares que devem ser fortificados, como se pode erigi-las, e como a elas se chega mais facilmente, cuidando para não desobedecer nenhum dos termos do tratado. Próximo a estas

---

<sup>341</sup> PAES, José da Silva. “Carta sobre a necessidade de um hospício de capuchos na ilha de Santa Catarina e outro no Rio Grande em 1 de setembro de 1742”. Idem, p. 131-132.

<sup>342</sup> “Consulta sobre a ordem do governador de se colocar a ilha sobre o melhor estado de defesa em 1745”. *ESC*, vol. IX, 3p.

<sup>343</sup> PAES, José da Silva. “Representação acerca de criar-se um regimento para as fortalezas (1744)”. *ESC*, vol. IX, 2p.



fortalezas que devem ser construídas, é necessário estabelecer povoações; a forma como atrair povoadores para estas regiões, os privilégios que lhes devem ser concedidos, as liberdades de direito e os socorros que lhes são necessários, devem ser feitos seguindo o modelo que se utilizou com os povoadores da ilha de Santa Catarina.

Se o mecanismo que se utilizou na ilha de Santa Catarina para povoá-la e torná-la segura, serve como modelo a ser seguido para a conservação dos domínios soberanos nas raias próximas à fronteira com a América espanhola, o deslocamento de casais destas ilhas, no entanto, para este vastíssimo território, como se fez no Brasil meridional, é impossível. O poder soberano não hesitará em solucionar este problema.

E como a força e a riqueza de todos os países consiste principalmente no número e multiplicação da gente que o habita; como este número e multiplicação da gente se faz mais indispensável agora na raia do Brasil para a sua defesa em razão do muito que se tem propagado os Espanhóis nas fronteiras deste vasto continente, onde não podemos ter segurança sem povoarmos a mesma proporção as nossas províncias desertas que confinam com as suas povoadas; e como este grande número de gente que é necessário para povoar, guarnecer e sustentar uma tão desmedida fronteira não poder humanamente sair deste reino e ilhas adjacentes. Porque ainda que as ilhas e o reino ficassem inteiramente desertos isso não bastaria para que esta vastíssima raia fosse povoada; não só julga S. M. necessário que V.S. convide com os estímulos acima indicados os vassallos ao mesmo Senhor, Reíniculas e Americanos que se acham civilizados, mas também que V.Ex. estenda os mesmos e outros privilégios aos Tapes que se estabelecerem nos domínios de S.M., examinando as condições que lhes fazem os padres da Companhia espanhóis, e concedendo-lhes outras a mesma imitação, que não só sejam iguais, mas ainda mais favoráveis, de sorte que eles achem o seu interesse em viverem nos Domínios de Portugal antes do que nos de Espanha. O meio mais eficaz em semelhantes casos é o de que se serviram os Romanos com os Sabinos, e com as mais Nações, que depois foram incluindo no seu Império; o que a sua imitação estabeleceu o grande Affonso de Albuquerque na primitiva Índia Oriental; o que os Ingleses estão atualmente praticando na América Setentrional com o sucesso de haverem ganhado 21 graus de costa sobre os espanhóis<sup>344</sup>.

### ***Crítica a um mecanismo***

A sesmaria, como vimos no capítulo anterior, é o mecanismo que se torna importante neste momento, na medida em que estabelece condições para se acomodar os casais que são deslocados a estas regiões. Durante todo o século XVIII e início do século XIX, ele é um mecanismo que responde a toda uma série de necessidades do poder soberano. Em Santa Catarina, na década de 1820, a doação de sesmarias é

---

<sup>344</sup> POMBAL, Marquês. "Carta secretíssima ao comissário Gomes Freire de Andrade". Lisboa, 21 de setembro de 1751. *Coletânea de Documentos*, p. 297-298. Talvez tenha sido neste sentido que se estabeleceu logo em seguida o "Diretório dos Índios", com o intuito de os tornar de fato e de direito vassallos da coroa portuguesa.

ainda uma medida comum. Brito, que escreve sua *Memória* em 1816, ainda fala na concessão de sesmarias. Em 1830, nas Instruções que são passadas ao diretor interino da recém criada colônia de São Pedro de Alcântara, fala-se ainda “na distribuição das datas de terras aos colonos”<sup>345</sup>, precisamente da mesma maneira como se fazia há quase um século atrás; ou seja, no início do século XIX, encontramos-nos ainda sob este signo.

Os historiadores relembram que na década de 1820, algo em torno de 10 mil alemães são deslocados ao Brasil para servir como soldados e agricultores, no intuito de formar um exército ao novo Império que então se constitui, e que então possui inimigos, não apenas em Portugal, mas mesmo no seu interior<sup>346</sup>. “Agricultores eram imprescindíveis, não somente como aprovisionamento dos exércitos, como ainda para o fornecimento de víveres à cidade”<sup>347</sup>. Neste sentido, a criação da colônia de São Leopoldo (1824) é de grande valor econômico-militar. “Como fornecedora de produtos agrícolas e fabris e como centro fornecedor de soldados e de número considerável de recrutas e com os quais se podia contar, em qualquer momento, em caso de necessidade”<sup>348</sup>.

No entanto, daí se conclui que esta “foi a primeira fase de colonização alemã” no Brasil<sup>349</sup>. Se quisermos compreender este processo a partir das distinções que se pode fazer entre as diversas etnias que são deslocadas ao Brasil, classificando-o a partir de fases, segundo um quadro histórico-político pré-existente, há grande validade neste tipo de análise. Com efeito, talvez devêssemos tomá-lo a partir da própria historicidade do mecanismo no qual ele emerge, pois o deslocamento de pessoas, tal como o vemos se constituir em meados do século XVIII é um dispositivo político do poder soberano, através do qual ele desloca seus súditos de uma região, para outras que precisam ser defendidas; parece-nos que o que podemos ver no Brasil na década de 1820, segundo a própria análise de Oberacker, é o uso deste mecanismo – e aqui valeria a pena lembrar que ao poder soberano não importa tanto a distinção entre a origem étnica ou nacional, mas sim a distinção entre os que são seus súditos e os que não são -, o qual, no entanto, ele não procura distinguir.

---

<sup>345</sup> “Instruções para o Diretor interino da Colônia de S. Pedro de Alcântara”. Desterro, 6 de fevereiro de 1830. *Registro de Presidente da Província para Diversos. 1829 - 1830*. (APESC).

<sup>346</sup> OBERACKER Jr., Carlos. *A contribuição teuta à formação da nação brasileira*. Rio de Janeiro: Presença, 1968. p. 202-203.

<sup>347</sup> Idem, p. 227.

<sup>348</sup> Idem, p. 213.

Desta forma, poderíamos dizer que esta não é a primeira fase de colonização alemã no Brasil, mas sim o último suspiro deste dispositivo de deslocamento de pessoas que havia se constituído com a soberania e do qual ela se utilizou durante quase um século. Aqui é preciso distinguir o que vimos até então de todo o processo imigratório que vai se constituir em seguida, a partir de 1850, pois eles se encontram em total descontinuidade. Não são tanto os historiadores que se enganam ao dizer que a imigração, tal como a vemos a partir de 1850, iniciou-se ou teve a sua primeira fase na década de 1820, pois é isto o que dizem, por exemplo, inúmeros viajantes estrangeiros e cronistas, que durante todo o século XIX escrevem sobre o sul do Brasil.

Nos “Princípios gerais que devem servir de fundamento ao sistema de povoação e cultura do sertão da Capitania”, Brito direciona algumas críticas a este mecanismo de acomodação das pessoas<sup>350</sup>. Duas dentre elas merecem nossa atenção.

Em primeiro lugar, é preciso que se proíba a partilha do terreno, em caso de morte do pai, por um período de 20 anos, para que se evite os males ocorridos a partir de 1748. “Quando da morte dos pais, os filhos o partilhavam, e coube a cada um em partilha uma pequena quota daquele terreno, a qual cota alguns filhos venderam, deixando o estabelecimento que os pais haviam começado e abandonaram a vida de agricultores para se dedicarem a outra. Destes males e de outros que deixo em silêncio provenientes dos erros que então tiveram lugar, nasce em grande parte a falta da população e da agricultura que hoje se observa e vê na capitania de Santa Catarina”<sup>351</sup>.

Se esta proibição impede o abandono das sesmarias, indiretamente causado pela partilha do terreno após a morte dos pais, é preciso também combater outro problema, que no entanto, é causado diretamente pelo Estado. Assim, deve haver “isenção de recrutamento não só para a tropa de primeira linha, mas também para as milícias, isenção que deverá se conceder não só aos pais, mas a todos os seus filhos e

---

<sup>349</sup> Idem, p. 227.

<sup>350</sup> Brito, p. 113.

<sup>351</sup> Brito, p. 124.

durante a vida de cada um deles; a mesma isenção será concedida aos enfiteutas, a seus filhos e parentes ou agregados que os acompanharem para estabelecer domicílio naquele sertão”<sup>352</sup>.

É verdade que durante o século XVIII, pediu-se em algumas oportunidades que se concedesse baixa do exército aos homens que se casassem, pois isto “aumentaria o número de casais” de que tanto se carecia na ilha, e também “o aramento das terras” e as lavouras sem prejudicar as tropas, já que isto também se havia feito no Rio de Janeiro<sup>353</sup>. Mas isto o que até então era apenas uma medida conveniente, passa a ser a única maneira de se remediar os males produzidos pelo recrutamento de homens.

Rapidamente, este mecanismo se torna signo de opressão, responsável pela causa de calamidades. Em 1864, Paiva vai lembrar em sua *Notícia Geral da Província de Santa Catarina* o quão calamitoso havia sido o governo do Coronel Francisco Antônio Cardoso de Meneses, no início da década de 1760, justamente pelo fato dele ter se utilizado indiscriminadamente deste direito de recrutar os seus moradores a servirem nas milícias. O “recrutamento de 400 a 500 homens” arrancou “aos lavradores os seus filhos, pelo que definiu consideravelmente a agricultura”<sup>354</sup>.

Contudo, se lentamente se constitui uma série de críticas à sesmaria como mecanismo e aos princípios de governo que a fundamentam, ao mesmo tempo, não se abandona alguns de seus pressupostos. É o que vemos claramente, por exemplo, nas críticas feitas por Léonce Aubé, em um livro escrito a partir de suas observações feitas em Santa Catarina em 1844. Muitas de suas sugestões a respeito de como se deve estabelecer os imigrantes e as colônias nesta província, são retomadas dos princípios sugeridos por Brito, da mesma maneira que inúmeras críticas.

Sua principal crítica, tal como a que vemos na *Memória Política*, diz respeito à necessidade de se conhecer o espaço no qual se vai estabelecer as pessoas, o contrário do que se costuma fazer com a concessão de sesmarias. Isto evita uma série de problemas, como os que ocorreram na colônia de São Pedro de Alcântara, criada em 1828. Ela havia sido “estabelecida no distrito de São José numa localização muito mal

---

<sup>352</sup> Idem, p. 128.

<sup>353</sup> “Carta do governador da ilha de Santa Catarina, brigadeiro José da Silva Paes, ao rei, sobre a conveniência de conceder baixa dos atos militares aos soldados da Junta da Armada que se casarem”. Ilha de Santa Catarina, 1 de agosto de 1747. *Catálogo de Documentos*, doc. 33.

<sup>354</sup> PAIVA, Joaquim Gomes d’Oliveira e. *Notícia Geral da Província de Santa Catarina*. Desterro: Regeneração, 1873. p. 11-12.

escolhida, distante do mar, e onde as terras eram longe de ser as mais férteis. (...) A qualidade muito inferior das terras da colônia, sua situação topográfica e a falta absoluta de comunicação lhe faziam perder toda a esperança de prosperidade para o futuro”<sup>355</sup>.

Isto conseqüentemente resulta no abandono da terra, conforme se pode verificar na própria colônia de São Pedro de Alcântara. Entre estes colonos e seus filhos, “os mais inteligentes e mais empreendedores se apressaram em deixar a localidade logo que obtinham os meios necessários, indo buscar em outros pontos ainda inabitados, terras menos ingratas e melhor situadas. É desta forma que os territórios desertos das fontes de água termais do Cubatão, as fontes de Biguassú e Camboriú, e as margens do Itajaí, foram povoadas e cultivadas, tendo os imitado um certo número de famílias de cultivadores brasileiros logo em seguida”<sup>356</sup>.

Da mesma maneira que Brito, Aubé vai dizer que a forma com que se pode evitar este problema, é estabelecendo sesmarias ao longo de um caminho, contíguas umas as outras. A concessão de sesmarias ao longo de um caminho, do qual o seu traçado é previamente definido, deve passar por terras férteis, que disponham de uma topografia privilegiada, tocando em fontes que forneçam águas e em várzeas que forneçam madeiras, evitando o que havia acontecido na ocasião da abertura do caminho para Lages, em 1788. Possuindo terras férteis e meios para escoar o que produzem, os sesmeiros não têm motivos para abandonar suas terras.

No entanto, um princípio deste mecanismo parece bloquear a constituição de uma política de imigração. Um princípio que Aubé retoma de Brito, que o retoma dos editais que convocaram os casais de açorianos a virem ao Brasil em meados do século XVIII: a doação de gratuita de sesmarias. Brito fez questão de frisar de onde retira esta idéia; aos povoadores, deve-se fornecer o transporte, uma sesmaria, o sustento, o curativo nas doenças pelo prazo de um ano, as primeiras sementes e o gado, para começarem as lavouras, conforme prevê a Provisão Régia de 1747<sup>357</sup>.

---

<sup>355</sup> AUBÉ, Léonce. *La Province de Sainte-Catherine et la Colonisation au Brésil*. Rio de Janeiro: Imprimerie Française de Frédéric Arfvedson, 1861. p. 106. (BOR).

<sup>356</sup> Idem, p. 106-107.

<sup>357</sup> Brito, p. 121; Aubé, p. 94-101.

Será preciso esperar que o Visconde de Abrantes, em 1846, demonstre claramente como a própria concessão gratuita de terras é o principal problema que impede que a agricultura se desenvolva, que as pessoas se fixem ao solo, para que se constitua em seguida uma política de imigração, tal como vemos a partir de 1850.

A doação de terras a indivíduos ou famílias, fornecendo-lhes além disso sementes e víveres até a primeira colheita (...), que a primeira vista parece tão oportuno e sedutor, não tem correspondido até agora do que dela se esperava. A experiência mostra que a terra assim doada é quase sempre mal amanhada pelo colono que, não tendo necessidade de pagá-la, nem precisando ganhar o pão nos primeiros tempos, contrai logo o hábito de trabalhar pouco e torna-se negligente ou preguiçoso. Ademais, a doação de terras, excitando em qualquer proletário o natural desejo de possuí-las, embora lhes falte o cabedal necessário para cultivá-las, e tenha de viver em miséria, produz o grave mal de não haver quem trabalhe à jornal onde poucos são ou podem ser proprietários<sup>358</sup>.

Vemos que com Abrantes, a concessão gratuita de terras, contra a qual não encontramos críticas anteriores, vai se tornar um problema. Abrantes a reprova pelo fato de que ela incita o colono que a recebe a uma série de novos problemas que não existiam anteriormente. Vimos como no século XVIII, o combate à vadiagem, por exemplo, está associado ao aparecimento de desordens nas vilas. A sesmaria não é um mecanismo através do qual se combate a preguiça e a negligência do sesmeiro que a recebe; Abrantes insiste no fato de que, a própria sesmaria que se recebe gratuitamente, é que torna o colono preguiçoso, além de impedir que se disponha de proletários que trabalhem para outros proprietários com o desejo de adquirirem a sua própria propriedade. “Entendo pois que devemos renunciar a tão improficuo como dispendioso meio de colonizar”<sup>359</sup>.

D João VI se utilizou deste meio no Brasil, assim como Catarina II e Paulo I na Rússia, e em todos os lugares ele se mostrou infrutífero.

O estado da nossa colônia Suíça da Nova Friburgo e o das colônias da Podolia e Bessarabia, que se acham em completa decadência, não abona a eficácia do mesmo meio. E se as colônias de São Leopoldo no Rio Grande do Sul e as do governo do Saratof na Criméia medram e prosperam, deve-se atribuir esse resultado não ao meio em questão, porém antes a feliz situação da primeira e a sua condição mais industrial do que agrícola; e a existência toda excepcional das segundas, onde os colonos considerados como servos imediatos da coroa gozam de privilégios incompatíveis com o estado social do povo russo e por conseqüência muito odiosos<sup>360</sup>.

---

<sup>358</sup> ABRANTES, Visconde. *Memória sobre os meios de promover a colonização*. Berlim: Typ. de Unger Irmãos, 1846. p. 17. (IHGB).

<sup>359</sup> Idem, 18.

<sup>360</sup> Idem, p. 17-18.

Rapidamente, torna-se claro diante de todos que a sesmaria e a concessão gratuita de terras produzem toda uma série de problemas difíceis de se combater. Em 1853, Coelho descreve como, em inúmeras colônias criadas na província de Santa Catarina, era a própria concessão gratuita de terras o que as inviabilizava. Em 1821, por exemplo, havia-se concluído os trabalhos que visavam a criação da colônia de Ericeira, na Enseada da Garoupas. Somente com a compra dos terrenos e a construção de casas onde seriam acomodados os colonos, foram gastos pelo erário mais de 5 contos de réis. Em 1819, por ordem d'El Rei D. João VI, chegavam 101 pessoas de Portugal,

a maior parte dos quais parece que veio só por vencer diárias e vender os utensílios da lavoura e pesca que recebeu. Muitos a quem se deram essas casas, com cômodos suficientes, um quadro de 30 braças de terra no arraial para chácaras, e 100 braças de frente de boas terras virgens, com fundos bastantes, pouco arredados da colônia, não se deram aos trabalhos, para que se mandaram vir, ou que se devia esperar, segundo as profissões que supôs terem no seu país; tornaram-se quase todos, assim pode-se dizer, mascates e taverneiros, vendendo por preço diminuto as suas propriedades, e até abandonando-as inteiramente<sup>361</sup>.

Em 1820, da mesma maneira, D João VI ordenou que se desse baixa a 80 soldados do 2º batalhão do regimento nº 12 de Portugal que, vindo da Bahia, encontrava-se na província, com o intuito de se os acomodar como povoadores na colônia Ericeira e nas Caldas do Rio Cubatão. “Aconteceu com estes o mesmo que com os ericeiros, pois demorando-se unicamente nos distritos que lhe foram marcados o tempo preciso para receberem as diárias, retiraram-se, uns para ocuparem o emprego de caixeiros, outros para Portugal, levando o produto das vendas que fizeram das suas posses”<sup>362</sup>.

Em meados do século XIX, costuma-se afirmar que as colônias que haviam sido criadas a partir deste mecanismo, estavam fadadas ao fracasso, se já não houvessem fracassado; constitui-se neste momento uma crítica as sesmarias, das quais até então se havia utilizado e que se encontravam ultrapassadas; fazer esta crítica se torna possível, porque a partir de então, constitui-se um novo mecanismo que pode justamente mostrar o quanto as sesmarias como mecanismo do poder soberano haviam prescrito.

---

<sup>361</sup> Coelho, p. 88-89.

<sup>362</sup> Idem, p. 89.

## ***A imigração, um novo mecanismo***

Nas críticas às sesmarias que antecedem a *Memória* de Abrantes, vemos que não é tanto este mecanismo o objeto de contestação. Brito, por exemplo, ao insistir no fato de que a partir de então, os casais que fossem acomodados no sertão da província, não deveriam, em hipótese alguma, ser recrutados a servirem às milícias, critica o próprio princípio que justificou, desde meados do século XVIII, o deslocamento de pessoas para as regiões que precisavam ser defendidas. É preciso lembrar que o poder soberano se utiliza deste dispositivo com o intuito de dispor de pessoas que possam servir nas fortalezas, que cultivem as terras próximas a elas, fornecendo alimentos, e conseqüentemente aumentando a arrecadação fazendária. Ora, Brito está criticando a própria finalidade que cumpria o deslocamento de pessoas.

Mas ele o faz, porque o próprio deslocamento de pessoas e a criação de povoações, saem do interior de uma estratégia política da soberania portuguesa e passam a se constituir, de outra maneira, como um mecanismo do governo que vai administrar a população. Ele passa a ser um mecanismo através do qual se pode aumentar a população que se administra<sup>363</sup>. E aqui há algumas questões que devemos levar em consideração: durante o século XVIII e mesmo em Brito, os termos que encontramos para designar este mecanismo de deslocamento de pessoas de uma região, para outra que deve ser defendida, são estes a que viemos nos referindo até agora: transporte de casais; acomodação das pessoas; “mandar vir” casais de uma região para outra, etc. Jamais se fala em “imigração” ou “colonização” para se designá-lo.

Em Brito, vemos que ao lado da família que se deve transportar para fazer aumentar a população, aparece o “indivíduo”. O poder soberano intervia politicamente nos “casais”; quer dizer, a família era o termo de referência, objeto de análise política, unidade de controle a partir do qual se podia deslocar as pessoas de uma região para outra. Em Brito, vemos que o indivíduo – a partir de Abrantes o *colono* - aparece como objeto de análise política, unidade de controle estatístico e domínio de intervenção, porque a população é o resultado de sua soma total, mas sobretudo, porque o aumento da população é um dispositivo que se torna possível a partir da relação que se estabelece entre o número de indivíduos e a

---

<sup>363</sup> Brito, p. 89-90.



extensão do território. O total da população desta capitania em 1810, “comparada com a extensão do território dá 30 habitantes por cada uma légua quadrada. Ora, para se conhecer quanto esta população pode aumentar, cumpre notar que ela somente habita a ilha e uma porção da terra firme à beira-mar; em toda extensão da costa, que terá quando muito três léguas na direção leste-oeste, isto é, uma superfície de 237 léguas quadradas, porque todo o resto da capitania para o interior é sertão inculto e despovoado, de maneira que neste estado abandonado se acham ainda hoje 764 léguas quadradas”<sup>364</sup>.

Entendemos porque o saber do espaço se torna fundamental no século XIX. Se o poder, a partir de então, vai procurar aumentar a população, ele o fará a partir do estabelecimento desta relação que o torna possível, entre o número de indivíduos que governa e o espaço de que dispõe para fazê-la aumentar. Mas é preciso perceber que este aumento não se torna possível pelo conhecimento final da soma de todos os indivíduos e das léguas de todo o seu território, mas sim a partir da relação entre o indivíduo e o território dividido em léguas precisas e delimitadas. Entendemos agora porque no Brasil, desde então, ouviremos falar com certa freqüência em vazio demográfico.

No final do século XVIII, na Europa, a imigração se constitui como um mecanismo de controle social que permite regular o aumento e a diminuição da população. A imigração se torna um novo mecanismo a partir do qual as condições de vida da população podem ser melhoradas: se ela diminui, através dela, pode-se compensar esta diminuição<sup>365</sup>. Da mesma maneira, ela permite regulá-la no caso de seu aumento excessivo: “no caso de haver aumentado a população com excesso nas partes mais cultivadas do mundo, o remédio natural e óbvio que se apresenta é a emigração àquelas outras partes do mundo que estão sem cultivo”<sup>366</sup>.

Ora, a possibilidade de definir se uma região possui excesso ou não de indivíduos, só vai se constituir com o surgimento da noção de população através do desenvolvimento da estatística e quando esta noção for relacionada com a extensão do território que ela habita. Este não é um problema natural, que se dá por si mesmo, mas que só pode se constituir no interior deste novo princípio de governo que constitui

---

<sup>364</sup> Brito, p. 50.

<sup>365</sup> MALTHUS, Thomas (1798). *Ensayo sobre el principio de población*. México/Buenos Aires: Fondo de Cultura Económico, p. 275.

<sup>366</sup> Idem, p. 312.

mecanismos que o iluminam. Não poderíamos chamar, portanto, de imigração o deslocamento de pessoas para o Brasil meridional ocorrido no século XVIII, porque a imigração se constitui no Brasil somente em meados do século XIX, como mecanismo de regulação da população<sup>367</sup>.

O que significa, então, precisamente, o deslocamento de pessoas? O deslocamento de pessoas tem por finalidade re-posicionar os súditos nos domínios soberanos: se há uma região que precisa ser defendida, na qual existem poucas pessoas, basta deslocar os súditos de uma região para outra para resolver este problema. Paes sugere, em 1742, como vimos há pouco, que se desloque toda uma aldeia de “índios da terra” que vivem próximos de Paranaguá para esta ilha, pois lá não há problemas para a segurança do território. Assim, trata-se de deslocá-los da posição em que se encontram nos seus domínios para outra: não há o objetivo de aumentar a população. Certamente, se fizermos um estudo demográfico, constataremos um aumento no número de habitantes desta região, mas não é esta a finalidade do deslocamento de pessoas – até porque isto não implica no aumento do número total de súditos de que dispõe o soberano. Da mesma forma, em relação aos açorianos e madeirenses: trata-se de posicioná-los numa região em que vão se tornar mais úteis ao soberano. Aqui, quando se justifica que numa região existem poucas pessoas, isto não quer dizer, poucas pessoas em relação à extensão do seu território, mas sim em relação à necessidade de pessoas que carece para ser defendida.

O governo da população não é contra a escravidão em si, como um problema moral. Ele critica a escravidão pelos seus efeitos sobre a população. Em primeiro lugar, “a escravidão é uma prova convincente do pouco favorável que é a propagação da espécie nos países em que predomina”<sup>368</sup>. Ela é um obstáculo ao aumento da população, na medida em que sempre se recrutam novos escravos no intuito de substituir a força de trabalho, seja porque muitas vezes é mais barato comprar novos escravos do que manter os que nascem, seja porque o tráfico é um importante comércio em alguns países; assim, há um permanente ciclo de reposição de indivíduos sem que haja o aumento efetivo de sua soma. Neste sentido, o trabalho livre é preferível à escravidão, pois em qualquer lugar onde as classes baixas são livres, elas “podem produzir

---

<sup>367</sup> Raison diz que a migração é um fenômeno universal que se designa pela “mobilidade dos homens”. Sem dúvida que se pode analisar fenômenos que se caracterizam pela “mobilidade dos homens”, designando-os como migrações. Não só estamos de acordo como não é o nosso objetivo refutá-los. No entanto, gostaríamos de frisar que procuramos aqui estudar o deslocamento de pessoas no século XVIII e a imigração no século XIX como mecanismos políticos. RAISON, Jean-Pierre. “Migração”. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986. vol. VIII. p. 488.

<sup>368</sup> Malthus, p. 130.

filhos em quantidade suficiente para igualar a demanda de trabalho existente”<sup>369</sup>. Depois, porque a forma como se mantém os escravos, sobretudo, a maneira como são obrigados a viver nas senzalas, é uma fonte de produção de epidemias, devido ao seu ambiente pouco ventilado e malsão, o que em seguida causa os maiores estragos na sociedade<sup>370</sup>.

É possível que o fim da escravidão no Brasil no século XIX, também seja signo desta transformação do que é governar e da constituição da noção de população. Se é possível melhorar as condições da população, através do incentivo do crescimento da atividade econômica, isto deve ser acompanhado do próprio crescimento da mão-de-obra, o que a escravidão impede<sup>371</sup>. Talvez seja possível somar às condições que possibilitaram o fim da escravidão, a constituição de um governo da população.

A *Memória* de Abrantes é um esforço, justamente neste sentido, em criar condições para se regular a introdução de imigrantes e do trabalho livre no Brasil, com o intuito de gerar um aumento da escassa população brasileira, que em pouco tempo vai poder, do sul do país, expandir-se para todas as outras regiões. Com Abrantes, cria-se condições para que a imigração se constitua como um dispositivo político, na medida em que ele define um novo princípio para o seu estabelecimento no espaço, totalmente distinto daquele da sesmaria.

Ele define em sua *Memória*, que as terras em que vai se estabelecer os imigrantes, deixam de ser um domínio do soberano para se tornar uma propriedade do Estado. Não é mais o soberano que as deve conceder aos seus súditos, à companhias que se encarreguem de os acomodar, mas é o Estado que deve delas se tornar proprietário e vendê-las a sua população. Ele deve passar a vender terras públicas, medidas e demarcadas, situadas em lugares acessíveis, a preços acessíveis<sup>372</sup>.

Assim como ocorreu nos EUA, desde fins do século XVIII, deve-se também no Brasil tornar todas as suas terras públicas, possíveis de serem vendidas aos imigrantes. Para isso, é necessário medi-las e demarcá-

---

<sup>369</sup> Idem, p. 130.

<sup>370</sup> Idem, p. 131.

<sup>371</sup> Abrantes argumenta que nos EUA o fim da escravidão ocasionou o aumento da necessidade de mão-de-obra e conseqüentemente o aumento do número de braços livres, o que fez aumentar o número de imigrantes e o crescimento da população. Abrantes, p. 32-33. Aubé diz que “a abolição do tráfico, fato hoje consumado, mas previsto há mais de 30 anos, havia dirigido os espíritos em direção à colonização estrangeira para prevenir a falta de braços com os quais se deveria contar”. Aubé, p. 105.

las. Nos Estados Unidos, os agrimensores medem e dividem as terras em municípios de 6 milhas quadradas, e cada um deles é por sua vez subdividido em sessões de uma milha contendo 640 acres, e cada sessão ainda é subdividida em 4os. de 160, em 8os. de 80 acres, e em 16os. de 40 acres.

As divisões e subdivisões são feitas por linhas tiradas dos quatro pontos cardeais, cortando-se em ângulos retos, e tendo por base uma série de meridianos verdadeiros, um no Ohio, outro na Indiana, outro no Illinois, etc., de sorte que há a maior exatidão e regularidade nas demarcações. Nos quatro ângulos de cada sessão, assentam-se marcos e as linhas das subdivisões são traçadas por cortes nas árvores. Só é permitido aos agrimensores desviarem-se da regra da divisão em quadrados regulares nos casos de encontros de alguma fronteira de território indígena não demarcado ainda, e de algum rio ou lago. Por números especiais são indicados os Municípios e suas diferentes sessões, e em cada uma destas subdivisões respectivas. Além deste trabalho incumbe aos engenheiros e agrimensores levantar plantas ou cartas, contendo as medições e divisões numeradas e fornecerem à administração todos os dados necessários a Estatística do país, dando conta regularmente das observações sobre o clima, configuração e natureza do solo, curso dos rios e mais circunstâncias topográficas, sobre produtos da natureza, estado da cultura e da indústria, e da população de cada distrito<sup>372</sup>.

Em 1850, é estabelecida a Lei de Terras e quatro anos mais tarde o decreto que a manda executar. Ela cria uma “Repartição Geral de Terras Públicas” a quem vai competir tornar a terra propriedade do Estado. Cabe a esta Repartição: descrever, medir, dividir as terras devolutas que podem ser vendidas ou utilizadas no intuito de se aumentar a população; fiscalizar a sua distribuição e as suas vendas, promovendo a sua colonização; estabelecer um regulamento que normatizasse estas medições, definindo normas para o seu registro e para o registro daquelas que já se encontram possuídas e que devem ser incorporadas a este modelo de controle.

Em cada província, deve-se estabelecer uma “Repartição Especial de Terras Públicas”, a quem vai competir: dividir o seu território em “distritos de medição”, conforme a quantidade de suas terras devolutas. Em cada distrito, vai se estabelecer um “Inspetor Geral de Medições”, a quem cabe a responsabilidade prática das medições. Elas devem ser feitas a partir da definição de territórios de seis mil braças de lado, subdivididas em lotes de quinhentas braças de lado. Delas se deve extrair 3 mapas, dos quais um deve ficar na Repartição da província, outro deve ser enviado para a Repartição Geral e o terceiro deve ficar com o inspetor. Estes mapas devem ser acompanhados de memórias, contendo notas descritivas sobre o terreno medido, e todas as outras indicações necessárias.

---

<sup>372</sup> Abrantes, p. 18.

<sup>373</sup> Abrantes, p. 22.

A Lei de Terras de 1850, cria condições legais e técnicas para o funcionamento da imigração como um dispositivo através do qual se pode fazer crescer a população. Inúmeras colônias são criadas a partir de então: 1850, colônia Blumenau; 1851, colônia Dona Francisca; 1852, colônia Leopoldina; 1853-1854, colônia Militar Santa Tereza; 1860, colônia Itajaí-Brusque; 1860, colônia Nacional Angelina. Durante toda a segunda metade do século XIX, a criação de colônias em Santa Catarina tende a crescer vertiginosamente, assim como no sul do Brasil, pois é desta forma que se pode fazer crescer a população de forma regulada; ou seja, incentivando a criação de colônias; fomentando a formação de companhias colonizadoras; incentivando a criação de infraestrutura que as apóie, etc. Segundo Cabral, em 1848 a população de Santa Catarina era de 80 mil habitantes; meio século mais tarde, em 1900, ela será de pouco mais de 320 mil habitantes, como resultado deste dispositivo<sup>374</sup>. Durante a primeira metade do século XX se falará naturalmente da imigração como um mecanismo de “reposição” da população<sup>375</sup>.

Em 1867, são nomeados os engenheiros responsáveis pela medição de terras devolutas na província de Santa Catarina, as quais, em algumas regiões, após medidas e demarcadas, deveriam ser incorporadas às colônias próximas a elas. Em Laguna, é nomeado o engenheiro Manoel da Cunha Sampaio; na margem esquerda do rio Itajaí-Mirim (terras que deveriam ser incorporadas a colônia Itajaí), o engenheiro Virgínio da Gama Lobo; nos campos acima da serra, próximos à colônia Blumenau, o engenheiro Luiz Manoel de Albuquerque Galvão; no lado norte das terras da princesa de Joinville, Henrique Kreplin; na colônia Militar Santa Tereza, o engenheiro Antônio José Ramos; no Vale do Araranguá, o engenheiro Manoel da Cunha Sampaio. “Aguardando-se para neste ano uma imigração avultada para as colônias da província, principalmente para a de Blumenau, dei as necessárias providências, assim para o bom recebimento dos imigrantes, como para a imediata colocação de todos eles em lotes que lhes terão de ser distribuídos, e que para este fim estão sendo medidos e preparados”<sup>376</sup>.

.....

---

<sup>374</sup> CABRAL, Oswaldo R. *História de Santa Catarina*. Florianópolis, 1968. p. 342.

<sup>375</sup> Cf. “Relatório da Inspeção de Higiene – 1903”. *Inspeção de Higiene*, r. 1903, cx. 161. (APESC).

<sup>376</sup> LACERDA, Adolpho de Barros Cavalcanti d’Albuquerque. “Relatório apresentado ao Exm. Vice-Presidente da Província de Santa Catarina, o comendador Francisco José de Oliveira, pelo presidente por ocasião de passar lhe a administração da mesma província em 23 de maio de 1868”. fl. 40. (APESC).

A partir do século XIX, a distribuição e localização da população em espaços previamente divididos e demarcados, torna-se um mecanismo que permite regular, controlar e impulsionar o seu crescimento. **Karte des bewohnten Theils der Colonie Blumenau, Süd-Brasilien – 1864.**

Neste mesmo ano, é estabelecido um “Regulamento” para a fundação de colônias, distribuição de terras e condições de propriedade, de acordo com a Lei de Terras<sup>377</sup>. Elas só podem ser estabelecidas em distritos previamente definidos, medidos e demarcados por engenheiros do governo<sup>378</sup>. Cabe a eles levantar a sua planta geral, na qual deve constar, não só a designação dos lotes medidos e demarcados, mas o traço das estradas e pontes projetadas, os rios e córregos que a atravessam, as suas disposições topográficas, os terrenos reservados para a povoação e aqueles destinados para as ruas, praças, logradouros públicos, igrejas, escolas, cemitérios, casa de administração, cadeia e outros edifícios coloniais<sup>379</sup>. Ele deve definir os lotes e o seu tamanho, nos quais vão ser distribuídos os indivíduos<sup>380</sup>.

Para que os imigrantes que chegam às colônias não se dispersem após o desembarque, é criado em cada uma delas um edifício que tem por função, mantê-los reunidos até a sua distribuição nos lotes demarcados<sup>381</sup>. Os indivíduos podem escolher o lote que preferir, pagando-os à vista ou a prazo<sup>382</sup>; há duas espécies de títulos de propriedade: os títulos provisórios ou de designação dos lotes e os definitivos de propriedade<sup>383</sup>. Os primeiros são dados a quem comprar a prazo e o segundo são entregues àqueles que quitarem o pagamento. Nos títulos definitivos é marcado: a exata descrição das confrontações do lote; as distâncias e rumos das linhas divisórias com declaração da declinação da agulha; a superfície quadrada e os nomes dos confrontantes; as condições a que ficam sujeitos pelo presente regulamento<sup>384</sup>.

---

<sup>377</sup> “Regulamento para as colônias do Estado”. Palácio do Rio de Janeiro, 9 de janeiro de 1867. *Mercantil*, 9 de junho de 1867, nº 637. ESC, vol. 44.

<sup>378</sup> *Idem*, art. 1.

<sup>379</sup> *Idem*, art. 3.

<sup>380</sup> *Idem*, art. 4.

<sup>381</sup> “Cada colônia terá um edifício especial onde se recolham provisoriamente os colonos recém chegados até receberem seus respectivos lotes”. *Idem*, art. 28.

<sup>382</sup> *Idem*, art. 6.

<sup>383</sup> *Idem*, art. 9.

<sup>384</sup> *Idem*, art. 11.

Se em dois anos, o indivíduo não tiver estabelecido nele morada habitual e não estiver cultivando a sua terra, perderá o seu direito de propriedade<sup>385</sup>; o indivíduo que deixar de se ocupar assiduamente em sua lavoura e indústria, será admoestado ou privado dos favores coloniais<sup>386</sup>; o indivíduo que por sua ociosidade comprovada, e maus costumes, for considerado incorrigível, será excluído do distrito pela presidência da província<sup>387</sup>.

Vemos que há uma clara ruptura, a partir de 1850, com a constituição de um dispositivo concreto que permite fazer crescer a população, em relação à concessão de sesmarias. De súbito, vemos que a medição do espaço e a sua divisão em lotes nos quais se deve distribuir e localizar a população, é a efetivação deste princípio que relaciona o número de indivíduos de uma população com a extensão do território.

A sesmaria não se importa em distribuir as pessoas num espaço dividido, ou seja, em localizá-los, porque seu intuito não é o de fazer crescer a população. Basta estabelecê-los na região que carece ser defendida, na qual eles vão produzir para a manutenção das fortalezas e servirem como fonte de recrutamento. No século XVIII não há a noção de colônia, como vemos a partir de meados do século seguinte, onde os indivíduos são distribuídos e localizados. O que é uma colônia? É um núcleo ou centro de expansão demográfica que tem por objetivo reunir de maneira regulada o maior número de pessoas possível, num espaço determinado e limitado, manter os indivíduos próximos mas ao mesmo tempo separados, incentivando e fortalecendo o comércio entre si, e com outros núcleos, a partir do que é possível haver crescimento econômico, do qual deriva o aumento da população. Não podemos ver as povoações que se afirma criar no século XVIII, a partir desta imagem que temos dos núcleos coloniais; basta lembrarmos que as sesmarias são quase sempre concedidas uma légua distantes entre si. Criar uma povoação quer dizer: levantar uma igreja e marcar o terreno que se determina como praça.

Neste novo mecanismo, o poder tem necessidade de localizar os indivíduos na superfície do seu território. A economia escravocrata dispunha do açoite e da senzala como espaço cerrado que fixava compulsoriamente o indivíduo, como forma de controle da mão-de-obra. A introdução da mão-de-obra

---

<sup>385</sup> Idem, art. 12.

<sup>386</sup> Idem, art. 36.

<sup>387</sup> Idem, art. 37.

livre e a constituição de uma economia capitalista, terá que recorrer a outras formas para exercer o seu controle, que não mais aquela do açoite e do espaço cerrado<sup>388</sup>. Mas não se trata apenas de um problema econômico: a localização dos indivíduos na superfície do espaço dividido e demarcado é a maneira como se pode regular o seu crescimento e a sua diminuição, o que é impossível de se fazer com uma população em movimento.

Vimos como os investimentos, no início do século XIX, em Santa Catarina, feitos com o intuito de introduzir mão-de-obra agrícola livre, através da concessão gratuita de sesmarias, logo eram perdidos, porque os indivíduos vendiam o que recebiam, e em pouco tempo se deslocavam para outras povoações; a sesmaria não é um mecanismo que permite controlar a localização dos indivíduos no espaço e fomentar a criação e o desenvolvimento de núcleos populacionais<sup>389</sup>.

O poder deve recorrer a vários princípios se quiser manter esta população localizada e fixa na superfície do seu território. Ele vai atribuir valor econômico a propriedade da terra, que até então não existia. Este valor é definido, sobretudo, através de sua capacidade produtiva: se a cada ano uma propriedade produz colheitas crescentes, maior é o seu valor<sup>390</sup>. E por esta propriedade, paga-se doravante um preço. Na medida em que quase nenhum indivíduo dispõe de capital suficiente para pagar à vista o lote de terras que adquire nestas colônias, a única possibilidade que lhe resta de, ao chegar a uma colônia, adquirir um lote de terras, é se endividando a longo prazo junto à sua direção. Ele é impulsionado neste sentido, na medida em que ele recebe, por exemplo, as sementes gratuitas para o plantio das primeiras roças; de posse das sementes, falta-lhe a terra para cultivá-las, o que pode adquirir se endividando a longo prazo. Enquanto não termine de pagá-la, não a pode vender, pois não recebe o título definitivo de proprietário, mas sim o título provisório; se não começar o seu cultivo em até dois anos após a sua aquisição, perde o direito de propriedade. Se não a cultivar assiduamente, perde o direito a favores, como o de trabalhar na abertura de estradas, o que pode lhe render um ganho extra; se viver na ociosidade, pode ser

---

<sup>388</sup> A sesmaria, ao não conseguir fixar a mão-de-obra em uma região que se torna investimento do governo, fracassa neste sentido.

<sup>389</sup> Lembremos de passagem que os investimentos feitos na década de 1820 para a fundação da colônia Ericeira, fracassaram porque os sesmeiros se tornaram, em sua maioria, taberneiros ou mascates, abandonando-a. No século XVIII isto também ocorria, mas não era considerado um problema para o Estado, na medida em que o objetivo do deslocamento de pessoas para o Brasil meridional não era o de formar núcleos populacionais. Lembremos, também de passagem, dos casais que foram enviados por Manuel Mansa, em 1751, ao sul de Laguna e que lá não aceitaram se acomodar, estabelecendo-se em seguida nesta povoação. Se no século XVIII isto não era um problema, era porque o poder não tinha por objetivo localizar os indivíduos em lotes divididos de colônias demarcadas que formassem núcleos geradores de população e crescimento econômico. Seu objetivo era os posicionar na região da capitania da ilha de Santa Catarina.



expulso da província; se acumular o atraso no pagamento das prestações de sua propriedade, corre o risco de sofrer uma ação de despejo e a única forma de não atrasá-los, é através do que produz em sua propriedade ou vendendo a sua força de trabalho a outros proprietários, o que gera mão-de-obra; se a abandonar sem quitar as dívidas contraídas junto à direção da colônia, torna-se um infrator perante a justiça.

Há toda uma série de registros que se constituem nas colônias com o intuito de localizar os indivíduos no espaço e que vai permitir que este dispositivo funcione<sup>391</sup>; O que queremos dizer aqui por localizar? Não se trata simplesmente de fixá-los definitivamente junto ao espaço adquirido; localizar não quer dizer imobilizar os indivíduos permanentemente neste espaço dividido e demarcado, mas constituir um sistema que permita controlar, através do registro neste espaço, a mobilidade e o deslocamento dos indivíduos. O “Livro de matrícula dos imigrantes” registra o nome de cada imigrante, a data de sua chegada, sexo, religião, estado civil, nacionalidade, classe e reserva ainda um espaço para observações. O “Diário” serve para anotar apontamentos sobre o tempo e a temperatura local, assim como breves notícias sobre acontecimentos notáveis. O “Livro Caixa” registra as quantias que entram e saem do caixa da colônia, bem como a sua proveniência e a sua destinação. O “Livro de férias dos jornaleiros” registra o nome dos indivíduos e os serviços prestados à colônia, bem como a quantia que por eles receberam. O “Livro de notas das vendas de terra ou registro dos títulos provisórios” registra os assentamentos provisórios, com a declaração do nome do comprador, o número do lote escolhido, a posição em que é situado e o seu preço estipulado. O “Livro dos Tombos” registra todas as vendas de terras, inclusive as constantes nos títulos provisórios, com a indicação da localidade, número do lote adquirido, sua área, data da venda, preço estipulado por braça quadrada, quantias parcialmente pagas, e diversas observações que procuram esclarecer as transações. “Este livro pode vir a ser o cadastro das terras de cada colônia, referindo a data das medições dos prazos coloniais, os confrontantes e as transferências que posteriormente se forem fazendo, de sorte que em qualquer tempo se possa bem discriminar o domínio das terras, e tirar quaisquer dúvidas que

---

<sup>390</sup> Aubé, p. 159.

<sup>391</sup> Cf. GALVÃO, Luiz Manoel Albuquerque. *Relatório sobre as colônias Blumenau, Itajaí, Príncipe D. Pedro e D. Francisca (Província de Santa Catarina) apresentado ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas por este engenheiro*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1871. p. 19-23. (BOR).

possam aparecer entre os héreos confinantes”<sup>392</sup>. Há ainda um “Registro dos casamentos” e o “Registro dos títulos definitivos” que registra as vendas definitivas que são passadas a presidência da província<sup>393</sup>.

Em pouco tempo, constitui-se um dispositivo que localiza a população num espaço dividido, que fixa a mão-de-obra numa área definida *a priori* como espaço onde se deve fazer crescer a população e no qual o Estado despense investimentos para a sua preparação prévia, para se receber os indivíduos; estas áreas nas quais o poder vai investir, devem ser responsáveis pelo crescimento econômico do Estado, pelo aumento de suas próprias riquezas e pela melhoria de suas condições de vida.

É neste sentido, que a partir de meados do século XIX, o saber que geografiza o espaço se tornar imprescindível ao poder; medindo-o, dividindo-o, descrevendo suas características topográficas, produzindo dele um mapa, é possível distribuir e localizar a população, definir as áreas em que se pode criar povoações, e onde se encontram os espaços propícios para se fazê-la crescer. Através do mapa, é possível o controle da distribuição e da localização da população.

### ***A gestão do espaço***

Se a partir do século XIX o poder passa a fixar os indivíduos de outra forma, através de sua localização, ele no entanto, não torna a sua população imóvel. Localizar os indivíduos num espaço demarcado e definido não quer, de modo algum, dizer imobilizá-los. A partir de então, o que pode parecer paradoxal, a regulação do movimento dos indivíduos no espaço da sociedade, passa a ser uma das funções de que ele se encarregará; o movimento passa a ser uma das zonas de intervenção do poder. Desde século XIX, o poder se encarrega de, ao mesmo tempo, localizar a população e regular o seu movimento; dois

---

<sup>392</sup> Idem, p. 20.

<sup>393</sup> Há ainda outros livros de registro que enredam os indivíduos num sistema de localização: “Livro instantâneo ou dos assentamentos dos auxílios gratuitos pagos em dinheiros aos colonos”, o “Jornal”, o “Livro das contas correntes”, o “Copiador”, o “Inventário dos objetos e utensílios a cargo da diretoria”, o “Protocolo ou livro dos autos das sessões da junta colonial” e o “Caderno de recibos”. Todo um conjunto de registros desconhecidos do poder soberano.

elementos que estão interligados, em dependência, um em relação ao outro, pois é impossível localizá-la sem regular o seu movimento, e regular o seu movimento sem que ela esteja localizada.

No século XVIII, as estradas, a sua construção e a sua conservação, não são um problema que diz respeito ao Estado. Se é nelas que se transportam as mercadorias, assim como em rios que servem como meios de comunicação e ligação, onde se realiza o comércio, desenrolam-se as bandeiras e as monções de que nos fala Sérgio Buarque de Hollanda, elas são apenas o espaço em que se desenvolve uma prática. Não há reflexão sobre esta prática, não se atribui a ela qualquer tipo de função. Elas só são problematizadas pelo poder soberano no interior de um sistema de defesa. Talvez pudéssemos dizer que o poder não atribui a si a função de gerir o espaço no século XVIII, através da construção de caminhos que liguem os pontos de um mesmo Estado, porque um caminho então é a extensão de um percurso que se faz na própria representação que é o espaço. Se um percurso é o traçado feito por um corpo entre dois pontos situados no globo terrestre, é o deslocamento da matéria entre dois pontos do globo, não há condições históricas para querer se definir *a priori* os caminhos que devem regular o movimento no espaço.

Em 1799, Manoel Soares Coimbra dá um parecer sobre a defesa da ilha de Santa Catarina, baseado nas observações feitas por La Perouse. A invasão espanhola de 1777, mostrou que a ilha pode ser agredida por inúmeros outros lugares que não só aqueles que se havia fortificado. Portanto, se há uma vulnerabilidade intrínseca a ela, é necessário se utilizar de outros expedientes para torná-la defensível em caso de invasão. Coimbra sugere “a abertura de novas estradas” que cheguem pelo continente à ilha, e a conservação daquela que havia sido feita entre a vila de Lages e o litoral. Assim, “facilmente desceriam socorros de homens e mantimentos no caso de terem os inimigos cortado as comunicações marítimas do continente pela parte do sul da vila da Laguna e Rio Grande, e pela parte do norte, da vila de N. S. da Graça do Rio de São Francisco e mais povoações da Costa; porque havendo pelo sertão estradas entre as referidas vilas, se poderiam receber aqueles socorros dentro de oito ou dez dias, e de vinte até trinta dos lugares mais remotos, não obstante acharem-se as comunicações da marinha cortadas”<sup>394</sup>.

---

<sup>394</sup> COIMBRA, Manoel Soares. “Parecer a respeito das circunstâncias apontadas no extrato da viagem de La Perouse sobre algumas observações concernentes a ilha de Santa Catarina, 1799”. IHGB – Ms. 806 – Lata 42. ESC, vol. XI. p. 4.

Parece-nos que somente em situações estratégicas como esta o poder vai problematizar a necessidade de construção e da conservação de caminhos. De maneira geral, no século XVIII, ele vai se preocupar em definir os caminhos que levam a um ponto que deve ser defendido, não no intuito de melhorá-los ou conservá-los, mas com o objetivo de embaraçá-los para impedir que por eles o inimigo se aproxime. Ou seja, é preciso conhecer os caminhos que levam à povoação, no intuito de embaraçá-los, torná-los um obstáculo ao inimigo.

Nos planos de fortificação de povoações confinantes como a de Rio Grande, é isto o que podemos ver. Nos caminhos que dão acesso fácil ao inimigo, deve-se erguer fortes ou “tranqueiras” e construir trincheiras onde se possam fazer emboscadas com o objetivo de “embaraçar-lhes o passo”. No caso da povoação do Rio Grande, o próprio terreno se apresenta favorável a sua defesa, pois é difícil transportar tudo o que é necessário para se poder atacá-la, haja visto “seus dilatados caminhos, cheios de dificuldades pantanais e maus passos; não se pode servir com os cavalos da terra, quando achem quem lhos dê; também os soldados europeus não se podem acostumar de repente às inclemências do ar americano e muitos morrem e desertam, e é excessiva e irreparável a destruição do exército inimigo”. Desta forma, não parece fácil “que um inimigo nos procure conquistar sem arrependimento”<sup>395</sup>.

Soares Coimbra diz algo muito parecido quando trata da necessidade de defender o continente próximo à ilha de Santa Catarina. “O continente quase por si mesmo se defende, a favor das grandes alturas, pântanos e rios caudalosos, que serão outros tantos obstáculos para se dificultarem as manobras dos inimigos ignorantes da qualidade do país, e pelo contrário facilitarão aos habitantes repetidas emboscadas, que impossibilitem toda a qualidade de estabelecimento”<sup>396</sup>.

Com efeito, a engenharia militar é uma tecnologia que procura, em última análise, tornar o espaço inacessível ao inimigo, embaraçar-lhe o acesso, tornar o seu acesso uma sucessão de obstáculos intransponíveis. As fortalezas, a seu modo, são obstáculos que o inimigo deve vencer se quiser conquistar uma vila; a elas cabe fechar os portos de uma nação contra os inimigos estrangeiros. É neste sentido que

---

<sup>395</sup> “Reparos sobre a defesa do Rio Grande de São Pedro e seus territórios – 1767”. In: *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1957. vol. 237. p. 333.

<sup>396</sup> COIMBRA, Manoel Soares. “Parecer a respeito das circunstâncias apontadas no extrato da viagem de La Perouse sobre algumas observações concernentes a ilha de Santa Catarina, 1799”. IHGB – Ms. 806 – Lata 42. ESC, vol. XI. p. 2.

Rohault define o que é fortificar: tornar uma cidade ou uma vila que antes era aberta um lugar fechado, “cercado”<sup>397</sup>. E isto não quer apenas dizer, impedir que uma cidade seja invadida, mas como diz Pombal, impedir que dela se tome “informações oculares”; portanto, fechá-lo ao olhar exterior<sup>398</sup>. No que concerne a geometria, vimos anteriormente como o círculo desempenha uma função relevante neste contexto, como figura que permite desenhar a fortificação.

Neste sentido, a sua preocupação não é a de situar uma povoação em uma região em que o ar seja sereno, em que as águas sejam boas, em que o terreno seja fértil, e no qual seja cômodo o fornecimento de víveres ou de mercadorias. Sua preocupação consiste em dar-lhe força, ou seja, torná-la fortemente protegida. Pierre Herigone, na primeira edição francesa dos “Seis primeiros livros de Euclides”, acresce um pequeno tratado sobre fortificações, no qual define os lugares mais indicados para se estabelecer com vantagens uma povoação, ou nos quais é mais vantajoso defendê-la, segundo suas condições topográficas.

O primeiro lugar, é o cume de uma “montanha não medíocre”; o segundo lugar, o cume que é a sucessão ou continuação de uma montanha; o terceiro lugar, o cume que possui várias sucessões; em seguida, os lugares planos, incultos e úmidos onde se estendem “pântanos aquáticos ou marítimos”; depois, os lugares planos de terra firme; finalmente, aquele que é possível ser comandado de alguma montanha<sup>399</sup>.

As montanhas, dando para todos os lados, são extremamente perigosas para o inimigo, além de seu acesso ser extremamente difícil<sup>400</sup>. Nos lugares plainos, pode-se facilmente fortificar uma vila, mas também se pode atacá-la de quase todas as maneiras<sup>401</sup>; nos lugares pantanosos, só se pode aproximar com muito tempo por causa da falta de boa terra, a qual não terá o inimigo para construir baterias; não se pode sitiá-las por muito tempo, pois seu ar é grosso e malsão<sup>402</sup>.

---

<sup>397</sup> ROHAULT. “Traité des fortifications”. In: *Oeuvres Posthumes*. Paris, 1682. p. 458.

<sup>398</sup> MELO, Sebastião José Carvalho de. “Carta secretíssima a Gomes Freire de Andrade”. Lisboa, 21 de setembro de 1751. *Coletânea de Documentos*, p. 300.

<sup>399</sup> “Des fortifications”. In: EUCLIDE. *Les six premiers livres d’Euclide, demontrez par notes, d’une methode très-brieve et intelligible, avec les principales parties des mathematiques, expliquées succinctement sans notes par Pierre Herigone*. Paris, 1639. p. 387. (ENPC).

<sup>400</sup> Idem, p. 388.

<sup>401</sup> Idem, p. 388.

<sup>402</sup> Idem, p. 389.

Em todos estes exemplos que nos dá Herigone, podemos perceber que a engenharia militar é uma tecnologia do espaço que procura impedir o movimento; trata-se de uma tecnologia que procura erguer no espaço obstáculos que impeçam o movimento inimigo; para ela, as boas condições topográficas de um terreno, as condições mais vantajosas de que pode dispor um terreno, encontra-se nas montanhas, quanto mais inacessíveis melhor, nas regiões pantanosas que embaraçam o movimento e impedem as aproximações.

Na Europa, na segunda metade do século XVIII, uma série de críticas são direcionadas contra esta tecnologia. Lefebvre argumenta que o comércio procura estabelecer uma paz universal; só ele é capaz de associar, unir todas as partes do globo. E isto não separa as pessoas, ao contrário, liga e une todos os membros de sociedades diferentes. E estas ligações, seu estreitamento, multiplicação e manutenção, só são possíveis através do comércio<sup>403</sup>.

O comerciante é aquele ativo, afável e inteligente que excita a indústria e aumenta a circulação universal salutar. Todos os homens são seus irmãos e o universo é a sua pátria<sup>404</sup>. No entanto, ele deve ao fabricante e ao cultivador sua existência; mas é ele quem os anima, estende e verifica os trabalhos<sup>405</sup>. “A agricultura, o comércio, as manufaturas, as leis e a população constituem essencialmente a riqueza e as forças: só elas podem assegurar a duração, a tranquilidade e a verdadeira felicidade das nações. Cabe a uma sábia administração excitá-las, procurando estender a agricultura, encorajar as manufaturas, favorecer o comércio, protegendo enfim a população”<sup>406</sup>.

Sem comércio, ou seja, sem facilidades para trocas, a agricultura, as ciências, as artes, as manufaturas e a população, perdem o ânimo. Sem saídas, sem comunicações que assegurem o transporte do que é produzido entre diferentes países contíguos ou submetidos às mesmas leis, sem ligações bem feitas e

---

<sup>403</sup> LEFEBVRE. *Des travaux publics*. Paris, 1778. p. I-VI. (ENPC).

<sup>404</sup> Idem, p. VIII.

<sup>405</sup> Idem, p. IX.

<sup>406</sup> Idem, p. 1-2.

conservadas entre as povoações que produzem, os portos que transportam e os lugares onde há grande demanda pelo consumo destes produtos, o comércio tende a se estagnar<sup>407</sup>.

Na medida em que a engenharia militar procura fechar e embaraçar os acessos de uma nação ou de uma região, principalmente os seus portos, ela vai se tornar um problema. Lefebvre insiste sobre o fato de que “é preciso desembaraçar” todos os portos úteis ao comércio exterior, que é por sua vez resultado e alimento do interior; na cabeça destes estabelecimentos estão os portos marítimos, os seus cais e as suas enseadas; todos estes trabalhos devem ser concebidos, projetados e executados para o bem da agricultura e comércio, por um ministro<sup>408</sup>.

Estamos diante de duas tecnologias que tomam o espaço a partir de princípios distintos e que se constituem no interior de concepções de governo diferentes. Isto o que no Brasil chamaremos de engenharia civil, é justamente um saber que tem por finalidade retirar os obstáculos que impedem ou prejudicam o movimento no espaço; a engenharia militar é um saber que procura erguer barreiras que impeçam e prejudiquem o movimento. A engenharia civil, em contraposição, é uma tecnologia que procura desimpedir e estabelecer ligações e comunicações por terra ou por água, retirando do espaço todo tipo de barreiras consideradas como obstáculos<sup>409</sup>. Poderíamos dizer, que ela é uma tecnologia de *desobstaculização* do espaço. Com a engenharia civil, sai-se do regime do círculo e passa-se ao regime da *linha*, o que vemos através do princípio que estabelece a diretriz como “linha racional” de construção do espaço que deve regular o movimento, ou através do seu alinhamento<sup>410</sup>.

No Brasil, a partir do início do século XIX, vemos que lentamente a defesa e a conservação do território deixam de ser o problema principal do Estado; é preciso abrir os seus portos que até então estavam fechados, incentivar o aumento do comércio, animar a saída e a entrada de produtos, e conseqüentemente, do crescimento de sua produção.

---

<sup>407</sup> Idem, p. 2.

<sup>408</sup> Idem, p. 6.

<sup>409</sup> SGANZIN, J.M. *Programmes du cours de géométrie descriptive appliqué à l'art de l'ingénieur des ponts et chaussées*. Paris, 1806. p.3. (ENPC).

<sup>410</sup> Idem, p. 7.

Na década de 1830, em Santa Catarina, a principal preocupação com o espaço está ainda ligada aos trabalhos militares. Os engenheiros ainda realizam vistorias em armazéns militares, definem as melhorias que devem ser feitas para a manutenção das fortalezas, inspecionam-nas freqüentemente, projetam prédios que vão servir como edifícios públicos e fazem reparos nos quartelamentos. Esta preocupação vai diminuir desde então, e praticamente desaparece a partir de meados do século XIX<sup>411</sup>.

A partir de então, vemos que o espaço em geral da sociedade vai se tornar a principal preocupação do poder: ele atribuir a si a sua gestão. Vimos como no século XVIII, aquele que recebe uma sesmaria é o responsável pela construção de caminhos em sua testada; não é o Estado quem os deve projetar e construir. A partir de então, a gestão do espaço em nossa sociedade passa a ser uma função do Estado; é ele quem deve projetar e construir estradas, estabelecer ligações, definir onde se deve estabelecer novas povoações.

A noção de “obras públicas” se introduz sub-repticiamente em Santa Catarina na década de 1830. Vagarosamente, ela vai se disseminar e se tornar uma secretária importante da província. Vemos que a partir de então, os olhos do poder se voltam para a superfície geral do território: os engenheiros passaram a ser responsáveis pela construção de pontes que restabeçam o fluxo de um caminho interrompido por um rio, pela construção de trapiches que facilitem a carga e descarga dos navios que atracam no porto, pela construção de canais que liguem rios a lagoas e criem novas ligações, e sobretudo, pela projeção, construção e aperfeiçoamento de estradas. Em 1838, inicia-se o estudo para a construção de uma estrada que ligue o litoral à vila de Lages<sup>412</sup>. No ano seguinte, inicia-se o levantamento da planta para a construção da estrada no morro dos Cavalos<sup>413</sup>. A partir da segunda metade deste século, pululam os estudos e projetos sobre a construção de estradas de ferro<sup>414</sup>.

A partir de então, o poder passa a exercer a função de gerir o espaço geral da nossa sociedade, e a engenharia, a agrimensura, a geologia, a geografia, tornam-se saberes através dos quais ele poderá exercê-

---

<sup>411</sup> “Correspondências dos engenheiros com o Presidente da Província, 1830-1859”. Vol. I-III. (APESC).

<sup>412</sup> “Ofício de Patrício Antônio de Sepúlveda Everard, Major de Engenheiros, a João Carlos Pardal, comunicando sua ida à Boa Vista onde começará as explorações da Estrada de Lages”. Desterro, 20 de maio de 1838. “Correspondências dos engenheiros com o Presidente da Província, 1830-1859”. Vol. I, p. 74. (APESC).

<sup>413</sup> “Ofício de Patrício Antônio de Sepúlveda Everard, Major de Engenheiros, a João Carlos Pardal, comunicando que iniciará os trabalhos de levantamento da estrada do morro dos Cavalos, com o orçamento e a construção de um edifício destinado as sessões da Assembléia Provincial”. Desterro, 9 de março de 1839. “Correspondências dos engenheiros com o Presidente da Província, 1830-1859”. Vol. I, p. 91-92. (APESC).

<sup>414</sup> LIMA, Dias da Cruz. *A estrada de ferro da província de Santa Catarina a de S. Pedro do Sul*. Rio de Janeiro: Typ. de Vianna & Filhos, 1867. 35p. (BOR).



lo. Ele deve se ocupar inicialmente de toda uma série de novos problemas que preenchiam esta função: alinhar as ruas mal construídas; determinar os pontos nas cidades que são os mais convenientes para a fixação de lampiões para a iluminação pública; construir paredões na cidade em lugares em que há risco de desabamento em dias de chuva e que coloquem a população em segurança<sup>415</sup>; definir onde deve se estabelecer a partir de então os cemitérios, que localizados na cidade, ameaçam a população, projetando-os e construindo ligações que levem até eles<sup>416</sup>; encanar os esgotos que se encontram nas cidades a céu aberto; projetar o calçamento de vias públicas; canalizar rios que atravessam o incipiente espaço urbano; constituir um sistema postal de localização de endereços<sup>417</sup>; aterrar as margens de rios que insistem em prejudicar os caminhos a eles paralelos, e que colocam em risco a população; acabar com atoleiros nas estradas que embarçam o movimento em dias de chuva; definir quais são os rios mais navegáveis, determinando o seu curso navegável.

Nesta formação histórica, os portos deixam de ser os lugares que devem ser fechados para que a sua povoação se torne protegida, e se tornam espaços que devem ser abertos para que se possa através deles fazer sair o maior número de mercadorias possível. Assim, o seu acesso deve ser totalmente desimpedido, através da remoção de rochas e parciais que embarçam a entrada de barcos, empregando barcas de escavação se necessário for; definir sua diretriz através da localização de balizas e bóias que indiquem o seu acesso seguro; melhorar o seu cais e as suas dependências; construir baías ou molhes ao longo dos quais os navios possam permanecer; e toda uma série de obras que visam tornar o seu acesso fácil e que não prejudiquem o fluxo de entradas e saídas<sup>418</sup>.

Uma das preocupações de Léonce Aubé, em suas observações feitas em Santa Catarina, em 1844, é justamente a de examinar os portos do seu litoral, definindo quais são os mais indicados a receber

---

<sup>415</sup> “Ofício de Patrício Antônio de Sepúlveda Everard, Major de Engenheiros, a Antônio José Ferreira de Brito, tratando sobre a construção de um paredão na ladeira do Menino Deus, para a segurança da população em dias de chuva”. Desterro, 1 de novembro de 1840. “*Correspondências dos engenheiros com o Presidente da Província, 1830-1859*”. Vol. I, p. 195. (APESC).

<sup>416</sup> “Ofício de Patrício Antônio de Sepúlveda Everard, Major de Engenheiros, a Antero José Ferreira de Brito, encaminhando planta e alçada do cemitério e capela a construir no norte da cidade”. Desterro, 21 de novembro de 1840. “*Correspondências dos engenheiros com o Presidente da Província, 1830-1859*”. Vol. I, p. 196-197. (APESC).

<sup>417</sup> “Ofício de Sebastião Antônio Rodríguez Braga Jr., Primeiro tenente dos Engenheiros, a João Jozé Coutinho, comunicando que irá fazer um estudo sobre a organização do sistema postal da estrada, seu comércio e meios de transporte”. Rincão Comprido, 25 de abril de 1858. “*Correspondências dos engenheiros com o Presidente da Província, 1830-1859*”. Vol. III, p. 51. (APESC).

<sup>418</sup> Cf. GALVÃO, Manoel da Cunha. *Melhoramento dos portos do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1869. 211p. (BOR). GRAÇA, Francisco Calheiros da. *Estudos sobre a Barra da Laguna*. Rio de Janeiro: Repartição Hidrográfica, 1882. 31p. (BOR).

melhorias, quais são os que prometem um futuro promissor, e que tipos de problemas neles então existem, já que o próprio futuro das regiões próximas a eles, depende de sua capacidade em receber com facilidade e segurança grandes embarcações. Eis o que ele diz a respeito do porto de Laguna, formado por um lago de cerca de 5 léguas quadradas: “Este lago se comunica com o mar em sua extremidade sul por uma passagem péssima, obstruída por um banco de areia bastante duro, mal abrindo 7 a 8 pés de água, de maneira que a sua entrada é bastante perigosa e acessível somente à embarcações muito pequenas, mesmo para as quais é prudente aguardar o momento de alta da maré. Isto será, sem dúvida, um obstáculo no futuro aos desenvolvimentos que poderia tomar esta região”<sup>419</sup>.

No entanto, durante todo o século XIX, vemos que a principal preocupação é a de estabelecer ligações através da construção de estradas. Ao contrário da Europa, onde logo os engenheiros assumem a função de dessecar pântanos e sanear as cidades, em Santa Catarina, vemos que o principal problema é o da construção de estradas e vias de comunicação entre os diversos pontos da província. Este é um problema importante, pois se constata que nela não há praticamente nenhum caminho que se possa chamar de estrada. Entre o norte e a sua capital, a ligação se faz por mar, da mesma forma ocorrendo entre Laguna e Desterro; não há estrada que ligue o litoral e o planalto recém anexado à Santa Catarina; o caminho entre Lages e o litoral está abandonado; não há estrada que ligue São Francisco, por terra, ao Paraná. Neste sentido, a falta de estradas é o primeiro problema sobre o qual se debate então o poder, justamente pelo fato de que através de sua construção, do estabelecimento de ligações que integrem suas diversas povoações, e destas com os pontos de entrada e saída da província, impulsiona-se o crescimento da população, da sua prosperidade, melhorando suas condições de vida. “Não há quem duvide, ainda que por um momento, que nenhum país pode prosperar sem vias de comunicação e que as estradas e a navegação dos rios são os mais poderosos agentes para o aumento do comércio e da agricultura, e por consequência da população, riqueza e prosperidade do país que os possui”<sup>420</sup>.

---

<sup>419</sup> Aubé, p. 23-24.

<sup>420</sup> “Pareceres das comissões reunidas de estatística, constituição e fazenda a respeito do projeto apresentado pelo Sr. Deputado Livramento na sessão de 6 do corrente sobre a estrada de comunicação entre esta capital e a vila de Lages”. Desterro, 7 de março de 1845. *Pareceres da Comissão de Estatística da Assembléia Legislativa Provincial, 1845-1867*. p. 5. (APESC).

Se as vias de comunicação são a única possibilidade que possui um país para poder prosperar, a província de Santa Catarina tem um grande problema se quiser sair do estado de decadência em que se encontra.

Se se trata de uma rota no sentido que se atribui ordinariamente a esta palavra, pode-se afirmar com segurança que a província não possui sequer uma, nem nada que disto se aproxime; se se entende apenas vias de comunicação na sua acepção mais larga, como caminho ou atalho, encontra-se várias que podem muito bem servir aos homens como aos animais, mas não às mercadorias, de maneira que do ponto de vista comercial não há nenhuma comunicação por terra entre os diferentes pontos da província de Santa Catarina<sup>421</sup>.

Na cidade de Desterro, capital da província, vemos dois tipos distintos de problemas, neste sentido. De um lado, as ruas da cidade são um “obstáculo a circulação” e devem ser aperfeiçoadas se se quiser que a circulação de carros, mercadorias e pessoas melhore. “As ruas são regulares e se cortam em ângulos retos, mas a sua maior parte não está pavimentada e o seu estado é tão mal que nelas a circulação de carros é difícil e deve ser extremamente desagradável; aliás, nelas os declives são tais, que são visíveis no próprio solo, o qual não foi aplainado em nenhum lugar, o que é um novo obstáculo a circulação”<sup>422</sup>.

Do outro, a sua localização geográfica é um problema. A partir do momento em que estabelecer ligações se torna propício ao aumento do comércio, da agricultura e ao crescimento da população, através da integração dos diversos pontos que compõem a província, percebe-se que a cidade situada numa ilha termina por se isolar, na medida em que as ligações com o continente se tornam difíceis. Em 1853, Coelho vai dizer que a cidade de Desterro já havia sido um dos lugares mais abundantes do Brasil, na qual se passava, com poucos recursos com comodidade. Mas isto havia mudado, e os preços dos gêneros de primeira necessidade haviam aumentado devido às “ridículas estradas” pelas quais, do sul e de Lages, trazia-se o gado, e que oneravam o transporte e o seu preço. Nas fábricas de tijolo e de louça “em que se trabalhava primorosamente”, sentia-se que iam se desanimando devido ao alto preço da lenha e da falta de barro próprio para esta espécie de louça, que era “conduzido do Cubatão, três léguas, em canoas, com grave risco de vida, pela extensão da baía e natureza da carga”, principalmente quando ocorria “repentina tempestade do sul”<sup>423</sup>. Coelho lembra que esta “inconveniência” em ali continuar a sede da província, já

---

<sup>421</sup> Aubé, p. 81.

<sup>422</sup> Aubé, p. 61.

<sup>423</sup> Coelho, p. 100-101.

havia sido objeto de discussão um século atrás, quando se tentou mudá-la para algum sítio em terra firme, o que acabou não ocorrendo muito mais por “capricho” do que por “conveniência pública”, por já haver na vila casa de residência de governador, igreja e armazéns reais, “quando é certo que a residência do governador nesse tempo era uma pequena casa, cujo pé direito não excedia a 12 palmos”<sup>424</sup>.

.....

.....  
Não basta apenas definir os lugares em que a população florescerá com mais facilidades. É preciso estabelecer as ligações entre os pontos que formam o território para que se estabeleçam os fluxos que impulsionam o crescimento do comércio e a melhoria das condições de vida da população. **Situação das Colônias - 1871.**

Mas o problema da dificuldade de ligações entre a ilha e o continente apenas reflete a total falta de vias de comunicação na própria província, que é responsável pelo seu estado de decadência. Isto só vai se modificar na medida em que as vias de comunicação se tornam uma preocupação do poder. “Nós pensamos que este é somente um estado transitório que se modificará logo que se começar a se preocupar com as vias de comunicação que faltam em todos os lugares”<sup>425</sup>.

A abertura de ligações ou vias de comunicação regulares, retira certas regiões e sua população do estado estacionário em que se encontram; é um pouco como se a construção de uma estrada, meio de interligação de duas ou mais povoações, colocasse-na em movimento, na medida em que passa a animá-la, retirando-a desta situação<sup>426</sup>. É neste sentido, que há uma ruptura e uma distinção entre o que se considera um caminho no século XVIII e uma via de comunicação (estrada ou rota) no século XIX: não se trata mais apenas de um espaço que serve para o deslocamento de homens e animais, mas um espaço ao qual se atribui a função de estabelecer comunicações entre povoações, possibilitar e incentivar trocas comerciais que animem o seu crescimento, integrar o conjunto de pontos que formam o seu território, função que não se atribui a este espaço no século XVIII.

---

<sup>424</sup> Idem, p. 101-102.

<sup>425</sup> Aubé, p. 63.

<sup>426</sup> Idem, p. 67.

Estas devem ser as mais regulares possíveis, ou seja, livres de qualquer obstáculo que atrapalhe o deslocamento em sua extensão, e bem conservadas para que não se embarace o movimento. Mas se elas devem se tornar regulares, é porque a via de comunicação, a partir de então, passa a ser o espaço de regulação do movimento; é ela quem submete e regula a distribuição de terras; ela permite que se fiscalize e se controle as trocas comerciais. A própria facilidade que o deslocamento neste espaço promete, inibe que o movimento das pessoas seja auto-regulado.

As vias de comunicação têm por objetivo tornar relativas as ligações no espaço, acabar com as “distâncias absolutas”<sup>427</sup>. É impossível regular o movimento no espaço das distâncias absolutas; assim, tornando as distâncias relativas, através de estradas regulares, pode-se incentivar o crescimento econômico e ao mesmo tempo controlar e fiscalizar o comércio, aumentando as rendas do Estado. Se o caminho, “traçado segundo as regras e preceitos da arte, modera as fadigas do viajante e encurta as distâncias, também concorre para uma boa fiscalização, proveitosa às rendas do Estado, facilitando o registro e transporte dos gêneros comerciais produzidos pela agricultura, criação e indústria. Quanto não deve ser digno de acatamento e gratidão dos povos o governante que solicito estende suas vistas animadoras para o aperfeiçoamento de suas estradas, e assíduo perscruta os meios de realizá-las?”<sup>428</sup>

Aubé diz que, sendo o comércio consequência da indústria e da produção geral, não é necessário afirmar que o seu “estado” em Santa Catarina é “estacionário”. Não se trata apenas de metáforas, mas de princípios que dão inteligibilidade aos problemas que se deve combater. A ausência de vias nas quais se possa fazer o comércio, “estaciona” o próprio “estado” em que se encontra a província; ela o imobiliza, impede o seu movimento.

Isto porque as vias são espécies de *veículos* que retiram as povoações deste estado estacionário em que se encontram; são espécies de *motores* que convertem a natureza selvagem e os desertos, em lugares aprazíveis e povoações cultivadas. “Um caminho, disse um ilustrado brasileiro, é na ordem social o veículo mais seguro e ponto por onde se dirige a civilização aos lugares ainda dominados pela natureza selvagem, e o primeiro motor para converter em aprazíveis e cultivadas povoações as asperezas dos matos e as solidões

---

<sup>427</sup> Aubé, p. 18.

do deserto”<sup>429</sup>. Elas são o espaço de circulação vital do trabalho. “Estradas e pontes, não as há suficientes para circulação vital do trabalho; não há uma décima parte das que seriam necessárias, e entretanto a estrada é o movimento, a colonização, a produção, o comércio, a riqueza”<sup>430</sup>.

Neste sentido, vemos se constituir uma noção interessante no quadro desta problematização, a de “comércio interior”. “Por conseqüência da falta de rotas, não há na província comércio interior”<sup>431</sup>. Esta nova noção, estranha à formação histórica do século XVIII, mostra-nos como há a constituição de um novo espaço que deve se tornar domínio do conhecimento e foco da ação do poder. A fortificação como dispositivo ordena o interior da fortaleza que ela procura fechar. Aqui, trata-se de um espaço interior em relação a si mesmo, de um atributo que lhe é próprio<sup>432</sup>; ele não se define por seu isolamento ou fechamento em relação ao exterior; ele possui um interior próprio, que ao ser aberto, transparece uma nova superfície que existe independentemente de um espaço exterior; ele possui uma materialidade própria, que é justamente o conjunto dos seus pontos interligados ou que podem vir a ser integrados.

Na medida em que ele possui esta materialidade, torna-se possível enxergar que a não existência de ligações nesta superfície, resulta no isolamento de povoações, que as torna inanimadas. Gerir este interior é, portanto, estabelecer estas ligações que constituem um comércio interior e que retiram a população do estado de desânimo em que ela se encontra.

O comércio interior, tanto ou mais que o exterior, desenvolve os recursos naturais do país; uma estrada que descendo da serra pelo Vale do Itajaí, facultasse a permuta do gado e outros produtos dos campos, com os produtos tropicais da colônia, açúcar, aguardente, café, etc., seria de imensa vantagem, quer para a colônia, quer para os habitantes do campo, aos quais além disso se proporcionaria um porto no oceano, na vila de Itajaí. A

---

<sup>428</sup> “Melhoramentos materiais da província: vias de comunicação”. *O Mensageiro*. Desterro, 20 de dezembro de 1856. nº 130, 1ª. coluna, p. 1. (BPESC).

<sup>429</sup> “Melhoramentos materiais da província: vias de comunicação”. *O Mensageiro*. Desterro, 20 de dezembro de 1856. nº 130, 1ª. coluna, p. 1. (BPESC).

<sup>430</sup> ROCHA, Francisco José. “Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Santa Catarina na 2ª. sessão de sua 26ª. legislatura pelo presidente em 11 de novembro de 1887”. Rio de Janeiro: Typ. União A. M. Coelho da Rocha, 1888. p. 148. Com razão, Sérgio Buarque de Holanda fala, ao se referir às entradas e monções dos séculos XVII e XVIII, da existência de uma sociedade em movimento. Talvez pudéssemos falar, ao se referir à construção de vias de comunicação no século XIX, da existência, a partir de então, de uma sociedade em movimento regularizado.

<sup>431</sup> Aubé, p. 79.

<sup>432</sup> Um atributo que lhe é próprio, na medida em que se reconhece então a existência de um comércio interior, ou que se reconhece a existência do interior de um país ou de uma província.

colônia Blumenau de certo tem na abertura d'esta estrada a mais vital necessidade; e quem como eu residir na colônia e observar seu movimento comercial, notará que existe grande causa que traz aos colonos como que um desânimo e ócio<sup>433</sup>.

A construção destas ligações é “vital” para as povoações que elas conectam.

Nunca se formará povoado sólido se não estabelecer-se feira, igreja e escola; porém, quando consiga-se formá-los, mediante essas condições ou sem elas, os povoados, por mais prometedores que sejam e por mais prósperos que possam ser, desfalecerão e acabarão por desaparecer, se ficarem isolados, se não forem dotados com essas artérias salutaras pelas quais entra o espírito, o vigor e ciência, e sai o trabalho, que tão importantes fatores natural e necessariamente produzem; se não os beneficiamos com esses veículos de animação, condutores de riqueza pelos quais, transitando livremente a rotina que desce e o progresso que sobe – como fluxo e refluxo de dois oceanos –, encontram-se, relacionam-se, confundem-se, impregnando-se reciprocamente e mutuamente corrigindo os exageros da ocasião, resultando desse contato – a comparação a que os espíritos são instintamente levados, dessa reflexão – o aperfeiçoamento com todas as suas vantagens<sup>434</sup>.

E a construção destas artérias significa a construção de um espaço no tecido deste volume interior que permita o estabelecimento concreto destes fluxos vitais. A superfície deste espaço interior impossibilita que estes fluxos se estabeleçam por si mesmos, pois sua topografia é extremamente irregular e suas florestas são demasiado espessas. Exceto por alguns de seus rios, o movimento regular e o estabelecimento de ligações neste interior não se torna possível sem a construção de estradas<sup>435</sup>.

No capítulo de seu livro dedicado às vias de comunicação da província de Santa Catarina, o engenheiro Léonce Aubé descreve o caminho que existe de São Francisco em direção ao sul até Laguna, contornando o litoral<sup>436</sup>. Três léguas após sair desta povoação situada ao norte da província, por um caminho que atravessa uma ilha e que é composto por um solo muito acidentado e resistente ao movimento, chega-se a um “verdadeiro pântano” onde não há fossas para o escoamento d'água e a passagem no aterro que ali

---

<sup>433</sup> “Relatório das atividades de construção da estrada Itajaí-Serra, apresentado pelo engenheiro Martinho Domiense Pinto Braga, engenheiro chefe interino da comissão ao presidente da província”. Blumenau, 31 de março de 1868. “*Correspondências dos engenheiros com o Presidente da Província, 1868*”. Fls. 46-47. (APESC).

<sup>434</sup> ROCHA, Francisco José. “Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Santa Catarina na 2ª. sessão de sua 26ª. legislatura pelo presidente em 11 de novembro de 1887”. Rio de Janeiro: Typ. União A. M. Coelho da Rocha, 1888. p. 147-148. (APESC). As estradas passam a ser as *artérias* pelas quais circulam os veículos que animam e dão vida às povoações; na medida em que a sua existência é vital para as povoações, estas são um pouco como órgãos, pois para sobreviver têm a necessidade de deixar que por elas entrem pessoas e mercadorias que não produz, e que por elas saia o fruto do que nela é produzido, estabelecendo um fluxo que se auto-regula. Assim, fala-se frequentemente da necessidade em se estabelecer artérias principais e artérias secundárias que regulem este fluxo, entre portos, municípios, vilas, povoações e povoados, para que a circulação destes veículos que animam e dão vida às povoações toquem em todas as partes deste interior<sup>434</sup>. No século XVIII, os caminhos são acessos que do exterior chegam a algum lugar; eles não são ligações de pontos que se encontram dispostos num espaço interior. O corpo, assim como no século XVIII, é termo de referência do saber do espaço; no entanto, com uma diferença: no século XVIII, sua superfície exterior é termo de referência; basta lembrarmos que a fortaleza é a armadura que lhe protege. Já no século XIX, o seu espaço interior se torna termo de referência: as artérias que ligam os órgãos por onde circulam os fluxos vitais. Ver sobre isto, “Correspondência da Sociedade Central de Imigração referente a província de Santa Catarina, 1886-1889”. ESC, vol. XI, p. 3-4.

<sup>435</sup> Dois saberes são importantes para esta construção: a geologia, na medida em que é um saber da constituição deste volume, ou seja, o seu solo; e a topografia, na medida em que é um saber da forma deste volume e dos seus acidentes. Cf. GAUMET, F. *Traité de Topographie*. Paris: Imprimerie Tolmer, 18---. p. 2. (BEP).

<sup>436</sup> Aubé, p. 81-89.

existe, é extremamente difícil, fazendo com que nos dias de chuva os animais de carga atolem tão profundamente no barro que às vezes dificilmente se os consegue dali tirar.

Meia légua adiante, chega-se à barra do Araquari. Ali é preciso fazer sinais a um homem que fica na outra margem para que ele venha buscar os passageiros com sua piroga. Subindo na piroga com a sua bagagem, é preciso que o viajante com uma das mãos, puxe por uma corda o cavalo que fica em terra para que ele a atravesse nadando, no caso de nem a maré e nem o vento estarem desfavoráveis a travessia.

Ultrapassando este rio, segue-se pela praia sobre uma areia pouco instável na qual o animal anda com dificuldade e cansaço, avançando muito lentamente até chegar ao rio Itapocú, que deve ser ultrapassado como o Araquari. Dali, segue-se pela praia até chegar à barra do Itapacorói, onde pequenas montanhas desviam o traçado do caminho em direção ao interior.

Após dois dias de viagem, chega-se ao rio Itajaí. A sua travessia é dificultosa, sobretudo, se a sua corrente estiver muito forte, principalmente para o cavalo, que chega “à outra margem mais cansado do que de uma viagem de várias léguas”<sup>437</sup>. Dali, o caminho segue afastado da praia, atravessando pequenas montanhas não desbravadas, por um traçado pouco largo, no “meio de pedras enormes entre as quais o cavalo tem seguidamente dificuldades de encontrar um lugar para pôr as patas, e com declives abruptos da natureza, pois nada ali é suavizado, e o único trabalho do engenheiro foi o de abrir uma passagem com a faca e o machado”<sup>438</sup>.

Em seguida, chega-se ao rio Camboriú, o qual se atravessa com mais facilidade, chegando-se então à povoação que leva o seu nome. Ali, tem-se diante dos olhos uma montanha muito elevada, o morro do Boi; é necessário ultrapassá-lo para se poder seguir em frente. Mais difícil do que descrever esta passagem, dizia Aubé, é realmente atravessá-la. Trata-se de um verdadeiro atalho feito à pique, sobre uma sucessão de buracos de pelo menos dois pés de profundidade preenchidos por uma lama líquida. O infeliz animal parece apenas poder avançar através de pulos desesperados e apesar de todos os seus esforços, só chega às vezes ao

---

<sup>437</sup> Idem, p. 83.

<sup>438</sup> Idem, p. 83.



cume deste morro após meia hora de caminhada. Lá chegando, o cavaleiro tem quase vertigens ao ver que deve descer à cavalo por um caminho que ele imagina que nem mesmo um pedestre conseguiria passar.

A descrição de Aubé do caminho dali em diante, até chegar à baía de Santa Catarina e mesmo depois em direção ao sul, continua desta maneira. Vemos nesta descrição que este interior que deve ser ligado por artérias, possui uma topografia que deve ser vencida para que os fluxos entre as povoações se constituam efetivamente. Toda uma série de barreiras e obstáculos que dificultam e embaraçam o movimento devem ser retirados: se os pântanos pelos quais ele passa não podem ser dessecados, o seu traçado deve ser desviado; o solo arenoso das praias, naturalmente, embaraça e dificulta o deslocamento e assim o seu traçado deve ser dali afastado; pontes devem ser construídas para que o viajante não dependa da presença de um morador ribeirinho e sua piroga para fazer a travessia de um rio, a qual geralmente depende das condições do tempo para ser feita e sempre expõe o animal a um excesso de fadiga que aumenta o tempo de transporte das mercadorias e conseqüentemente o seu preço; montanhas e terrenos demasiadamente íngremes ou com declives excessivos, dever ser suavizados, seja os aplainando, seja os removendo completamente quando for possível.

O saber da superfície deste volume interior é uma tecnologia de *desobstaculização* do espaço: seu olhar permite que os obstáculos se tornem claros diante de todos, de que se veja como de fato há toda uma série de obstáculos num trajeto a ser construído e que devem ser removidos ou suavizados ao movimento. E são estas artérias que ela constrói, que desembaraçam o movimento e ao mesmo tempo passam a regulá-lo.

Rapidamente, percebe-se que nesta província, não apenas a *desobstaculização* do espaço é um problema à constituição de artérias que interliguem os seus pontos, mas à sua própria conservação, uma vez estando construídas. No início do século XIX, quando Brito sugere que a distribuição de sesmarias se faça ao longo de uma estrada, ele está dizendo que esta seria a principal maneira de se conservá-la. Mas conservar aqui quer dizer, impedir que ela fique abandonada e que o mato volte a tomar conta do seu traçado. Em meados do século XIX, não apenas se tem certeza de que é impossível se povoar todas às margens destas artérias, como a própria noção de conservação passa a ser outra. Aqui, conservar quer dizer, manter as vias transitáveis, impedir que o “tempo das chuvas” torne o seu solo um obstáculo ao movimento. Ou seja, não

basta construir estradas se rapidamente elas se tornam intransitáveis. A chuva vai se tornar um problema, pois interrompe o trânsito nestas artérias.

Não temos nesta província estradas normais e regulares. Os caminhos que mantêm com dificuldade as comunicações do interior com o litoral e ligam entre si os municípios da Província, desaparecem no tempo das chuvas, e com grave prejuízo de todos os interesses, fica muitas vezes interrompido seu trânsito.

Do que vale a feliz situação topográfica da província, a uberdade de seu solo – apto para todas as espécies de cultura -, a amenidade de seu clima, e tantas outras condições de prosperidade, que ela reúne, se não houver boas vias de comunicação? Os caminhos existentes, pela maior parte de cargueiros, se até certo ponto bastam aos naturais do país, são inaproveitáveis e insuficientes para o imigrante – não avessado à semelhante sistema de transporte.

Urge que se trate acuradamente da viação provincial.

É preciso também sujeitar esse serviço a um sistema que, reunindo a dupla vantagem de 'fazer e ter estradas', torne fáceis, regulares e permanentes as comunicações. Em outros termos, não é bastante decretar-se e mandar fazer uma estrada: é ainda mister que, feita ela, sejam concedidos os meios de tê-la sempre transitável.

A conservação facilitando a constante e permanente viabilidade da estrada, traz também diminuição de despesa, visto que serão sempre menores os encargos do tesouro com esse serviço, do que com a nova construção que demandam quase anualmente as estradas da província<sup>439</sup>.

Imediatamente se constitui esta noção de sistema de comunicação interno ou de viação. Um sistema de viação não quer apenas dizer a construção de estradas regulares que tornem fácil e permanente as comunicações, mas a sua constante conservação, sobretudo, contra as chuvas de final e início de ano; este é o único meio de constituir um sistema que seja permanente.

Toda uma série de estratégias são estabelecidas no intuito de combater os efeitos causados no espaço pelas chuvas, que sendo permanentes, concorrem contra o estabelecimento de um sistema permanente de comunicação. Um estudo que se realiza, neste sentido, é sobre a possibilidade de se cortar as curvas de um rio, ou seja, torná-lo o mais regular possível eliminando suas voltas que durante períodos de cheia embaraçam a regularidade do escoamento das águas, prejudicando não apenas as estradas que o margeiam, assim como as plantações dos agricultores<sup>440</sup>.

---

<sup>439</sup> ABREU, Carlos Augusto Ferraz de. "Relatório apresentado a Assembléia Legislativa Provincial de Santa Catarina pelo presidente no ato de abertura da sessão em 2 de abril de 1869". Desterro: Typ. J.J.Lopes, 1869. p. 27-28. (APESC).

<sup>440</sup> "Ofício do Engenheiro Frederico Heeren ao presidente da província". Desterro, 12 de março de 1869. "*Correspondências dos engenheiros com o Presidente da Província, 1869*". Fl. 41. (APESC).

No intuito de prevenir que as estradas que passam a ser construídas, ligando as colônias ao litoral, fiquem em “total ruína”, decide-se tornar obrigatório que os moradores que possuam terrenos nas testadas destas estradas, conservem os matos à beira do seu leito derrubados, para que nele raios de sol penetrem, prevenindo a formação de atoleiros e a sua ruína<sup>441</sup>.

Mas se as chuvas são um obstáculo à conservação das estradas, elas o são ainda mais à sua construção, sobretudo, nos trechos que se encontra na serra, em direção ao planalto. No início de 1870, o engenheiro Galvão escreve ao presidente da província dizendo que vai suspender os trabalhos de construção da estrada na serra de São Miguel, que vai ligar a colônia Dona Francisca ao planalto, devido às “chuvas torrenciais”.

É notório que em todo o norte d'esta província as chuvas torrenciais próprias da presente estação têm sempre lugar durante os meses de dezembro a abril, com breves interrupções. A realização do serviço a que me refiro depende não só da distância dos pontos povoados de mais ou menos recursos, como sobretudo da estação escolhida à sua confecção. As chuvas têm atualmente reduzido a estrada da serra a enormes atoleiros perigosamente transitáveis, e n'estas condições, os transportes que tenho que por ali realizar, tornam-se por demais caros. Os mantimentos necessários aos trabalhadores por melhor acondicionados que sejam, ficam deteriorados durante a viagem e mesmo depositados nas barracas que não podem resistir a ação dos temporais. Todas estas contrariedades imprevistas encarecem o serviço e tornam a sua execução desvantajosa e difícil<sup>442</sup>.

É a constituição noção de sistema de comunicação no interior da província e da verificação de sua importância, que vai resultar na criação de um *Serviço de Engenheiros*, em 1887. Até então, os engenheiros eram contratados por comissões formadas pela província, encarregadas de trabalhos precisos, como a medição das terras devolutas ou a abertura de estradas; outras vezes, eles eram apenas responsáveis pelo estudo do traçado de uma estrada e da confecção de seu projeto, ficando o encargo de sua efetiva construção sob a responsabilidade de um particular, como ocorrera seguidamente na construção da estrada para Lages, deste 1839. Seguidamente, viu-se o quão onerosa era esta prática, pois os executores, às vezes não percebendo um pequeno erro no seu projeto, justamente por não serem especialistas, executavam-no mesmo assim, obrigando a província muitas vezes a refazê-lo. Da mesma maneira ocorria com as comissões responsáveis pela construção de estradas, pois elas entregavam a obra, mas não tinha responsabilidade sobre a sua conservação posterior.

---

<sup>441</sup> “Ofício do Engenheiro Luiz Manoel de Albuquerque Galvão ao presidente da província”. Desterro, 21 de junho de 1870. “*Correspondências dos engenheiros com o Presidente da Província, 1870*”. Fl. 95. (APESC).

<sup>442</sup> “Ofício do Engenheiro Luiz Manoel de Albuquerque Galvão ao presidente da província”. Desterro, 21 de fevereiro de 1870. “*Correspondências dos engenheiros com o Presidente da Província, 1870*”. Fls. 34-36. (APESC).

Procurei demonstrar, no Relatório anterior, a necessidade indeclinável de Engenheiros para os serviços da província (...).

As obras, ou sejam novas ou de reparação, dependem de estudos, traçado, escolha de local, orçamento, fiscalização e aceitação, e às vezes levantamento plantas – trabalhos próprios de profissionais.

Sem estes predicados, tudo continuará no mesmo estado; a província despenderá muito, despenderá sempre com as mesmas obras já executadas, e raramente poderá cuidar em novos melhoramentos. Por falta de fiscalização ficam sem a necessária consistência; por falta de *observação*, não poucas vezes são feitos em lugares inconvenientes; por falta de orçamento autorizado, não se pode bem conhecer o real valor das que se decretam<sup>443</sup>.

Na medida em que os engenheiros eram contratados para a realização de serviços precisos, não se dispunha de ninguém que pudesse ser deslocado para resolver um problema emergencial que poderia exigir certa obra; é preciso dispor de um serviço de engenheiros, ao qual se possa recorrer para enviá-los “para toda parte onde são necessários”<sup>444</sup>, conforme as ocasiões mais urgentes, como no caso da fiscalização da abertura de uma nova estrada ou da fiscalização dos reparos para a conservação de outra já existente.

A constituição de um serviço de engenheiros no final do século XIX, mostra-nos como rapidamente o saber do espaço se torna fundamental ao poder. Se ele adquire esta importância, é porque a partir de então, é através dele que se pode governar a população. “Abrir e aperfeiçoar” as vias de comunicação de um país, “é realizar o benefício primordial que vai aproveitar a todos os meios e produção, a toda a sua indústria; é realizar o meio político de centralizar e administrar os diversos pontos de um Estado”<sup>445</sup>.

---

<sup>443</sup> “Serviço de Engenheiros”. In: ROCHA, Francisco José. “Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Santa Catarina na 2ª sessão de sua 26ª legislatura pelo presidente em 11 de novembro de 1887”. Rio de Janeiro: Typ. União A. M. Coelho da Rocha, 1888. p. 152-153. (Grifo nosso).

<sup>444</sup> Idem, p. 154.

<sup>445</sup> “Melhoramentos materiais da província: vias de comunicação”. *O Mensageiro*. Desterro, 20 de dezembro de 1856. nº 130, 1ª. coluna, p. 1. (BPESC).

## Fontes

### Academia de Ciências de Lisboa

BRITO, Paulo Joze Miguel de. *Memória política sobre a capitania de Santa Catarina escripta no Rio de Janeiro em o anno de 1816*. Lisboa: Academia Real de Ciências, 1829. 181p.

- *Processo do Correspondente Paulo José Miguel de Brito*.

- *Registro de Avisos, Portarias e Decretos da Academia Real de Ciências de Lisboa principiados em abril do ano de 1810*.

### Arquivo Histórico José Ferreira da Silva

BLUMENAU, Hermann. Carta a Henrique Probst. 1892. Cf. “Correspondência do Dr. Blumenau”. In: *Blumenau em Cadernos*. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1968. Vol. IX, no. 6. p. 114-118; p. 129-133.

BLUMENAU, Hermann. *Südbrasilien in seinen Beziehungen zu deutscher Auswanderung und Kolonisation*. Rudolfstadt: Verlag von G. Froebel, 1850. 101p.

DEEKE, José (1917). *Ao Redor da Fogueira, Experiências de Viagens e Contos Narrados ao Redor do Braseiro do Acampamento*. Blumenau: Edição Probatória, 1997. (mimeo).

- *Fundo Família Baumgarten*.

GERNHARD, Robert. *Dona Francisca, Hansa und Blumenau, drei deutsche Mustersiedelungen im Südbrasilischen Staate Santa Catharina*. Breslau: Verlag von. S. Schottlaender, 1901. 424p.

MÜLLER, Fritz. Carta a Peter Vogel. 1892. Cf. “A vida de Fritz Müller narrada por ele mesmo”. In: *Blumenau em Cadernos*. Blumenau: Fundação Cultural de Blumenau, 1983. p. 129-136.

MÜLLER, Fritz. *Gesammelte Schriften*. Jena: Verlag von Gustav Fischer, 1921. (Gesammelt und herausgegeben von Dr. Alfred Möller; 5 vol.).

ODEBRECHT, Emil. *Diário do Engenheiro Emil Odebrecht*. Maio de 1886 - nov. de 1889. Introdução e esclarecimentos por Rolf Odebrecht. Caixa 3.0.1. doc -13 (mimeo).

\_\_\_\_\_ (1863). “Caderneta de Apontamentos”. In: *Blumenau em Cadernos*. Tomo XVII, no. 6, julho de 1976. pp. 205-230.

“Projeto de colonização de Hermann Blumenau redigido em dezembro de 1850”. Fundo Memória da Cidade – P.02.2 – doc.25. Publicado como, “Dr. Blumenau e o seu projeto de colonização”. *Blumenau em Cadernos*, Tomo XLI, nº 9-10, set.-out. de 2000. p. 9-27.

ZÖLLER, Hugo. *Os alemães na floresta brasileira*. Trad. Curt Hennigs. Ed. Spemann, 1883. (mimeo) 2.3.2 doc. 01.

#### **Arquivo Histórico Ultramarino**

- *Núcleo Rio de Janeiro*, docs. nº 3323, nº 3328 e nº 3331.

#### **Arquivo Público do Estado de Santa Catarina**

- *Correspondências dos Engenheiros com o Presidente da Província. 1830-1859*. Volumes I-III.

- *Correspondências dos Engenheiros com o Presidente da Província. 1859-1869*. Volumes IV-VII.

- *Correspondências dos Engenheiros com o Presidente da Província. 1869-1874*. Volumes VII-XII.

- *Correspondências dos Engenheiros com o Presidente da Província. 1874-1882*. Volumes XII-XX.

- *Diversos Avisos de 1748 a 1804.*

- *Livro de Sesmarias do Governo da Capitania de Santa Catarina, 1753-1806.*

- *Livro de Registro de Sesmarias, 1806-1809.*

- *Livro de Registro de Sesmarias, 1809-1814.*

- *Relatórios da Inspeção de Saúde Pública. 1876, cx. 161.*

- *Relatórios da Inspeção de Higiene. I. H. r. 1903, cx. 161.*

- *Ofícios dos Delegados e Sub-Delegados de Polícia ao Presidente da Província de Santa Catarina, 1842-1892.*

- *Ofícios Diversos Para a Presidência da Província, 1886.*

- *Ofícios dos Juizes de Paz Para o Presidente da Província, 1828 -1831.*

- *Pareceres da Comissão de Estatística da Assembléia Legislativa Provincial, 1845 – 1867.*

- *Registros de Presidentes da Província Para Diversos, 1829 – 1831.*

- *Registros de Presidente da Província Para Diversos, 1830 – 1831.*

- *Relatórios e Falas do Presidente da Província:*

ANDRADE, Francisco José de. *Relatório Apresentado pelo Presidente da Província aos deputados Provinciais de Santa Catharina em 1º de março.* Desterro, 1840.

BRITO, Antero José de. *Relatório do presidente da província de Santa Catarina apresentado aos deputados da Assembléia Legislativa Provincial em 1º de março de 1843.* Desterro, 1843. (Manuscrito).

\_\_\_\_\_. *Relatório do presidente da província apresentado aos deputados da Assembléia Provincial de Santa Catarina em 1º de março de 1848.* Desterro, 1848. (Manuscrito).

\_\_\_\_\_. *Relatório do vice-presidente da província de Santa Catarina apresentado ao presidente da província de Santa Catarina Severo Amorim do Valle*. Desterro: Typ. Provincial da Cidade de Desterro, 1848.

BRUSQUE, Francisco Carlos de Araújo. *Relatório do Presidente da Província de Santa Catharina apresentado à Assembléa Legislativa Provincial na 1ª sessão da 10ª Legislatura*. Rio de Janeiro: Typ. Do Correio Mercantil, 1860.

CHAVES, João Rodrigues. *Relatório com que passou a administração da província ao Exm. Sr. Dr. Joaquim Augusto do Livramento, 3º vice-presidente em 9 de março de 1882*. Desterro: Gabinete Typográphico, 1885.

COUTINHO, Dr. João José. *Falla que o Presidente da Provincia de Santa Catharina, dirigio á Assembléa Provincial no ato d'abertura de sua Sessão ordinaria em 1 de março de 1851*. Desterro: Typ. do Novo Íris, 1851.

\_\_\_\_\_. *Falla que o Presidente da Provincia de Santa Catharina, dirigio á Assembléa Legislativa da mesma Provincia, por ocasião da abertura de sua Sessão ordinaria em 1 de março de 1853*. Desterro, 1853.

\_\_\_\_\_. *Falla que o Presidente da Provincia de Santa Catharina, dirigio á Assembléa Legislativa no Acto D'Abertura de sua Sessão Ordinaria em 19 de abril de 1854*. Desterro: Typ. do Correio Catharinense, 1854.

\_\_\_\_\_. *Relatório do presidente da província apresentado aos deputados provinciais de Santa Catarina em 1º de março de 1851*. Desterro, 1851. (Manuscrito).



\_\_\_\_\_. *Relatório do presidente da província apresentado aos deputados provinciais de Santa Catarina em 19 de abril de 1854.* Desterro, 1854. (Manuscrito).

D'OLIVEIRA, Francisco José. *Relatório apresentado ao Exm. Presidente da Província de Santa Catarina Dr. Adolpho de Barros C. de Albuquerque Lacerda pelo vice-presidente no ato de passar-lhe a administração da mesma província em 9 de outubro de 1867.* Desterro: Typ. de J. A. Livramento, 1868.

D'OLIVEIRA, José J. Machado. *Relatório do presidente da província apresentado aos deputados à Assembléia Legislativa da Província em 1º de março de 1837.* Desterro, 1837. (Manuscrito).

GALVÃO, Ignácio da Cunha. *Relatório apresentado ao Exm. Presidente da Província de Santa Catarina o Conselheiro Vicente Pires da Motta por seu antecessor por ocasião de passar-lhe a administração da mesma província em 17 de novembro de 1861.* Desterro: Typ. Desterrense de J. J. Lopes, 1861.

LACERDA, Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Santa Catarina, na sua sessão ordinária, e ao primeiro Vice-Presidente Comendador Francisco José de Oliveira, por ocasião de passar-lhe a administração no ano de 1868.* Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1868.

PARDAL, Brigadeiro João Carlos. *Discurso pronunciado na abertura da Assembleia Legislativa da Província de Santa Catharina na Segunda Sessão Ordinária da Segunda Legislatura Provincial.* Cidade do Desterro: Typ. Provincial, 1839.

\_\_\_\_\_. *Relatório do presidente da província apresentado aos deputados à Assembléia Legislativa Provincial em 1º de março de 1838.* Desterro, 1838. (Manuscrito).

PINTO, João José de Andrade. *Relatório apresentado ao Exm. Presidente da Província de Santa Catarina o Doutor Ignácio da Cunha Galvão pelo vice-presidente por ocasião de passar-lhe a administração da mesma província em 26 de abril de 1861*. Desterro, Typ. Catharinense, 1861.

ROCHA, Francisco José da. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa de Santa Catarina na 2<sup>a</sup>. sessão de sua 26<sup>a</sup>. legislatura pelo presidente em 11 de outubro de 1887*. Rio de Janeiro: Typ. União de A. M. Coelho da Rocha, 1888.

## **Biblioteca da Escola Politécnica – Universidade de São Paulo**

ESTADO MAIOR DO EXERCITO. *A carta do Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1901.

GAUMET, F. *Traité de Topographie*. Paris: Imprimerie Tolmer, 18--. 424p.

SOARES, Antonio Joaquim de M. *Tractado Jurídico-practico da medição e demarcação das terras tanto particulares, como publicas para uso dos juizes, advogados, escrivães, pilotos e mais pessoal dos juízos divisórios*. Rio de Janeiro: Typ. Polytechnica, 1882. 381p.

PASSO, Francisco Pereira. *Caderneta de Campo para uso dos engenheiros incumbidos de trabalhos de estradas de ferro contendo...* 8<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro: Olympio de Campos, 1951.

# **Biblioteca de Obras Raras – Universidade Federal de Santa Catarina**

ALMEIDA, Eduardo de Castro e (org.). *Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar – Bahia, 1613-1762*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1913. vol. I. 653p.

\_\_\_\_\_. *Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar – Bahia, 1798-1800*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1916. vol. IV. 665p.

\_\_\_\_\_. *Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar – Bahia, 1801-1807-*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1918. vol. V. 668p.

\_\_\_\_\_. *Inventário dos documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar – Rio de Janeiro, 1747-1755*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1936. vol. VIII. 658p.

ALMEIDA, João Ribeiro de. “Ensaio sobre a salubridade, estatística e pathologia da Ilha de Santa Catharina”. Desterro: Typ. J. J. Lopes, 1864. In: CARNEIRO, A. *Op Cit.* Vol. XIII, 94p.

AUBÉ, Léonce. *La Province de Sainte-Catherine et la Colonisation au Brésil*. Rio de Janeiro: Imprimerie Française de Frédéric Arfvedson, 1861. 162p.

AZAMBUJA, Bernardo Augusto N. de. *Descrição topographica do mappa da província de Santa Catharina organizada na Comissão do Registro geral e Estatística das terras publicas e possuídas*. Rio de Janeiro: Imprimerie Impériale de Sisson, 1874.

CAMPOS, Luiz F. G. de; MESSEDER, João C. de. A.; REGO, Fábio H. de Moraes. *Estado de Santa Catarina: relatório apresentado ao General Francisco Glicério, Ministro da Agricultura, Commercio e Obras Publicas pelos engenheiros...* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1890. 76p.

CARNEIRO, Almirante. *Enciclopédia de Santa Catarina*. Florianópolis, s/d. Vols. III, IX, XI, XIII, XIX, XXII.

CARVALHO, João Antonio R. “Projeto de uma estrada da cidade do Desterro ás Missões do Uruguay, e de outras providencias para melhoramento da província de Santa Catharina”. Desterro, 1824. Documento pertencente ao IHGB, Ms. 822 – Lata 43. In: CARNEIRO, A. *Op Cit.* Vol. XIII, 17p.

COELHO, Manoel Joaquim D´Almeida. *Memória histórica da província de Santa Catharina*. 2ª. ed. Desterro: Typ. J. J. Lopes, 1877. 206p.

*Coleção de leis do Brazil de 1808*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

*Coleção de leis do Brazil de 1809*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

*Collecção das Leis do Império do Brasil de 1824*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.

*Collecção das Leis do Império do Brasil de 1828 – Primeira Parte*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1878.

*Collecção das Leis do Império do Brasil de 1829 – Parte Segunda*. Rio de Janeiro: 1877.

*Collecção das Leis do Império do Brasil de 1832 – Parte Segunda*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1874.

*Collecção das Leis do Império do Brasil de 1834 – Parte Primeira*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1866.

*Collecção das Leis da Provincia de Santa Catharina de 1835 a 1840*. Desterro: Typ. Catharinense, 1856.

*Collecção das Leis da Provincia de Santa Catharina dos annos de 1838 a 1841*". Desterro: Typ. Provincial, s/d.

*Collecção das Leis da Provincia de Santa Catharina dos annos de 1841 a 1848*". Desterro: Typ. Provincial, s/d.

*Collecção das Leis da Provincia de Santa Catharina dos annos de 1846 a 1849*". Desterro: Typ. Provincia, s/d.

*Collecção das Leis da Provincia de Santa Catharina dos annos de 1850 a 1853*". Desterro: Typ. do Novo Iris, s/d.

*Collecção das Leis da Província de Santa Catharina promulgadas em 1854*". Desterro: Typ. Catharinense, 1855.

GALVÃO, Luiz M. de Albuquerque. *Relatório sobre as colônias Blumenau, Itajahy, Príncipe D. Pedro e D. Francisca (Província de Santa Catharina)*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1871. 125p.

GALVÃO, Manoel da Cunha. *Melhoramento dos portos do Brasil*. Rio de Janeiro: Typ. Perseverança, 1869. 211p.

GRAÇA, Francisco Calheiros da. *Estudos sobre a Barra da Laguna*. Rio de Janeiro: Repartição Hydrographica, 1882. 31p.

JARDIM, Jerônimo Rodrigues de M. "Relatório da exploração da estrada Piriri-guassú". "Annexo L do Relatório do Ministério da Agricultura", 1866. In: CARNEIRO, A. *Op Cit.* Vol. XVIII.

LAW, H. "Relatório do engenheiro H. Law sobre a construção de um porto na costa do Rio Grande do Sul – Porto de Refugio nas Torres". In: IGNACIO, Joaquim José. *Relatório apresentado á Assembléa Geral Legislativa na segunda sessão da Décima Primeira Legislatura pelo ministro de secretario D'Estado dos Negócios*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1862. 27p.

LIMA, Dias da Cruz. *A estrada de ferro da província de Santa Catharina à de S. Pedro do Sul*. Rio de Janeiro: Typ. De N. Vianna & Filhos, 1867. 36p.

LUZ, Dr. F. C. da. *Questão de limites da província de Santa Catharina com a do Paraná*. Rio de Janeiro, 1875.

OURIQUE, Alfredo Ernesto J. *Questão de limites entre o Paraná e Santa Catharina*. Rio de Janeiro, 1887. 47p.

PAIVA, Arcypreste Joaquim G. O. de. *Noticia geral da província de Santa Catharina*. Desterro: Typ. Da Regeneração, 1873.

TAUNAY, Afonso de E. *Em Santa Catarina Colonial. Capítulos da História do Povoamento*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1936. 176p.

## **Biblioteca Nacional de Lisboa**

FORTES, Manoel de Azevedo. *Representação feyta a S. Magestade sobre a forma e direção que devem ter os engenheiros para melhor servirem ao dito Sr. neste reino e suas conquistas*. Lisboa, 1720. 14p.

PEDRO, Antonio José. *O Engenheiro português no Rio de Janeiro ou verdadeira notícia das ciências e artes*. Praia Grande: Gueffier, 1835. 17p.

PIMENTEL, Luís Serrão. *Methodo Lusitano de desenhar as fortificações das praças regulares e irregulares, fortes de campanha e outras obras pertencentes a architectura militar: distribuída em duas partes operativa e qualitativa*. Lisboa, 1680. 666p.

TOLOZANO, Antoine de Ville. *Les fortifications, contenant la manière de fortifier toutes sortes de places*. Lyon, 1640.

\_\_\_\_\_. *De la charge des gouverneurs des places: où sont contenus tous les ordres qu'on doit tenir pour préparer les choses nécessaires dans une place...* Paris, 1639.

### **Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina**

“Melhoramentos materiais da província: vias de comunicação”. *O Mensageiro*. Desterro, 20 de dezembro de 1856. nº 130, 1ª. coluna, p. 1.

### **Biblioteca Rio-Grandense**

BARRETO, Abeillard. “A livreria de José da Silva Paes”. *Província de São Pedro*, Porto Alegre, vol. 15, 1951.

BELIDOR, M. *La science des ingenieurs dans la conduite des travaux de fortification et d'architecture civile*. Paris, 1739. (6 livros).

“CARTAS do Brigadeiro José da Silva Paes para Martinho de Mendonça de P. e Pina, Governador de Minas Gerais (1735-1738)”. In: *Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, vol. 25, 1945. p. 278-303.

“COLEÇÃO de documentos sobre o Brigadeiro José da Silva Paes”. In: *Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, nos. 109-112, 1949. 145p.

FORTES, Manoel de Azevedo. *O engenheiro português. Tomo segundo, que comprehende a fortificação regular, e irregular; o ataque e defesa das praças; e no Appendice o uso das Armas de guerra*. Lisboa, 1728.

\_\_\_\_\_. *Tratado do modo mais fácil e mais exacto de fazer Cartas geográficas, assim da terra, como do mar, e tirar as plantas das praças, cidades, e edificios com instrumentos e sem instrumentos*. Lisboa, 1722. 200p.

“NOTÍCIAS práticas da costa e povoações do mar do sul”. In: *Revista do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, no. 35, 1929, p. 349-362.

PFEFFINGER, Mr. (composta por). *Fortificação moderna ou recompilação de diferentes métodos de fortificar que usão na Europa, os espanhoes, franceses, italianos, e holandezes. Com um dicionario alphabetico dos termos militares, ofensa, e defesa de Praças, construções de baterias, e minas, e forma de aquartelar exercitos*. Lisboa, 1713. 336p.

“PROCESSO de serviços do Brigadeiro José da Silva Paes”. *Arquivo Histórico Ultramarino*. Maço de correspondências do Rio de Janeiro do anno de 1711-1719. Há uma cópia manuscrita deste documento na Biblioteca Rio-Grandense.

TOLOZANO, Antônio de Ville. *O governador de praças, obra muyto util, e necessária não só para os governadores de praças, mas também para todos os officiais de guerra, que quizerem aprender a doutrina militar, e as suas obrigações principalmente nos presidios*. Lisboa, 1708. 519p.

BELIDOR, Bernard. *Nouveau cour de Mathematique à l'usage de l'artillerie et du genie où l'on applique les parties plus utiles de cette science à théorie et la pratique des différents sujets qui peuvent avoir rapport à la guerre.* Paris, 1725. 560p.

CATANEO, Jérôme. *Le capitaine, contenant la manière de fortifier les places, assailir et défendre, avec l'ordre qu'on doit tenir pour asseoir un camp.* Lyon, 1573.

ERRARD, J. *La fortification démontrée et réduite en art.* Paris, 1620.

EUCLIDE. *Les six premiers livres d'Euclide, demontrez par notes, d'une methode très brieve et intelligible. Avec les principales parties des Mathematiques, expliqués succinctement sans notes par Pierre Herigone.* Paris, 1639. 463p.

LEFEBVRE. *Des travaux Publics.* Paris, posterior a 1777. 57p.

LACROIX, Silvestre-François. *Essais de géometrie sur les plans et les surface courbes ou éléments de géometrie descriptive.* Paris, 1795. 116p.

PERRET, Jacques. *Architecture et perspective des fortifications et artifices, mis en lumière par la veuve et les deux fils de Théodore de Bry.* Francfort, 1602. 70p.

ROHAULT. *Oeuvres Posthumes.* Paris, 1682.

SGAZIN, J. M. *Programmes du cours de géometrie descriptive appliqué à l'art de l'ingénieur des ponts et chaussées.* Paris, 1806. 112p.

SIMIENOWICZ, Casimir. *Du Grand art d'artillerie en 5 livres.* Frankfurt am Main, 1676.

STEVIN, Simon. *L'arithmetique contentant les computations des nombres arithmetiques ou vulgaires.* Leyde, 1585. 642p.

\_\_\_\_\_. *Les oeuvres mathematiques de Simon Stevin de Bruges.* Leyde, 1634 678p.

\_\_\_\_\_. *Nouvelle manière de fortification par escluses.* Leyde, 1618. 61p.



VAUBAN. *Manière de fortifier ou l'on voit de quelle méthode on se sert aujourd'hui en France pour la fortification des places tant regulieres qu'irregulieres precede d'un traité de géométrie. Le tout mis en ordre par le Chevalier de Cambray.* Amsterdam, 1689.

#### **Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**

ABRANTES, Visconde. *Memória sobre os meios de promover a colonização.* Berlim: Typ. de Unger Irmãos, 1846. 66p.  
(Ed. Fac-similar, Imprensa Oficial da Bahia, 1926).

“Reparos sobre a defesa do Rio Grande de São Pedro e seus territórios – 1767”. In: *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1957. vol. 237.

- *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro.* Rio de Janeiro, tomo VI.

- *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1959. vol. 25, out.-dez.

- RIBEIRO, João Alberto Miranda. “Relatório apresentado ao Snr. Conde de Rezende Vice Rey, e Capitão General de Mar, e Terra do Estado do Brasil”. Villa do Desterro a 17 de novembro de 1797. Documento da Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional (II ~ 35, 32, 18n. 38). In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico e Brasileiro.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1959. vol. 245, out-dez, p. 144-145.

#### **Outros:**

ALMEIDA, Manoel de. “Memoria sôbre o modo de formar hum plano de statistica em Portugal”. Apresentado à Academia Real das Sciencias de Lisboa na Sessão de 25 de

- janeiro de 1812. In: *Revista Brasileira de Estatística*. Rio de Janeiro, no. 54, ano XIV, abr.-jun. 1953, p. 168-171.
- AMMON, Wolfgang. *Chronica do município de São Bento (Sta. Catharina) desde sua fundação 1873 até 1923*. Trad. Elly Herkenhoff. Joinville: Typ. Boehm, 1923. 245p. (Edição Bilingüe).
- ANDRADE, Gomes Freire de. “Instrução e norma. Rio de Janeiro, fevereiro de 1752”. Publicado como anexo em LOPES, Eliane Marta Santos Teixeira. *Colonizador-Colonizado: uma relação educativa no movimento da história*. Belo Horizonte: edufmg, 1985. p. 252-259.
- ARMITAGE, John (1835). *História do Brasil: desde o período da chegada da família de Bragança, em 1808, até a abdicação de D. Pedro I, em 1831, compilada à vista de documentos públicos e outras fontes originais formando uma continuação da História do Brasil, de Southey*. 3<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Martins, 1972.
- AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagens pelas Províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980. 356p. (Reconquista do Brasil; v.18).
- AZEVEDO, Thales. “Os censos do século XVIII”. In: *Revista Brasileira de Estatística*. Rio de Janeiro, no. 64, ano XVI, out.-dez. 1955, p. 339-345.
- BLUMENAU, Hermann. *Sul do Brasil em suas relações à emigração e colonização alemã*. Blumenau: Instituto Blumenau 150 anos, 1999.
- DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. São Paulo: Martins, 1940. Tomo I.
- DEEKE, José (1917). *O município de Blumenau e a história de seu desenvolvimento*. Blumenau: Nova Letra, 1995. 295p.

“Discurso sobre a conveniência da fortificação da montanha desta cidade”. In: *Livro primeiro do governo do Brasil, 1607-1633*. Rio de Janeiro: Ministério da Relações Exteriores, 1958. p. 48-53.

FLORES, Maria Bernardete R.; SERPA, Élio. *Catálogo de documentos avulsos manuscritos referentes à Capitania de Santa Catarina – 1717-1827*. Florianópolis: UFSC, 2000. 174p.

HARO, Martin Afonso Pauma de (org.). *Ilha de Santa Catarina; Relatos de Viajantes Estrangeiros nos Séculos XVIII e XIX*. 4a. ed. Florianópolis: UFSC; Lunardelli, 1996. 236p.

IHERING, Hermann von. “A questão dos índios no Brazil”. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, Typ. Do Diário Oficial, vol. VIII, 1911. p. 112-140.

LAVRADIO, Marquês. *Cartas da Bahia – 1768-1769*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; Brasília: Ministério da Justiça, 1972. 294p.

MALTHUS, Thomas. (1798). *Ensayo sobre el principio de la población*. México: Fondo de Cultura Economica, 1951. 619p.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. Porto Alegre: LPM, 1999. 202p.

MARTIUS, Carl F. P. von; SPIX, Johann Baptiste von. (1823). *Viagem pelo Brasil*. 2a. ed. São Paulo: Melhoramentos, s/d. vol. I. 283p.

MENDONÇA, Marcos Carneiro de (org.). *Século XVIII, século pombalino do Brasil*. Rio de Janeiro: Xerox do Brasil, 1989. 808p. (Biblioteca Reprográfica Xerox; vol. 29).

MÜLLER, Fritz (1864). *Fatos e Argumentos a Favor de Darwin (Für Darwin)*. Florianópolis: FCC/CRPM/DNPN, s/d. 93p.

NEUMANN-SPALART, F. Xaver Ritter von. “Medida das variações do estado econômico e social dos povos”. In: *Revista Brasileira de Estatística*. Rio de Janeiro, no. 38, ano X, abr.-jun. 1949, p. 230-235.

PETTY, William (1690). “Aritmética Política”. In: *Obras Econômicas*. São Paulo: Abril, 1983. pp. 104-158.

POMBAL, Marquês. “Carta dirigida ao Marquês de Lavradio em 9 de julho de 1774”. Documento publicado como anexo em CARNAXIDE, Visconde. *O Brasil na administração pombalina*. São Paulo: Cia. Nacional, 1940. p. 255-273.

SAINT-HILAIRE, Auguste. *Viagem a Curitiba e Província de Santa Catarina*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1978. 209p. (Reconquista do Brasil; v.9).

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. Causas da não-prosperidade das ciências naturais em Portugal. In: \_\_\_\_\_. *Projetos para o Brasil*. Organização Miriam Dolhnikoff. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. “Historia e memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa”. Lisboa: Typ. da mesma Academia, 1820. Tomo VI, parte II. In: *Obras Científicas, Políticas e Sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva, Coligidas e Reproduzidas por Edgard de Cerqueira Falcão*. Santos, 1963. Vol. I.

\_\_\_\_\_. “Lembranças e apontamentos do governo provisório de São Paulo para os seus Deputados, mandados publicar por ordem de sua alteza Real, o Príncipe Regente do Brasil”. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1821. In: \_\_\_\_\_. *Obras Científicas, Políticas e Sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva, Coligidas e Reproduzidas por Edgard de Cerqueira Falcão*. Santos, 1963. Vol. I.

SILVA, José Bonifácio de Andrada. “Notas sôbre a aritmética política ou estatística”. Manuscrito pertencente ao Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, s/d. In: *Revista Brasileira de Estatística*. Rio de Janeiro, no. 25, ano VII, jan.-mar. 1946. p. 119-121.

STEINEN, Karl von den. (1887) Entre os aborígines do Brasil Central. In: *Separata da "Revista do Arquivo"*. São Paulo: Departamento de Cultura, 1940. Nos. XXXIV a LVIII.

TAUNAY, Visconde de. *A retirada da Laguna*. 15ª. ed. Rio de Janeiro: Ministério da Guerra, 1959. 196p.

URUGUAI, Visconde de. *Ensaio sobre o direito administrativo*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1960. 520p. (Ed. Fac.-sim.: Brasília: Ministério da Justiça, 1997.).

#### **Bibliografia Geral:**

BOITEUX, Lucas Alexandre. *Notas para a história catarinense*. Florianópolis: Livraria Moderna, 1912. 436p.

BRAUDEL, Fernand. *Lá Méditerranée, l'Espace et l'Histoire*. 2ª. ed. Paris: Flammarion, 1985. 223p.

\_\_\_\_\_. *O mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*. São Paulo: Martins Fontes, 1983. 694p. vol. I.

BURMESTER, Ana Maria de Oliveira. "Estado e população, o século XVIII em questão". *Revista Portuguesa de História*, Coimbra, Tomo 33, 1999. p. 113-151.

CABRAL, Oswaldo R. *História de Santa Catarina*. Florianópolis: edufsc, 1968. 430p.

CANGUILHEM, Georges. *Études d'histoire et de philosophie des sciences*. 5ª. ed. Paris: Vrin, 1983. 414p.

\_\_\_\_\_. *La connaissance de la vie*. 10ª. ed. Paris: Vrin, 1998. 198p.

CANNABRAVA, Alice. "A grande propriedade rural". In: HOLANDA, Sérgio Buarque. *História Geral da Civilização Brasileira*. 7ª. ed. São Paulo: Bertrand Brasil. Tomo I, vol. II. p. 192-217.

CHÂTELET, François. "A História". In: \_\_\_\_\_ (coord). *A filosofia das ciências sociais de 1860 aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974. p. 193-220. (História da Filosofia, 7).

CLASTRES, Pierre (et. alli.). *Guerra, religião e poder*. Lisboa: edições 70, 1980. 197p.

COSTA, Maria de Fátima (org.). *Percorrendo manuscritos entre Langsdorff e D'Alincourt*.

Cuiabá: Editora Universitária, 1993.

DEFERT, Daniel. Colônias Perdidas, Mundos a Descobrir. In: DUBY, G. (et al). *História e Nova História*. Lisboa: Teorema, 1986. p. 65-76.

DELAPORTE, François. *Le savoir de la maladie. Essai sur le choléra de 1832 à Paris*. Paris: PUF, 1990. 195p.

\_\_\_\_\_. *La maladie de Chagas. Histoire d'un fléau continental*. Paris: Payot, 1999. 219p.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. "Tratado de Nomadologia: a máquina de guerra". In: *Mil Plátos - Capitalismo e Esquizofrenia*. São Paulo: 34, 1997. p. 11-110.

FLEIUSS, Max. *História administrativa do Brasil*. 2ª. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1922. 844p.

FOUCAULT, Michel. *A vontade de saber*. 12ª. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

\_\_\_\_\_. *Le souci de soi*. Paris: Gallimard, 1984. 334p.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do Poder*. 11ª. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1995. 295p.

GILLE, Bertrand. *Les ingénieurs de la Renaissance*. 2ª. ed. Paris: Hermann, 1978. 282p.

HENRY, Jules. *Jungle people: a Kaingang tribe of the Highlands of Brazil*. New York: Vintage Books, 1964. 215p.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: José Olympio/Depto. de Cultura da Guanabara, 1975. 334p.

\_\_\_\_\_. *História geral da civilização brasileira*. 2ª. ed. São Paulo: Difel, 1965. Tomo II, vol. I, 410p.

\_\_\_\_\_. *Monções*. 2ª. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. 163p.

KOYRÉ, Alexandre. *Do mundo fechado ao universo infinito*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária; São Paulo: Edusp, 1979. 290p.

\_\_\_\_\_. *Etudes d'histoire de la pensée philosophique*. 4ª. Ed. Paris: Gallimard, 1990. 364p.

LE CORBUSIER. *Urbanismo*. São Paulo: Martins Fontes, 1992. 307p.

LEROI-GOURHAN, André. *O Gesto e a Palavra - Memórias e Ritmos*. Lisboa: edições 70, 1965. 247p.

MACHADO, Roberto (et. alli.). *Danação da norma*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

NAMEM, Alexandro Machado. *Botocudo: uma história de contato*. Florianópolis: edufsc; Blumenau: edifurb, 1994. 112p.

OBERACKER Jr., Carlos. *A contribuição teuta à formação da nação brasileira*. Rio de Janeiro: Presença, 1968. 581p.

OLIVEIRA, Henrique Luiz P. *Os filhos da falha: assistência aos expostos e remodelação das condutas em Desterro - 1828 - 1887*. São Paulo: Dissertação de Mestrado Apresentada no Programa de Pós-Graduação em História - PUC, 1990. 330p.

PAULI, Evaldo. *Sentido catarinense e brasileiro de Fritz Müller*. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1973.

PELUSO Jr., Victor Antônio. "Tradição e plano urbano". *Estudos de geografia urbana de Santa Catarina*. Florianópolis: Edufsc; Secretária de Cultura e Esportes, 1991. p. 355-396. (Publicado originalmente na "Boletim da Comissão Catarinense de Folclore", ano V, no. 15/16, 1953).

PIAZZA, Walter. *A epopéia açóricu-madeirense, 1747-1756*. Florianópolis: Lunardelli/edufsc, 1992. 490p.

\_\_\_\_\_. "Introdução à história da propriedade rural em Santa Catarina". *Separata dos Anais do VII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*. São Paulo, 1976. p. 627-680.

\_\_\_\_\_. *O brigadeiro José da Silva Paes: estruturador do Brasil meridional*. Florianópolis: Edufsc; Rio Grande: Edfurg, 1988. 172p.

RAISON, Jean-Pierre. "Migração". In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986. vol. VIII. p. 488-517.

REIS, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial, 2000.

REVEL, Jacques. *A invenção da sociedade*. Lisboa: Difel, 1989. 270p.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. 3ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1979. 509p.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969. 401p.

SANTOS, Silvio Coelho dos. *Índios e brancos no sul do Brasil*. Florianópolis: EDEME, 1973. 313p.

SERRES, Michel. *As origens da geometria*. Lisboa: Terramar, 1997. 291p.

SOUZA, Sara Regina Silveira de. *As fortificações catarinenses: notas para uma revisão histórica*. Florianópolis: edufsc, 1991. 76p.

SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui: o narrador, a viagem*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990. 319p.

URBAN, Gregory. *A model of Shokleng social reality*. Dissertation (Doctor of Philosophy). The Faculty of the Division of the Social Sciences, Department of Anthropology, University of Chicago, 1978. 398p.

VIRILIO, Paul; LOTRINGER, Sylvere. *Guerra pura: a militarização do cotidiano*. São Paulo: Brasiliense, 1984. 157p.

\_\_\_\_\_. *Velocidade e política*. 2ª. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 1997. 137p.

WILLEMS, Emílio. *Aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*. 2ª. ed. São Paulo: Nacional, 1980. 464p.

### **Crédito das Imagens :**

- **Plano e Perfil da Fortaleza de Itapema - 1738**, desenhada por José da Silva Paes.

“COLEÇÃO de documentos sobre o Brigadeiro José da Silva Paes”. In: *Separata da Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, nos. 109-112, 1949. p. 79.

- **Plano da Villa de N. S. do Desterro da Ilha de Santa Catarina - 1754**, desenhada por José Custódio de Sá e

Faria. REIS, Nestor Goulart. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Edusp; Imprensa Oficial, 2000. p. 226.



- **Planta Hidro-Topographica de Parte da Capitania de Santa Catharina**, desenhada por Paulo Joze Miguel de Brito. BRITO, Paulo Joze Miguel de. *Memória política sobre a capitania de Santa Catarina escripta no Rio de Janeiro em o anno de 1816*. Lisboa: Academia Real de Ciências, 1829. 181p. Em Anexo.
  
- **Karte des bewohnten Theils der Colonie Blumenau, Süd-Brasilien - 1864**. Mapoteca do Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.
  
- **Mapa da Situação das Colônias**, desenhado por Luiz Galvão. GALVÃO, Luiz M. de Albuquerque. *Relatório sobre as colônias Blumenau, Itajahy, Príncipe D. Pedro e D. Francisca (Província de Santa Catharina)*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1871. 125p. Em Anexo.